

**OS JOVENS E O MERCADO DE TRABALHO**  
**Caracterização, estrangulamentos à integração**  
**efectiva na vida activa e a eficácia das políticas – 2.<sup>a</sup> edição**

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social  
Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP/MTSS)

**Colecção *Cogitum***

Coordenação de GEP

1. Portugal 1995-2000: Perspectivas da Evolução Social
2. Avaliação do Impacto da Estratégia Europeia para o Emprego em Portugal – Políticas Activas para a Empregabilidade
3. Avaliação do Impacto da Estratégia Europeia para o Emprego em Portugal – Criação de Emprego e Reconversão do Tecido Empresarial
4. Avaliação do Impacto da Estratégia Europeia para o Emprego em Portugal – Organização do Mercado de Trabalho
5. Avaliação da Estratégia Europeia para o Emprego em Portugal – Estudo Econométrico com Aferição Qualitativa
6. Impacto da Estratégia Europeia para o Emprego em Portugal – Síntese dos Estudos de Avaliação
7. Poder e Risco no Trabalho da Indústria Petrolífera – a refinaria de Sines – 1978/1997
8. Acesso aos Direitos Sociais na Europa – Relatório do Conselho da Europa
9. Estudo sobre a Demografia de Estabelecimentos
10. Indicadores de Empreendedorismo e Inovação – Relatório Final
11. Qualificações dos Trabalhadores Portugueses – Relatório Final
12. Mobilidade dos Trabalhadores na Economia Portuguesa – Relatório Final
13. O Clima Social nas Empresas de Média e Grande Dimensão – Emprego e Condições de Trabalho no Balanço Social (1993-2002)
14. A Relação Salários-Produtividade em Portugal
15. Demografia de Empresas e Estabelecimentos em Portugal 2001-2002
16. Uma Avaliação da Criação e Destruição de Emprego em Portugal na Década 2000-2010
17. Estudo de Avaliação das Políticas de Aprendizagem ao Longo da Vida
18. Os Jovens e o Mercado de Trabalho: Caracterização, Estrangulamentos à Integração Efectiva na Vida Activa e a Eficácia das Políticas

**COLECÇÃO *COGITUM* N.º 18**

**OS JOVENS E O MERCADO DE TRABALHO**  
**Caracterização, estrangulamentos à integração**  
**efectiva na vida activa e a eficácia das políticas – 2.<sup>a</sup> edição**

**GEP/MTSS**  
Lisboa, 2008

© Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP)  
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS), 2008

**Colecção *Cogitum***

**Coordenação de GEP**

**18. Os Jovens e o Mercado de Trabalho: Caracterização, Estrangulamentos à Integração Efectiva na Vida Activa e a Eficácia das Políticas**

Segunda edição: Julho de 2008

Tiragem: 500 exemplares

ISBN: 972-704-270-8

Depósito legal: 236 428/05

Preço: € 10,00 (IVA incluído 5%)

Estudantes: € 6,00

Associações sem fins lucrativos: € 8,00

**Coordenação Editorial, de Redacção e de Distribuição:**

Centro de Informação e Documentação (CID / GEP)

Praça de Londres, 2, 2.º, 1049-056 Lisboa

Tel.: (+351) 218 441 100

Fax: (+351) 218 406 171

*E-mail:* gep.cid@gep.mtss.gov.pt

Página: www.gep.mtss.gov.pt

**Impressão e acabamento:** Editorial do Ministério da Educação

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,

de acordo com a legislação em vigor, por GEP

Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP)

Rua Castilho, 24, 7.º, 1250-069 Lisboa

Tel.: (+351) 213 114 900

Fax: (+351) 213 114 949

**O presente Estudo foi elaborado pela seguinte Equipa:**

**Maria das Dores Guerreiro, Elsa Pegado** (*Coordenação*)

**Sandra Mateus, Inês Pereira, Pedro Abrantes, Maria Abranches**

**Ana Rita Coelho, Maria João Canhoto** (*Colaboração*)

CIES-ISCTE – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia

Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa

Tel.: (+351)21 790 30 77; Fax: (+351)21 794 00 74

E-mail: cies@iscte.pt

O texto é da exclusiva responsabilidade dos autores.

Lisboa, Julho de 2008.

## OS JOVENS E O MERCADO DE TRABALHO

### Caracterização, estrangulamentos à integração efectiva na vida activa e a eficácia das políticas

Este estudo teve por objectivo conhecer a situação dos jovens portugueses face ao mercado de trabalho, tendo como pano de fundo a Estratégia Europeia para o Emprego (EEE) e as políticas formativas e de emprego que dela emanam, à escala nacional. Especificamente, visou responder a cinco objectivos específicos, conquanto complementares: i) caracterizar, de modo extensivo, a situação e evolução da participação da população jovem no mercado de trabalho, nomeadamente em termos de níveis de habilitação/qualificação, situação face à actividade económica, estrutura do emprego e desemprego; ii) aprofundar e discutir os padrões de relação entre a inserção na vida activa e a escolaridade/formação profissional, tendo em consideração os diferentes tipos de qualificações escolares e profissionais; iii) identificar os principais obstáculos à transição para a vida activa; iv) avaliar a eficácia das medidas de política educativa, de emprego e formação profissional e outras destinadas a estimular a contratação dos jovens e a evitar o desemprego de longa duração; v) produzir propostas de actuação e recomendações, no sentido de combater os problemas diagnosticados e aperfeiçoar o quadro dos instrumentos de política existentes.

Para a prossecução destes objectivos, foram desenvolvidas três componentes metodológicas. A primeira é constituída por um estudo extensivo de caracterização geral dos modos de integração dos jovens na vida activa, a partir do levantamento de documentação e literatura relevantes, bem como da análise de dados quantitativos sobre a participação dos jovens no mercado de trabalho, provenientes de diferentes fontes estatísticas e bases de dados oficiais, tanto a nível nacional como a nível comunitário. A segunda consubstancia-se num estudo qualitativo sobre processos de integração dos jovens na vida activa. Tendo por base a realização de entrevistas focalizadas de grupo a jovens de ambos os sexos, em situações diferenciadas perante o mercado de trabalho e detentores de formações escolares e profissionais distintas, o objectivo foi, aqui, o de aprofundar factores condicionantes do acesso desta população ao mercado de trabalho, seja enquanto facilitadores ou enquanto obstáculo. A terceira componente remete para a avaliação das políticas que directa ou indirectamente contribuem para a inserção profissional dos jovens, quer em termos da sua pertinência e coerência, quer em termos de eficácia, recorrendo-se para tal à análise de documentos relativos a políticas nos domínios da educação, formação e emprego, de legislação laboral e fiscal e outros e, ainda, à realização de entrevistas a um conjunto alargado de interlocutores institucionais privilegiados que, de uma forma ou de outra, estão envolvidos na execução ou são beneficiários das medidas.

A partir da sistematização e reflexão sobre os resultados destas três componentes, produziu-se um conjunto de conclusões e recomendações, estruturadas segundo seis grandes domínios: i) qualificações escolares e profissionais; ii) sistema de formação escolar e profissional; iii) relação entre a escola/centros de formação e o mercado de trabalho; iv) relações laborais; v) empreendedorismo; e vi) estudos.

## **"The Youth and the Labour Market: characterisation, difficulties in the entry into the working life and the policies effectiveness"**

*The aim of this study was to know the situation of the Portuguese youth on the labour market taking into account the European Employment Strategy and the national training and employment policies resulting thereof. The specific objectives, although rather complementary, were five: i) to characterize, in a very comprehensive way, the situation and development of the youth participation in the labour market, namely in terms of the education/qualification levels, their situation in face of the economic activity, the employment and unemployment structure; ii) to analyse and discuss the relationship between entry into working life and education/vocational training, considering the different kinds of educational and vocational qualifications; iii) to identify the main obstacles to the transition to the working life; iv) to evaluate the effectiveness of the educational, employment and vocational training policy measures as well as of other measures aiming to stimulate the youth recruitment and to avoid the long term unemployment; V) to produce action proposals and recommendations in order to fight the problems diagnosed and to improve the policy instruments available.*

*Three methodological components were developed in order to achieve the referred objectives. The first one is a comprehensive study characterizing the pathways for the youth entry into working life starting from a survey of relevant documentation and literature as well as from the analysis of qualitative data on the youth participation in the labour market coming from different statistical sources and official databases at national and Community level. The second component consists in a qualitative study on the process of entry of the youth into the working life based on group interviews with youth of both sexes in different situations regarding the labour market and holding different educational and vocational qualification. In this case, the objective was to analyse the factors that may condition the access of that population to the labour market working as facilitators or obstacles. The third component refers to the evaluation of the policies that directly or indirectly contribute to the vocational integration of the youth, in terms of their pertinence and coherence, or of their effectiveness. It was based on the analysis of documents concerning the policies in education, training and employment areas, labour, tax and other legislation and still the interviews to a wide range of institutional interlocutors that are, in some way, involved in the implementation of such policies or take benefits from them.*

*Starting from a systematisation and reflection on the results of these three components a set of conclusions and recommendations were drawn and arranged in three major areas: I) educational and vocational qualifications; educational and vocational training system; iii) relationship school! training centres and labour market; iv) labour relations; v) entrepreneurship; and vi) studies.*

# ÍNDICE

INTRODUÇÃO .....	1
1. OBSTÁCULOS À INSERÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO: ABORDAGENS SOCIOLÓGICAS .....	5
1.1. O conceito de juventude .....	5
1.2. Estudos sobre juventude.....	7
1.3. Mudanças no mercado de trabalho .....	13
1.4. Factores de bloqueio à entrada dos jovens no mercado de trabalho .....	17
2. QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E DESEMPREGO NA POPULAÇÃO JOVEM: UMA ABORDAGEM EXTENSIVA A PARTIR DE FONTES ESTATÍSTICAS .....	25
2.1. Economia e emprego em Portugal e na Europa – alguns indicadores de contextualização .....	25
2.2. Jovens e mercado de trabalho em Portugal e na União Europeia .....	30
2.2.1. Jovens na população europeia .....	31
2.2.2. Qualificações e dinâmicas de escolarização/formação .....	31
2.2.3. Emprego juvenil .....	37
2.2.4. Desemprego juvenil .....	51
2.3. Jovens e mercado de trabalho em Portugal: um diagnóstico alargado ...	56
2.3.1. Qualificações .....	56
2.3.2. Situação face ao mercado de trabalho .....	68
2.3.3. Estrutura do emprego juvenil .....	85
2.3.4. Desemprego juvenil .....	133

3.	CAMINHOS INCERTOS DE INTEGRAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO: ANÁLISE DAS ENTREVISTAS DE GRUPO .....	187
3.1	Caracterização dos entrevistados .....	187
3.2	Experiências formativas .....	189
3.3	(Des)integração no mercado de trabalho .....	197
3.4	Redes e apoios: formais e informais .....	206
3.5	Culturas e valores no mercado de trabalho .....	213
3.6	Em síntese .....	221
4.	POLÍTICAS PARA A INSERÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO .....	225
4.1.	Constrangimentos e problemas na integração profissional .....	227
4.2.	Objectivos das políticas e identificação de medidas .....	229
4.3.	Desempenho das políticas .....	234
5.	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....	271
	BIBLIOGRAFIA .....	279
	ANEXO – Medidas Dirigidas à Inserção dos Jovens no Mercado de Trabalho .....	291

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Indicadores macroeconómicos em Portugal e na Europa dos 15 – taxa de variação anual, em 1998-2003 .....	25
Quadro 2	Indicadores de emprego em Portugal e na Europa dos 15, em 1998-2003 .....	26
Quadro 3	Indicadores de emprego em Portugal e na Europa dos 15, segundo o género, em 1998-2003 .....	28
Quadro 4	População entre os 25 e os 34 anos, e os 25 e os 59 anos, segundo o nível de qualificação adquirido, em 2002 (%) .....	32
Quadro 5	População entre os 15 e os 34 anos, em educação ou formação, em 2002 (%) .....	34
Quadro 6	Taxa de saída precoce, por género, em Portugal e nos países da UE em 2001 (%) .....	35
Quadro 7	Estudantes inscritos em instituições públicas e privadas e em programas a tempo inteiro e a tempo parcial, no ensino básico e secundário, em 2002 (%) .....	36
Quadro 8	Estudantes inscritos em instituições públicas e privadas e em programas a tempo inteiro e a tempo parcial no ensino superior, em 2002 (%) .....	37
Quadro 9	Indicadores do mercado de trabalho para a população entre os 15 e os 24 anos, e entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, em 2003 (%) ....	38
Quadro 10	Taxa de actividade para a população entre os 15 e os 24 anos, e entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, em 2003 (%) .....	39
Quadro 11	Taxa de emprego da população entre os 15 e os 24 anos e os 15 e os 64 anos, segundo o sexo, em 2002 (%) .....	40
Quadro 12	Taxa de emprego da população entre os 15 e os 24 anos, e os 15 e os 59 anos, segundo o nível de qualificação adquirido, em 2002 (%) ...	41
Quadro 13	População entre os 15 e os 24 anos, e os 15 e os 64 anos, segundo a condição perante o trabalho, em 2002 (%) .....	43
Quadro 14	População jovem (15-29 anos) estudante e não estudante, por grupo etário e condição perante o trabalho, em 2002 (%) .....	45
Quadro 15	População entre os 18 e os 24 anos por tipo de actividade, em Portugal e nos países da UE, em 2001 (%) .....	46
Quadro 16	Assalariados, empregadores e trabalhadores independentes na população entre os 15 e os 24 anos, sobre a população total entre os 15 e os 24 anos, em 2002 (%) .....	47

Quadro 17	Trabalhadores com contrato a prazo, sobre o total de emprego assalariado na população entre os 15 e os 24 anos e entre os 15 e os 64 anos, em 2002 (%) .....	48
Quadro 18	Empregados com contrato a prazo, na população entre os 15 e os 24 anos, segundo a razão, em 2002 (%) .....	49
Quadro 19	Emprego a tempo parcial sobre o emprego total, da população entre os 15 e os 24 anos e os 15 e os 64 anos, em 2002 (%) .....	50
Quadro 20	Jovens desempregados entre os 15 e os 24 anos sobre o total de jovens entre os 15 e os 24 anos, na Europa dos 15, em 2003 (%) ...	51
Quadro 21	Taxa de desemprego da população entre os 15 e os 24 anos e entre os 15 e os 64 anos, em 2003 (%) .....	52
Quadro 22	Taxa de desemprego, na população entre os 15 e os 24 anos e os 15 e 59 anos, por nível de qualificação adquirido, em 2002 (%) .....	53
Quadro 23	Taxa de desemprego, na população entre os 15 e os 24 anos, por duração, em 2002 (%) .....	54
Quadro 24	População jovem (15-29 anos), por sexo, segundo o grupo etário, em 1991 e 2001 (%) .....	57
Quadro 25	População jovem (15-29 anos), por sexo, segundo o grau de qualificação, em 1991 e 2001 (%) .....	57
Quadro 26	Taxa de variação da população jovem (15-29 anos), por sexo, segundo o grau de qualificação, entre 1991 e 2001 .....	58
Quadro 27	Taxa de saída antecipada e de saída precoce (%) .....	58
Quadro 28	População jovem (15-29 anos), por grupo etário, segundo o grau de qualificação, em 1991 e 2001 (%) .....	59
Quadro 29	População jovem (15-29 anos) e adulta (30-64 anos), segundo o grau de qualificação, em 1991 e 2001 (%) .....	60
Quadro 30	População jovem (15-29 anos) e adulta (30 e mais anos), segundo o nível de ensino, em 1998 e 2004 (% face ao total de inquiridos) ....	61
Quadro 31	População jovem (15-29 anos), por região, segundo o grau de qualificação, em 1991 e 2001 (%) .....	62
Quadro 32	Taxa de variação da população jovem (15-29 anos), por região, segundo o grau de qualificação, entre 1991 e 2001 (%) .....	63
Quadro 33	População jovem (15-29 anos), segundo o nível de ensino, por região, em 2004 (% face ao total de jovens) .....	64
Quadro 34	População jovem (15-29 anos), por grupo etário, segundo o nível de instrução frequentado, em 1991 e 2001 (%) .....	65
Quadro 35	População jovem (15-29 anos), por sexo, segundo o nível de instrução frequentado, em 1991 e 2001 (%) .....	65

Quadro 36	Taxa de variação da população jovem (15-29 anos), por sexo, segundo o nível de instrução frequentado, entre 1991 e 2001 (%) ....	66
Quadro 37	Taxa de escolarização da população jovem (15-29 anos), por grupo etário, segundo o nível de instrução frequentado, em 1991 e 2001 ....	66
Quadro 38	Taxa de variação da população jovem (15-29 anos), por região, segundo o nível de instrução frequentado, entre 1991 e 2001 .....	67
Quadro 39	População jovem (15-29 anos) e adulta (30-64 anos), segundo o meio de vida, em 1991 e 2001 (%) .....	69
Quadro 40	População jovem (15-29 anos), por grupo etário, segundo o meio de vida, em 1991 e 2001 (%) .....	69
Quadro 41	População jovem (15-29 anos), por sexo, segundo o meio de vida, em 1991 e 2001 (%) .....	70
Quadro 42	Taxa de variação da população jovem (15-29 anos), por meio de vida, segundo o grau de qualificação, entre 1991 e 2001 .....	71
Quadro 43	Taxa de variação da população jovem (15-29 anos), por meio de vida, segundo o nível de instrução frequentado, entre 1991 e 2001 (%) ...	72
Quadro 44	População, por grupo etário, segundo a condição perante o trabalho, em 1991 e 2001 (%) .....	72
Quadro 45	População jovem (15-29 anos), por sexo, segundo a condição perante o trabalho, em 1991 e 2001 (%) .....	73
Quadro 46	População jovem (15-29 anos) e adulta (30-64 anos), activa e inactiva, em 1991 e 2001 (%) .....	73
Quadro 47	Taxa de actividade da população, por sexo, segundo o grupo etário, em 1991 e 2001 (%) .....	74
Quadro 48	População jovem (15-29 anos) inactiva, por sexo, segundo o grupo etário, em 1991 e 2001 (%) .....	74
Quadro 49	População jovem (15-29 anos) inactiva, por sexo, segundo a situação de inactividade, em 1991 e 2001 (%) .....	75
Quadro 50	População jovem (15-29 anos) activa, por sexo, segundo o grau de qualificação, em 1991 e 2001 (%) .....	75
Quadro 51	População activa, por grupo etário, segundo o sector de actividade, em 1991 e 2001 (%) .....	76
Quadro 52	População jovem (15-29 anos) activa, por sexo, segundo o sector de actividade, em 1991 e 2001 (%) .....	77
Quadro 53	População activa, por grupo etário, segundo o grupo socioeconómico, em 1991 e 2001 (%) .....	78
Quadro 54	População jovem (15-29 anos) activa, por sexo, segundo o grupo socioeconómico, em 1991 e 2001 (%) .....	79

Quadro 55	Taxa de emprego da população jovem (15-29 anos) e adulta (30-64 anos), segundo o sexo, em 1991 e 2001 (%) .....	80
Quadro 56	População jovem (15-29 anos), por meio de vida, segundo a região, em 1991 e 2001 (%) .....	80
Quadro 57	População jovem (15-29 anos), por taxa de actividade e taxa de emprego, segundo a região, em 1991 e 2001 (%) .....	81
Quadro 58	População jovem (15-29 anos) e adulta (30 e mais anos), segundo a condição perante o trabalho, em 1998-2004 (%) .....	81
Quadro 59	População jovem (15-29 anos), por grupo etário, segundo a condição perante o trabalho, em 1998 e 2004 (%) .....	82
Quadro 60	População jovem (15-29 anos), por sexo, segundo a condição perante o trabalho, em 1998-2004 (%) .....	83
Quadro 61	População jovem (15-29 anos), segundo a condição perante o trabalho, por região, em 2004 .....	84
Quadro 62	População jovem (15-29 anos) empregada, por grupo etário, segundo o sector de actividade, em 1991 e 2001 (%) .....	86
Quadro 63	População jovem (15-29 anos) e adulta (30-75 anos) empregada, segundo o sector de actividade, em 1998-2002 (%) .....	87
Quadro 64	População jovem (15-29 anos) empregada, por grupo etário, segundo o sector de actividade, em 1998-2002 (%) .....	88
Quadro 65	População jovem (15-29 anos) empregada, por sexo, segundo o sector de actividade, em 1991 e 2001 (%) .....	89
Quadro 66	População jovem (15-29 anos) empregada, por sexo, segundo o sector de actividade, em 1998-2002 (%) .....	90
Quadro 67	População jovem (15-29 anos) empregada, por grau de qualificação segundo o sector de actividade, em 2001 (% sobre o grau de qualificação) .....	91
Quadro 68	População jovem (15-29 anos) empregada, por grau de qualificação, segundo o sector de actividade, em 2001 (% sobre o sector de actividade) .....	92
Quadro 69	População jovem (15-29 anos) empregada, por grau de qualificação escolar, segundo o sector de actividade, em 2002 (%) .....	93
Quadro 70	População jovem (15-29 anos) empregada, por região, segundo o sector de actividade, em 2001 (%) .....	94
Quadro 71	População jovem (15-29 anos) empregada, por região, segundo o sector de actividade, em 2002 (%) .....	95
Quadro 72	População empregada, por grupo etário, segundo a profissão, em 1991 e 2001 (%) .....	96
Quadro 73	População jovem (15-29 anos) e adulta (30-75 anos) empregada, segundo a profissão, em 1998-2002 (%) .....	97

Quadro 74	População jovem (15-29 anos) empregada, por grupo etário, segundo a profissão, em 1998-2002 (%) .....	98
Quadro 75	População jovem (15-29 anos) empregada, por sexo, segundo a profissão, em 1991 e 2001 (%) .....	98
Quadro 76	População jovem (15-29 anos) empregada, por sexo, segundo a profissão, em 1998-2002 (%) .....	99
Quadro 77	População jovem (15-29 anos) e adulta (30 anos e mais) empregada, segundo a profissão principal, em 1998-2004 (%) .....	100
Quadro 78	População jovem (15-29 anos) empregada, por grupo etário, segundo a profissão principal, em 1998 e 2004 (%) .....	101
Quadro 79	População jovem (15-29 anos) empregada, por sexo, segundo a profissão principal, em 1998-2004 (%) .....	102
Quadro 80	População jovem (15-29 anos) empregada, segundo a profissão principal, por região, em 2004 (% face ao total de jovens empregados) ....	103
Quadro 81	População jovem (15-29 anos) empregada, por grau de qualificação, segundo a profissão, em 2001 (% sobre o grau de qualificação)	104
Quadro 82	População jovem (15-29 anos) empregada, por grau de qualificação, segundo profissão, em 2001 (% sobre a profissão) .....	105
Quadro 83	População jovem (15-29 anos) empregada, por grau de qualificação escolar, segundo a profissão, em 2002 (%) .....	106
Quadro 84	População empregada, por grupo etário, segundo a situação na profissão, em 1991 e 2001 (%) .....	106
Quadro 85	População jovem (15-29 anos) empregada, por sexo, segundo a situação na profissão, em 1991 e 2001 (%) .....	107
Quadro 86	População jovem (15-29 anos) empregada, por situação na profissão, segundo a profissão, em 2001 (%) .....	108
Quadro 87	População jovem (15-29 anos) empregada, por situação na profissão, segundo a actividade, em 2001 (%) .....	109
Quadro 88	População empregada, jovem (15-29 anos) e adulta (30 anos e mais), empregada segundo a situação na profissão, em 1998-2004 (%) .....	110
Quadro 89	População jovem (15-29 anos) empregada, por grupo etário, segundo a situação na profissão, em 1998 e 2004 (%) .....	110
Quadro 90	População jovem (15-29 anos) empregada, por sexo, segundo a situação na profissão, em 1998-2004 (%) .....	111
Quadro 91	População jovem (15-29 anos) empregada, segundo a situação na profissão em 2004, por região (%) .....	111
Quadro 92	População jovem (15-29 anos) e adulta (30 anos e mais), empregada segundo o tipo de contrato, em 1998-2004 (%) .....	112

Quadro 93	População jovem (15-29 anos) empregada, por grupo etário, segundo o tipo de contrato, em 1998 e 2004 (%) .....	113
Quadro 94	População jovem (15-29 anos) empregada, por sexo, segundo o tipo de contrato, em 1998-2004 (%) .....	113
Quadro 95	População jovem (15-29 anos) empregada, segundo o tipo de contrato, por região, em 2004 (%) .....	114
Quadro 96	População jovem (15-29 anos) e adulta (30-75 anos) empregada, segundo o tipo de contrato, em 2000 e 2002 (%) .....	115
Quadro 97	População jovem (15-29 anos) empregada, por grupo etário, segundo o tipo de contrato, em 2000 e 2002 (%) .....	115
Quadro 98	População jovem (15-29 anos) empregada, por sexo, segundo o tipo de contrato, em 2000 e 2002 (%) .....	116
Quadro 99	População jovem (15-29 anos) empregada, por tipo de contrato, segundo o nível de qualificação escolar, em 2002 (%) .....	116
Quadro 100	População jovem (15-29 anos) empregada, por tipo de contrato, segundo a profissão, em 2000 e 2002 (% sobre o tipo de contrato) .....	117
Quadro 101	População jovem (15-29 anos) empregada, por tipo de contrato, segundo a profissão, em 2000 e 2002 (% sobre a profissão) .....	118
Quadro 102	População jovem (15-29 anos) empregada, por tipo de contrato, segundo o sector de actividade, em 2000 e 2002 (%) .....	119
Quadro 103	População empregada, por dimensão da empresa, segundo o grupo etário, em 1998, 1999, 2000 e 2002 (%) .....	120
Quadro 104	População empregada, segundo o regime de trabalho, por grupo etário e sexo, em 1998-2004 (%) .....	121
Quadro 105	População jovem (15-29 anos) empregada, segundo o regime de trabalho, por região, em 2004 (%) .....	122
Quadro 106	População jovem (15-29 anos) e adulta (30-75 anos) empregada, segundo o regime de duração do trabalho, em 2000 e 2002 (%) .....	122
Quadro 107	População jovem (15-29 anos) empregada, por grupo etário, segundo o regime de duração do trabalho, em 2000 e 2002 (%) .....	122
Quadro 108	População jovem (15-29 anos) empregada, por sexo, segundo o regime de duração do trabalho, em 2000 e 2002 (%) .....	123
Quadro 109	População jovem (15-29 anos) empregada, por regime de duração do trabalho, segundo o nível de qualificação escolar, em 2000 e 2002 (%) .....	123
Quadro 110	População jovem (15-29 anos) empregada, por regime de duração do trabalho, segundo a profissão, em 2000 e 2002 (%) .....	124

Quadro 111	População jovem (15-29 anos) empregada, por regime de duração do trabalho, segundo a região, em 2000 e 2002 (%) .....	124
Quadro 112	População jovem (15-29 anos) e adulta (30-75 anos) empregada, segundo o escalão de duração do trabalho, em 1998-2002 (%) .....	125
Quadro 113	População jovem (15-29 anos) empregada, por grupo etário, segundo o escalão de duração do trabalho, em 1998-2002 (%) .....	125
Quadro 114	População jovem (15-29 anos) empregada, por sexo, segundo o escalão de duração do trabalho, em 1998-2002 (%) .....	126
Quadro 115	População jovem (15-29 anos) empregada, segundo o escalão de antiguidade na empresa, em 1998-2002 (%) .....	126
Quadro 116	População jovem (15-29 anos) empregada, por grupo etário, segundo o escalão de antiguidade na empresa, em 1998-2002 (%) ....	127
Quadro 117	População jovem (15-29 anos) empregada, por sexo, segundo o escalão de antiguidade na empresa, em 1998-2002 (%) .....	127
Quadro 118	População jovem (15-29 anos) empregada, por escalão de antiguidade na empresa, segundo o sector de actividade, em 1998 e 2002 (%) .....	128
Quadro 119	População jovem (15-29 anos) empregada, por escalão de antiguidade na empresa, segundo a profissão, em 1998 e 2002 (%) .....	129
Quadro 120	População jovem (15-29 anos) empregada, por escalão de antiguidade na empresa, segundo o nível de qualificação escolar, em 1998 e 2002 (%) .....	129
Quadro 121	População jovem (15-29 anos) empregada com qualificação escolar profissional, por grupo etário, segundo o nível de qualificação escolar, em 2000 e 2002 (%) .....	130
Quadro 122	Síntese dos principais indicadores e tendências relativas à população jovem (15-29 anos) empregada com qualificação escolar profissional, em 2000 e 2002 .....	131
Quadro 123	Taxa de desemprego por grupo etário, segundo o sexo, em 1991 e 2001 (%) .....	134
Quadro 124	Taxa de desemprego, por grupo etário, segundo a região, em 1991 e 2001 (%) .....	135
Quadro 125	Taxa de desemprego da população jovem (15-29 anos), por sexo, segundo a região, em 1991 e 2001 (%) .....	135
Quadro 126	Taxa de desemprego nacional e juvenil (15-29 anos), segundo o sexo, em 1998-2004 (%) .....	136
Quadro 127	Taxa de desemprego da população jovem (15-29 anos) e adulta (30 anos e mais), segundo a qualificação, entre 1998 e 2004 (%) .....	137
Quadro 128	População desempregada, por sexo, segundo o grupo etário, em 1991 e 2001 (%) .....	138

Quadro 129	População desempregada, por grupo etário, segundo a situação de procura de emprego, em 1991 e 2001 (%) .....	139
Quadro 130	População jovem (15-29 anos) desempregada, por sexo e grupo etário, segundo a situação de procura de emprego, em 1991 e 2001 (%)	139
Quadro 131	População jovem (15-29 anos) e adulta (30-64 anos) desempregada, segundo o tempo de procura de emprego, em 1991 e 2001 (%) .....	140
Quadro 132	População jovem (15-29 anos) desempregada, por grupo etário, segundo o tempo de procura de emprego, em 1991 e 2001 (%) .....	141
Quadro 133	População jovem (15-29 anos) desempregada, por sexo, segundo o tempo de procura de emprego, em 1991 e 2001 (%) .....	141
Quadro 134	População jovem (15-29 anos) e adulta (30-64 anos) desempregada, segundo o meio de vida, em 1991 e 2001 (%) .....	142
Quadro 135	População jovem (15-29 anos) desempregada, por grupo etário, segundo o meio de vida, em 1991 e 2001 (%) .....	142
Quadro 136	População jovem (15-29 anos) desempregada, por sexo, segundo o meio de vida, em 1991 e 2001 (%) .....	143
Quadro 137	População jovem (15-29 anos) e adulta (30-64 anos) desempregada, segundo o grau de qualificação, em 1991 e 2001 (%) .....	143
Quadro 138	População jovem (15-29 anos) desempregada, por grupo etário, segundo o grau de qualificação, em 1991 e 2001 (%) .....	144
Quadro 139	População jovem (15-29 anos) desempregada, por sexo, segundo o grau de qualificação, em 1991 e 2001 (%) .....	145
Quadro 140	População jovem (15-29 anos) e adulta (30-64 anos) desempregada, segundo a profissão, em 1991 e 2001 (%) .....	145
Quadro 141	População jovem (15-29 anos) desempregada, por grupo etário, segundo a profissão, em 1991 e 2001 (%) .....	146
Quadro 142	População jovem (15-29 anos) desempregada, por sexo, segundo a profissão, em 1991 e 2001 (%) .....	147
Quadro 143	População jovem (15-29 anos) e adulta (30 anos e mais) desempregada, inscrita no Centro de Emprego e a receber subsídio de desemprego/subsídio social de desemprego, em 1998-2004 (% face à população desempregada) .....	148
Quadro 144	População jovem (15-29 anos) desempregada, inscrita no Centro de Emprego e a receber subsídio de desemprego/subsídio social de desemprego, segundo a região, em 2004 (% face à população desempregada) .....	149
Quadro 145	Desemprego registado, segundo o grupo etário, de 1998 a 2003 (%) .....	150
Quadro 146	Desemprego registado, por grupo etário, segundo o sexo, de 1998 a 2003 (%) .....	151

Quadro 147	Desemprego registado na população jovem (até 29 anos) e adulta (30 anos e mais), segundo a região, de 1998 a 2003 (% sobre o grupo etário)	152
Quadro 148	Desemprego registado na população jovem (até 29 anos) e adulta (30 anos e mais), segundo a região, de 1998 a 2003 (% sobre a região)	153
Quadro 149	Desemprego registado na população jovem (até 29 anos), por grupo etário, segundo a região, de 1998 a 2003 (%) .....	154
Quadro 150	Desemprego registado na população jovem (até 29 anos), por sexo, segundo a região, de 1998 a 2003 (%) .....	155
Quadro 151	Desemprego registado na população jovem (até 29 anos) e adulta (30 anos e mais), segundo o grau de qualificação, de 1998 a 2003 (%)	156
Quadro 152	Desemprego registado na população jovem (até 29 anos) por grau de qualificação, segundo o grupo etário, de 1998 a 2003 (%) .....	157
Quadro 153	Desemprego registado na população jovem (até 29 anos) e adulta (30 anos e mais), por tempo de inscrição, de 1998 a 2003 (% sobre o tempo de inscrição) .....	159
Quadro 154	Desemprego registado na população jovem (até 29 anos) e adulta (30 anos e mais), por tempo de inscrição, de 1998 a 2003 (% sobre o grupo etário) .....	160
Quadro 155	Desemprego registado na população jovem (até 29 anos), por tempo de inscrição, segundo o grupo etário, de 1998 a 2003 (%) ...	161
Quadro 156	Desemprego registado na população jovem (até 29 anos) e adulta (30 anos e mais), por situação de procura de emprego, de 1998 a 2003 (% sobre a situação de procura de emprego) .....	162
Quadro 157	Desemprego registado na população jovem (até 29 anos) e adulta (30 anos e mais), por situação de procura de emprego, de 1998 a 2003 (% sobre o grupo etário) .....	163
Quadro 158	Desemprego registado na população jovem (até 29 anos), por situação de procura de emprego, segundo o grupo etário, de 1998 a 2003 (% sobre a situação de procura de emprego) .....	164
Quadro 159	Desemprego registado na população jovem (até 29 anos), por situação de procura de emprego, segundo o grupo etário, de 1998 a 2003 (% sobre o grupo etário) .....	165
Quadro 160	Desemprego registado na população jovem (até 29 anos) e adulta (30 anos e mais), por profissão, de 1998 a 2003 (% sobre a profissão)	166
Quadro 161	Desemprego registado na profissão jovem (até 29 anos) e adulta (30 anos e mais), por profissão, de 1998 a 2003 (% sobre o grupo etário)	167
Quadro 162	Desemprego registado na população jovem (até 29 anos), por profissão, segundo o grupo etário, de 1998 a 2003 (%) .....	168
Quadro 163	Desemprego registado na população jovem (até 29 anos) e adulta (30 anos e mais), por actividade, de 1998 a 2003 (%) .....	169

Quadro 164	Desemprego registado na população jovem (até 29 anos), por actividade, segundo o grupo etário, de 1998 a 2003 (%) .....	170
Quadro 165	Taxa de satisfação da procura na população jovem (até 29 anos), segundo o grupo etário, o sexo e a região, de 1998 a 2003 (%) .....	171
Quadro 166	Taxa de variação da satisfação da procura na população jovem (até 29 anos), por grupo etário, segundo a região, entre 1998 e 2003 (%) .....	172
Quadro 167	Colocações, por grupo etário, segundo o sexo, de 1998 a 2003 (%) .....	173
Quadro 168	Taxa de variação das colocações, por grupo etário, segundo o ano e sexo, de 1998 e 2003 (%) .....	173
Quadro 169	População jovem (15-29 anos) e adulta (30 anos e mais) a receber subsídio de desemprego, por tipo de subsídio e sexo, em 1998-2003(%) .....	174
Quadro 170	Taxa de variação anual da população jovem (15-29 anos) e adulta (30 anos e mais) a receber subsídio de desemprego, por tipo de subsídio e sexo, em 1998-2003 .....	176
Quadro 171	População jovem (15-29 anos) a receber subsídio de desemprego, por tipo de subsídio e região, em 1998-2003 (%) .....	177
Quadro 172	Taxa de variação anual da população jovem (15-29 anos) a receber subsídio de desemprego, por tipo de subsídio e região, em 1998-2003 (%) .....	178
Quadro 173	População jovem (15-29 anos) a receber subsídio de desemprego, por tipo de subsídio, grupo etário e sexo, em 1998-2003 (%) .....	179
Quadro 174	Taxa de variação anual da população jovem (15-29 anos) a receber subsídio de desemprego, por tipo de subsídio, grupo etário e sexo, em 1998-2003 (%) .....	180
Quadro 175	População jovem (15-29 anos) a receber subsídio de desemprego por tipo de subsídio, grupo etário, sexo e região, em 2003 (%) .....	181
Quadro 176	Taxa de variação da população jovem (15-29 anos) a receber subsídio de desemprego, por tipo de subsídio, grupo etário, sexo e região, entre 1998 e 2003 (%) .....	182

## INTRODUÇÃO

O estudo *Os jovens e o mercado de trabalho: caracterização, estrangulamentos à integração efectiva na vida activa e a eficácia das políticas*, cujos resultados constituem o presente texto, teve por objectivo geral conhecer a situação dos jovens portugueses face ao mercado de trabalho. Num contexto de grandes mudanças sociais e económicas como as que têm caracterizado os processos de modernização e de globalização, as modalidades de inserção profissional protagonizadas pelas gerações mais novas pouco ou nada têm em comum com as que foram vividas pelas gerações que as antecederam.

Nas sociedades de economia mais desenvolvida o emprego nos serviços ultrapassa o do sector industrial, deslocalizado para regiões que o tornam mais competitivo (DiMaggio, 2001). As transformações tecnológicas impõem novas formas de organização do trabalho nas quais impera o paradigma da flexibilidade, a par com requisitos qualificacionais de actualização permanente, por um lado, enquanto, por outro, se assiste a um acentuado declínio da regulação laboral, com a consequente precariedade daí advinda. Aos tradicionais empregos a tempo inteiro e contratos sem termo, sucedem cada vez em maior número trabalhos em horários atípicos e contratos individualizados de curta duração (Castells, 2000; Supiot, 2001).

A sociedade portuguesa, contudo, apresenta traços que em parte ainda a fazem manter afastada designadamente dos sistemas de emprego dos restantes países da União Europeia. Os modelos técnico-organizacionais de muitas das nossas empresas ainda carecem de modernização, com a inerente dificuldade em integrar recursos humanos qualificados, nomeadamente as jovens gerações com formação superior. Além disso, continuamos a apresentar elevados índices de população com baixas qualificações, mesmo entre os mais novos, ainda que os correspondentes níveis salariais há muito tenham deixado de ser competitivos face aos de outros países como os do continente asiático. Daqui decorre um cenário de desemprego crescente, o qual tem particular incidência nas franjas juvenis, de baixa mas, também, de elevada qualificação.

Com esta pesquisa pretendeu-se fazer a caracterização da situação profissional dos jovens portugueses, tendo como pano de fundo a

Estratégia Europeia para o Emprego (EEE) e as políticas formativas e de emprego que dela emanam, à escala nacional. Especificamente, o estudo visa responder a cinco objectivos específicos, conquanto complementares, a saber: i) caracterizar, de modo extensivo, a situação e evolução da participação da população jovem no mercado de trabalho, nomeadamente em termos de níveis de habilitação/qualificação, sexo, situação face à actividade, estrutura do emprego (tipo de contrato, regime de trabalho, etc.) e desemprego, procurando associar essas dinâmicas aos dois ciclos económicos que caracterizaram o período de vigência da EEE até ao momento; ii) aprofundar e discutir os padrões de relação entre a inserção na vida activa e a escolaridade/formação profissional, tendo em consideração os diferentes tipos de qualificações escolares e profissionais; iii) identificar os principais obstáculos à transição para a vida activa; iv) avaliar a eficácia das medidas de política educativa, de emprego e formação profissional e outras destinadas a estimular a contratação dos jovens e a evitar o desemprego de longa duração; v) produzir propostas de actuação e recomendações, no sentido de combater os problemas diagnosticados e aperfeiçoar o quadro dos instrumentos de política existentes.

Para a prossecução destes objectivos, foram desenvolvidas três componentes metodológicas: i) um estudo extensivo de caracterização geral dos modos de integração dos jovens na vida activa; ii) um estudo qualitativo de carácter intensivo sobre processos de integração dos jovens na vida activa; iii) uma análise das políticas que directa ou indirectamente contribuem para a inserção profissional dos jovens.

O estudo de caracterização geral envolveu: i) o levantamento de todo um conjunto de documentação e literatura relevante de carácter técnico e científico, nomeadamente diversos estudos realizados em Portugal e noutros países da União Europeia sobre os jovens e o mercado de trabalho; ii) a análise de dados quantitativos sobre a participação dos jovens no mercado de trabalho, provenientes de diferentes fontes estatísticas e bases de dados oficiais, quer a nível nacional, quer a nível comunitário. Refira-se os Censos e o Inquérito ao Emprego, do Instituto Nacional de Estatística, os Quadros de Pessoal, da Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, o Desemprego Registado, do IIEFP, o Desemprego Subsidiado, da Segurança Social, e ainda dados estatísticos do Eurostat e da OCDE. A partir destes dados, e considerando arcos temporais relativos ao período de vigência da EEE e condicionados à disponibilidade nas diversas fontes, foi possível caracterizar exaustivamente a situação dos jovens portugueses face ao emprego e comparar a realidade de Portugal com a dos outros estados-membros da União Europeia – nomeadamente com a Europa dos 15, tendo em conta o período de

análise que o estudo privilegia –, em termos de habilitações/níveis qualificacionais, sexo, condição perante o trabalho, profissão, situação na profissão, regime de ocupação da profissão, regime contratual, situação face ao desemprego, etc. Foram ainda comparadas diferentes faixas etárias no interior da população jovem (que definimos como os que têm idades compreendidas entre 15 e 29 anos), bem como a população jovem com o conjunto da população em idade activa.

O estudo de carácter qualitativo, sobre processos de inserção na vida activa, teve por objectivo aprofundar factores condicionantes do acesso ao mercado de trabalho, seja enquanto facilitadores ou enquanto obstáculo. Centrou-se na realização de entrevistas focalizadas de grupo a jovens de ambos os sexos, em situações diferenciadas perante o mercado de trabalho – à procura de emprego ou já com alguma experiência no mercado de trabalho – e detentores de formações escolares e profissionais distintas: sem escolaridade obrigatória e sem qualificações profissionais; com escolaridade obrigatória e sem qualificações profissionais; com escolaridade obrigatória e com qualificações profissionais; com ensino secundário; com ensino superior. As entrevistas permitiram captar as experiências efectivas dos jovens, através de uma análise dos percursos individuais de cada um deles, bem como perceber que representações, expectativas, necessidades e receios expressam acerca do mercado de trabalho.

A avaliação das políticas foi empreendida em duas vertentes. Procurou-se, por um lado, perceber em que medida os instrumentos directa ou indirectamente direccionados para a inserção dos jovens na vida activa existentes são pertinentes e coerentes, e, por outro lado, analisar a sua capacidade para dar resposta aos problemas diagnosticados. Esta componente do estudo foi levada a cabo essencialmente com base em dois procedimentos: i) a análise documental de um conjunto de documentos relativos a políticas nos domínios da educação, formação e emprego, de legislação laboral e fiscal e outros, quer para permitir um levantamento exaustivo das medidas e sua caracterização ao nível da concepção, quer para obter indicadores de execução e/ou mesmo de impactos dessas medidas nos casos em que se encontram disponíveis; ii) a realização de entrevistas a um conjunto alargado de interlocutores privilegiados, com o duplo objectivo de identificação dos problemas e potencialidades, desafios e bloqueios à inserção dos jovens no mercado de trabalho e de levantamento de propostas de actuação, do ponto de vista daqueles que, de uma forma ou de outra, estão envolvidos na execução ou são beneficiários das medidas.

O presente documento encontra-se estruturado em cinco capítulos. O primeiro, com carácter de enquadramento temático, começa por discutir o conceito de juventude e o modo como ele é operacionalizado

nesta pesquisa, para depois percorrer de forma sistemática os estudos que, em Portugal, têm sido desenvolvidos sobre a juventude em diversos domínios, com especial enfoque nos que respeitam à integração no mercado de trabalho. Termina com a identificação dos factores de bloqueio à entrada dos jovens no mercado de trabalho, que a consulta desses estudos permitiu detectar.

No segundo capítulo dá-se conta dos resultados da análise das diversas fontes estatísticas utilizadas. É constituído por três pontos. No primeiro apresenta-se uma breve caracterização da economia e emprego em Portugal e na União Europeia, a partir de alguns indicadores macro-económicos e relativos ao mercado de emprego, numa perspectiva evolutiva. O segundo, já de carácter mais específico, tem como objectivo abordar, numa perspectiva europeia, indicadores fundamentais relativos à situação dos jovens no mercado de trabalho, apresentando um retrato contextualizado da realidade nacional face às tendências centrais dos restantes Estados-Membros da União Europeia, a partir de dimensões associadas à qualificação escolar, ao emprego e ao desemprego. Trata-se de uma análise sincrónica, utilizando-se dados relativos aos anos mais actualizados de fontes europeias e internacionais fundamentais. No terceiro ponto, procede-se a uma análise mais exaustiva e mais fina, a nível nacional, e numa perspectiva diacrónica, dos traços que caracterizam a situação dos jovens face ao mercado de trabalho, segundo essas mesmas dimensões, com base num conjunto vasto de indicadores de fontes estatísticas oficiais.

A análise das entrevistas de grupo realizadas a jovens com diferentes perfis de qualificação escolar e profissional constitui objecto do terceiro capítulo, onde se discute em profundidade os trajectos, as práticas e as representações de determinados perfis de inserção no mercado de trabalho.

O quarto capítulo centra-se na avaliação das políticas dirigidas à inserção dos jovens no mercado de trabalho. Começando por uma sistematização das dificuldades, problemas e obstáculos a essa inserção, avança-se de seguida para a identificação dos objectivos das políticas e para o levantamento de medidas, finalizando então com uma análise do desempenho das políticas.

A partir dos problemas identificados e do resultado da avaliação das políticas, o capítulo que encerra este relatório é dedicado às principais conclusões e a uma reflexão sobre as orientações, linhas de actuação e medidas a promover, consubstanciada na apresentação de um quadro de propostas e recomendações, estruturado segundo diversos domínios.

# 1. OBSTÁCULOS À INSERÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO: ABORDAGENS SOCIOLÓGICAS

## 1.1. O conceito de juventude

Sendo um conceito omnipresente nos mais diversos registos discursivos, o uso científico do conceito de “juventude” obriga a uma problematização preliminar, visto que apenas aparentemente se reporta a uma condição biológica objectivamente definida. Na verdade, o conceito de “juventude” constitui, acima de tudo, uma construção social, sendo pois variável consoante o contexto social e histórico em que nos encontramos. Esta constatação levou mesmo alguns sociólogos a afirmar que “a juventude não é mais do que uma palavra” (Bourdieu, 1984).

Nas sociedades tradicionais, em que as crianças desde muito cedo colaboravam nas actividades produtivas e assumiam responsabilidades familiares, o conceito de juventude teria pouco ou nenhum sentido. Um estudo clássico da antropologia (Mead, 1928) mostrou, por exemplo, que as características (inclusive psicológicas) associadas à juventude na sociedade americana não tinham qualquer correspondência com uma fase específica de vida em algumas sociedades tribais.

A juventude enquanto grupo social com práticas, valores e estilos de vida distintivos surgiu, pois, com o advento da modernidade e com a expansão da escolaridade, à medida que um número cada vez maior de indivíduos foi afastado da esfera de produção durante o período de amadurecimento psico-biológico. E surgiu, gradualmente, primeiro para as elites e, depois, para uma parte cada vez maior das denominadas “classes médias”.

Mais recentemente, o conceito tem sido, de novo, alvo de discussões, visto que o final da escolaridade, a independência económica (em geral através de um emprego estável), a saída de casa e o casamento, momentos que marcam o processo de transição, tendem a ser menos definidos (ou menos definitivos) e a não coincidir no tempo. Neste sentido, as transições para a vida adulta deixaram, progressivamente, de ser processos lineares e bem delimitados no tempo, passando a constituir percursos longos, complexos e individualizados.

Todavia, note-se que este “prolongamento da juventude” está longe de abranger toda a população, como é facilmente aferido por uma

consulta rápida às estatísticas demográficas. Em Portugal, cerca de 40% dos jovens entra no mercado de trabalho antes dos 18 anos (Alves, 1998); 36% das pessoas que casam e 19% das que têm filhos fazem-no antes dos 25 anos (Estatísticas Demográficas 2001, INE). Muitos jovens continuam a caracterizar-se por “transições aceleradas”, mesmo quando implicam um período relativamente longo de “independência precária”.

Enquanto país caracterizado por traços de uma “modernidade inacabada” (Machado e Costa, 1998), a aproximação a muitos processos estruturais e culturais das outras sociedades europeias coexiste ainda, em paralelo, com índices elevados de abandono escolar e entrada precoce na vida profissional e familiar. Uma parte substancial da população jovem portuguesa continua a viver à margem das oportunidades e vivências que caracterizam a juventude na generalidade das sociedades europeias.

Assim sendo, a complexidade das sociedades contemporâneas autoriza a que, no seu interior, o conceito de juventude varie consideravelmente de significado consoante o contexto social em que é utilizado. Ou seja, se, por exemplo, no meio operário, a juventude tende a ser um estado passageiro que pode terminar antes dos 20 anos, com a assunção de responsabilidades familiares e profissionais, por outro lado, nas esferas empresariais, já se fala de “jovens empresários” com 40 anos ou mais.

Sendo caracterizado socialmente por esta fluidez e polissemia relativa, o conceito de juventude necessita, por outro lado, de ser bem delimitado de forma a constituir uma categoria operacional na investigação sociológica. Isto é, mantendo a noção de que a juventude constitui uma construção social, variável consoante o contexto, é importante no início da presente pesquisa definir claramente o universo que se pretende estudar.

Tendo em consideração que se pretende trabalhar com a totalidade da população portuguesa e que o enfoque privilegiado é a entrada no mercado de trabalho, optou-se por uma definição de juventude como a totalidade dos indivíduos que se situam entre os 15 e os 29 anos. Esta delimitação respeita as categorias quinquenais que organizam grande parte do trabalho estatístico, o que é particularmente útil, visto nesta pesquisa se trabalhar em boa parte com fontes estatísticas indirectas.

Além disso, esta delimitação é de uso corrente nas ciências sociais portuguesas, visto que: a) os 15 anos de idade constituem o marco etário em que os jovens podem terminar a escolaridade básica e, os 16 anos, a idade mínima de entrada na vida activa; b) os 30 anos são, em geral, considerados o momento em que os indivíduos terminam o seu processo de inserção na vida profissional e estão a iniciar um projecto de vida independente, eventualmente começando trajectos de coabitação e/ou parentalidade (o referido prolongamento da juventude tem levado alguns investigadores a estender a categoria até aos 34 anos).

## 1.2. Estudos sobre juventude

A juventude tem sido objecto de diversas investigações sociológicas em Portugal nos últimos anos. Estas pesquisas são fundamentais para enquadrar o presente estudo sobre os modos de entrada dos jovens no mercado de trabalho e incluem também alguns contributos substantivos para a análise desta temática. Em traços gerais, pode-se dividir estes estudos em seis linhas diferentes, consoante os temas, equipas e metodologias que têm sido desenvolvidos. Note-se que esta “revisão da literatura” centrar-se-á mais nos observatórios permanentes e nos estudos publicados nos últimos cinco anos. Para uma revisão da literatura mais antiga sobre o tema, vale a pena consultar a realizada por José Machado Pais (1996).

### a) Caracterizações gerais

O início dos estudos quantitativos sobre a juventude portuguesa confunde-se com o próprio início da Sociologia em Portugal, nomeadamente, com as pesquisas fundadoras de Adérito Sedas Nunes (1967) sobre os estudantes universitários nos anos 60. Todavia, estes estudos apenas foram reiniciados de forma sistemática nos anos 80 e 90.

Neste contexto, ganham relevo, pela sua extensão, consistência, continuidade e profundidade analítica e temática, os estudos realizados por uma equipa alargada de investigadores no âmbito do Observatório Permanente da Juventude, do Instituto de Ciências Sociais, em parceria com o Instituto Português da Juventude (ver AA. VV., 1987; AA. VV., 1993; Pais e Cabral, 1998; Figueiredo e outros, 1999; Pais, 2001). Tais estudos têm, periodicamente, realizado caracterizações extensivas da juventude, incluindo a análise sistemática das situações estruturais (económica, escolar, profissional, familiar) e também das disposições e orientações culturais.

Os valores têm ainda sido um tema central nestes trabalhos, quer numa perspectiva integradora (Pais e outros, 1998; Figueiredo, 2001; Ferreira, 2003), quer relativamente a questões específicas como a consciência histórica (Pais, 1999) ou o racismo (Vala e outros, 2003). Nas questões relativas ao mercado de trabalho, mais importantes para a presente investigação, é possível notar que entre os jovens emergem orientações mais de auto-realização face ao trabalho, sendo contudo ainda uma grande minoria face à orientação dominante do trabalho enquanto meio de subsistência.

À margem do Observatório da Juventude, diversos outros estudos extensivos de caracterização têm sido realizados à totalidade da juventude (Pereira, 2000), em regiões circunscritas – como, por exemplo,

o estudo sobre os jovens do concelho de Loures (Almeida e outros, 1996) – ou a grupos específicos da população, como os estudantes universitários.

Neste último ponto, é de salientar uma linha de pesquisa desenvolvida no CIES nas últimas duas décadas e que tem realizado caracterizações extensivas da população universitária portuguesa, ao nível das suas origens sociais, condições económicas, redes de sociabilidade, experiências de trabalho, práticas e representações, expectativas e orientações para o futuro (Costa e outros, 1990; Mauritti, 2000; Almeida e outros, 2003; Machado e outros, 2003). Estes estudos têm vindo a alargar-se quer em termos de amostras utilizadas quer em termos temáticos, acompanhando o processo de expansão acelerada do ensino superior nos últimos 20 anos. Nesse espaço de tempo, várias mudanças significativas têm sido observadas, não só ao nível da composição social dos estudantes universitários, mas também ao nível das suas práticas e expectativas. Outros investigadores têm também trabalhado esta questão, no caso dos estudantes do ensino superior da cidade do Porto (Fernandes e outros, 2001) ou da Universidade de Coimbra (Estanque e Nunes, 2003).

#### b) Educação

Cada vez mais, a escola constitui um espaço central de estruturação dos quotidianos juvenis, das suas redes e identidades, dos seus projectos e trajectos. Neste sentido, diversos estudos recentes têm analisado esta relação, nem sempre pacífica, dos jovens com o processo de escolaridade. Estas pesquisas têm sido realizadas quer por sociólogos da juventude quer por investigadores da área das ciências da educação, mas que se têm especializado na análise das questões sociais (ver Abrantes, 2004).

Para uma caracterização geral e quantitativa desta realidade, pode-se recorrer aos trabalhos referidos do Observatório da Juventude (Matias, s. d.; Alves, 1998) que se centram nos trajectos e expectativas dos jovens face à escolaridade ou também a trabalhos de grande síntese como os de Grácio (1997) ou Sebastião (1998).

No entanto, estas investigações têm sido complementadas por análises qualitativas ou mesmo etnográficas acerca da experiência escolar dos jovens (ver Pais, 2001). Entre as mais recentes, contam-se os seguintes trabalhos: Lopes (1996), sobre as práticas culturais dos estudantes de algumas escolas do centro do Porto; Seabra (1999), sobre a relação entre socialização familiar e escolar; Arroiteia e outros (2000), sobre as práticas escolares e as expectativas dos jovens numa escola em contexto semi-rural; Stoer e outros (2000), sobre a relação entre escolaridade e integração na vida profissional; Fonseca (2001), sobre as experiências e

trajectórias escolares das raparigas; Campos e Mateus (2002), sobre os quotidianos de uma escola básica 2-3 no contexto de um bairro suburbano desfavorecido; ou Abrantes (2003), sobre a relação entre trajectos de escolaridade e identidades juvenis. Ainda neste âmbito, Pinto e outros (2000) desenvolveram uma interessante reflexão sobre o duplo estatuto de “jovem” e “aluno” no Portugal contemporâneo.

Por outro lado, problemas da relação dos jovens (sobretudo dos grupos mais desfavorecidos) com a escola, como a violência, o insucesso e o abandono e que continuam a assumir proporções muito grandes em Portugal, têm sido estudadas em pormenor por diversos investigadores, em articulação com as questões mais alargadas da pobreza e da exclusão social (Benavente e outros, 1994; Sebastião e outros, 2003); violência na escola, (Correia e Matos, 2003); Alves e Canário, 2004) ou das minorias étnicas (Bastos e Bastos, 1999; Seabra e Mateus, 2004).

Na intersecção entre estas duas perspectivas, alguns autores têm vindo a estudar a relação que os jovens estabelecem com as múltiplas opções no ensino secundário ou no quadro do ensino e formação profissionais. Assim, Silva (1999), ou Mateus (2002) têm estudado, ao pormenor, o complexo processo através do qual os jovens escolhem uma via escolar no final da escolaridade básica e obrigatória. Além disso, um número crescente de estudos têm sido publicados, procurando avaliar consequências sociais dos programas de formação profissional (Comissão Europeia, 2000; Caetano e Garrido, 2003).

c) Integração no mercado de trabalho e transição para a vida adulta

À medida que se tendem a alongar no tempo e a tornarem-se processos complexos e problemáticos, a integração no mercado de trabalho e a transição para a vida adulta têm vindo a constituir objecto de cada vez mais pesquisas por toda a Europa. Se é verdade que existe uma distinção analítica entre ambos os objectos, também é verdade que todos os estudos sobre a transição para a vida adulta enfatizam a importância da entrada no mercado de trabalho como passo fundamental nessa passagem.

Neste sentido, alguns estudos têm-se centrado na diversidade dos percursos juvenis – frequentemente problemáticos – entre os sistemas de ensino e de emprego, enfatizando as estratégias (individuais e sistémicas) de adaptação entre ambos, mas também os desfasamentos manifestos, que se convertem em perigos de exclusão social, em particular, para os jovens de meios mais desfavorecidos, com trajectos escolares de insucesso e pouco suporte económico a nível familiar (Lima, 1992; Carvalho, 1998; Stoer e outros, 2000; Pais, 2001). A diversidade e a transforma-

ção de expectativas face ao trabalho, no caso específico dos jovens universitários são exploradas por Teixeira (2001).

Numa perspectiva mais abrangente, procurando articular as dimensões da educação e do trabalho com as outras esferas da vida social (família, lazer, identidades, etc.), outros investigadores têm procurado explorar os complexos processos de transição para a vida adulta.

Em colaboração com diversos projectos europeus sobre juventude, Machado Pais (1998, 1999, 2000, no prelo) tem desenvolvido pesquisas aprofundadas sobre vários aspectos da transição dos jovens para a vida adulta, num contexto social e profissional em profunda mudança. Também integrada numa rede europeia de estudos nesta temática, uma linha de investigação no CIES tem vindo a desenvolver pesquisas sobre os factores estruturais e culturais que enquadram este processo progressivo de entrada na vida adulta e a forma como é vivido em vários países europeus, consoante o género e a classe social (Guerreiro, 1998; Smithson e outros, 1998; Lewis e outros, 1999; Guerreiro e Abrantes, 2005). Diferentes padrões de transição foram, então, identificados nestes estudos.

Ana Paula Marques (2003) desenvolve uma conceptualização alargada da própria juventude enquanto transição entre diferentes esferas de socialização, centrando-se nas tensões, desfasamentos e (possíveis) rupturas entre estes universos.

#### d) Cultura(s) da juventude

Uma parte significativa dos estudos sobre juventude conduzidos em Portugal tem-se debruçado sobre a questão das culturas juvenis, temática que se cruza com muitas outras áreas, nomeadamente a sociologia urbana, da cultura ou da identidade. Estes estudos assinalam o modo como as identidades e as biografias dos jovens se tornam intensamente individuais, reflexivas e complexas, simultaneamente objecto de inúmeras escolhas e decisões. Elementos como o individualismo, a amizade, o lazer e os consumos (Conde, 1998) ou a experimentação e a realização (Pais, 2001) tornam-se centrais nas sociedades modernas e são particularmente associados às camadas jovens.

Em Portugal, o trabalho de Pais (1993) afigura-se como a principal referência para se pensar as culturas juvenis. O autor enfatiza a importância da vida quotidiana dos jovens, atribuindo um grande peso à sua pertença grupal e às práticas de sociabilidade e lazer associadas a esses grupos. Todavia, mostra também como em contextos sociais diferenciados, emergem culturas juvenis muito distintas.

A maior parte dos estudos realizados nos últimos anos debruça-se sobre aspectos específicos das culturas juvenis, nomeadamente as culturas de marginalidade (Ferreira, 1999); as práticas artísticas dos jovens

(Santos e outros, 2003); o lazer e tempos livres (Santos, 1999); as culturas e práticas universitárias (Frias, 2003); as práticas corporais (Cabral e Pais, 2003); a sexualidade (Vilar, 1999); as culturas de oposição (Bebiano, 2002) ou as culturas de jovens imigrantes ou filhos de imigrantes (Contador, 2001).

Assinale-se ainda a existência de algumas colectâneas de relevo, integrando textos sobre modos de vida juvenis (Pais, 1999; Pais e Blass, 2004) e um conjunto de trabalhos de cariz monográfico sobre aspectos específicos de movimentos subculturais associados a esta faixa etária – nomeadamente o movimento rap ou a cultura associada à frequência de raves – (veja-se, a título de exemplo: Fradique, 2003; Azevedo, 2002).

#### e) Relações familiares

Uma outra linha de investigação sobre a juventude debruça-se sobre as transformações na esfera privada e familiar que ocorrem em contexto de modernidade. Tal como acontece nos restantes países europeus, a família continua a ter uma importância primordial para os jovens portugueses (Almeida, 1990), mas simultaneamente parece ter acontecido, nas últimas décadas, uma profunda transformação dos modelos familiares, no sentido da livre escolha do cônjuge, desinstitucionalização e laicização do casamento, valorização das relações afectivas, aceitação das liberdades individuais e democratização das relações entre os vários elementos da família (Torres, 2002). Estas tendências são confirmadas em diferentes estudos sobre as novas transições para a conjugalidade dos jovens portugueses, assinalando nomeadamente as diferentes formas de conjugalidade (Vala, Cabral e outros, 2003).

Estes estudos sugerem que, ainda que a opção ideológica por viver e ter filhos sem recurso ao matrimónio esteja em claro crescimento, a coabitação tradicional (por falta de recursos) e a situação das “mães sós” em contextos desfavorecidos continuam a constituir a maior parte do universo de famílias não institucionalizadas (Ferreira e Aboim, 2002). A vida a sós, em coabitação ou em comunidade, permanece como muito minoritária, e associada à fase da transição para a vida adulta e entrada na vida conjugal. Com efeito, na maior parte dos casos, o casamento constitui um objectivo pretendido (Almeida, Guerreiro e outros, 1998; Lalanda, 2002; Vasconcelos, 1998; Almeida, 1990; Almeida, Ávila e outros, 2003).

Outros estudos debruçam-se sobre o modo como os papéis de género permanecem distintos e assimétricos (Amâncio, 1994) e como as próprias formas de viver a sexualidade variam consoante a classe (Pais, 1985; Lalanda, 2002; Ferreira e Aboim, 2002) e o género (Vasconcelos, 1998). Note-se que, em Portugal, quer a coabitação, quer a parentali-

dade sem casamento, registam índices mais elevados precisamente nas faixas mais desfavorecidas das populações.

Tem também sido assinalada uma mudança a nível das noções de parentalidade, o modelo inevitabilista e não-planificado transformou-se numa concepção moderna, baseada no planeamento, realização pessoal, e dissociação entre sexualidade, procriação e conjugalidade (Torres, 1995; Almeida, Guerreiro e outros, 1998; Cunha, 2000; Torres, 2001; Torres, 2002). Simultaneamente, as concepções de maternidade e paternidade estão a ser desafiadas, e diversos estudos assinalam os papéis dos novos pais, co-responsáveis pela educação dos seus filhos (Torres e Silva, 1998; Balancho, 2001; Perista, 2002).

A modernidade é também caracterizada por uma transformação radical no estatuto das mulheres. Após um período em que as mulheres se dedicavam fundamentalmente às tarefas domésticas, as últimas décadas têm sido marcadas pela (re)entrada, em larga escala, das mulheres no mercado de trabalho, algo que decorre a par com um incremento nos níveis de qualificação e ambições profissionais. Persiste, todavia, uma concepção profundamente assimétrica dos papéis de género.

#### f) Os jovens e a exclusão social

Os jovens são também uma faixa etária que tem sido associada em diversos estudos a uma maior fragilidade e vulnerabilidade face a diversos contrangimentos sociais. Nesse sentido, alguns dos trabalhos realizados em Portugal sobre juventude assinalam a relação entre este escalão etário e a problemática da exclusão social.

A problemática da toxicodependência juvenil tem sido uma das mais discutidas, através de diversos estudos sobre o tema – quer na área da sociologia ou antropologia (veja-se, por exemplo, Chaves, 1996), quer na área da psicologia. Esta questão relaciona-se ainda com o tema da delinquência juvenil e o das culturas de marginalidade, discutidos em diversos textos, que enfatizam a particular vulnerabilidade da juventude em contextos de exclusão social (Sebastião, 1998; Ferreira, 1999).

Um aspecto particular dos jovens em situação de exclusão – o caso das crianças e jovens institucionalizados e afastados da família – tem também sido alvo de alguma bibliografia (IDS, 2000), muitas vezes numa óptica de intervenção.

Finalmente, a sociologia da identidade tem também abordado especificamente a questão da construção de identidades juvenis em contexto de exclusão social (Garcia, 2000; Gonçalves, 1996).

### 1.3. Mudanças no mercado de trabalho

A modernidade implicou, primeiramente, a passagem de uma sociedade baseada na agricultura para uma centrada na indústria e, posteriormente, para uma sociedade em que os serviços adquirem uma cada vez maior importância. Tudo isto tem implicado diversas e profundas alterações ao nível do mercado de trabalho, dos perfis profissionais e qualificacionais e do tipo de emprego, o que tem sido assinalado em diversos estudos.

Os processos de modernidade e globalização têm, particularmente, gerado enormes convulsões no mercado de trabalho. Numa primeira fase, desenvolveram-se grandes organizações, fortemente centralizadas e hierarquizadas, preparadas para a produção em larga escala, e geradoras de condições de trabalho rígidas e estandardizadas, negociadas colectivamente com o estado e os sindicatos. Subsistem ainda algumas franjas de trabalho informal e desregulado, mas eram associadas a sectores económicos periféricos ou “tradicionalistas”. Todavia, no último quarto do século XX, esta mescla dos modelos *taylorista* e burocrático parece ter entrado em crise, sendo progressivamente substituída por uma multiplicidade de modelos mais versáteis e flexíveis, baseados na formação, na flexibilidade e nas redes (Madureira, 2000).

Assiste-se assim à extensão de formas “atípicas” de emprego, muitas vezes, nos interstícios das economias formais e com níveis insuficientes ou nulos de protecção social (Rodrigues, 1988). Simultaneamente, o desemprego tem vindo a crescer. Em Portugal, dado o carácter tradicionalmente informal de parte da economia, encontra-se dificultada uma quantificação objectiva desta realidade (Rodrigues, 1988; Pais, 1998). Ainda assim, tudo indica que a expansão do desemprego foi atenuada nos anos 80, mas aumentou na década seguinte, contrariando as tendências de recuperação registadas na UE (Costa e outros, 2000). Os anos 90, em Portugal, foram assim marcados pelo crescimento do desemprego, atingindo sobretudo os jovens com qualificações baixas ou intermédias (por exemplo, ensino secundário completo), mas começando a emergir mesmo nos grupos mais qualificados (Capucha, 1998; Grácio, 2000).

Os diversos estudos feitos em Portugal sobre mudança organizacional têm relevado alguns dos maiores processos em transformação, nomeadamente: novas formas de trabalho, processos de deslocalização, *outsourcing*, trabalho temporário, *part-time* ou tele-trabalho. Encontra-se uma vasta bibliografia sobre mudança organizacional, principalmente discutindo as questões do trabalho, emprego e estrutura organizacional (Soares, 1986; Cordeiro, 1997; Kovacs, 1997; Freire, 1998; Almeida, 1999; Pimentel, 1999; Rebelo, 1999; Caetano e Tavares, 2000; Ferreira, 2000; Rosa, 2000; Ramalho, 2001; Casaca, 2004).

Os estudos desenvolvidos neste âmbito enquadram-se em diferentes áreas disciplinares (sociologia das organizações, psicossociologia ou gestão de recursos humanos) e centram-se na identificação das principais dinâmicas de mudança (Vala e outros, 1994; Kovacs, 1997; Pimentel, 1999; Caetano e Tavares, 2000), nos diferentes padrões de inovação e modernização (Stoleroff, 1994; Freire, 1998) e nas atitudes perante a mudança (Pinto, 2000; Teixeira, 2002).

A maior parte dos estudos atenta particularmente num aspecto específico da mudança organizacional, por exemplo, precarização do emprego e *dejobbing* (Pimentel, 1999), deslocalização (Ramalho, 2001), trabalho precário (Rosa, 2000), novas formas de contratação (Almeida, 1999) ou trabalho em *part-time*. Neste âmbito, Portugal segue as tendências europeias de mudança, mas o trabalho a tempo parcial parece permanecer algo minimizado. Note-se que, embora alguns estudos (Santana, Centeno e outros, 2001; Rebelo, 2002) o refiram como uma escolha do trabalhador (por exemplo, por necessidade de conciliação entre trabalho e família), tem sido apontado que em grande parte das vezes, o trabalho a tempo parcial, tal como outras formas contemporâneas de emprego, opera principalmente em benefício das entidades empregadoras (Rebelo, 2002; Lopes, 1999).

Este processo de precarização das relações e vínculos laborais (Freire, 1998) tem consequências profundas nas identidades profissionais (e pessoais) e na estrutura social. Ou seja, os novos “trabalhadores livres” dispõem de mais oportunidades, liberdade e controlo, mas muito menos identificação e segurança laboral, dado que circulam continuamente no mercado.

Todos estes estudos apontam para dinâmicas de flexibilização (Silva, 2001; Correia, 2001; Cardoso, 1999; Casaca, 2004), sendo de assinalar que, quando se fala de flexibilização, está-se a falar de um complexo de tendências em sentidos díspares. Pode significar a mobilidade dos trabalhadores entre funções e organizações (o que parece do agrado da grande maioria dos jovens), mas pode também significar o recurso a mão-de-obra barata, condições de trabalho precárias e facilidade de despedimento para as entidades empregadoras. Este aspecto é bem visível na questão dos horários: embora a flexibilidade possa significar que os trabalhadores gerem o seu tempo de trabalho, o que facilita a conciliação com a esfera familiar, o que é mais frequente é significar um aumento considerável das horas de trabalho por semana, provocando dificuldades acrescidas aos quotidianos familiares, sem que os trabalhadores (sobretudo precários ou a prazo) possam contestar ou receber vencimentos extra.

Um aspecto fundamental é que as tendências gerais de flexibilidade e individualização das condições de trabalho têm traduções muito diversas consoante os sectores de actividade e as categorias profissionais

(Rodrigues, 1988). As mudanças organizacionais, marcadas pela crescente competição, privatização e concentração do tecido empresarial (Freire, 1998), parecem assim apontar para a diferenciação entre um núcleo forte de trabalhadores altamente qualificados e criativos, com altos níveis de rendimentos e de poder, e uma maioria de empregados anónimos e descartáveis, com trabalhos rotineiros, vínculos precários, rendimentos reduzidos e sem benefícios sociais (Madureira, 2000).

Para além da questão da precarização e flexibilização, outros tópicos têm sido estudados sob a égide do conceito de mudança organizacional. O impacto das novas tecnologias, por exemplo, tem sido alvo de diversos estudos (Moniz, 1998). Conceitos como qualificações, competências e atitudes surgem como determinantes. Veja-se, por exemplo, um estudo de António Caetano e Jorge Vala sobre as atitudes perante as novas tecnologias da informação e comunicação (Caetano e Vala, 1994) ou um importante artigo de Manuel Mira Godinho sobre as relações entre recursos humanos e ciência e tecnologia (Godinho, 1999). O impacto das tecnologias nas novas formas de emprego (Esteves, 2003) e alguns estudos específicos sectoriais (por exemplo, Patrício, 2002) completam o espectro de trabalho sobre este tema.

Intimamente ligada à questão das novas tecnologias surge-nos a temática das qualificações. Um dos alicerces fundamentais da modernidade é, precisamente, o permanente desenvolvimento científico e tecnológico, que tem provocado um crescimento exponencial dos “sistemas periciais” e das profissões técnicas, baseadas nos conhecimentos adquiridos através dos sistemas escolares e académicos. Este fenómeno conduziu ao enorme aumento dos níveis de qualificações das populações (Machado e Costa, 1998), embora a desqualificação permaneça a regra em muitos sectores.

Os estudos realizados em Portugal nos últimos anos também abrangem este tema, discutindo particularmente a formação profissional e a importância da aprendizagem ao longo da vida, ferramentas essenciais para o ajustamento às novas realidades laborais (Moniz e Kovacs, 1997; Santos, 1997; Madureira, 2000; Neves, 2000; Guerreiro e outros, 2002). A maior parte dos estudos nesta área sublinham a persistência de fragilidades estruturais a este nível, enfatizando simultaneamente a importância de alguns projectos pilotos na área da formação (Moniz, 1998). Um estudo nesta área releva dificuldades das empresas em obter fundos para formação. Desta forma, as grandes companhias, com departamentos de recursos humanos, ou que exigem competências muito específicas são as que, tendencialmente, têm melhores práticas de formação (Guerreiro e outros, 2002).

Outra linha de investigação neste domínio centra-se nos aspectos mais comportamentais, organizados em dois grandes grupos: as atitudes

dos trabalhadores face à mudança, e as culturas empresariais/clima organizacional.

Diversos projectos de investigação, principalmente na área da sociologia e da psicologia social tentam perceber como é que os indivíduos respondem à mudança organizacional. É o caso do trabalho de Glória Rebelo sobre a (in)adaptação ao trabalho, focando-se particularmente nas novas tecnologias (Rebelo, 1999). Sobre este assunto, ver também um artigo de Manuel Mira Godinho, enfatizando as fragilidade estruturais e o fosso entre trabalhadores qualificados e os “info-excluídos” (Godinho, 1999; Patrício, 2002), e o trabalho de Filipe Almeida, sobre percepções individuais face à tecnologia (Almeida, 2001), bem como os estudos recentes sobre a utilização da Internet (Cardoso e outros, 2005).

Note-se ainda que os estudos sobre atitudes perante o trabalho têm tentado incluir os diferentes tipos de agentes, nomeadamente, os sindicatos (Alves, 1993; Sampaio, 1998).

Outra linha de pesquisa diz respeito à cultura organizacional (Vala, Monteiro e outros, 1994; José, 1997) e relações de trabalho (Stoleroff, 1995; Guerreiro, 1996; Guerreiro e outros, 2000a). Este campo tem sido, basicamente, dominado por estudos sectoriais.

Finalmente, diversos estudos enfatizam a crescente feminização do local de trabalho (a partir dos anos 70). Estes estudos assinalam a entrada das mulheres no mercado de trabalho, mas também a discriminação horizontal e vertical (e transversal, Ferreira, 2003) que as atinge. A tendência para a concentração das mulheres em determinados nichos de trabalho, as diferenças de retribuição e a dificuldade em atingir determinados graus hierárquicos são discutidas em diversos trabalhos (Albuquerque, 1999; Ferreira, 1999; Lopes, 1999; Rego, 1999; Blass, 2002; Ferreira, 2002; Rebelo, 2002). Note-se que, apesar das altas taxas de trabalho feminino em Portugal, as mulheres registam, relativamente aos homens, taxas mais altas de desemprego de longa duração e maior dificuldade em encontrar o primeiro emprego (Guerreiro, 2000). Tal como Glória Rebelo afirma, as mulheres tendem a ser mais inactivas, mais vítimas de desemprego e mais propensas a trabalhar em condições precárias (Rebelo, 2002).

Estudos em sectores específicos confirmam estes dados – veja-se por exemplo o estudo de Margarida Chagas Lopes e Heloísa Perista (1999) – sublinhando os baixos salários e a precariedade do trabalho feminino. Desta forma, verifica-se que a generalização do trabalho feminino e a ênfase nas qualificações não garantem a igualdade no mercado de trabalho, sobretudo quando este se mantém fortemente estruturado pelas fronteiras de género.

Dentro da problemática do trabalho e género tem também sido relevada a questão da conciliação entre trabalho e família. Os estudos

nesta área centram-se, geralmente, nas estratégias e agências do empregado e não nas da entidade empregadora. Há todavia alguma literatura sobre medidas e práticas organizacionais, apontando para diversas fragilidades estruturais e para uma falta de práticas de conciliação (Fernandes, 2000; Guerreiro, 2001b; Guerreiro e outros, 2003).

#### **1.4. Factores de bloqueio à entrada dos jovens no mercado de trabalho**

As pesquisas realizadas em Portugal nos últimos anos (e identificadas nos tópicos anteriores deste capítulo) incluem alguns valiosos contributos para o tema específico deste estudo: os bloqueios que os jovens enfrentam à entrada no mercado de trabalho. Neste sentido, constituem uma importante base de trabalho para o desenvolvimento de uma pesquisa sustentada e avançada neste domínio.

Factores culturais e estruturais cruzam-se na complexa explicação deste fenómeno. Procurou-se sistematizar estes contributos em dez tópicos referentes a outros tantos factores de estrangulamento à transição dos jovens para a vida activa.

##### **a) Disparidade de competências e qualificações**

Talvez o principal traço estrutural que caracteriza a juventude portuguesa contemporânea (e a distingue da dos restantes países europeus) é a profunda desigualdade que condensa, em termos de qualificações escolares e profissionais.

Por um lado, assiste-se à recente expansão e democratização do ensino superior, concentrando este uma proporção significativa dos jovens portugueses, até uma idade avançada. Se nos anos 89 e 90, a oferta e procura pelo primeiro grau (licenciatura) aumentou exponencialmente, nos anos mais recentes, este nível mostra sinais preocupantes de saturação, sendo que a expansão é transferida para os níveis mais avançados (pós-graduações, mestrados, doutoramentos).

Por outro lado, Portugal continua a distinguir-se por taxas muito altas de insucesso e abandono escolares, logo no ensino básico e (pretenivelmente) obrigatório. Esta herança cultural do Estado Novo foi apenas parcialmente reduzida, mas continua a atingir muitos milhares de jovens que abandonam a escola sem sequer completarem os primeiros nove anos de escolaridade. Alguns voltam a estudar através do ensino recorrente ou de outras modalidades de formação para adultos, procurando através do esforço individual suprimir carências de base na sua formação

inicial, mas por razões de índole diversa a maioria não consegue reunir condições para voltar à escola.

Entretanto, subsistem bloqueios vários, de cariz estrutural e cultural, à generalização de vias intermédias, como os cursos tecnológicos ou profissionalizantes, apesar de existirem algumas experiências muito bem sucedidas neste domínio.

Este quadro de enormes desigualdades qualificacionais dá origem a uma profunda divisão entre os trajectos e oportunidades dos jovens. Sendo que uma parte dos jovens adquire diplomas e competências que lhes permitem lidar com as transformações da sociedade da informação e, em particular, movimentar-se no espaço europeu, outra parte – muito significativa – dos jovens carece de competências para se adaptar aos novos contextos sociais e tecnológicos. Nas sociedades contemporâneas, da informação e do conhecimento, baixíssimos níveis de literacia constituem um dos principais factores de desadaptação profissional e, mais genericamente, de exclusão social (Benavente e outros, 1996).

#### b) Desfasamento entre o sistema de ensino e o sistema profissional

Além do referido hiato qualificacional, um outro desajustamento tem sido apontado como causa para as dificuldades de uma grande parte dos jovens na adaptação às exigências do mercado de trabalho: a distância que continua a separar o sistema educativo e o mercado de trabalho.

O sistema de ensino permanece dominado por uma lógica rígida e academista, em que a preparação dos jovens para o ensino superior é a função privilegiada e as questões da cidadania e da empregabilidade tendem ainda a ser remetidas para as margens dos currículos escolares. Questões como as novas tecnologias ou os direitos laborais raramente encontram enquadramento no ensino escolar.

A recente aposta nos sistemas de ensino tecnológico e profissional veio amenizar esta distância, todavia, estas ofertas: a) continuam a abranger apenas uma minoria dos jovens; b) muitas delas não se descolam também das lógicas eruditas e tradicionais, reduzindo a sua vertente prática e profissionalizante.

Por outro lado, o mercado de trabalho encontra-se em acesa convulsão, exigindo que os (novos) trabalhadores se adaptem muito rapidamente a novos contextos e novas exigências, quer tecnológicos quer mesmo organizacionais.

Note-se que o referido desajustamento entre sistema de ensino e mercado de trabalho não deve apenas ser entendido como uma falha do primeiro. Na verdade, Portugal é caracterizado por uma distância estrutural entre as elites intelectuais e empresariais, o que tem sido frequentemente apontado como uma causa para os bloqueios ao desenvolvimento

económico. O mercado de trabalho sofre os efeitos do facto de os próprios empresários deterem, em geral, níveis de escolaridade baixos e uma relação de desconhecimento (ou mesmo cepticismo) face ao sistema de ensino, verificando-se claras dificuldades na assimilação de profissionais qualificados e não existindo o devido incentivo à formação ao longo da vida – a este propósito, ver tópico d).

c) Flexibilização e precarização do mercado de emprego

Tal como referido anteriormente, o mundo contemporâneo do trabalho é atravessado por profundas transformações, implicando novas dinâmicas de flexibilização, precarização e inovação. Nesse sentido é simultaneamente um mundo de oportunidades, de desafios, escolhas e potencialidades; mas também de riscos, incertezas e dificuldades. Os jovens, ao fazerem a sua primeira entrada no mercado de trabalho, são um dos grupos sociais que mais sofre com estas transformações sociais, particularmente com aquelas que regem o mercado de emprego. As actuais – e precárias – formas de contratação (a termo certo, estágios profissionais, recibos verdes, trabalho temporário) têm um peso acrescido nas faixas etárias juvenis. Uma parte considerável dos jovens que chega ao mercado de emprego debate-se com a necessidade de aceitar este tipo de contrato, o que vai implicar uma maior insegurança laboral. Nomeadamente, torna os jovens mais vulneráveis a processos de *downsizing* e outras reorganizações organizacionais.

A flexibilidade torna-se, assim, um processo que compreende insegurança, sobrecarga de trabalho, mobilidade forçada entre empregos e desemprego, em vez de proporcionar um campo de possibilidades de escolha mais aberto (o que iria de encontro às expectativas dos jovens).

É ainda de assinalar que, embora estes processos de precarização e flexibilização ocorram de forma diferenciada consoante os sectores de actividade e os perfis qualificacionais dos jovens, as tendências de mudança são generalizadas, atravessando tanto o sector privado (principalmente os ramos de negócio onde a competitividade é mais acesa) como o sector público (enquadrando-se numa nova gestão pública que implica também dinâmicas de precarização, até há pouco desconhecidas neste sector).

d) O (sub)aproveitamento das competências dos jovens

O mercado de trabalho contemporâneo é também palco de processos de competitividade acrescida, muitos dos quais baseados na inovação tecnológica constante. A sociedade actual é também a sociedade do conhecimento, da informação, baseada na informática, na tecnolo-

gização, no progresso científico. E, por isso mesmo, a formação, a aquisição de qualificações e de competências adquirem uma primazia única.

A relação entre este panorama de grande exigência qualificacional e a empregabilidade dos jovens pode ser vista em dois sentidos. Por um lado, principalmente em determinados nichos de mercado, como por exemplo na área da informática, consultoria ou finanças, os jovens altamente qualificados conseguem obter empregos relativamente bem remunerados, e nalguns casos (como é o caso da indústria informática) iniciam as suas próprias micro-empresas, respondendo a necessidades e procura patentes no mercado.

Por outro lado, em outros ramos de negócio, verifica-se um subaproveitamento das competências dos jovens (principalmente das competências associadas à sociedade da informação, como o domínio de ferramentas informáticas), já que uma parte considerável do tecido empresarial português ainda se encontra desajustado face a estas exigências e competências. Ou seja, aquilo que poderiam ser potencialidades acrescidas dos jovens a entrar no mercado de trabalho tornam-se consideravelmente menos relevantes.

- e) Desajustamento entre as novas orientações perante o trabalho e as exigências do sistema de emprego

Por toda a Europa, os estudos sobre juventude e transição para a vida adulta têm vindo a discutir a emergência nas novas gerações de novas disposições e orientações para o trabalho, registando-se uma tendência para a passagem de uma “ética de trabalho”, em que este é assumido como uma fonte de estatuto social e recursos financeiros, para uma “ética hedonista”, em que este é entendido como uma experiência e uma fonte de auto-realização pessoal.

Neste sentido, os jovens procuram, cada vez mais, circular entre trabalhos criativos e emocionantes, com tempos e espaços muito flexíveis e em que possam conhecer diferentes locais e diversas pessoas. Por outro lado, este tipo de trabalho continua a caracterizar segmentos específicos e muito minoritários do mercado de trabalho, permanecendo este dominado por empregos rotineiros, em que os horários e locais de trabalho são rígidos e bem definidos. Tal desfasamento dá origem a uma certa insatisfação e a uma desadaptação estrutural entre as disposições e expectativas juvenis e a procura do mercado de trabalho.

Note-se, contudo, que a maioria dos estudos quantitativos sobre jovens realizados em Portugal mostram que esta tendência é ainda minoritária no nosso país, ou seja, a maioria dos jovens espera (ou deseja) encontrar um emprego seguro e que lhes permita alcançar a independência económica. Embora seja possível observar sinais de aproximação

a esta realidade estudada em outros países europeus, a referida concepção hedonista do trabalho é apenas observada em certos segmentos específicos – com elevados capitais culturais e educacionais – da população juvenil.

f) Insuficiências dos programas sociais de apoio

As carências e dificuldades que os jovens enfrentam à entrada no mundo do trabalho são acompanhadas, em todos os países europeus, por programas sociais de apoio específicos para estes processos e grupos. Tais programas podem cobrir áreas tão diversas como o apoio económico directo, a procura de emprego, a formação profissional, a compra ou aluguer de habitação, etc.

Os estudos realizados notam que, em Portugal, partindo de uma plataforma quase nula, estes programas têm tido desenvolvimentos muito assinaláveis nos últimos 15 anos, em parte através do recurso a financiamentos europeus. Todavia, estes estudos mostram também que estes programas são, por um lado, claramente insuficientes perante o universo de constrangimentos que sofrem os jovens portugueses e, por outro lado, parecem algo desarticulados, burocratizados e desajustados das realidades sociais que os jovens vivem.

Neste último caso, pode-se expor talvez os dois exemplos mais flagrantes: a) o caso dos jovens, com muito fracas qualificações e em trajectórias de exclusão e marginalidade, que não têm acesso à informação sobre os próprios programas de apoio ou não têm competências para lidar com essa informação; b) o caso dos jovens altamente qualificados que sentem novas dificuldades de integração no mercado de trabalho, sendo que as instituições de apoio não estão preparadas para enquadrar estes novos perfis e necessidades.

g) Assimetrias das redes informais de suporte

Tradicionalmente, as referidas insuficiências dos programas formais e públicos de apoios aos jovens na transição para a vida adulta são parcialmente compensadas, nas sociedades mediterrâneas, pelo suporte proporcionado por fortes redes informais, em geral, baseadas em redes de parentesco e/ou vizinhança.

Contudo, estudos recentes realizados na área da sociologia da família mostram também que, ao contrário da ideia romântica que por vezes se divulga dos meios tradicionais e populares, o tipo de suporte disponibilizado por estas redes informais é maior nas classes que detêm já capitais económicos e culturais e menor nas classes carenciadas. Neste sentido, acaba por constituir um reforço ao sistema de desigualdades

sociais vigente, conferindo menos apoios precisamente aos jovens que têm menos recursos e mais necessidades.

Este fenómeno é visível em diversas áreas, inclusive, na questão central desta pesquisa: a integração dos jovens no mercado de trabalho. Em contextos de escassez, o acesso e progressão no mercado laboral português tende a ser dominado por laços informais fortes. Neste sentido, as enormes desigualdades na posse de capital relacional convertem-se em oportunidades muito distintas na esfera do trabalho, sendo que a sua ausência pode dar origem a situações de exclusão social, em particular para os jovens de certos contextos sociais desfavorecidos.

#### h) O problema da conciliação trabalho – família

A transição dos jovens para a vida adulta pode compreender não só a entrada no mercado de trabalho, mas também a transição para a conjugalidade e parentalidade, sendo que estes dois aspectos, um ligado à família, outro ligado ao trabalho, estão estreitamente associados, e constituem um dos principais problemas com que os jovens em fase de transição se debatem.

Por um lado, como referido previamente no ponto c), os jovens são particularmente vulneráveis à situação de precarização e insegurança laboral vigente, estando frequentemente sujeitos a contratos precários e mal remunerados (ou com remunerações incertas e variáveis) e sendo vítimas preferenciais da sobrecarga de trabalho associada à competitividade do mercado laboral. Por outro lado, é nesta faixa etária que se localizam a maior parte dos pais de filhos pequenos, ou seja, pessoas com necessidades familiares particularmente exigentes.

Da articulação entre estas duas realidades nascem dificuldades acrescidas de conciliação entre trabalho e vida familiar, que se revertem na qualidade da vida pessoal e familiar, mas também na própria empregabilidade, uma vez que estes jovens pais (e principalmente as mães) são obrigados a abdicar de algumas oportunidades de carreira, e a restringir o número de horas de trabalho, o que é visto, por muitas entidades empregadoras, como revelador de um menor empenhamento laboral.

#### i) A distância face às instituições burocráticas e financeiras

Um outro entrave à melhor integração dos jovens no mercado de trabalho prende-se com a distância entre estes e os mecanismos que regem as instituições burocráticas e financeiras de apoio ao empreendedorismo. O Estado, através de diversas instituições públicas financia algumas iniciativas, nomeadamente para formação, criação de pequenas empresas ou atribuição de estagiários. Por seu turno, instituições privadas

(em particular a banca) têm linhas de financiamento ao empreendedorismo. Em ambos os casos, estes programas de financiamento destinam-se prioritariamente a pequenas empresas, que são, de resto, as mais habitualmente dirigidas por jovens.

Todavia, entre estas instituições e os jovens existe uma profunda distância, consubstanciada em diferentes códigos, linguagens e competências. Simultaneamente, os requerimentos envolvidos na atribuição de financiamentos são, muitas vezes, incompatíveis com a situação dos jovens em fase de transição e entrada para o mercado de trabalho. É de notar que este problema não é exclusivo dos jovens mas extensível de um modo generalizado às pequenas empresas: (1) sem departamentos de recursos humanos habilitados para servir de interlocutores entre a organização e as instituições de financiamento; (2) sem capital para aplicar em firmas de consultoria de gestão, especialistas nesta interlocução.

j) A discriminação de “certas culturas juvenis”

Finalmente, uma última dificuldade que se coloca aos jovens recém-integrados (ou procurando a integração) no mercado de trabalho, prende-se com a discriminação de certos segmentos associados a determinadas culturas juvenis, por exemplo, padronizados segundo o sexo ou pertença étnica. Esta questão é particularmente visível em contextos de primeiro contacto com o mercado de emprego, assistindo-se a alguma desconfiança das entidades empregadoras no contacto preliminar com os jovens. Esta desconfiança pode-se revelar em: (1) discriminação de certos estilos de vida associados a camadas juvenis e patente em vestuário ou nas linguagens, o que gera inadequações entre os códigos comportamentais da entidade empregadora e dos seus empregados (e que, em certos casos, pode levar à impossibilidade dos jovens encontrarem emprego nalguns segmentos de mercado); (2) discriminação sexual, dificultando o acesso de jovens mulheres a alguns lugares; e, muito particularmente (3) discriminação de minorias étnicas, que são particularmente arredadas de postos de *front-office*.

Desta forma, assiste-se a uma segmentação vertical e horizontal dos jovens no mercado de trabalho e, particularmente, a dificuldades acrescidas para certos segmentos, definidos com base em categorias de ordem cultural ou mesmo meta-social.



## 2. QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E DESEMPREGO NA POPULAÇÃO JOVEM: UMA ABORDAGEM EXTENSIVA A PARTIR DE FONTES ESTATÍSTICAS

### 2.1. Economia e emprego em Portugal e na Europa – alguns indicadores de contextualização

A análise da situação dos jovens face ao mercado de trabalho em Portugal implica que se considere o conjunto de elementos que têm caracterizado esse mercado ao longo do período de vigência da Estratégia Europeia para o Emprego, bem como situar a evolução dos indicadores relativos ao emprego e desemprego na respectiva conjuntura macro-económica.

Uma observação dos indicadores macro-económicos que incida no arco temporal delimitado pelo início da Estratégia Europeia para o Emprego e pelos dados estatísticos mais recentes disponíveis (1998-2004) mostra a existência de dois ciclos económicos claramente distintos, conforme se começa por assinalar no Plano Nacional de Emprego 2003-2006: o primeiro, de 1998 a 2000, de sentido positivo, é marcado por um ritmo de crescimento do produto bastante significativo e superior ao da média comunitária, por acréscimos de produtividade, aumentos consideráveis de emprego e taxas de desemprego decrescentes e inferiores à média da Europa dos 15; o segundo, a partir de 2001, em que a economia portuguesa deixou de convergir com a do conjunto da União Europeia, caracterizado por quebras na produtividade (já de si baixa face aos padrões europeus) e aumento significativo das taxas de desemprego.

**Quadro 1** Indicadores macroeconómicos em Portugal e na Europa dos 15 – taxa de variação anual, em 1998-2003

	1998	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Portugal</b>						
PIB real	4,6	3,8	3,4	1,7	0,4	- 1,3
Produtividade	1,8	1,9	1,2	0,4	0,1	- 0,5
<b>Europa dos 15</b>						
PIB real	2,9	2,9	3,5	1,6	1,0	0,7
Produtividade	1,1	1,2	1,6	0,5	0,6	0,7

Fonte: CE, Employment in Europe 2004.

O comportamento do mercado de trabalho português revela uma dependência significativa das dinâmicas económicas, sendo que o actual contexto de recessão económica e de aumento acelerado do desemprego coloca desafios acrescidos às políticas de emprego em geral e, em particular, às que são dirigidas especificamente à população jovem.

Um olhar sobre um conjunto de indicadores de emprego em Portugal e na União Europeia ao longo do período de vigência da EEE permite traçar o quadro evolutivo das características do mercado de emprego nacional, bem como situá-lo face à média da Europa comunitária, identificando convergências e especificidades.

**Quadro 2** Indicadores de emprego em Portugal e na Europa dos 15, em 1998-2003

	1998	1999	2000	2001	2002	2003
<i>Portugal</i>						
Taxa de emprego (% pop. 15-64)	66,9	67,5	68,4	68,7	68,2	67,2
Auto-emprego (% emprego total)	28,4	27,0	26,3	27,3	26,9	26,9
Emprego a tempo parcial (% emprego total)	11,0	11,0	11,0	11,0	11,2	11,7
Contratos a termo (% emprego total)	17,2	18,7	19,9	20,4	21,7	21,1
Emprego nos Serviços (% emprego total)	51,4	52,9	52,8	53,2	53,8	55,0
Emprego na Indústria (% emprego total)	35,2	34,5	34,5	34,0	33,8	32,3
Emprego na Agricultura (% emprego total)	13,4	12,7	12,7	12,7	12,4	12,6
Taxa de actividade (% pop. 15-64)	70,7	70,9	71,5	71,8	72,1	72,1
Taxa de desemprego (% da força de trabalho com 15 ou mais anos)	5,1	4,5	4,1	4,1	5,1	6,3
Taxa de desemprego de longa duração (% da força de trabalho)	2,2	1,8	1,7	1,5	1,8	2,2
<i>Europa dos 15</i>						
Taxa de emprego (% pop. 15-64)	61,4	62,5	63,4	64,1	64,2	64,3
Auto-emprego (% emprego total)	15,5	15,1	14,8	14,7	14,6	14,8
Emprego a tempo parcial (% emprego total)	17,1	17,5	17,7	17,8	18,2	18,6
Contratos a termo (% emprego total)	13,1	13,4	13,6	13,3	13,0	12,8
Emprego nos Serviços (% emprego total)	68,7	69,4	69,9	70,3	70,9	71,4
Emprego na Indústria (% emprego total)	26,7	26,2	25,8	25,5	25,0	24,6
Emprego na Agricultura (% emprego total)	4,6	4,5	4,3	4,2	4,1	4,0
Taxa de actividade (% pop. 15-64)	68,1	68,6	69,0	69,2	69,7	70,0
Taxa de desemprego (% da força de trabalho com 15 ou mais anos)	9,4	8,7	7,8	7,4	7,7	8,1
Taxa de desemprego de longa duração (% da força de trabalho)	4,4	4,0	3,5	3,1	3,1	3,3

Fonte: CE, Employment in Europe 2004.

Como se pode verificar pela leitura do quadro acima, as taxas de emprego em Portugal são crescentes ao longo do período 1998-2001, com abrandamento nos dois últimos anos; mas sempre superiores à média europeia.

Quanto à estrutura do emprego, Portugal revela um peso muito forte do auto-emprego, que tem oscilado entre os cerca de 26% e 28% ao longo do período em análise, muito superior aos valores na ordem dos 15% que se verificam na União Europeia. Esse facto tem sido, aliás, assinalado ao longo dos Planos Nacionais de Emprego como devendo ser objecto de especial atenção, menos em termos de desenvolvimento de medidas para a promoção do auto-emprego e mais a nível do combate ao falso trabalho independente a que uma parte desse auto-emprego poderá corresponder.

O trabalho a tempo parcial tem, no nosso país, uma expressão ainda pouco significativa, apenas com um ligeiro crescimento nos dois últimos anos do período, atingindo em 2003 11,7% do emprego total, bastante aquém dos 18,6% da UE.

Ao contrário, se se tomar o peso dos contratos a termo como indicador de precariedade laboral verifica-se que ela é bastante superior à média europeia. Além disso, a proporção deste tipo de vínculo tem vindo a aumentar significativamente, verificando-se apenas uma ligeira quebra em 2003, onde o valor se situa nos 21,1%.

Quanto à distribuição pelos sectores de actividade económica, Portugal apresenta ainda uma estrutura de emprego algo desequilibrada em relação ao padrão europeu, com mudanças muito moderadas no sentido da aproximação a esse padrão no decurso do arco temporal em análise. Assim, em 2003 a percentagem de emprego nos serviços fica muito aquém da média comunitária (55% contra 71,4%); a indústria continua a absorver cerca de 1/3 da população empregada, proporção muito elevada face a cerca de 1/5 na União; e o sector da agricultura tem mantido um peso regular desde 1999, representando 12,6% do emprego total, muito acima dos 4% da Europa.

Relativamente ao desemprego, já foi dito, a respectiva taxa apresenta um comportamento pró-cíclico ao longo do período, estando sempre bastante abaixo da média europeia e com valores decrescentes entre 1998 e 2001, para nos anos seguintes registar um crescimento acelerado (passa de 4,1% em 2001 para 5,1% em 2002 e 6,3% em 2003), superior ao crescimento que também se verifica na Europa no mesmo período.

Portugal apresenta igualmente uma situação mais favorável à média comunitária no que toca ao desemprego de longa duração. Durante estes anos, a respectiva taxa é sempre inferior a essa média. No entanto, também quanto a este indicador se distinguem claramente dois ciclos:

um primeiro, até 2001, em que se verifica um decréscimo da percentagem de desempregados de longa duração na população activa (de 2,2% até 1,5%); e o segundo com valores crescentes, voltando a atingir, em 2003, os 2,2%.

**Quadro 3** Indicadores de emprego em Portugal e na Europa dos 15, segundo o género, em 1998-2003

	1998	1999	2000	2001	2002	2003
<i>Portugal</i>						
<i>Homens</i>						
Taxa de emprego (% pop. 15-64)	75,9	75,9	76,6	76,7	75,9	74,1
Auto-emprego (% emprego total)	29,2	28,0	27,4	28,6	28,3	28,4
Emprego a tempo parcial (% emprego total)	6,2	6,4	6,5	6,7	7,0	7,3
Contratos a termo (% emprego total)	16,0	17,2	18,2	18,6	20,1	19,4
Emprego nos Serviços (% emprego total)	43,9	45,1	44,6	45,1	44,9	45,9
Emprego na Indústria (% emprego total)	44,0	43,6	44,0	43,4	43,9	42,3
Emprego na Agricultura (% emprego total)	12,1	11,3	11,4	11,5	11,3	11,9
Taxa de actividade (% pop. 15-64)	79,3	79,2	79,3	79,4	79,5	78,8
Taxa de desemprego (% da força de trabalho com 15 ou mais anos)	4,1	3,9	3,3	3,2	4,2	5,4
Taxa de desemprego de longa duração (% da força de trabalho)	1,9	1,5	1,4	1,2	1,4	1,8
<i>Mulheres</i>						
Taxa de emprego (% pop. 15-64)	58,3	59,6	60,5	61,0	60,8	60,6
Auto-emprego (% emprego total)	27,4	25,8	24,9	25,7	25,2	25,2
Emprego a tempo parcial (% emprego total)	17,1	16,7	16,4	16,4	16,3	17,0
Contratos a termo (% emprego total)	18,6	20,5	21,8	22,6	23,6	23,0
Emprego nos Serviços (% emprego total)	60,8	62,4	62,9	63,2	64,6	66,0
Emprego na Indústria (% emprego total)	24,2	23,3	22,8	22,5	21,7	20,5
Emprego na Agricultura (% emprego total)	15,0	14,3	14,3	14,3	13,7	13,5
Taxa de actividade (% pop. 15-64)	62,5	63,0	63,9	64,5	65,0	65,6
Taxa de desemprego (% da força de trabalho com 15 ou mais anos)	6,4	5,2	5,1	5,1	6,1	7,2
Taxa de desemprego de longa duração (% da força de trabalho)	2,7	2,1	2,1	1,9	2,2	2,6

(continua)

(continuação)

	1998	1999	2000	2001	2002	2003
<i>Europa dos 15</i>						
<i>Homens</i>						
Taxa de emprego (% pop. 15-64)	71,2	72,0	72,8	73,1	72,8	72,5
Auto-emprego (% emprego total)	18,3	17,9	17,7	17,6	17,6	17,8
Emprego a tempo parcial (% emprego total)	5,9	6,1	6,1	6,2	6,5	6,7
Contratos a termo (% emprego total)	12,4	12,7	12,7	12,3	12,0	11,9
Emprego nos Serviços (% emprego total)	58,6	59,1	59,6	60,0	60,5	60,5
Emprego na Indústria (% emprego total)	36,1	35,7	35,3	35,1	34,7	34,7
Emprego na Agricultura (% emprego total)	5,4	5,2	5,0	4,9	4,8	4,8
Taxa de actividade (% pop. 15-64)	78,0	78,1	78,2	78,3	78,4	78,5
Taxa de desemprego (% da força de trabalho com 15 ou mais anos)	8,2	7,5	6,7	6,5	6,9	7,4
Taxa de desemprego de longa duração (% da força de trabalho)	3,7	3,3	2,9	2,7	2,7	2,9
<i>Mulheres</i>						
Taxa de emprego (% pop. 15-64)	51,6	52,9	54,1	55,0	55,6	56,0
Auto-emprego (% emprego total)	11,7	11,2	11,0	10,9	10,7	10,9
Emprego a tempo parcial (% emprego total)	32,7	33,1	33,3	33,4	33,5	34,1
Contratos a termo (% emprego total)	14,0	14,4	14,6	14,5	14,2	13,9
Emprego nos Serviços (% emprego total)	82,2	82,8	83,2	83,6	84,2	84,4
Emprego na Indústria (% emprego total)	14,1	13,7	13,4	13,1	12,7	12,5
Emprego na Agricultura (% emprego total)	3,7	3,5	3,4	3,3	3,1	3,1
Taxa de actividade (% pop. 15-64)	58,3	59,1	59,7	60,2	60,9	61,5
Taxa de desemprego (% da força de trabalho com 15 ou mais anos)	11,1	10,2	9,2	8,6	8,7	9,0
Taxa de desemprego de longa duração (% da força de trabalho)	5,4	4,7	4,2	3,7	3,6	3,7

Fonte: CE, Employment in Europe 2004.

Uma análise mais fina, a partir dos dados constantes do quadro anterior, permite ainda identificar um conjunto de assimetrias de género no mercado de trabalho português, tomando como referência comparativa a situação na União Europeia dos 15. Entre essas assimetrias destacam-se:

- a taxa de emprego masculina é bastante superior à feminina;
- em Portugal o auto-emprego apresenta percentagens equilibradas quando comparamos a população empregada feminina e masculina, ao contrário do que acontece na União, em que detém um peso superior entre o emprego masculino;

- o tempo parcial constitui uma forma de trabalho fortemente feminizada, com percentagens do emprego feminino em torno dos 16-17% ao longo do período, contra os cerca de 6-7% do emprego masculino. Tal distribuição, embora com expressão muito superior, verifica-se igualmente na Europa dos 15;
- as mulheres são as mais penalizadas no que respeita à permanência do vínculo contratual, já que os contratos a termo têm, no emprego feminino, um peso superior ao que ocorre no masculino, padrão comum à Europa comunitária;
- a distribuição sectorial do emprego é o indicador que revela assimetrias mais acentuadas. Se no sector da agricultura, a distribuição entre homens e mulheres é relativamente equilibrada, nos da indústria e dos serviços, há fortes supremacias do emprego masculino no primeiro e do emprego feminino no segundo. Tal padrão de forte feminização dos serviços e de masculinização do sector secundário converge com o que caracteriza a União Europeia globalmente considerada;
- a taxa de actividade da população feminina portuguesa, sendo consideravelmente inferior à masculina, atinge, no entanto, níveis mais elevados quando a comparamos com a média europeia. As mulheres portuguesas revelam taxas de actividade crescentes, culminando no valor de 65,6% em 2003, ao passo que a média europeia era no mesmo ano de 61,5%;
- entre 1998 e 2003, em Portugal, à semelhança do que se verifica no conjunto da Europa dos 15, as mulheres têm sido mais penalizadas por situações de desemprego, estando a respectiva taxa de desemprego quase dois pontos percentuais acima da taxa de desemprego masculina (em 2003 essas taxas eram de, respectivamente, 7,2% e 5,4%);
- do mesmo modo, as situações de desemprego de longa duração penalizam particularmente a população activa feminina, quer no nosso país, quer na União Europeia.

## **2.2. Jovens e mercado de trabalho em Portugal e na União Europeia**

O presente capítulo tem como objectivo abordar, numa perspectiva europeia, indicadores fundamentais relativos à situação dos jovens no mercado de trabalho.

Apresenta, nesse sentido, um retrato contextualizado da realidade nacional, face às tendências centrais dos restantes Estados-Membros da União Europeia, percorrendo transversalmente dimensões associadas à

qualificação escolar e ao emprego, em articulação, sempre que possível e segundo os padrões estabelecidos nas fontes, com características etárias e de género. Optou-se por realizar uma análise sincrónica, utilizando-se dados relativos aos anos mais actualizados de fontes europeias e internacionais fundamentais, nomeadamente os relatórios *Employment in Europe 2004 (CE)*, *Education at a Glance 2004 (OCDE)* e *Labour Force Survey 2003 (Eurostat)*.

Tendo em conta o período a que o estudo se reporta, a análise toma por referência a Europa dos 15.

### **2.2.1. Jovens na população europeia**

Em 2002, a Europa contava com cerca de 45 milhões de jovens entre os 15 e os 24 anos (12% da população europeia). A sua distribuição pelo espaço europeu segue, em grande medida, as tendências demográficas mais alargadas – são os países mais populosos aqueles que detêm o maior número de jovens. Em termos absolutos, destacam-se, pelo elevado número de jovens, a Alemanha (quase 9 milhões) e a França (7340 mil), e pelo reduzido número, o Luxemburgo (50 mil). Portugal ocupa um lugar intermédio, com os seus jovens (1492 mil) a perfazerem 3,3% das gerações europeias mais novas.<sup>1</sup>

Em cada Estado-Membro, os jovens oscilam entre 10 a 17% da população total nacional. No primeiro caso encontra-se a Dinamarca, o país que, em 2002, tinha a menor percentagem relativa de jovens (cerca de 573 mil). A Irlanda posiciona-se no extremo oposto, assumindo a percentagem relativa mais alta – 17,1% da população nacional tem entre 15 e 24 anos (665 mil jovens). Portugal coloca-se em segundo lugar, logo após a Irlanda, em termos de peso relativo da população jovem, com 1492 mil jovens, 14,4% da população total. Em termos de categorias sexuais, as diferenças que marcam os jovens não são significativas – rapazes e raparigas assumem expressões numéricas próximas nos diversos países europeus, com excepção do Reino Unido e da Espanha, onde é possível identificar uma predominância masculina ligeira.

### **2.2.2. Qualificações e dinâmicas de escolarização/formação**

Num contexto em que qualificações e competências são cada vez mais importantes quer do ponto de vista das oportunidades laborais e condições de empregabilidade, quer do ponto de vista do desenvolvimento

---

<sup>1</sup> Fonte: Eurostat, Labour Force Survey 2003.

dos países, a análise do posicionamento português nos indicadores fundamentais de qualificação escolar assume um papel essencial.

Deste modo, tendo em conta os dados publicados no *Labour Force Survey 2003 (Eurostat)*, relativos ao ano de 2002, pode afirmar-se que Portugal se encontra numa posição deficitária face aos padrões médios europeus, em termos das qualificações adquiridas pela população entre os 25 e os 59 anos e, mais especificamente, entre os 25 e os 34 anos.

**Quadro 4** População entre os 25 e os 34 anos, e os 25 e os 59 anos, segundo o nível de qualificação adquirido, em 2002 (%)

País		Básico ou menos			Secundário			Superior		
		H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM
Alemanha	25-34	13,5	16,7	15,1	64,3	63,4	63,9	22,2	19,8	21,0
	25-59	12,4	19,1	15,7	60,7	61,9	61,3	26,9	19,0	23,0
Áustria	25-34	11,4	18,2	14,8	72,4	63,3	67,8	16,2	18,5	17,4
	25-59	14,6	25,3	20,0	66,8	58,2	62,5	18,6	16,4	17,5
Bélgica	25-34	26,7	20,9	23,9	41,5	38,1	39,8	31,8	41,0	36,3
	25-59	37,4	37,0	37,2	34,5	33,0	33,7	28,2	30,0	29,1
Dinamarca	25-34	15,7	14,0	14,8	59,3	50,4	54,6	25,0	35,7	30,6
	25-59	17,7	19,5	18,6	56,8	49,1	53,0	25,5	31,4	28,4
Espanha	25-34	44,7	37,3	41,1	22,2	22,5	22,3	33,1	40,2	36,6
	25-59	55,6	56,4	56,0	18,5	17,9	18,2	25,9	25,7	25,8
Finlândia	25-34	15,7	8,9	12,4	54,2	44,5	49,4	30,1	46,6	38,2
	25-59	24,4	20,1	22,3	46,1	41,9	44,0	29,6	38,0	33,7
França	25-34	22,1	20,9	21,5	45,5	41,1	43,3	32,4	38,0	35,2
	25-59	31,8	35,9	33,9	44,7	38,4	41,5	23,6	25,6	24,6
Grécia	25-34	29,3	22,3	25,8	50,4	51,2	50,8	20,3	26,5	23,4
	25-59	42,5	44,9	43,7	37,9	37,0	37,5	19,6	18,1	18,8
Holanda	25-34	24,3	21,0	22,7	49,3	49,3	49,3	26,4	29,7	28,0
	25-59	28,2	33,8	31,0	44,0	43,0	43,5	27,8	23,2	25,5
Irlanda	25-34	25,7	20,2	23,0	41,4	40,1	40,7	32,9	39,7	36,3
	25-59	39,8	35,1	37,4	34,9	37,3	36,1	25,3	27,6	26,5
Itália	25-34	42,8	37,8	40,3	46,3	48,2	47,3	10,8	14,1	12,4
	25-59	52,6	52,8	52,7	36,6	36,1	36,3	10,8	11,1	10,9
Luxemburgo	25-34	32,3	30,8	31,6	44,1	47,5	45,8	23,5	21,7	22,6
	25-59	33,6	40,9	37,2	44,7	42,7	43,8	21,6	16,3	19,0
Portugal	25-34	70,0	59,3	64,7	19,4	20,3	19,9	10,6	20,4	15,5
	25-59	79,7	76,0	77,8	12,6	11,8	12,2	7,7	12,2	10,0
Reino Unido	25-34	9,9	11,0	10,5	56,7	55,4	56,1	33,4	33,6	33,5
	25-59	14,4	20,2	17,3	54,7	51,1	52,9	30,9	28,7	29,8
Suécia	25-34	8,9	8,0	8,5	63,7	57,7	60,8	27,3	34,2	30,7
	25-59	18,4	14,4	16,5	58,3	54,7	56,5	23,2	30,9	27,0
UE	25-34	26,3	24,3	25,3	48,5	47,2	47,9	25,2	28,6	26,8
	25-59	31,7	35,2	33,5	44,9	42,8	43,9	23,4	22,0	22,7

Fonte: Eurostat, Labour Force Survey.

Observando, no quadro 4, a população mais jovem, constata-se que a qualificação mais baixa, igual ou inferior ao ensino básico, está sobrerrepresentada em Portugal, constituindo-se como a qualificação predominante entre os jovens portugueses. Nas qualificações intermédia (ensino secundário) e elevada (ensino superior), a percentagem de população qualificada é claramente inferior à média europeia.

Se, no ensino secundário, a percentagem relativa aos jovens portugueses é efectivamente a mais baixa da Europa dos 15, no ensino superior, Portugal (15,5%) posiciona-se também nos últimos lugares, entre a Áustria (17,4%) e a Itália (12,4%), detendo este último país a percentagem mais baixa do espaço europeu.

Tendo em conta a diferenciação sexual, constata-se, no seguimento da tendência galopante de qualificação feminina, uma maior expressão da qualificação básica e secundária na população masculina, e uma clara preponderância da população feminina no ensino superior, na grande maioria dos países. Inclui-se aqui Portugal, onde as jovens com qualificação superior (20,4%) perfazem o dobro dos rapazes (10,6%). Apenas na Alemanha e no Luxemburgo a percentagem de raparigas no ensino superior não ultrapassa a dos rapazes, enquanto nos restantes países essa diferença pode atingir até 16,5 pontos percentuais, como é o caso da Finlândia.

Por comparação com o grupo etário mais alargado, entre os 25 e os 59, observa-se, desde logo, um padrão de qualificação, intermédia e superior, crescente na Europa. Portugal obedece a este padrão, embora, em termos relativos, com menor dinâmica que outros países, como, no ensino superior, a Espanha, ou, no ensino secundário, a Grécia.

Considerando o cenário relativo às assimetrias de sexo, entre o conjunto populacional mais alargado e o grupo mais jovem, observa-se uma evolução geral positiva. Estas dão-se essencialmente na qualificação superior, onde as diferenças tendem a diminuir ou a inverter-se: as jovens apresentam níveis de qualificação mais elevados que os jovens, mesmo em países onde, no grupo etário mais alargado, predominam os homens.

Analisando agora, a partir do quadro 5, a percentagem de jovens que, em cada país europeu, se encontra em formação ou educação, segundo a sua idade específica, é possível observar, com mais detalhe, a dinâmica da qualificação. Desde logo identificando dois padrões de continuidade ao longo das idades, um pautado pela participação intensiva dos jovens nas actividades de educação/formação, outro pela participação reduzida.

No primeiro, onde se posicionam essencialmente países do Norte da Europa, encontra-se a Dinamarca, o país onde os valores se mantêm mais altos ao longo das diferentes idades. Até aos 19 anos, salientam-se também a Alemanha, a Espanha e Luxemburgo; entre os 20 anos e os

22 anos, a Bélgica e a Holanda; e a partir dos 22 anos, a Finlândia assume uma particular relevância, confirmada pela percentagem mais alta da Europa de indivíduos entre os 25 e os 34 anos em educação e formação (29,8%).

No segundo padrão, onde os valores de participação se caracterizam pela expressão diminuta, Portugal e a Irlanda marcam posição ao longo das idades enunciadas. Em Portugal encontra-se a percentagem mais baixa de jovens em educação/formação nos 17, 18 e 21 anos. O Reino Unido apresenta uma participação deficitária entre os 18 e os 19 anos; e a Áustria junta-se ao conjunto destes países entre os 20 e os 23 anos. A Grécia apresenta as menores percentagens entre os 23 e os 24 anos, e assume o valor mais baixo de indivíduos entre os 25 e os 34 anos em educação/formação do espaço europeu dos 15. No que diz respeito à percentagem total dos jovens entre os 15 e os 24, é Portugal quem apresenta a participação mais reduzida (51,9%), com uma diferença de cerca de 12 pontos percentuais face à média europeia e 20 pontos face à participação mais alta.

**Quadro 5** População entre os 15 e os 34 anos, em educação ou formação, em 2002 (%)

País	Idade										15-24		25-34	
	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24				
Alemanha	100,0	100,0	100,0	88,3	77,2	59,0	49,4	44,0	37,8	34,0	69,5	14,2		
Áustria	98,1	95,1	90,2	80,4	58,0	41,9	40,4	32,9	30,3	28,5	60,3	14,0		
Bélgica	96,9	95,3	96,9	87,7	77,7	68,7	59,4	42,0	27,6	23,7	66,7	10,1		
Dinamarca	100,0	94,9	85,5	87,0	79,1	65,0	59,2	47,3	53,4	52,7	72,0	29,4		
Espanha	100,0	89,7	82,4	73,9	63,1	56,1	50,1	44,1	38,9	32,1	60,7	11,1		
Finlândia	99,6	95,8	94,4	86,1	65,1	52,4	56,0	56,1	57,0	48,7	71,4	29,8		
França	99,2	97,7	94,1	86,0	75,2	63,6	52,6	41,7	34,5	22,3	67,2	6,2		
Grécia	95,8	93,7	90,2	81,2	72,2	58,7	45,1	36,3	26,9	16,7	60,2	3,8		
Holanda	98,1	93,9	90,5	83,5	76,0	67,2	60,9	57,0	49,6	42,7	71,7	24,7		
Irlanda	89,6	87,0	81,1	68,2	55,7	49,0	40,5	31,1	23,8	17,1	53,8	10,7		
Itália	89,9	87,9	85,4	80,2	66,7	51,4	43,1	41,1	36,4	30,3	59,6	11,3		
Luxemburgo	100,0	99,3	95,3	87,4	75,9	66,0	59,8	56,3	32,6	*25,0	69,3	11,9		
Portugal	94,4	83,4	76,2	62,0	56,4	48,4	36,8	33,9	27,0	20,7	51,9	7,7		
Reino Unido	100,0	92,6	80,4	68,9	56,7	52,4	47,0	41,3	38,0	33,7	61,6	27,2		
Suécia	92,9	94,9	92,6	87,0	56,3	40,2	45,5	47,6	44,7	35,6	64,6	24,7		
UE	97,7	94,1	89,4	80,2	68,4	56,7	48,8	42,6	37,0	30,6	64,1	14,6		

Fonte: Eurostat, Labour Force Survey.

\* Não respostas à variável "educação ou formação recebida no decurso das quatro semanas precedentes ao inquérito" não consideradas.

Esta presença relaciona-se intimamente com a capacidade de manutenção no sistema de ensino. Por isso, no que diz respeito ao seu abandono, nomeadamente à taxa de saída precoce<sup>2</sup>, verifica-se que Portugal assume também a liderança europeia (quadro 6). Em 2001, são os jovens portugueses quem mais precocemente abandona o sistema de ensino, independentemente da categoria sexual de pertença, numa expressão que duplica a média europeia. As taxas mais baixas encontram-se nos países do Norte da Europa, nomeadamente Áustria e Finlândia. Em média, a taxa de saída precoce é mais alta na população masculina.

**Quadro 6** Taxa de saída precoce, por género, em Portugal e nos países da UE em 2001 (%)

	EU 15	B	DK	D	EL	E	F	IRL	I	L	NL	A	P	FIN	S	UK
HM	19	14	17	13	17	29	14	nd	26	18	15	10	45	10	11	nd
H	22	15	17	12	20	35	15	nd	30	19	17	10	52	13	11	nd
M	17	12	17	13	13	22	12	nd	23	17	14	11	38	8	10	nd

Fonte: ME/DAPP (2003).

A partir dos dados disponíveis no relatório da OCDE *Education at a Glance 2004*, relativos ao ensino básico e secundário em 2002, podem observar-se o tipo de instituição e o regime de estudo que caracterizam o envolvimento dos jovens nas actividades educativas (quadro 7). Em termos percentuais, a generalidade dos jovens europeus frequenta estabelecimentos públicos, a tempo inteiro. Alguns países não possuem um sistema privado nos níveis de ensino contemplados, como é o caso da Dinamarca, Finlândia, Holanda, Suécia. Noutros, o sistema privado, mesmo se existente, tem uma reduzida significância, como a França ou a Irlanda. Portugal apresenta os mais altos níveis de frequência do ensino privado da Europa dos 15, em todos os ciclos de ensino. É seguido, no 1.º ciclo do ensino básico, pela Grécia, no 2.º ciclo, pelo Luxemburgo e, no ensino secundário, a grande distância, pela Espanha. A análise entre ciclos revela uma expressão ligeiramente evolutiva no ensino privado, do ensino básico para o secundário, e que se dá de modo pronunciado no contexto português.

Em termos do regime de estudo frequentado, no conjunto do ensino básico e secundário, salienta-se um claro predomínio do estudo a tempo inteiro. No entanto, a Bélgica e o Reino Unido apresentam valores significativos de estudo a tempo parcial, respectivamente 19,4% e 29,3%.

<sup>2</sup> Ou seja, ao total de indivíduos, no momento censitário, com 18-24 anos que não concluíram o ensino secundário e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário (ME/MSST, 2004).

**Quadro 7** Estudantes inscritos em instituições públicas e privadas e em programas a tempo inteiro e a tempo parcial, no ensino básico e secundário, em 2002 (%)

País	Tipo de instituição									Regime de estudo	
	Ensino Básico (1.º e 2.º ciclos)			Ensino Básico (3.º ciclo)			Ensino secundário			Ensino básico e secundário	
	Público	Semi- privado	Privado	Público	Semi- privado	Privado	Público	Semi- privado	Privado	Tempo inteiro	Tempo parcial
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
Alemanha	97,4	2,6	x(2)	93,1	6,9	x(5)	92,8	7,2	x(8)	99,8	0,2
Áustria	95,7	4,3	x(2)	92,3	7,7	x(5)	90,3	9,7	x(8)	99,5	0,5
Bélgica	45,7	54,3	m	42,3	57,7	m	42,8	57,2	m	80,6	19,4
Dinamarca	89,0	11,0	a	80,9	19,1	a	96,5	3,5	a	100,0	a
Espanha	66,4	30,2	3,4	66,4	30,4	3,2	77,8	11,5	10,7	96,2	3,8
Finlândia	98,8	1,2	a	95,6	4,4	a	89,7	10,3	a	100,0	a
França	85,4	14,3	0,2	78,9	20,9	0,2	69,7	29,5	0,7	100,0	a
Grécia	92,9	a	7,1	94,5	a	5,5	94,0	a	6,0	97,9	2,1
Holanda	31,6	68,4	a	23,9	76,1	a	7,6	92,4	a	98,1	1,9
Irlanda	98,9	a	1,1	100,0	a	n	98,3	a	1,7	99,9	0,1
Itália	93,3	a	6,7	96,6	a	3,4	93,5	1,0	5,5	99,2	0,8
Luxemburgo	93,3	0,8	5,9	79,3	13,4	7,4	84,7	8,0	7,3	100,0	n
Portugal	89,5	a	10,5	89,5	a	10,5	82,0	a	18,0	93,2	6,8
Reino Unido	95,1	a	4,9	93,4	0,3	6,3	25,3	72,2	2,5	70,7	29,3
Suécia	95,4	4,6	a	95,4	4,5	a	96,6	3,4	a	87,6	12,4
UE	84,6	19,2	4,7	81,5	22,0	5,7	76,1	25,5	6,9	94,8	7,0

Nota: x indica que os dados estão incluídos noutra coluna, assinalada entre parêntesis logo após o x; a – categoria não aplicável; m – dados não disponíveis; n – sem significância.

Fonte: OCDE, Education at a Glance 2004.

No que diz respeito ao ensino superior (quadro 8) – não diferenciando as licenciaturas, mestrados e doutoramentos, de outros programas – as instituições públicas apresentam as taxas mais elevadas de inscrição, seguindo-se as instituições semi-privadas. A oferta formativa privada não existe em todos os países e, no conjunto daqueles onde a mesma existe, Portugal apresenta os valores mais elevados de inscrição.

Quanto ao regime de estudo, parte considerável dos países, incluindo Portugal, não apresentam dados desagregados para o estudo a tempo parcial. Pode, no entanto, indicar-se que este regime é mais frequente entre os estudantes inscritos em “outros programas” de ensino superior, nomeadamente no Reino Unido e na Holanda. A Finlândia e a Suécia, apresentam, por seu turno, os valores mais elevados de estudo a tempo parcial nas licenciaturas, mestrados e doutoramentos.

**Quadro 8** Estudantes inscritos em instituições públicas e privadas e em programas a tempo inteiro e a tempo parcial no ensino superior, em 2002 (%)

País	Tipo de instituição						Regime de estudo			
	Ens. sup. – outros programas			Ens. sup. – licenc., mestrados e doutoramentos			Ens. sup. – outros programas		Ens. sup. – licenc., mestrados e doutoramentos	
	Público	Semi-privado	Privado	Público	Semi-privado	Privado	Tempo inteiro	Tempo parcial	Tempo inteiro	Tempo parcial
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)
Alemanha	64,3	35,7	x(2)	100,0	a	a	85,1	14,9	100,0	a
Áustria	63,1	36,9	n	92,7	7,3	n	66,8	33,2	100,0	a
Bélgica	47,5	52,5	m	41,5	58,5	m	71,7	28,3	95,6	4,4
Dinamarca	100,0	a	a	99,5	0,5	a	100,0	a	100,0	a
Espanha	75,9	16,6	7,4	87,9	n	12,1	99,5	0,5	90,1	9,9
Finlândia	80,1	19,9	a	89,8	10,2	a	100,0	a	58,8	41,2
França	73,0	8,7	18,3	87,8	0,8	11,4	100,0	a	100,0	a
Grécia	100,0	a	a	100,0	a	a	100,0	a	100,0	a
Holanda	9,6	90,4	a	29,2	69,6	a	49,4	50,6	81,3	18,7
Irlanda	93,4	a	6,6	94,0	a	6,0	59,4	40,6	84,6	15,4
Itália	85,3	a	14,7	93,5	a	6,5	100,0	a	100,0	a
Luxemburgo	100,0	a	a	100,0	a	a	97,9	2,1	92,9	7,1
Portugal	43,4	a	56,6	72,3	a	27,7	100,0	x(7)	100,0	x(9)
Reino Unido	a	100,0	n	a	100,0	n	27,7	72,3	72,9	27,1
Suécia	69,8	1,0	29,2	94,1	5,9	a	91,9	8,1	52,8	47,2
UE	71,8	40,2	24,1	84,4	31,6	12,7	83,3	35,1	88,6	30,1

Nota: x indica que os dados estão incluídos noutra coluna, assinalada entre parêntesis logo após o x; a – categoria não aplicável; m – dados não disponíveis; n – sem significância.

Fonte: OCDE, Education at a Glance 2004.

### 2.2.3. Emprego juvenil

Nos últimos anos, duas grandes tendências têm sido assinaladas como marcantes na relação dos jovens com o mercado de trabalho na Europa: o decréscimo demográfico do número de jovens, com a consequente diminuição do volume de jovens disponível para integrar o mercado de trabalho, e o aumento da participação, e da permanência, na educação/formação por parte deste grupo. Como resultado, constata-se, no espaço europeu, um declínio da entrada dos jovens no mercado de trabalho. Alguns dados disponíveis nos relatórios *Employment in Europe 2004 (CE)*, e *Labour Force Survey 2003 (Eurostat)* permitem analisar com maior detalhe as dinâmicas associadas a este fenómeno e o modo como se exprimem diferenciadamente por país.

Observando, de modo transversal e comparativo, entre os jovens e a população activa em geral, os principais indicadores do mercado de trabalho (quadro 9), podem enumerar-se duas grandes tendências europeias: a) nos jovens, taxa de actividade e taxa de emprego<sup>3</sup> são inferiores às da população total em idade activa; b) a taxa de desemprego<sup>4</sup> juvenil é substancialmente mais alta, quase duplicando o valor que caracteriza a população activa.

**Quadro 9** Indicadores do mercado de trabalho para a população entre os 15 e os 24 anos, e entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, em 2003 (%)

		Homens	Mulheres	Total
Taxa de actividade	Pop. 15-24	50,6	43,6	47,2
	Pop. 15-64	78,5	61,5	70,0
Taxa de emprego	Pop. 15-24	42,5	36,7	39,7
	Pop. 15-64	72,5	56,0	77,2
Taxa de desemprego	População activa 15-24	15,7	15,9	15,8
	População activa 15-64	7,4	9,0	8,1

Fonte: CE, Employment in Europe 2004.

Comparando, em cada um dos países europeus, a relação entre a taxa de actividade juvenil e da população em idade activa (quadro 10), pode destacar-se desde logo a Holanda. Este é o país onde as taxas de actividade dos dois grupos etários se diferenciam apenas 3,7%, enquanto a mesma diferença pode, noutros países, como a França, atingir os 31,6%. Em termos gerais, a participação dos jovens no mercado de trabalho é sempre bastante mais baixa que a da população activa no seu conjunto. Portugal apresenta uma diferença de 26,8%, valor acima da média europeia, que o posiciona no grupo de países onde a discrepância entre a taxa de actividade dos jovens e da população em idade activa em geral é mais declarada.

<sup>3</sup> A taxa de emprego exprime a percentagem de indivíduos que têm emprego em relação ao número de indivíduos em idade activa.

<sup>4</sup> A taxa de desemprego exprime a percentagem de indivíduos desempregados em relação à população activa.

**Quadro 10** Taxa de actividade para a população entre os 15 e os 24 anos, e entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, em 2003 (%)

País	15-24			15-64		
	H	M	HM	H	M	HM
Alemanha	51,5	46,6	49,1	78,2	64,6	71,5
Áustria	60,8	50,2	55,5	80,0	65,6	72,7
Bélgica	38,4	31,4	35,0	72,9	56,9	64,9
Dinamarca	67,7	63,5	65,6	83,8	75,1	79,5
Espanha	48,2	38,1	43,2	79,7	54,8	67,3
Finlândia	51,4	50,0	50,7	76,8	72,2	74,5
França	41,3	33,4	37,4	75,0	63,1	69,0
Grécia	38,1	30,9	34,5	77,2	51,1	63,9
Irlanda	56,6	48,9	52,8	79,1	58,4	68,8
Itália	39,2	29,9	34,6	74,7	48,3	61,5
Luxemburgo <sup>1</sup>	35,5	29,8	32,7	77,0	52,7	65,0
Holanda	73,2	71,9	72,6	83,9	68,5	76,3
Portugal	49,2	41,3	45,3	78,8	65,6	72,1
Reino Unido	66,4	60,0	63,3	82,7	68,3	75,6
Suécia	47,3	48,3	47,7	79,2	75,4	77,3
EU	50,6	43,6	47,2	78,5	61,5	70,0

Fonte: CE, *Employment in Europe 2004*.

1 – dados relativos a 2002.

A diferenciação em termos de sexo, no seio do grupo mais jovem é, em Portugal, saliente – as jovens têm taxas de actividade menores – mas ligeiramente inferior a países como a Espanha ou Itália, e muito superior aos países onde o equilíbrio é maior, como a Holanda ou a Suécia. Todos os países revelam, no entanto, uma evolução do grupo jovem relativamente à tendência de maior desequilíbrio na população activa mais velha.

Segundo o relatório *Employment in Europe 2004 (CE)*, após um período de aumento da participação dos jovens no mercado de emprego, entre 1997 e 2001, esta tem vindo a deteriorar-se progressivamente, como é ilustrado pela queda de 39,7% da taxa de emprego juvenil e o aumento de 15,8% do desemprego juvenil no mesmo período. Os jovens do sexo masculino são os mais afectados por este decréscimo. Países como a Finlândia, França, Irlanda ou Holanda contrariaram, no entanto, este padrão, vendo subir os níveis de participação no trabalho dos seus jovens, e descer as taxas de desemprego juvenil.

A análise da taxa de emprego em 2002 (quadro 11) revela diferenças inter-geracionais que podem chegar a 33%, como é o caso da França. Portugal encontra-se numa posição intermédia, apresentando uma diferença de 26,5% entre as taxas de emprego dos dois grupos etários. A Holanda é o país onde a diferença é menos notória, com apenas 4%.

A leitura tendo por base o sexo demonstra que, sob o ponto de vista geracional, houve, na população jovem, uma evolução no sentido de um maior equilíbrio, em todos os países europeus. As diferenças entre sexos mantêm-se acentuadas nos países do sul da Europa, nos quais se inclui Portugal, onde os rapazes apresentam uma taxa de emprego superior. Pelo contrário, na Dinamarca e Holanda, as diferenças são residuais. A tendência chega mesmo a inverter-se, no caso extremo da Suécia, em que a taxa de emprego das jovens é ligeiramente superior à dos jovens.

**Quadro 11** Taxa de emprego da população entre os 15 e os 24 anos e os 15 e os 64 anos, segundo o sexo, em 2002 (%)

País	15-24			15-64		
	H	M	HM	H	M	HM
Alemanha	46,9	43,8	45,4	71,8	58,8	65,4
Áustria	55,9	47,6	51,7	75,3	61,1	68,2
Bélgica	31,3	25,7	28,5	68,1	51,1	59,7
Dinamarca	64,4	63,5	64,0	80,2	72,6	76,4
Espanha	39,1	26,9	33,1	72,8	44,0	58,4
Finlândia	45,4	44,1	44,8	70,9	67,3	69,1
França	33,9	25,9	29,9	69,6	56,4	62,9
Grécia	32,0	22,0	27,0	71,7	42,7	56,9
Holanda	71,8	69,2	70,5	82,9	65,9	74,5
Irlanda	48,5	41,9	45,3	74,7	55,2	65,0
Itália	30,2	21,1	25,7	68,9	41,9	55,4
Luxemburgo	36,1	28,4	32,3	75,5	51,5	63,6
Portugal	47,6	36,4	42,1	76,3	61,2	68,6
Reino Unido	57,4	53,8	55,7	77,7	65,3	71,5
Suécia	43,7	44,3	44,0	75,5	72,5	74,0
EU	43,7	37,2	40,5	72,9	55,5	64,2

Fonte: Eurostat, Labour Force Survey.

Tal como acontece no conjunto global da população activa, a taxa de emprego dos jovens é genericamente mais alta quanto maior for o nível de qualificação (quadro 12). Apresenta sempre valores inferiores aos da população activa em geral, embora com contraste variável. É excepção a Holanda, cuja população jovem com qualificação superior apresenta uma taxa ligeiramente superior à do total da população activa.

Para o grupo etário mais jovem, os países com taxas de emprego mais elevadas, como a Dinamarca e a Holanda, detêm valores altos independentemente do nível de qualificação adquirido. A Bélgica, a Espanha e Itália ocupam, por seu turno, as últimas posições, respectivamente no ensino básico, secundário e superior, onde os países do sul tendem a marcar posição. Nos dados relativos ao conjunto populacional mais alargado, Portugal assume um lugar de destaque, em conjunto com a Holanda, ao registarem as taxas de emprego mais elevadas da União Europeia na população com o ensino básico e com o ensino superior, mas mantém uma das taxas mais baixas na população com ensino secundário.

Um padrão semelhante encontra-se nos jovens portugueses, ao apresentarem uma das taxas de emprego mais elevadas no ensino básico e no ensino superior (posicionando-se em 3.º e 4.º lugar), mas diminuta, 20% abaixo da média europeia, no ensino secundário.

**Quadro 12** Taxa de emprego da população entre os 15 e os 24 anos, e os 15 e os 59 anos, segundo o nível de qualificação adquirido, em 2002 (%)

País		Ensino Básico			Ensino Secundário			Ensino Superior		
		H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM
Alemanha	15-24	36,5	29,9	33,3	64,0	63,7	63,8	74,2	78,4	77,0
	15-59	52,8	42,8	47,3	80,7	70,6	75,7	91,2	82,3	87,9
Áustria	15-24	43,7	28,4	36,1	68,3	65,4	66,8	65,5	72,6	70,5
	15-59	60,8	48,9	53,8	84,4	70,9	78,1	93,0	85,4	89,4
Bélgica	15-24	17,1	9,5	13,6	41,9	27,3	34,6	67,2	76,1	72,6
	15-59	56,9	32,6	45,1	77,1	58,2	67,9	89,7	82,6	86,0
Dinamarca	15-24	60,2	59,0	59,6	73,3	73,0	73,1	*69,3		74,1
	15-59	70,7	58,8	64,6	87,0	81,3	84,4	91,2	87,7	89,3
Espanha	15-24	46,6	27,0	38,0	31,6	24,3	27,8	54,9	48,1	51,0
	15-59	74,4	36,3	55,8	70,4	47,0	58,7	85,4	71,2	78,3
Finlândia	15-24	28,5	26,0	27,4	64,8	59,2	61,9	*86,1	79,9	81,8
	15-59	55,7	50,9	53,5	78,1	72,1	75,2	91,0	86,4	88,4
França	15-24	19,5	10,3	15,1	48,4	36,4	42,5	47,2	47,2	47,2
	15-59	58,6	43,7	50,8	80,3	65,0	73,0	85,2	77,5	81,1
Grécia	15-24	26,7	9,9	19,0	36,2	28,2	31,9	59,2	59,2	59,2
	15-59	70,3	35,0	52,2	74,2	44,5	58,9	89,2	76,3	78,3

(continua)

(continuação)

País		Ensino Básico			Ensino Secundário			Ensino Superior		
		H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM
Holanda	15-24	67,7	60,9	64,5	79,5	80,0	79,8	88,8	93,7	91,9
	15-59	79,0	54,9	66,5	89,9	76,4	83,3	94,1	85,4	90,1
Irlanda	15-24	30,5	18,1	24,9	62,4	52,3	57,3	72,1	75,0	73,8
	15-59	62,7	34,6	49,6	82,3	62,5	72,1	90,1	82,0	85,8
Itália	15-24	24,9	14,2	19,8	38,5	29,3	33,6	43,1	40,5	41,5
	15-59	67,4	31,7	49,7	76,2	56,6	66,3	89,7	78,1	83,8
Luxemburgo	15-24	21,8	21,7	21,7	54,0	36,8	45,9	,	,	*45,6
	15-59	67,6	43,8	54,9	84,5	59,0	72,3	92,9	78,7	86,8
Reino Unido	15-24	37,5	25,8	32,1	68,5	63,4	66,0	78,8	82,9	80,9
	15-59	58,3	44,5	50,6	83,4	72,0	77,9	91,1	85,4	88,3
Portugal	15-24	49,4	35,3	43,0	37,7	33,6	35,3	,	72,7	76,2
	15-59	78,5	60,7	69,8	70,2	60,8	65,2	93,5	88,3	90,2
Suécia	15-24	34,6	35,1	34,8	65,3	63,9	64,6	43,5	57,1	51,6
	15-59	64,4	55,5	60,4	83,1	79,3	81,3	87,7	87,9	87,8
UE	15-24	34,6	24,2	29,7	55,3	48,5	51,8	61,6	61,4	61,5
	15-59	65,5	40,9	53,0	80,4	66,3	73,5	89,5	80,6	85,2

Fonte: Eurostat, Labour Force Survey.

\* Não respostas à variável "nível qualificação adquirido" não consideradas.

(.). Dados não nulos, mas sem fiabilidade.

Em termos de género, as diferenças dão-se sobretudo entre qualificações, quer no grupo etário mais jovem quer no mais alargado. Quanto mais qualificada for a população, menos assimetrias existem entre as taxas de emprego de homens e mulheres, e mais altas são estas últimas. A tendência chega mesmo a inverter-se, na população jovem, na generalidade dos países do norte da Europa, em que as mulheres com ensino superior apresentam taxas de emprego mais elevadas que os homens. É também de salientar a acentuada diminuição dos contrastes na geração mais jovem, em que as mulheres parecem assumir taxas de participação no mercado de trabalho mais equilibradas. Mantêm-se, contudo, algumas diferenças, nomeadamente em Espanha e na Grécia, acompanhadas por Portugal no ensino básico, que se distancia no sentido de um maior equilíbrio no ensino secundário, e não apresenta dados fiáveis sobre a população masculina no ensino superior.

A condição perante o trabalho (quadro 13), em relação directa com o quadro anterior, permite identificar com maior detalhe o tipo de relação entre a população e a actividade. Consta-se que os jovens europeus são, em média, maioritariamente inactivos, sobretudo quando comparados com a população em geral. São, também, mais penalizados pelo desemprego.

**Quadro 13** População entre os 15 e os 24 anos, e os 15 e os 64 anos, segundo a condição perante o trabalho, em 2002 (%)

País		Empregados			Desempregados			Inactivos		
		H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM
Alemanha	15-24	46,9	43,8	45,4	5,9	3,4	4,6	47,2	52,8	50,0
	15-64	71,8	58,8	65,4	6,9	5,3	6,1	21,3	35,8	28,5
Áustria	15-24	55,9	47,6	51,7	4,7	3,3	4,0	39,4	49,0	44,3
	15-64	75,3	61,1	68,2	4,2	2,9	3,5	20,5	36,0	28,3
Bélgica	15-24	31,3	25,7	28,5	6,0	4,6	5,3	62,7	69,8	66,2
	15-64	68,1	51,1	59,7	4,6	4,3	4,5	27,4	44,6	35,9
Dinamarca	15-24	64,4	63,5	64,0	6,2	3,5	4,9	29,4	33,0	31,2
	15-64	80,2	72,6	76,4	3,6	3,3	3,5	16,2	24,1	20,1
Espanha	15-24	39,1	26,9	33,1	7,9	10,3	9,1	52,9	62,8	57,8
	15-64	72,8	44,0	58,4	6,1	8,6	7,3	21,2	47,4	34,2
Finlândia	15-24	45,4	44,1	44,8	18,2	17,0	17,6	36,4	38,9	37,7
	15-64	70,9	67,3	69,1	8,5	7,6	8,1	20,6	25,1	22,8
França	15-24	33,9	25,9	29,9	7,2	6,8	7,0	59,0	67,3	63,1
	15-64	69,6	56,4	62,9	5,9	6,1	6,0	24,5	37,4	31,0
Grécia	15-24	32,0	22,0	27,0	7,4	11,2	9,3	60,6	66,8	63,7
	15-64	71,7	42,7	56,9	4,9	7,5	6,2	23,4	49,8	36,9
Holanda	15-24	71,8	69,2	70,5	3,3	3,5	3,4	24,9	27,3	26,1
	15-64	82,9	65,9	74,5	2,0	2,0	2,0	15,2	32,1	23,5
Irlanda	15-24	48,5	41,9	45,3	4,6	3,0	3,8	46,9	55,0	50,9
	15-64	74,7	55,2	65,0	3,7	2,2	2,9	21,6	42,6	32,1
Itália	15-24	30,2	21,1	25,7	9,4	9,7	9,6	60,4	69,1	64,7
	15-64	68,9	41,9	55,4	5,3	6,1	5,7	25,8	52,0	39,0
Luxemburgo	15-24	36,1	28,4	32,3	*2,0	*2,8	*2,4	61,8	68,8	65,3
	15-64	75,5	51,5	63,6	1,5	1,9	1,7	23,0	46,5	34,7
Portugal	15-24	47,6	36,4	42,1	4,7	5,1	4,9	47,7	58,5	53,0
	15-64	76,3	61,3	68,6	3,3	3,7	3,5	20,4	35,1	27,9
Reino Unido	15-24	57,4	53,8	55,7	8,4	5,2	6,8	34,2	41,0	37,5
	15-64	77,7	65,3	71,5	4,6	3,0	3,8	17,7	31,7	24,7
Suécia	15-24	43,7	44,3	44,0	6,8	6,3	6,5	49,5	49,4	49,5
	15-64	75,5	72,5	74,0	4,3	3,5	3,9	20,2	23,9	22,0
UE	15-24	43,7	37,2	40,5	7,3	6,5	6,9	49,0	56,3	52,6
	15-64	72,9	55,5	64,2	5,4	5,3	5,4	21,7	39,2	30,4

Fonte: Eurostat, Labour Force Survey.

\* Dados pouco fiáveis devido à pequena dimensão da amostra.

Os países do norte da Europa assumem os valores mais elevados de jovens empregados, tal como se verificou no quadro anterior, por contraposição aos baixos valores verificados em Espanha e na Grécia. Portugal ocupa uma posição intermédia, 2 pontos percentuais acima da média europeia, e revela uma forte assimetria entre sexos, característica que partilha com Espanha. Na totalidade dos países, esta assimetria apresenta valores mais baixos nos jovens do que na população activa em geral, mantendo os países, de qualquer forma, a mesma posição relativa face à média europeia.

Nos dados sobre desemprego salienta-se o facto de, no espaço europeu, os jovens serem nitidamente mais atingidos pelo mesmo. Os países que apresentam os valores mais altos mantêm-se em ambos os grupos etários (Finlândia em primeiro lugar em ambos, com respectivamente 17,6 e 8,1%, a Grécia em terceiro, com 9,3 e 6,2%). O mesmo acontece para os países com os valores mais baixos, Irlanda, Holanda e Luxemburgo. Portugal encontra-se dois pontos percentuais abaixo da média europeia em ambos os conjuntos etários.

Os homens em idade activa, bem como os jovens, são mais atingidos pelo desemprego na Alemanha e no Reino Unido. Em geral, os jovens apresentam o dobro das percentagens correspondentes aos homens. Em Espanha e na Grécia a situação inverte-se: as jovens e as mulheres lideram o desemprego, com percentagens mais aproximadas. Portugal encontra-se mais próximo deste último grupo, embora com diferenças de género mais ligeiras.

Em termos do número de inactivos, Portugal apresenta-se um pouco acima da média europeia nos jovens (53%), e ligeiramente abaixo no conjunto da população em idade activa (27,9%). Entre a população jovem, o valor máximo é detido pela Bélgica (66,2%), e o mínimo pela Holanda (26,1%). Entre a população em geral, destacam-se respectivamente a Itália (35%) e a Dinamarca (20,1%).

As mulheres são, independentemente da idade, mais inactivas que os homens. Portugal apresenta a maior assimetria de género entre os jovens, apesar do número de inactivas estar apenas ligeiramente acima das médias europeias. No espaço europeu, Norte e Sul tendem a distinguir-se claramente neste domínio – um notório equilíbrio no norte, e um forte desequilíbrio no sul, ainda que atenuado na geração mais jovem.

A condição de estudante é um dos factores que se inscrevem na inactividade. Analisando, em detalhe, a participação no mercado de trabalho realizada pelos jovens estudantes, segundo a sua idade, por comparação com os jovens não estudantes, é possível descrever algumas especificidades da relação entre educação/formação e o mercado de trabalho (quadro 14).

**Quadro 14** População jovem (15-29 anos) estudante e não estudante, por grupo etário e condição perante o trabalho, em 2002 (%)

País	Grupo etário	Estudante					Não estudante				Total
		Programas educação e trabalho <sup>1</sup>	Outros emp.	Desemp.	Inact.	Sub-total	Outros emp.	Desemp.	Inact.	Sub-total	
Alemanha	15-19	19,5	4,1	0,7	65,9	90,1	5,2	1,7	3,0	9,9	100,0
	20-24	12,9	5,9	0,3	18,9	38,1	46,0	7,0	8,9	61,9	100,0
	25-29	1,6	6,1	0,3	8,3	16,3	66,3	6,5	11,0	83,7	100,0
Áustria	15-19	24,3	1,1	0,4	55,7	81,5	12,1	2,3	4,0	18,5	100,0
	20-24	1,9	3,9	0,2	23,5	29,4	58,9	4,8	6,9	70,6	100,0
	25-29	0,1	3,0	0,2	7,0	10,3	77,3	4,2	8,2	89,7	100,0
Bélgica	15-19	1,9	1,0	0,3	86,4	89,6	3,6	1,9	4,9	10,4	100,0
	20-24	0,7	2,6	0,6	34,4	38,2	44,4	8,9	8,6	61,8	100,0
	25-29	0,5	2,6	0,4	2,3	5,8	77,0	7,9	9,3	94,2	100,0
Dinamarca	15-19	5,9	41,0	3,5	38,4	88,7	8,9	0,4	2,0	11,3	100,0
	20-24	8,8	25,9	2,4	18,2	55,3	37,4	3,5	3,9	44,7	100,0
	25-29	1,7	21,2	1,2	11,0	35,0	58,3	2,8	3,9	65,0	100,0
Espanha	15-19	0,5	2,6	1,4	77,4	81,9	11,0	3,9	3,2	18,1	100,0
	20-24	0,6	6,2	3,0	33,6	43,4	41,5	9,3	5,8	56,6	100,0
	25-29	0,3	5,9	2,3	7,6	16,1	64,2	9,5	10,2	83,9	100,0
Finlândia	15-19	13,0	7,7	4,2	55,5	80,4	4,7	2,6	12,3	19,6	100,0
	20-24	6,7	10,8	2,5	36,0	56,1	25,1	5,8	13,0	43,9	100,0
	25-29	3,1	10,9	0,9	11,8	26,7	53,6	6,3	13,5	73,3	100,0
França	15-19	5,3	0,9	0,1	88,3	94,6	1,9	1,7	1,7	5,4	100,0
	20-24	5,5	5,2	0,9	41,5	53,2	32,5	9,2	5,1	46,8	100,0
	25-29	1,7	4,6	0,4	5,0	11,7	70,1	9,4	8,9	88,3	100,0
Grécia	15-19	1,5	1,0	0,5	83,9	86,8	6,9	3,0	3,2	13,2	100,0
	20-24	0,7	2,1	1,0	32,5	36,3	41,7	13,4	8,6	63,7	100,0
	25-29	<i>n</i>	1,3	0,3	4,4	5,9	68,7	13,1	12,1	93,9	100,0
Holanda	15-19	<i>m</i>	39,8	3,8	37,2	80,7	14,7	1,7	2,9	19,3	100,0
	20-24	<i>m</i>	21,9	0,9	12,5	35,3	56,8	2,1	5,8	64,7	100,0
	25-29	<i>m</i>	3,5	0,2	2,4	6,2	80,9	2,5	10,4	93,8	100,0
Irlanda	15-19	<i>a</i>	9,2	0,6	71,8	81,6	13,6	2,4	2,4	18,4	100,0
	20-24	<i>a</i>	5,7	0,4	22,8	29,0	60,2	4,1	6,7	71,0	100,0
	25-29	<i>a</i>	0,6	0,1	2,8	3,5	81,8	4,0	10,7	96,5	100,0
Itália	15-19	<i>n</i>	0,5	0,7	79,6	80,7	8,7	4,3	6,2	19,2	100,0
	20-24	0,1	1,8	1,6	34,7	38,2	37,5	11,8	12,5	61,8	100,0
	25-29	0,1	2,2	1,1	12,3	15,6	59,5	10,4	14,5	84,4	100,0
Luxemburgo	15-19	4,4	2,3	0,4	84,2	91,3	5,7	1,6	1,4	8,7	100,0
	20-24	1,8	6,9	<i>n</i>	39,2	47,8	45,2	2,8	4,2	52,2	100,0
	25-29	0,5	8,3	0,2	5,0	13,9	74,5	3,2	8,4	86,1	100,0
Portugal	15-19	<i>a</i>	2,0	0,5	70,0	72,4	20,3	3,0	4,2	27,6	100,0
	20-24	<i>a</i>	5,9	0,8	28,1	34,7	53,3	5,4	6,6	65,3	100,0
	25-29	<i>a</i>	4,6	0,4	5,6	10,7	77,1	4,1	8,1	89,3	100,0
Reino Unido	15-19	4,3	20,1	2,4	48,5	75,3	16,2	4,5	4,0	24,7	100,0
	20-24	2,7	13,3	1,0	14,0	31,0	53,7	5,6	9,7	69,0	100,0
	25-29	1,0	8,9	0,6	2,8	13,3	70,7	4,2	11,8	86,7	100,0
Suécia	15-19	<i>a</i>	12,8	3,9	71,7	88,4	7,0	1,8	2,8	11,6	100,0
	20-24	<i>a</i>	12,2	2,4	27,1	41,7	47,0	6,0	5,2	58,3	100,0
	25-29	<i>a</i>	9,5	1,2	11,8	22,4	69,5	4,0	4,1	77,6	100,0
UE	15-19	8,1	9,7	1,6	67,6	84,3	9,4	2,5	3,9	15,7	100,0
	20-24	3,8	8,7	1,3	27,8	40,5	45,4	6,6	7,4	59,5	100,0
	25-29	1,1	6,1	0,7	6,7	14,2	70,0	6,1	9,7	85,8	100,0

Nota: 1. Os estudantes em programas de estudo-trabalho são considerados na educação e no trabalho, independentemente da situação na profissão, de acordo com a definição da OIT; *a* – categoria não aplicável; *m* – dados não disponíveis; *n* – sem significância.

Fonte: OCDE, Education at a Glance 2004.

Assim, entre os jovens estudantes, encontra-se um grande número de inactivos, independentemente da idade. A Holanda e a Dinamarca apresentam, no entanto, valores expressivos de jovens trabalhadores-estudantes, nomeadamente na faixa etária 15-19 anos (39 a 40%). A percentagem de desempregados é, em geral, residual. A Áustria e a Alemanha destacam-se pela percentagem de estudantes em programas de educação e trabalho, entre os 15 e os 19 anos. Portugal encontra-se abaixo da média europeia em termos da percentagem de estudantes empregados e desempregados, e ligeiramente acima em termos dos estudantes inactivos entre os 15 e os 24 anos.

No caso dos jovens não estudantes, Portugal assume a liderança europeia em termos da percentagem de jovens empregados entre os 15 e os 19 anos (20,3%), mais do que duplicando a média europeia (9,4%), e ultrapassando países do norte com taxas de actividade superiores entre os jovens, como a Holanda. Mesmo nos grupos 20-24 e 25-29 anos, os jovens portugueses revelam níveis altos de empregabilidade. Em termos de desemprego, os valores portugueses estão muito próximos, ou ligeiramente abaixo, da média europeia. Itália apresenta os valores mais elevados de desemprego entre os jovens não estudantes nas três faixas etárias, acompanhado de países como o Reino Unido (entre os 15 e os 19 anos) ou a Grécia (entre os 20 e os 29 anos).

Os dados que se seguem permitem uma maior focalização na relação entre a condição de estudante e de trabalhador, para os jovens entre os 18 e os 24 anos, em 2001. O quadro 15 evidencia que Portugal tem, relativamente à média europeia, metade da percentagem de jovens a estudar e trabalhar simultaneamente, uma percentagem próxima de jovens estudantes e desempregados, uma percentagem superior de jovens empregados não estudantes, e uma percentagem inferior de jovens desempregados não estudantes.

**Quadro 15** População entre os 18 e os 24 anos por tipo de actividade, em Portugal e nos países da UE, em 2001 (%)

	EU 15	B	DK	D	EL	E	F	IRL	I	L	NL	A	P	FIN	S	UK
Estudante/em formação empregado	16	6	37	27	2	7	9	11	3	8	44	15	7	28	19	30
Estudante/em formação desempregado	36	49	25	29	45	45	47	32	45	49	18	30	36	30	31	19
Empregado não estudante nem em formação	34	33	32	33	32	36	31	42	31	36	33	46	48	31	40	38
Desempregado não estudante nem em formação	14	12	6	11	21	13	13	14	22	7	5	8	10	12	9	13

Fonte: Eurostat, La situation social dans l'Union Européenne 2003.

Importa ainda examinar o regime de ocupação profissional que caracteriza os jovens empregados no espaço europeu (quadro 16). Portugal é um dos países europeus com maior percentagem de trabalhadores inde-

pendentes por indivíduos em idade activa na Europa, em conjunto com os restantes países do Sul, Grécia, Itália e Espanha.

Os dados disponíveis no Relatório *Labour Force Survey*, abrangendo, para o ano de 2002, os jovens entre os 15 e os 24 anos, patentes no quadro seguinte, revelam a mesma tendência. Cerca de 2,2% dos jovens portugueses são empregadores e trabalhadores independentes, o valor mais alto do espaço europeu dos 15. Quanto aos assalariados, Portugal encontra-se na média dos países europeus, numa tabela liderada pela Holanda e pela Dinamarca, com a diferença de 30 pontos percentuais.

Os jovens são, na maioria dos países, em maior número que as jovens, nos dois regimes de ocupação profissional (exceptuando a Suécia e a Dinamarca, no caso dos assalariados, em que as raparigas predominam). As diferenças oscilam, nos assalariados, entre os 0,4 e os 10,1% – valor apresentado pela Espanha, seguindo-se Portugal com 9,2%. Entre empregadores e trabalhadores independentes, as diferenças entre sexos são substancialmente menores, variando entre 0,2 e 2,1%, sendo a maior diferença assumida pela Grécia.

**Quadro 16** Assalariados, empregadores e trabalhadores independentes na população entre os 15 e os 24 anos, sobre a população total entre os 15 e os 24 anos, em 2002 (%)

País	Assalariados			Empregadores e trabalhadores independentes		
	H	M	HM	H	M	HM
Alemanha	45,8	43,2	44,5	0,8	0,4	0,6
Áustria	54,2	46,5	50,3	0,9	0,7	0,8
Bélgica	29,7	24,3	27,0	1,4	0,8	1,1
Dinamarca	62,5	63,2	62,8	<i>1,4</i>	,	<i>0,1</i>
Espanha	35,3	25,2	30,3	1,9	0,9	1,4
Finlândia	43,0	42,6	42,8	1,6	<i>0,9</i>	1,3
França	33,1	25,7	29,5	0,5	<i>0,2</i>	0,4
Grécia	23,2	18,3	20,7	3,2	1,1	2,1
Holanda	68,9	67,7	68,3	2,6	1,4	2,0
Irlanda	46,0	41,5	43,8	<i>1,2</i>	,	0,8
Itália	24,3	17,9	21,2	2,9	1,4	2,1
Luxemburgo	36,0	28,0	32,0	,	,	,
Portugal	43,2	34,0	38,7	2,4	<i>1,9</i>	2,2
Reino Unido	54,7	52,9	53,8	2,3	0,7	1,5
Suécia	41,5	43,6	42,5	1,1	0,6	0,9
UE	40,9	35,9	38,4	1,7	0,7	1,2

Fonte: Eurostat, Labour Force Survey.

Números em *itálico* – dados pouco fiáveis devido à reduzida dimensão da amostra.

(,) Dados não nulos, mas sem fiabilidade.

Outro factor importante na análise do emprego jovem diz respeito ao tipo de contrato (quadro 17). A análise da percentagem de trabalhadores com contrato a prazo sobre o total de emprego assalariado no grupo etá-

rio 15-24 anos, em 2002, destaca Espanha e Portugal como os países em que esse tipo de contrato é mais frequente. Esta tendência mantém-se, aliás, para o conjunto da população activa. Entre sexos, as diferenças são mais expressivas no total da população activa do que na população jovem, mostrando que, na geração mais recente, e em particular nos países do Norte da Europa, tendem a ser os jovens quem mais possui contratos a prazo. Ao invés, nas gerações mais velhas, as mulheres apresentam sempre mais empregos com contratos a prazo.

De modo geral, os grupos etários entre os 15 e os 24 anos registam um menor grau de persistência em contratos permanentes, que pode ser explicado quer pelos constrangimentos inerentes ao mercado de trabalho quer, na perspectiva individual, pela necessidade de experimentação anterior à assunção de um compromisso mais definitivo. O quadro 18 permite observar, de modo mais detalhado, como se posicionam os jovens europeus contratados a prazo face ao contrato que possuem.

**Quadro 17** Trabalhadores com contrato a prazo, sobre o total de emprego assalariado na população entre os 15 e os 24 anos e entre os 15 e os 64 anos, em 2002 (%)

País	15-24			15-64		
	H	M	HM	H	M	HM
Alemanha	6,4	6,3	6,4	11,7	12,2	12,0
Áustria	5,5	4,3	4,9	7,3	7,4	7,3
Bélgica	2,5	3,0	2,7	5,5	10,3	7,6
Dinamarca	3,7	3,5	3,6	7,1	10,5	8,8
Espanha	7,9	8,5	8,1	29,1	34,2	31,1
Finlândia	6,1	6,7	6,4	13,8	20,5	17,2
França	5,1	4,7	4,9	12,4	16,0	14,1
Grécia	2,5	3,2	2,8	9,8	13,4	11,2
Holanda	6	7,0	6,5	12,0	16,8	14,1
Irlanda	2,5	2,9	2,7	4,4	6,2	5,3
Itália	2,1	2,7	2,3	8,3	12,0	9,8
Luxemburgo	1,8	*1,2	1,5	4,0	4,7	4,3
Portugal	7,1	7,2	7,1	20,3	23,2	21,7
Reino Unido	1,8	1,8	1,8	5,2	6,7	5,9
Suécia	5,1	6,6	5,8	12,8	17,5	15,2
UE	4,7	4,8	4,8	12,0	14,2	13,0

Fonte: Eurostat, Labour Force Survey.

\* Dados pouco fiáveis devido à reduzida dimensão da amostra.

**Quadro 18** Empregados com contrato a prazo, na população entre os 15 e os 24 anos, segundo a razão, em 2002 (%)

País	Não encontrou trabalho permanente	Não quis trabalho permanente	Contrato de formação	Período de experiência	Outra razão
Alemanha	3,4	1,5	76,9	5,4	12,9
Áustria	4,1	2,8	87,4	5,7	,
Bélgica	70,6	11,7	17,7	,	,
Dinamarca	23,6	21,6	54,4	,	,
Espanha	67,4	0,8	7,1	1,8	23,0
Finlândia	36,6	50,4	10,6	,	,
França	,	,	30,2	5,7	64,1
Grécia	61,7	*5,9	19,1	*4,0	9,1
Holanda	16,3	16,4	,	22,2	44,3
Irlanda	*11,6	53,2	11,8	,	23,2
Itália	21,5	2,3	61,6	6,3	8,2
Luxemburgo	,	,	74,3	,	,
Portugal	62,0	,	11,7	11,1	15,2
Reino Unido	24,6	35,2	6,6	,	33,6
Suécia	21,2	32,1	1,6	9,9	35,2
UE	22,3	7,4	38,3	5,9	26,1

Fonte: Eurostat, Labour Force Survey.

\* Dados pouco fiáveis devido à reduzida dimensão da amostra.

(.) Dados não nulos, mas sem fiabilidade.

Portugal integra o grupo onde a percentagem de jovens que não encontraram um trabalho permanente é mais elevada, grupo liderado pela Bélgica com 70,6%, valor que quase quadruplica a média europeia (22,3%). Ao invés, a Alemanha é o país onde essa razão é menos apontada. Os jovens portugueses não apresentam significância estatística na opção “não quis um trabalho permanente”, razão, pelo contrário, fortemente escolhida pelos jovens irlandeses e finlandeses. O contrato a prazo enquanto decorrente de um contrato de formação, assume particular importância no contexto europeu, nomeadamente em países com a Áustria e a Alemanha, e quase não tem expressão na Holanda, na Suécia ou em Espanha. Portugal não apresenta valores muito significativos, principalmente face à média europeia.

No que diz respeito ao regime de ocupação do tempo de trabalho (quadro 19), considera-se, em termos europeus, que o trabalho a tempo parcial é mais frequente entre alguns grupos etários, correspondentes ao início e ao fim dos percursos laborais. Será na população jovem que este regime atinge maior expressividade.

Portugal contraria esta tendência, apresentando, em conjunto com a Grécia, na população jovem, as percentagens de trabalhadores a tempo parcial mais baixas da União Europeia. Integra também o conjunto de quatro países – que inclui a Áustria, a Alemanha e a Bélgica – em que a

percentagem de trabalhadores no regime de ocupação a tempo parcial, na população activa em geral, supera a da população jovem. No extremo da tendência europeia encontra-se a Holanda, com um valor que quase triplica a média do conjunto da Europa dos 15 (64% dos jovens são trabalhadores a tempo parcial).

**Quadro 19** Emprego a tempo parcial sobre o emprego total, da população entre os 15 e os 24 anos e os 15 e os 64 anos, em 2002 (%)

País	15-24			15-64		
	H	M	HM	H	M	HM
Alemanha	9,7	17,5	13,5	5,2	39,2	20,3
Áustria	5,4	15,6	10,1	4,7	35,5	18,5
Bélgica	10,9	26,4	17,7	5,6	37,7	19,3
Dinamarca	38,8	62,1	50,3	10,1	31,1	20,0
Espanha	8,0	21,6	13,4	2,5	16,9	7,9
Finlândia	25,3	43,0	34,1	7,5	16,9	12,1
França	11,7	31,3	20,1	4,9	29,6	16,1
Grécia	5,8	9,6	7,4	2,0	7,7	4,2
Holanda	56,7	71,7	64,0	20,6	72,7	43,4
Irlanda	15,6	27,7	21,2	6,0	30,2	16,3
Itália	6,0	14,8	9,6	3,5	16,7	8,5
Luxemburgo	,	*7,8	*6,2	1,7	26,4	11,6
Portugal	6,2	8,8	7,3	4,1	13,4	8,3
Reino Unido	26,2	41,4	33,4	8,3	43,3	24,1
Suécia	28,4	54,2	41,0	9,7	32,3	20,4
UE	17,1	31,1	23,5	6,0	44,7	17,7

Fonte: Eurostat, Labour Force Survey.

\* Dados pouco fiáveis devido à reduzida dimensão da amostra.

(,) Dados não nulos, mas sem fiabilidade.

Em termos de diferenciação sexual, os valores relativos à população jovem portuguesa apresentam-se menos significativos, revelando um relativo equilíbrio, tanto por comparação com o grupo etário mais alargado, como com a média juvenil europeia. Em países como a Suécia, a Dinamarca ou a França, a assimetria entre ambos os sexos assume maior proporção, ou seja, existe um número muito maior de jovens do sexo feminino do que do sexo masculino a trabalhar a tempo parcial. Esta assimetria é ainda mais elevada na população activa em geral, nomeadamente nos restantes países do norte da Europa, com destaque para a Holanda, reflectindo a tendência para que este regime de trabalho se desenvolva nas fases finais dos percursos laborais femininos.

### 2.2.4. Desemprego juvenil

Atribuído a causas económicas, sociais ou educacionais, fortemente relacionado com a transição da educação para o trabalho, o desemprego juvenil é um reconhecido problema europeu, alvo de medidas europeias e regionais específicas, como as previstas na Estratégia Europeia para o Emprego. Já referido anteriormente neste capítulo, será agora observado a partir dos dados disponíveis nos relatórios *Employment in Europe 2004 (CE)*, e *Labour Force Survey 2003 (Eurostat)*.

**Quadro 20** Jovens desempregados entre os 15 e os 24 anos sobre o total de jovens entre os 15 e os 24 anos, na Europa dos 15, em 2003 (%)

País	H	M	HM
Alemanha	6,2	3,9	5,0
Áustria	4,1	3,8	4,0
Bélgica	8,9	6,0	7,5
Dinamarca	7,5	6,1	6,8
Espanha	9,3	10,3	9,8
Finlândia	11,3	10,8	11,0
França	7,0	7,4	7,2
Grécia	7,1	11,1	9,1
Irlanda	4,8	3,4	4,1
Itália	9,4	9,2	9,3
Luxemburgo	3,1	4,4	3,7
Holanda	5,2	4,7	5,0
Portugal	6,2	7,0	6,6
Reino Unido	9,1	6,4	7,8
Suécia	6,9	7,0	6,9
UE	7,7	6,9	7,3

Fonte: CE, *Employment in Europe 2004*.

Numa primeira leitura das percentagens de jovens desempregados entre os 15 e os 24 anos (quadro 20), Portugal salienta-se pelo distanciamento face aos restantes países do sul. O desemprego dos jovens portugueses situa-se abaixo da média europeia, mais próximo dos países nórdicos, que possuem os valores mais baixos do espaço europeu. Pelo contrário, Espanha, Itália e Grécia possuem as percentagens mais elevadas, imediatamente a seguir à Finlândia.

O desemprego masculino é superior ao feminino em grande parte dos países, embora Portugal, Grécia e Espanha, entre outros, apresentem números ligeiramente mais elevados de desemprego feminino entre os jovens. A Grécia apresenta a maior diferença entre sexos (4%).

A taxa de desemprego jovem (referente ao grupo etário 15-24 anos) assume, para a maioria dos países europeus, um valor que quase duplica a taxa de desemprego na globalidade da população activa, ou, no caso de Itália, Grécia e Holanda, quase triplica (quadro 21). Exceptuam-se a Alemanha e a Áustria, que apresentam diferenças menores (1,5% e 2,6%).

Numa observação focalizada nos valores mais extremos do desemprego juvenil, destacam-se, pela positiva, países como a Áustria, a Irlanda ou o Luxemburgo, com taxas bastante inferiores à média europeia; e pela negativa, países como a Itália e a Grécia, com as taxas de desemprego juvenil mais altas da Europa dos 15 (27% e 26,3%).

**Quadro 21** Taxa de desemprego da população entre os 15 e os 24 anos e entre os 15 e os 64 anos, em 2003 (%)

País	15-24			15-64		
	H	M	HM	H	M	HM
Alemanha	13,4	8,5	11,1	10,0	9,2	9,6
Áustria	7,0	7,5	7,2	4,2	4,6	4,4
Bélgica	22,6	20,1	21,5	7,8	8,5	8,1
Dinamarca	11,0	9,5	10,3	5,3	6,0	5,6
Espanha	19,3	27,2	22,7	8,2	15,9	11,3
Finlândia	21,9	21,6	21,8	9,2	8,9	9,0
França	22,3	18,5	20,2	8,3	10,6	9,4
Grécia	18,8	35,6	26,3	5,9	14,2	9,3
Irlanda	7,4	9,1	8,3	4,9	4,2	4,6
Itália	24,1	30,8	27,0	6,7	11,6	8,6
Holanda	8,0	13,3	10,4	2,7	5,1	3,7
Luxemburgo	7,0	6,4	6,7	3,6	4,0	3,8
Portugal	12,4	17,0	14,4	5,4	7,2	6,3
Reino Unido	13,7	10,6	12,3	5,5	4,3	5,0
Suécia	13,0	13,7	13,4	6,0	5,2	5,6
UE	15,7	15,9	15,8	7,4	9,0	8,1

Fonte: CE, Employment in Europe 2004.

Portugal posicionava-se, em 2003, ligeiramente abaixo da média europeia (14,4%). Entre 2002 e 2003 é, contudo, referenciado no relatório *Employment in Europe 2004 (CE)*, como um dos países onde a taxa de desemprego juvenil mais cresceu, cerca de 3 a 4 pontos percentuais. A taxa de desemprego jovem feminino é, em Portugal, mais expressiva que a masculina, seguindo a tendência da maioria dos países europeus. O desequilíbrio de género é ainda mais saliente nos restantes países do sul – Grécia, Espanha e Itália, respectivamente com uma diferença de 16,8%, 7,9% e 6,7%, em prejuízo da população jovem feminina. No sentido contrário, as taxas de desemprego jovem masculino destacam-se no Reino Unido, na Alemanha e em França, embora assumindo diferenças mais ligeiras. Este tipo de diferença entre a população masculina e

feminina também se repercute, com as mesmas tendências, na população activa em geral, embora com um peso menor.

Se à análise das taxas de desemprego se associar a qualificação adquirida pelos jovens (quadro 22), constata-se que, em Portugal, mas também na Holanda e na Grécia, ao contrário do que acontece na generalidade dos países europeus, as percentagens de desemprego nos indivíduos com qualificações baixas ou intermédias diferem apenas alguns pontos percentuais relativamente àqueles com qualificações superiores.

**Quadro 22** Taxa de desemprego, na população entre os 15 e os 24 anos e os 15 e 59 anos, por nível de qualificação adquirido, em 2002 (%)

País		Ensino Básico			Ensino Secundário			Ensino Superior		
		H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM
Alemanha	15-24	11,0	8,8	10,0	11,3	6,4	8,9	,	,	,
	15-59	15,2	11,9	13,6	9,0	8,2	8,6	3,9	4,7	4,2
Áustria	15-24	6,8	10,9	8,4	8,2	4,6	6,5	,	,	,
	15-59	9,3	7,3	8,3	5,0	4,3	4,7	1,7	1,9	1,8
Bélgica	15-24	25,9	28,8	26,9	12,5	14,4	13,3	*7,9	8,4	8,2
	15-59	9,8	14,4	11,5	5,6	7,9	6,6	3,3	3,6	3,5
Dinamarca	15-24	9,4	*5,2	7,4	*7,4	,	5,9	,	,	,
	15-59	6,6	7,0	6,8	3,5	3,5	3,5	3,8	3,6	3,7
Espanha	15-24	17,4	28,7	21,3	14,9	28,3	21,7	17,1	25,2	21,7
	15-59	9,1	19,3	12,6	6,8	17,6	11,5	5,6	12,2	8,8
Finlândia	15-24	42,1	44,9	43,4	19,1	18,6	18,8	,	,	,
	15-59	19,0	20,7	19,8	10,6	10,3	10,5	4,0	4,2	4,1
França	15-24	26,2	34,7	29,2	13,5	19,5	16,1	12,5	10,8	11,5
	15-59	12,2	14,4	13,2	6,1	9,8	7,7	5,6	5,3	5,5
Grécia	15-24	15,4	36,3	21,6	21,5	34,2	28,1	,	25,7	21,1
	15-59	6,2	14,1	12,6	8,0	19,5	11,5	4,2	9,9	8,8
Holanda	15-24	5,2	6,7	5,9	*2,9	*2,7	2,8	,	,	,
	15-59	3,2	4,5	3,7	1,8	2,3	2,0	1,7	1,7	1,7
Irlanda	15-24	14,3	*11,1	13,3	6,1	6,8	6,4	,	,	*4,7
	15-59	7,7	6,4	7,3	3,5	4,1	3,7	2,7	1,8	2,2
Itália	15-24	25,7	33,1	28,4	21,4	30,2	25,8	,	41,6	35,8
	15-59	8,4	16,1	11,0	6,5	11,6	8,8	3,9	7,7	5,7
Luxemburgo	15-24	,	,	*11,8	,	,	,	,	,	,
	15-59	*3,3	6,5	4,7	*1,1	*2,2	*1,5	,	,	*1,7
Portugal	15-24	8,9	12,5	10,3	,	*10,3	*9,6	,	,	,
	15-59	4,2	5,8	4,9	4,8	5,9	5,3	,	5,3	4,0
Reino Unido	15-24	27,7	23,1	26,0	11,1	8,2	9,8	8,0	3,9	5,9
	15-59	13,6	7,9	10,8	5,2	4,7	5,0	3,0	2,1	2,6
Suécia	15-24	17,8	19,6	18,7	9,9	6,5	8,3	,	,	,
	15-59	7,2	9,1	8,0	5,0	4,2	4,6	3,3	2,1	2,7
UE	15-24	17,0	19,4	17,9	12,5	13,3	12,8	11,1	11,5	11,3
	15-59	9,6	13,1	11,0	6,6	8,2	7,3	4,0	5,3	4,6

Fonte: Eurostat, Labour Force Survey.

\* Não respostas à variável "nível mais alto de educação ou formação atingido" não consideradas.

(,) Dados não nulos, mas sem fiabilidade.

Entre o ensino básico e o ensino secundário, por exemplo, o decréscimo na taxa de desemprego pode, entre os jovens mas também na população

activa em geral, chegar a cerca de 60% (como é o caso do Reino Unido), decrescendo em média 30%. A percentagem mais elevada de desemprego dos jovens com o ensino básico pertence à Finlândia (43,4%); no ensino secundário, à Grécia e à Itália (28% e 25,8%); no ensino superior, segundo os dados disponíveis, à Itália (35,8%). Espanha, Itália e Grécia apresentam valores altos de desemprego nos três níveis de ensino, as maiores assimetrias entre as jovens (mais penalizadas) e os jovens, mas também entre os jovens e a globalidade da população, em prejuízo dos jovens. Portugal mantém-se sempre abaixo da média europeia.

No quadro 23 é possível observar a percentagem de população feminina e masculina, entre os 15 e os 24 anos, desempregada, segundo a duração do desemprego. Em média, no contexto europeu, o desemprego jovem caracteriza-se sobretudo pela curta duração – menos de 6 meses. Existe, contudo, nos países do norte da Europa, como a Dinamarca, a Finlândia e a Suécia, uma predominância clara do desemprego de curta duração, associada a uma taxa muito baixa de desemprego de longa duração (12 meses ou mais). Contrariamente, a Itália e a Grécia apresentam os mais altos valores europeus de desemprego de longa duração entre os jovens (respectivamente 55,9% e 46,1%). Portugal posiciona-se de modo intermédio, relativamente próximo da média europeia.

**Quadro 23** Taxa de desemprego, na população entre os 15 e os 24 anos, por duração, em 2002 (%)

País	Menos de 6 meses			6 a 11 meses			12 meses ou mais		
	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM
Alemanha	52,6	52,1	52,4	25,2	23,4	24,5	22,2	24,5	23,0
Áustria	83,2	63,6	75,0	11,4	23,4	16,4	,	,	8,6
Bélgica	45,0	51,4	47,7	27,4	21,2	24,8	27,6	27,5	27,6
Dinamarca	78,1	90,1	82,2	,	,	,	,	,	,
Espanha	57,3	50,9	53,8	22,9	24,5	23,8	19,9	24,5	22,5
Finlândia	85,0	90,3	87,6	10,9	*6,6	8,8	,	,	*3,7
França	60,7	61,0	60,8	21,7	19,4	20,6	17,6	19,7	18,6
Grécia	30,2	26,7	28,1	27,2	25,0	25,9	42,6	48,3	46,1
Holanda	75,8	75,7	75,7	,	*17,9	*16,6	,	,	,
Irlanda	51,1	67,8	57,6	*22,7	,	21,6	*26,2	,	20,8
Itália	23,9	21,0	22,5	22,2	21,1	21,7	53,8	57,8	55,9
Luxemburgo	,	,	,	,	,	,	,	,	,
Portugal	59,7	46,6	53,0	,	*29,5	24,4	*21,3	23,8	22,6
Reino Unido	64,8	75,4	68,7	22,9	15,3	20,1	12,3	9,3	11,2
Suécia	81,6	88,4	84,8	13,2	,	10,6	,	,	4,6
UE	53,8	51,4	52,7	22,0	20,4	21,3	24,2	28,2	26,0

Fonte: Eurostat, Labour Force Survey.

\* Dados pouco fiáveis devido à reduzida dimensão da amostra.

(,) Dados não nulos, mas sem fiabilidade.

Na perspectiva do género, Portugal apresenta também, segundo os dados disponíveis, um relativo equilíbrio: os jovens e as jovens parecem ter durações idênticas da situação de desemprego. Um maior contraste a este nível pode ser observado, no desemprego de curta duração, em países como a Irlanda e a Dinamarca, onde as jovens apresentam valores mais altos, ou na Áustria, onde os jovens apresentam um valor mais expressivo. O desemprego de longa duração atinge, regra geral, mais acentuadamente as jovens, assumindo as jovens espanholas a maior diferença comparativamente aos jovens.

Sumariamente, pode afirmar-se que Portugal se encontra em situação crítica, no espaço europeu, no que se refere aos padrões de qualificação da sua população jovem, sobretudo nos níveis qualificacionais intermédios e superiores. Apesar da evolução registada nas últimas décadas, nomeadamente na população feminina, existem a demonstrá-lo alguns números incontornáveis: a mais elevada taxa de saída precoce do sistema de ensino (38%); a percentagem mais baixa da Europa de população entre os 25 e os 34 anos, com ensino secundário (19,9%), a segunda mais baixa com o ensino superior (15,5%), a participação mais reduzida na educação ou formação de indivíduos entre os 15 e os 24 anos (51,9%). Revela também uma dinâmica menos intensa de qualificação comparativamente ao que se tem verificado em alguns dos países similares do ponto de vista económico, como Grécia ou a Irlanda.

Por outro lado, nos indicadores relativos ao mercado de trabalho, possui taxas de actividade e de emprego intermédias face à realidade europeia. No mercado de trabalho português, mais do que na maioria dos outros mercados europeus, encontram-se sobretudo jovens com o ensino básico ou superior, com um consequente desequilíbrio na qualificação intermédia. Portugal assume, simultaneamente, a liderança europeia na empregabilidade dos jovens não estudantes entre os 15 e os 19 anos, deixando adivinhar o perfil insuficientemente qualificado deste tipo de inserção profissional.

Face aos valores médios europeus, a baixa taxa de desemprego, a elevada percentagem de empregadores e trabalhadores independentes, de contratados a prazo (que não encontraram trabalhos permanentes), e de trabalhadores a tempo inteiro, pouco qualificados, entre os jovens portugueses dos 15 aos 24 anos, fazem emergir um cenário caracterizado pela inserção precoce no mercado de trabalho, pela insuficiência de modelos de articulação e transição entre educação/formação e actividade profissional, pela desqualificação e precarização. Este e outros cenários associados à relação entre os jovens e mercado de trabalho, especificamente no contexto português, serão desenvolvidos nos capítulos seguintes.

### **2.3. Jovens e mercado de trabalho em Portugal: um diagnóstico alargado**

Traçada que está, numa perspectiva sincrónica, a situação dos jovens portugueses comparativamente com os seus congéneres europeus, face às qualificações, emprego e desemprego, importa, num segundo momento, proceder a uma análise mais exaustiva e mais fina destes aspectos a nível nacional, numa perspectiva diacrónica. É o que se procurará fazer ao longo deste capítulo, com base num vasto conjunto de indicadores de fontes estatísticas oficiais, como os Censos e o Inquérito ao Emprego do INE, os Quadros de Pessoal do Ministério do Trabalho, o Desemprego Registado do IEFP, as Estatísticas da Educação do Ministério da Educação e as estatísticas da Segurança Social.

#### **2.3.1. Qualificações**

Como foi possível constatar na análise transversal dos principais padrões de qualificação dos jovens no contexto europeu, apresentada anteriormente, Portugal encontra-se ainda numa posição crítica, sobretudo nos níveis intermédios e superiores de qualificação. Não obstante, progressos verificados na sociedade portuguesa nas últimas décadas tiveram consequências evidentes na oferta e procura social de qualificação escolar; e no aumento das aspirações escolares e sociais (Sebastião, 1998; Figueiredo, Silva e Ferreira, 1999).

As condições de transição da educação para o emprego, por seu turno, alteraram-se substancialmente nos últimos vinte anos, como se terá oportunidade de desenvolver neste estudo. Uma dessas alterações será, sem dúvida, uma crescente valorização, sem precedentes na história, da educação/formação como via de acesso ao mercado de trabalho. Atendendo então à forte relação interdependente que, nas sociedades contemporâneas, caracteriza as qualificações/competências e a empregabilidade, os dados apresentados, e aqueles que se apresentarão de seguida, poderão indiciar, no contexto português, entre a geração mais jovem, uma marcada distância entre oportunidades e trajectos, entre projectos e experiências.

Do ponto de vista demográfico, Portugal contava, em 2001, com cerca de 2 294 248 jovens entre os 15 e os 29 anos, grupo etário que representa sensivelmente 22% da população total (quadro 24), apresentando um decréscimo de 2% face à década anterior. Internamente, é a faixa compreendida entre os 15 e os 19 anos que assume a menor expressão numérica. Existe um relativo equilíbrio entre os sexos, com uma ligeira predominância masculina, mais acentuada em 2001.

**Quadro 24** População jovem (15-29 anos), por sexo, segundo o grupo etário, em 1991 e 2001 (%)

Grupo etário	1991			2001		
	H	M	HM	H	M	HM
15-19	9,0	8,2	8,6	7,0	6,3	6,7
20-24	8,1	7,4	7,8	8,0	7,3	7,6
25-29	7,6	7,2	7,4	8,2	7,6	7,9
Total pop. jovem (15-29)	24,7	22,8	23,7	23,2	21,2	22,2
Total pop.	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

Do ponto de vista do grau de qualificação adquirido<sup>5</sup>, tendo em conta a percentagem que, no total de jovens, se qualificou em determinado grau, é assinalável, desde logo, uma evolução entre 1991 e 2001, patente sobretudo no 3.º ciclo, no ensino secundário e na licenciatura (quadro 25). Esta é essencialmente feminina – as jovens apresentam, nos graus de qualificação mais elevados, em 2001, valores sempre superiores aos dos jovens (o dobro, no caso do ensino superior). Eles são, por sua vez, os mais representados nos outros níveis de qualificação, sobretudo nos inferiores à escolaridade mínima obrigatória.

**Quadro 25** População jovem (15-29 anos), por sexo, segundo o grau de qualificação, em 1991 e 2001 (%)

Grau de qualificação	1991			2001		
	H	M	Total	H	M	Total
Não sabe ler nem escrever	1,7	1,3	1,5	1,4	1,1	1,3
Sem qualificação	4,4	3,6	4,0	1,9	1,3	1,6
Ens. básico 1.º ciclo	23,7	22,9	23,3	10,0	7,6	8,8
Ens. básico 2.º ciclo	36,8	32,0	34,4	24,4	18,9	21,7
Ens. básico 3.º ciclo	20,2	21,8	21,0	34,5	32,0	33,2
Ens. secundário	9,8	12,9	11,3	22,2	28,2	25,2
Bacharelato	1,0	2,5	1,8	1,2	2,6	1,9
Licenciatura	1,0	0,8	0,9	4,2	8,1	6,1
Mestrado e doutoramento	0,1	0,1	0,1	0,2	0,3	0,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Nota: o ensino profissional e o ensino médio não foram considerados.

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

A consulta da taxa de variação (quadro 26) permite quantificar esta evolução: subidas percentuais na ordem dos 118%, no ensino secundário; dos 561%, no caso da licenciatura; dos 870%, no caso das jovens licenciadas; dos 180%, nos mestrados e doutoramentos. Os jovens do sexo masculino apresentam também uma evolução expressiva no ensino

<sup>5</sup> O ensino médio e profissional não foram contemplados nos dados que se apresentam pela indisponibilidade dos mesmos em 1991.

básico, ainda que permaneçam valores demasiado elevados para estes níveis mais baixos de escolaridade. São, claramente, indicadores de uma dinâmica de qualificação, embora inacabada e muito distante dos padrões europeus, nomeadamente se tivermos em conta que, segundo o mesmo quadro, 33,4% dos jovens entre os 15 e os 29 anos continuavam, em 2001, sem completar a escolaridade mínima obrigatória e que 2,9% não tinham qualquer grau formal de qualificação.

**Quadro 26** Taxa de variação da população jovem (15-29 anos), por sexo, segundo o grau de qualificação, entre 1991 e 2001

Grau de qualificação	Taxa de variação		
	H	M	Total
Não sabe ler nem escrever	- 15,7	- 16,0	- 15,8
Sem qualificação	- 58,5	- 64,8	- 61,3
Ens. básico 1.º ciclo	- 58,6	- 67,6	- 63,0
Ens. básico 2.º ciclo	- 34,5	- 42,4	- 38,1
Ens. básico 3.º ciclo	68,6	43,0	55,4
Ens. secundário	123,9	113,5	118,0
Bacharelato	18,0	- 1,1	4,5
Licenciatura	314,5	869,8	561,9
Mestrado e doutoramento	123,1	188,9	155,3

Nota: o ensino profissional e o ensino médio não foram considerados.

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

No mesmo sentido, observando uma fonte adicional (ME/DAPP), verifica-se no quadro 27 a existência de taxas bastante elevadas de saída precoce e antecipada do sistema de ensino por parte dos jovens entre os 18 e os 24 anos, que se salientam negativamente no contexto europeu (como se constatou no ponto anterior), mas que sofreram, contudo, um decréscimo no prazo da década decorrida<sup>6</sup>.

**Quadro 27** Taxa de saída antecipada e de saída precoce (%)

Taxas de saída	1991	2001
Saída antecipada	54,1	24,6
Saída precoce	63,7	44,8

Fonte: ME/DAAP(2003).

<sup>6</sup> A taxa de saída antecipada reflecte o total de indivíduos, no momento censitário, com 18-24 anos que não concluíram o 3.º ciclo do ensino básico e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário. A taxa de saída precoce representa o total de indivíduos, no momento censitário, com 18-24 anos que não concluíram o ensino secundário e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário (ME/MSST, 2004).

A observação, no quadro 28, das especificidades internas ao grupo jovem, através do peso relativo que, em cada grupo etário, assume cada grau de qualificação, reforça a tendência de evolução anteriormente referida. Ela dá-se sobretudo, entre os 15 e os 19 anos, no 3.º ciclo do ensino básico (aumento de 25%); entre os 20 e os 24 anos, no ensino secundário (aumento de 19,4%); e, entre os 25 e os 29 anos, na licenciatura (aumento de 12,7%).

**Quadro 28** População jovem (15-29 anos), por grupo etário, segundo o grau de qualificação, em 1991 e 2001 (%)

Grau de qualificação	1991				2001			
	15-19	20-24	25-29	Total	15-19	20-24	25-29	Total
Não sabe ler nem escrever	1,2	1,6	1,8	1,5	0,9	1,3	1,5	1,3
Sem qualificação	3,9	4,0	4,5	4,1	1,3	1,4	2,1	1,6
Ens. básico 1.º ciclo	16,5	23,1	33,0	23,7	6,8	7,1	12,1	8,8
Ens. básico 2.º ciclo	44,1	32,0	27,3	35,0	24,7	18,0	22,7	21,7
Ens. básico 3.º ciclo	29,6	18,4	14,6	21,4	55,4	28,1	19,5	33,2
Ens. secundário	4,7	18,8	11,9	11,5	10,9	38,1	24,6	25,2
Bacharelato	0,0	1,2	4,6	1,8	0,0	1,7	3,7	1,9
Licenciatura	0,0	0,9	2,0	0,9	0,0	4,1	13,2	6,1
Mestrado e doutoramento	0,0	0,0	0,3	0,1	0,0	0,1	0,7	0,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Nota: o ensino profissional e o ensino médio não foram considerados.

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

Por comparação com a geração mais velha, ainda em idade laboral, os jovens apresentam níveis de qualificação mais altos (quadro 29). Enquanto a qualificação predominante na geração mais velha é o 1.º ciclo do ensino básico, para muitos correspondente à escolaridade obrigatória da sua coorte geracional, na geração mais nova é o 3.º ciclo, a actual escolaridade obrigatória, que apresenta o valor mais significativo, seguida do ensino secundário. A dinâmica evolutiva também se verifica, embora com menor intensidade, entre os 30 e os 64 anos, nomeadamente através da redução da inexistência de qualificação formal para sensivelmente metade; ou da subida de quase 5% nas licenciaturas, crescimento demasiado insignificante se se tiver em conta as generalizadas baixas qualificações da população jovem portuguesa face à de outros países europeus.

**Quadro 29** População jovem (15-29 anos) e adulta (30-64 anos), segundo o grau de qualificação, em 1991 e 2001 (%)

Grau de qualificação	1991		2001	
	15-29	30-64	15-29	30-64
Não sabe ler nem escrever	1,5	11,3	1,3	4,8
Sem qualificação	4,1	14,8	1,6	7,7
Ens. básico 1.º ciclo	23,7	48,4	8,8	40,0
Ens. básico 2.º ciclo	35,0	8,4	21,7	13,8
Ens. básico 3.º ciclo	21,4	6,5	33,2	12,4
Ens. secundário	11,5	5,7	25,2	11,9
Bacharelato	1,8	3,1	1,9	2,4
Licenciatura	0,9	1,5	6,1	6,2
Mestrado e doutoramento	0,1	0,3	0,3	0,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Nota: o ensino profissional e o ensino médio não foram considerados.

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

No mesmo sentido, a análise centrada nos dados do Inquérito ao Emprego entre 1998 e 2004<sup>7</sup> revela que, em média, os jovens apresentam níveis de escolaridade superiores aos dos adultos (quadro 30). Comprovando isso mesmo, veja-se que, em 2004, 63,1% dos jovens apresentam níveis de escolaridade completos até ao 3.º ciclo do ensino básico, enquanto no caso dos adultos esse valor ascende a 82,4%. Assim, 36,9% dos jovens apresentam neste momento mais do que a escolaridade obrigatória, possuindo 10,1% deles formação superior. Em termos evolutivos, denota-se um ligeiro crescimento no período de 1998 a 2004. Ao longo destes anos, a percentagem de jovens com, pelo menos, o ensino secundário passou de 27,2% para os referidos 36,9% (isto é, uma evolução de 9,7%), tendo, no caso dos adultos, esse acréscimo sido de 5,5% (de 12,2% para 17,6%). Esta evolução no sentido da melhoria das qualificações escolares é também visível no crescimento acentuado dos jovens detentores de cursos superiores; num espaço de sete anos, a percentagem de jovens licenciados sobe de 4,3% para 8,3%.

<sup>7</sup> Os dados do Inquérito ao Emprego utilizados no capítulo 2.3. referem-se ao 2.º trimestre de cada ano.

**Quadro 30** População jovem (15-29 anos) e adulta (30 e mais anos), segundo o nível de ensino, em 1998 e 2004 (% face ao total de inquiridos)

Nível de ensino (completo)	1998							2004						
	15-19	20-24	25-29	JH	JM	JHM	AHM	15-19	20-24	25-29	JH	JM	JHM	AHM
Nenhum	1,6	2,5	3,1	2,8	2,1	2,4	25,1	0,8	1,3	2,0	1,9	1,0	1,4	18,4
Básico – 1.º Ciclo	6,2	8,6	17,8	11,3	10,6	10,9	43,2	3,8	3,4	7,6	5,6	4,6	5,1	39,7
Básico – 2.º Ciclo	33,8	27,7	31,5	33,5	28,1	30,9	11,0	28,9	15,5	25,1	26,0	19,9	23,0	13,9
Básico – 3.º Ciclo	51,0	21,9	14,3	28,6	28,4	28,5	8,5	55,9	30,9	20,2	36,2	31,0	33,6	10,5
Secundário – Prosseg. estudos	6,7	30,5	18,2	17,1	20,8	18,9	5,2	10,4	41,3	24,2	22,9	29,5	26,1	8,0
Secundário – Profissionalizante	0,6	4,0	2,4	2,6	2,3	2,4	0,9	0,1	0,8	0,6	0,6	0,4	0,5	0,4
Superior – Bacharelato	–	1,8	2,6	0,7	2,3	1,5	2,0	0,0	1,1	3,0	1,1	1,9	1,5	2,1
Superior – Licenciatura	–	2,9	9,7	3,3	5,3	4,3	3,8	–	5,6	16,5	5,6	11,1	8,3	6,2
Superior – Pós-graduação	–	–	–	–	–	–	–	–	0,0	0,5	0,1	0,3	0,2	0,3
Superior – Mestrado	–	0,0	0,4	0,1	0,2	0,1	0,3	–	–	0,3	0,1	0,2	0,1	0,4
Superior – Doutoramento	–	–	–	–	–	–	0,1	–	–	0,1	0,0	0,1	0,0	0,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Legenda: JH – Jovens Homens; JM – Jovens Mulheres; JHM – Jovens Homens e Mulheres; AHM – Adultos Homens e Mulheres.

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Dentro das faixas etárias juvenis, é possível distinguir algumas diferenças. A maior parte dos jovens entre os 15 e os 19 anos possui o 3.º ciclo do ensino básico, o que se relaciona obviamente com o facto de muitos ainda não terem idade para ter completado níveis de ensino mais elevados. Relativamente aos jovens entre os 20 e os 24 anos, o nível de ensino mais representativo é o ensino secundário, com grande incidência na via para o prosseguimento de estudos. Registe-se que, neste escalão etário, se nota uma evolução muito significativa ao longo dos sete anos, sendo que de uma percentagem de 30,5% em 1998 se passa para um valor de 41,3% em 2004. No que concerne à faixa etária dos 25 a 29 anos, o valor mais evidente remete para uma evolução, ao longo dos anos, da escolaridade obrigatória (3.º ciclo do ensino básico) para o ensino secundário, mais uma vez com especial incidência na via para o prosseguimento de estudos. Esta evolução gradual fez com que, em 1998, este escalão apresentasse valores, em termos do 3.º ciclo do ensino básico, de 31,5%, e de 18,2% para o ensino secundário (prosseguimento de estudos). Já em 2004, os valores são de 25,1% e 24,2%, respectivamente.

No que respeita às diferenças sexuais, é de referir que os jovens do sexo masculino estão mais representados nos níveis de escolaridade mais baixos (até à escolaridade obrigatória). A distribuição inverte-se a partir daí, encontrando-se portanto as raparigas mais presentes desde o ensino secundário até ao doutoramento. Numa abordagem diacrónica, verificamos que o fenómeno de aumento das qualificações assume uma muito maior expressão na população juvenil feminina.

Levando também em conta a distinção territorial (quadro 31), observa-se que é na Região Autónoma dos Açores que se encontra a maior expressão de jovens não qualificados, ou pouco qualificados (1.º ciclo do ensino básico), do ponto de vista escolar. Apesar da diminuição percentual que ocorre entre 1991 e 2001, a região mantém uma clara predominância neste sentido. No que diz respeito ao 2.º ciclo do ensino básico, as percentagens não variam muito entre regiões, situando-se na casa dos 30% em 1991, e dos 20% em 2001. No 3.º ciclo dá-se um claro aumento percentual de 1991 para 2001, indiciando progressos, em todas as regiões, no cumprimento da escolaridade mínima obrigatória. A qualificação no ensino secundário e superior concentra-se sobretudo em Lisboa e Vale do Tejo, região que, nestes níveis de qualificação, sobressai claramente no panorama nacional. Pode ainda destacar-se, pela evolução verificada, a elevada percentagem de jovens que, no Algarve, possuem uma licenciatura, em 2001.

**Quadro 31** População jovem (15-29 anos), por região, segundo o grau de qualificação, em 1991 e 2001 (%)

Grau de qualificação	1991									2001								
	Norte	Centro	Lisboa V.T.	Alent.	Alg.	R.A. Açores	R.A. Mad.	Total	Norte	Centro	Lisboa V.T.	Alent.	Alg.	R.A. Açores	R.A. Mad.	Total		
Não sabe ler/escrever	1,5	1,4	1,1	2,0	1,5	4,2	3,5	1,5	1,1	1,2	1,1	1,7	1,5	3,2	2,1	1,3		
Sem qualificação	5,2	3,7	2,5	3,6	3,4	8,0	7,1	4,1	1,7	1,3	1,5	1,6	1,7	2,9	2,7	1,6		
Ens. básico 1.º ciclo	29,3	23,9	16,0	23,5	20,6	31,2	28,8	23,7	10,6	7,8	6,5	9,1	8,0	14,9	12,7	8,8		
Ens. básico 2.º ciclo	37,3	37,6	31,3	35,5	34,7	32,9	31,9	35,0	27,8	22,6	14,0	21,3	18,3	28,9	23,6	21,7		
Ens. básico 3.º ciclo	15,8	20,4	28,6	23,0	26,5	15,3	18,5	21,4	30,4	34,6	35,3	35,9	37,4	30,1	32,5	33,2		
Ens. secundário	8,7	10,5	16,3	10,7	11,3	6,9	8,8	11,5	21,8	25,0	30,2	24,4	25,7	15,2	20,3	25,2		
Bacharelato	1,3	1,7	2,8	1,2	1,1	1,1	1,0	1,8	1,5	2,0	2,4	1,6	2,3	1,1	1,7	1,9		
Licenciatura	0,8	0,7	1,4	0,6	0,7	0,4	0,4	0,9	4,9	5,3	8,7	4,4	5,0	3,5	4,3	6,1		
Mestrado e dout.	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,2	0,2	0,4	0,1	0,2	0,1	0,1	0,3		
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		

Nota: o ensino profissional e o ensino médio não foram considerados.

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

A taxa de variação na década de referência confirma a evolução registada anteriormente no Algarve, com um acréscimo na licenciatura na ordem dos 679% (quadro 32). O nível superior – licenciatura, mestrados e doutoramentos – apresenta as mais fortes dinâmicas evolutivas, mesmo nas regiões onde o seu peso relativo é mais baixo, como nas regiões autónomas, em particular os Açores, onde a licenciatura registou um aumento de 912%. Lisboa e Vale do Tejo apresenta, genericamente, menor variação, em comparação com o que acontece nas restantes regiões.

Assim, o crescimento dos níveis de qualificação parece dar-se um pouco por todo o país, fundamentalmente nos níveis de ensino mais altos, com dinâmicas de intensidade variável, nomeadamente face à

capacidade de correcção e reequilíbrio da tendência de sub-qualificação de algumas regiões.

**Quadro 32** Taxa de variação da população jovem (15-29 anos), por região, segundo o grau de qualificação, entre 1991 e 2001 (%)

Grau de qualificação	Taxa de variação							
	Norte	Centro	Lisboa V.T.	Alentejo	Algarve	R.A. Açores	R.A. Madeira	Total
Não sabe ler nem escrever	- 28,6	- 13,5	11,6	- 17,5	14,3	- 17,7	- 48,0	- 15,8
Sem qualificação	- 69,5	- 65,0	- 39,9	- 56,4	- 42,2	- 61,2	- 66,6	- 61,3
Ens. básico 1.º ciclo	- 65,4	- 67,6	- 57,6	- 62,2	- 54,5	- 49,7	- 61,3	- 63,0
Ens. básico 2.º ciclo	- 28,5	- 39,8	- 53,5	- 41,6	- 38,3	- 7,2	- 34,9	- 38,1
Ens. básico 3.º ciclo	84,2	69,4	28,0	52,2	65,6	107,8	54,7	55,4
Ens. secundário	141,6	138,0	92,6	123,0	165,2	132,5	102,7	118,0
Bacharelato	12,1	16,2	- 11,2	25,1	134,8	1,1	44,1	4,5
Licenciatura	521,8	608,8	552,2	606,9	679,1	912,3	840,2	561,9
Mestrado e doutoramento	159,4	180,6	147,0	118,0	213,0	156,0	110,8	155,3
Total	- 4,0	- 0,1	3,9	- 2,6	17,2	5,6	- 12,2	- 0,2

Nota: o ensino profissional e o ensino médio não foram considerados.  
 Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

Retomando os níveis de qualificação adquirida, de acordo com os dados do Inquérito ao Emprego de 2004, relativos à distribuição regional das qualificações dos jovens (quadro 33), é possível constatar que em todas as regiões, a maioria dos que possuem entre 15 e 29 anos tem o 3.º ciclo do ensino básico completo (com valores que vão dos 30,4% aos 39,4%). Como segundo nível de ensino mais representado temos o ensino secundário – prosseguimento de estudos, na maior parte das regiões (16,8-28,5%). Constituindo uma excepção a esta tendência, nas Regiões Autónomas o 2.º ciclo do ensino básico assume-se como o segundo nível mais representativo. Nos Açores surge mesmo com peso idêntico ao 3.º ciclo (30,4%). Aliás, é nesta região que este nível de ensino apresenta o seu valor mais elevado.

Outro facto a reter é o de o número de jovens sem qualquer grau de ensino completo ser, quase sempre, residual, com excepção feita, novamente, às Regiões Autónomas, em que atinge valores entre os 3,1-4,4%. O mesmo ocorre com o 1.º ciclo do ensino básico: fora os Açores e a Madeira, os valores deste nível são, em todas as regiões, bastante diminutos; nas Regiões Autónomas apresentam um peso bem mais elevado, com 13,2% e 12,6% respectivamente.

**Quadro 33** População jovem (15-29 anos), segundo o nível de ensino, por região, em 2004 (% face ao total de jovens)

Nível de ensino (completo)	Norte	Centro	Lisboa e V.T.	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Nenhum	1,6	1,0	1,2	1,2	0,7	4,4	3,1
Básico – 1.º Ciclo	5,6	2,4	4,3	8,3	4,4	13,2	12,6
Básico – 2.º Ciclo	29,0	21,4	17,2	20,8	16,3	30,4	24,3
Básico – 3.º Ciclo	32,4	35,0	34,0	34,5	39,4	30,4	31,8
Secundário – Proseg. estudos	23,7	28,5	28,4	26,8	29,2	16,8	21,5
Secundário – Profissionalizante	0,4	0,1	0,8	1,1	1,3	0,2	0,7
Superior – Bacharelato	0,9	2,0	2,3	0,6	1,9	0,4	0,5
Superior – Licenciatura	6,1	8,9	11,5	6,4	6,5	4,1	5,4
Superior – Pós-graduação	0,1	0,5	0,2	0,1	0,2	–	0,1
Superior – Mestrado	0,0	0,2	0,2	0,1	0,2	–	–
Superior – Doutoramento	0,1	–	–	–	–	–	–
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

No que concerne aos níveis de ensino superior (desde o bacharelato ao doutoramento), verifica-se que existem mais jovens possuidores destas qualificações nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo (14,2%) e Centro (11,6%). Em contraste, os Açores e a Madeira voltam a estar na “cauda”, apresentando valores bem mais baixos nesses níveis. Note-se que na Madeira apenas 6% dos jovens têm entre bacharelato e pós-graduação, e nos Açores apenas 4,5% têm bacharelato ou licenciatura.

A nível do Continente, em traços gerais, Lisboa e Vale do Tejo é a região onde os jovens são mais qualificados, seguida da região Centro, e, depois pelas regiões Alentejo e Algarve, que têm um padrão de distribuição das qualificações relativamente próximo. A região Norte detém a maior percentagem de jovens que não possuem a escolaridade obrigatória.

Atendendo agora à percentagem de jovens que estão ainda a frequentar o sistema de ensino, segundo o nível de instrução (quadro 34), é de salientar o aumento registado na frequência dos níveis de instrução mais elevados, nomeadamente ensino secundário (entre os 15 e os 19 anos) e ensino superior (em todos os grupos etários). Em particular no nível de mestrado e doutoramento, entre os 25 e os 29 anos, a evolução é muito expressiva: a percentagem de jovens mais do que duplica no decorrer da década. A frequência do 3.º ciclo do ensino básico tende a decair, pressupondo o prosseguimento dos estudos.

**Quadro 34** População jovem (15-29 anos), por grupo etário, segundo o nível de instrução frequentado, em 1991 e 2001 (%)

Nível de instrução frequentado	1991				2001			
	15-19	20-24	25-29	Total	15-19	20-24	25-29	Total
Ens. básico 1.º ciclo	1,8	1,4	3,3	1,8	1,3	1,0	2,0	1,3
Ens. básico 2.º ciclo	5,3	2,2	3,0	4,4	3,7	0,8	1,4	2,6
Ens. básico 3.º ciclo	38,3	8,8	9,6	29,1	21,3	2,5	5,3	14,0
Ens. secundário	48,4	33,4	24,0	43,1	62,9	22,3	12,0	45,6
Licenciatura	6,2	51,6	55,4	20,7	10,8	72,5	68,5	35,2
Mestrado e doutoramento	0,0	2,6	4,7	1,0	0,0	1,0	10,8	1,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Nota: o ensino profissional e o ensino médio não foram considerados.

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

A diferenciação destes valores segundo o sexo anuncia um certo desequilíbrio, traduzido numa maior representação dos jovens nos níveis de instrução mais baixos, e das jovens nos níveis mais altos (quadro 35). Apesar do crescimento do número de jovens do sexo masculino a frequentar o ensino secundário, igualando em 2001 os do sexo feminino, as diferenças tendem a acentuar-se ainda mais na licenciatura e no mestrado/doutoramento, em cuja frequência as jovens revelam uma clara predominância.

**Quadro 35** População jovem (15-29 anos), por sexo, segundo o nível de instrução frequentado, em 1991 e 2001 (%)

Nível de instrução frequentado	1991			2001		
	H	M	Total	H	M	Total
Ens. básico 1.º ciclo	2,0	1,5	1,8	1,5	1,1	1,3
Ens. básico 2.º ciclo	5,4	3,5	4,4	3,3	1,9	2,6
Ens. básico 3.º ciclo	31,4	27,0	29,1	16,5	11,9	14,0
Ens. secundário	41,2	44,7	43,1	45,8	45,3	45,6
Licenciatura	19,1	22,2	20,7	31,7	38,3	35,2
Mestrado e doutoramento	0,9	1,0	1,0	1,2	1,5	1,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Nota: o ensino profissional e o ensino médio não foram considerados.

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

A taxa de variação demonstra em detalhe o ritmo da evolução, nomeadamente na frequência dos níveis de instrução mais elevados (quadro 36). A percentagem de variação nos jovens do sexo masculino é mais elevada no ensino secundário (10% superior), mas nitidamente mais baixa nos mestrados e doutoramentos (cerca de 34% inferior). Nas licenciaturas, a taxa de variação não é muito diferenciada, mas o ponto de partida de ambos os sexos é bastante desigual, favorecendo assim as jovens.

**Quadro 36** Taxa de variação da população jovem (15-29 anos), por sexo, segundo o nível de instrução frequentado, entre 1991 e 2001 (%)

Nível de instrução frequentado	Taxa de variação		
	H	M	Total
Ens. básico 1.º ciclo	- 14,6	- 17,0	- 15,7
Ens. básico 2.º ciclo	- 27,6	- 35,2	- 30,8
Ens. básico 3.º ciclo	- 37,7	- 47,4	- 42,4
Ens. secundário	32,0	21,7	26,4
Licenciatura	97,6	107,4	103,1
Mestrado e doutoramento	52,7	86,8	71,1
Total	18,7	20,1	19,4

Nota: o ensino profissional e o ensino médio não foram considerados.

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

A taxa de escolarização, patente no quadro seguinte, permite aferir a relação entre a população a frequentar o sistema escolar e a população residente. Esta demonstra, por seu turno, uma duplicação da percentagem de jovens a frequentar o ensino secundário e superior, nos três grupos etários considerados e no total da população jovem. De modo geral, a taxa de escolarização aumenta 6,3%, sendo esse aumento mais acentuado entre os jovens dos 15 aos 19 anos, reflectindo o prolongamento das trajectórias escolares e da capacidade de permanência na escola, não obstante as elevadas taxas de saída precoce e antecipada referidas anteriormente.

**Quadro 37** Taxa de escolarização da população jovem (15-29 anos), por grupo etário, segundo o nível de instrução frequentado, em 1991 e 2001

Nível de instrução frequentado	1991				2001			
	15-19	20-24	25-29	Total	15-19	20-24	25-29	Total
Ens. básico 1.º ciclo	1,0	0,3	0,2	0,5	0,9	0,3	0,2	0,4
Ens. básico 2.º ciclo	2,9	0,5	0,2	1,3	2,6	0,2	0,1	0,9
Ens. básico 3.º ciclo	21,0	1,9	0,6	8,4	15,0	0,8	0,5	4,9
Ens. secundário	26,6	7,3	1,5	12,5	44,2	6,9	1,2	16,1
Licenciatura	3,4	11,3	3,5	6,0	7,6	22,4	6,7	12,4
Mestrado e doutoramento	0,0	0,6	0,3	0,3	0,0	0,3	1,1	0,5
Total	54,9	21,8	6,3	29,0	70,3	30,9	9,8	35,2

Nota: o ensino profissional e o ensino médio não foram considerados.

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

Tendo em conta a variação da população jovem a frequentar a escola, segundo a sua região de residência (quadro 38), ou seja, observando as dinâmicas territoriais com maior detalhe, constata-se, independentemente da demografia específica de cada região, uma certa regularidade nas tendências de evolução em todas as regiões – a frequência tende a

decrecer nos níveis de instrução mais baixos, e a aumentar nos mais altos, nomeadamente no ensino superior. Lisboa e Vale do Tejo é onde a evolução é mais ligeira; o Algarve, os Açores ou a Madeira revelam uma intensidade mais forte de evolução, mas que é, ainda assim, insuficiente para colmatar os défices de partida em que se encontram estas regiões, em termos da qualificação escolar dos seus jovens.

**Quadro 38** Taxa de variação da população jovem (15-29 anos), por região, segundo o nível de instrução frequentado, entre 1991 e 2001

Nível de instrução frequentado	Taxa de variação							
	Norte	Centro	Lisboa V.T.	Alentejo	Algarve	R.A. Açores	R.A. Madeira	Total
Ens. básico 1.º ciclo	- 45,1	- 25,3	30,2	- 10,9	50,6	- 15,4	- 5,0	- 15,7
Ens. básico 2.º ciclo	- 34,0	- 41,4	- 19,1	- 41,9	- 9,2	- 31,3	- 38,3	- 30,8
Ens. básico 3.º ciclo	- 29,9	- 36,3	- 58,5	- 37,6	- 40,2	1,4	- 33,6	- 42,4
Ens. secundário	50,3	42,1	0,4	33,4	45,7	88,1	27,6	26,4
Licenciatura	123,3	117,9	72,3	143,9	236,8	226,7	157,7	103,1
Mestrado e doutoramento	64,2	116,9	65,2	74,7	127,3	4,8	- 25,6	71,1
Total	35,1	29,9	1,3	23,2	36,4	56,3	14,6	19,4

Nota: o ensino profissional e o ensino médio não foram considerados.

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

Em síntese, pode afirmar-se que, ao nível da qualificação escolar adquirida, os jovens portugueses sofreram, entre 1991 e 2001, uma tendencial evolução positiva, expressa essencialmente nos níveis de ensino mais qualificados. A etapa da escolaridade mínima obrigatória está, no entanto, ainda longe de ser totalmente cumprida – em 2001, 33,4% dos jovens tinha adquirido qualificações que iam, no máximo, até ao 2.º ciclo, e 2,9% não tinham qualquer qualificação, dados que penalizam de modo mais intenso os jovens do sexo masculino. Será motivo para assinalar a manutenção, apesar dos esforços verificados no sentido da evolução média das qualificações dos jovens portugueses, de uma bolsa desqualificada, excluída da dinâmica generalizada de procura social de qualificações e prolongamento das trajectórias escolares. Por seu turno, uma das grandes especificidades do quadro de qualificação escolar avançada será uma feminização crescente. Além disso, é grande a diferença entre as taxas de frequência do ensino superior e as taxas de conclusão deste grau de ensino.

Do ponto de vista territorial, as dinâmicas de qualificação são mais intensas nas regiões mais sub-qualificadas, como por exemplo as regiões autónomas, o que é observável nomeadamente nos indicadores de frequência do sistema de ensino. Não são, porém, fortes o suficiente para diminuir, a curto prazo, a distância que as caracteriza face ao panorama nacional.

Para compreender em que medida a qualificação escolar se assume como uma importante dimensão no acesso ao mercado de trabalho, e quais as relações e articulações que se estabelecem, por via dos jovens, entre os dois sistemas – educação e emprego – será necessário rever os indicadores fundamentais relativos ao mercado de trabalho e situação no emprego, o que será desenvolvido nos próximos pontos.

### **2.3.2. Situação face ao mercado de trabalho**

Nas sociedades contemporâneas, em particular no universo juvenil, a escola e o trabalho assumem-se como instituições de referência, contextos privilegiados de aprendizagem social, instâncias incontornáveis de socialização (Alves, 1998).

A configuração do trabalho alterou-se nas últimas décadas, no sentido da atribuição de uma crescente importância às qualificações académicas e profissionais. A organização produtiva contemporânea oferece um conjunto de produtos e serviços de elevado conteúdo tecnológico, para os quais são necessários altos níveis de especialização. Simultaneamente, é exigida, para o seu funcionamento, disponibilidade para formas flexíveis de trabalho, sistemas de vinculação mais frágeis, mesmo precários.

As dinâmicas de precariedade e instabilidade dão-se também nos sectores profissionais menos qualificados, atingindo sobretudo as gerações em processo de entrada activa no mercado de trabalho; nomeadamente aquelas que não beneficiam do prolongamento das trajectórias escolares. Por outro lado, jovens com qualificações cada vez mais elevadas, incorporam de modo crescente a população activa, procurando um espaço laboral que nem sempre reconhece, recompensa ou está aberto a este perfil de qualificação, promovendo uma vez mais a descoincidência entre procura e oferta.

Com o objectivo de observar os principais padrões que, no contexto nacional, caracterizam a relação entre os jovens e o mercado de trabalho, irá proceder-se, neste e no próximo ponto, à observação dos principais indicadores relativos à situação dos jovens portugueses perante o mercado de trabalho, tendo em conta as especificidades etárias, de género e de qualificação, numa perspectiva evolutiva. São, para tal, utilizados dados relativos aos Censos (1991 e 2001), Quadros de Pessoal (1998 a 2002, DGEEP) e Inquérito ao Emprego (1998 a 2004, INE).

Apresentam-se de seguida dados relativos à situação dos jovens face ao mercado de trabalho, nomeadamente quanto ao meio de vida, condição perante o trabalho, grupo socioeconómico da população activa e taxa de emprego.

Iniciando com os dados relativos aos Censos 1991 e 2001 (INE) a análise relativa ao meio de vida, os valores presentes no quadro que se segue demonstram, de partida, que a percentagem de jovens dos 15 aos 29 anos tendo como meio de vida o trabalho é significativa: 55,7% em 2001, cerca de 13 pontos percentuais menos que a população adulta. O valor apresenta um ligeiro decréscimo entre 1991 e 2001, com o aumento do grau de dependência face à família – 39,3% dos jovens estavam, em 2001, a cargo da família, o que estará associado ao aumento das trajectórias escolares. O subsídio de desemprego, por seu turno, adquire maior significado em 2001, tal como acontece com a restante população.

**Quadro 39** População jovem (15-29 anos) e adulta (30-64 anos), segundo o meio de vida, em 1991 e 2001 (%)

Meio de vida	1991		2001	
	15-29 anos	30-64 anos	15-29 anos	30-64 anos
Trabalho	58,2	63,8	55,7	68,5
Subsídio de desemprego	1,4	1,3	1,8	3,2
A cargo da família	35,6	15,5	39,3	12,0
Outros	4,7	19,4	3,2	16,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

Internamente ao grupo dos jovens (quadro 40), pode observar-se que o trabalho enquanto meio de vida assume progressivamente maior importância quanto mais alto for o escalão etário. A percentagem de jovens entre os 15 e 24 anos cujo meio de vida é o trabalho decresce entre 10 a 15% no espaço de 10 anos, enquanto aumenta um pouco entre os 25 e os 29, demonstrando um retardamento da entrada na vida activa. Proporcionalmente, os jovens a cargo da família aumentam nas duas primeiras faixas etárias, e diminuem ligeiramente na última. Por outro lado, é crescente a proporção de jovens entre 20 e 29 anos dependentes do subsídio de desemprego que têm.

**Quadro 40** População jovem (15-29 anos), por grupo etário, segundo o meio de vida, em 1991 e 2001 (%)

Meio de vida	1991			2001		
	15-19	20-24	25-29	15-19	20-24	25-29
Trabalho	35,6	64,1	78,5	20,4	59,3	82,2
Subsídio de desemprego	0,9	1,7	1,8	0,8	2,1	2,4
A cargo da família	59,6	28,7	15,1	76,3	35,3	11,8
Outros	4,0	5,6	4,6	2,4	3,4	3,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

A diferenciação por sexo, patente no quadro 41, revela que são as jovens quem menos depende da actividade laboral, mais se encontra a cargo da família (a diferença mais expressiva) e mais subsiste através do subsídio de desemprego. O aumento da dependência da família na população jovem feminina é, aliás, consonante com a evolução positiva verificada nas suas qualificações, já constatada no ponto anterior. A população jovem masculina parece, assim, assumir mais cedo a entrada na vida activa (apesar da diminuição, entre 1991 e 2001, da percentagem dos que têm o trabalho como meio de vida); e ser ligeiramente menos penalizada pelo desemprego.

**Quadro 41** População jovem (15-29 anos), por sexo, segundo o meio de vida, em 1991 e 2001 (%)

Meio de vida	1991			2001		
	H	M	Total	H	M	Total
Trabalho	66,1	50,4	58,2	60,6	50,7	55,7
Subsídio de desemprego	1,2	1,6	1,4	1,4	2,2	1,8
A cargo da família	27,7	43,7	35,6	35,0	43,6	39,3
Outros	5,1	4,3	4,7	3,0	3,4	3,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

Entre 1991 e 2001, a percentagem de jovens cujo meio de subsistência é o trabalho diminuiu para os possuidores de um nível de educação até ao 3.º ciclo, e aumentou nos graus de qualificação adquirida mais elevados, nomeadamente na licenciatura. O mesmo acontece nos outros meios de vida, reflectindo a tendência demográfica de diminuição do número de jovens, e a tendência evolutiva do grau de qualificação (quadro 42).

Em termos dos qualificados com licenciatura, assinala-se um forte aumento da subsistência através do subsídio de desemprego (1784%). Simultaneamente, os jovens com mestrado/doutoramento a cargo da família também são em número crescente.

**Quadro 42** Taxa de variação da população jovem (15-29 anos), por meio de vida, segundo o grau de qualificação, entre 1991 e 2001

Grau de qualificação	Taxa de variação			
	Trabalho	Subsídio de desemprego	A cargo da família	Outros
Não sabe ler nem escrever	- 36,8	16,6	2,3	- 8,2
Sem qualificação	- 65,9	- 32,4	- 54,7	- 52,3
Ens. básico 1.º ciclo	- 65,7	- 41,0	- 57,1	- 57,7
Ens. básico 2.º ciclo	- 36,2	- 13,8	- 41,2	- 54,1
Ens. básico 3.º ciclo	81,6	142,2	38,3	2,6
Ens. secundário	150,0	278,0	98,0	16,3
Bacharelato	- 7,3	125,5	200,8	- 17,6
Licenciatura	718,7	1784,9	181,3	83,8
Mestrado e doutoramento	97,1	188,2	726,2	774,5
Total	- 3,7	25,9	8,7	- 31,9

Nota: o ensino profissional e o ensino médio não foram considerados.

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

Entre os jovens que se encontram a frequentar o sistema de ensino, a subsistência por via do trabalho, entre 1991 e 2001, aumentou drasticamente nos patamares mais elevados de qualificação (mestrado e doutoramento, licenciatura) e diminuiu nos patamares inferiores. Apenas o ensino secundário não apresenta diferenças significativas. Porém, a dependência da família aumentou neste nível e na licenciatura; enquanto o subsídio de desemprego regista um aumento considerável entre os jovens mais qualificados (509% entre os frequentadores de mestrado e doutoramento) (quadro 43). Ou seja, um número crescente de jovens enfrenta o desemprego enquanto se encontra a frequentar o ensino ou, inversamente, poderá estar a frequentar o sistema de ensino por se encontrar desempregado. A relação entre trabalho e formação parece encontrar-se, nestes níveis mais elevados de qualificação, em maior articulação. A dependência da família evolui com menos intensidade que a dependência do trabalho, no grau de licenciatura; e chega mesmo a decrescer, no grau de mestrado/doutoramento, indiciando uma autonomização crescente nos jovens qualificados que são estudantes e simultaneamente trabalhadores.

**Quadro 43** Taxa de variação da população jovem (15-29 anos), por meio de vida, segundo o nível de instrução frequentado, entre 1991 e 2001 (%)

Nível de instrução frequentado	Meio de vida				
	Trabalho	Subsídio de desemprego	A cargo da família	Outros	Total
Freq. EB 1.º Ciclo	- 54,2	- 34,4	18,1	- 49,1	- 15,7
Freq. EB 2.º Ciclo	- 71,2	- 39,9	- 15,9	- 54,0	- 30,8
Freq. EB 3.º Ciclo	- 59,1	- 49,0	- 39,7	- 57,2	- 42,4
Freq. Secundário	- 4,4	0,3	31,7	- 11,8	26,4
Freq. Licenciatura	149,8	131,4	99,3	19,2	103,1
Freq. Mestrado/Doutoramento	404,4	509,1	- 48,6	102,3	71,1
Total	19,4	1,3	21,6	- 23,7	19,4

Nota: o ensino profissional e o ensino médio não foram considerados.

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

Os dados relativos à condição perante o trabalho (quadro 44) revelam que a condição prevalecente entre os jovens é o exercício de uma profissão, embora muito aquém dos valores registados na população adulta (em 2001, respectivamente 57,2% e 68,9%). Considerando os grupos etários juvenis, verifica-se que existe uma relação de sentido positivo entre o aumento da idade e o número de indivíduos na condição de empregado. Inversamente, é nos mais jovens (15 aos 19 anos) que a condição de estudante assume maior preponderância. Verifica-se, aliás, um acentuado crescimento desta condição nos grupos etários dos 15 aos 19 e dos 20 aos 24 anos.

**Quadro 44** População, por grupo etário, segundo a condição perante o trabalho, em 1991 e 2001 (%)

Condição perante o trabalho	1991						2001					
	15-19	20-24	25-29	15-29	30-64	Total	15-19	20-24	25-29	15-29	30-64	Total
Empregado	36,3	64,5	77,9	58,5	63,2	61,5	22,3	61,5	82,7	57,2	68,9	65,1
Desempregado	4,7	6,8	5,5	5,6	3,0	4,0	4,9	7,2	5,8	6,0	4,3	4,8
Estudante	49,3	15,1	2,2	23,5	0,2	8,5	66,3	23,9	3,4	29,4	0,2	9,7
Doméstico	4,1	6,0	9,1	6,3	15,1	11,9	1,1	1,9	3,4	2,2	10,5	7,8
Reformado e incapacitado	0,5	0,7	0,8	0,6	14,3	9,4	0,5	1,0	1,4	1,0	12,2	8,5
Outros	5,1	6,9	4,5	5,5	4,2	4,6	4,9	4,4	3,4	4,2	3,9	4,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

A distribuição sexual (quadro 45) revela assimetrias significativas que, no entanto, se atenuam de 1991 para 2001. A percentagem de jovens do sexo masculino empregados é superior, enquanto as jovens assumem um maior peso nas condições de desempregado e estudante.

**Quadro 45** População jovem (15-29 anos), por sexo, segundo a condição perante o trabalho, em 1991 e 2001 (%)

Condição perante o trabalho	1991			2001		
	H	M	Total	H	M	Total
Empregado	66,6	50,2	58,5	61,9	52,4	57,2
Desempregado	4,6	6,7	5,6	5,0	7,0	6,0
Estudante	21,6	25,3	23,5	27,2	31,6	29,4
Doméstico	0,3	12,3	6,3	0,1	4,4	2,2
Reformado e incapacitado	0,8	0,5	0,6	1,1	0,9	1,0
Outros	6,0	5,0	5,5	4,7	3,7	4,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

Observam-se seguidamente os padrões de actividade/inactividade dos jovens, por comparação com a população adulta (quadro 46)<sup>8</sup>.

Os jovens caracterizam-se, em 1991, por uma actividade muito próxima, e uma inactividade ligeiramente acima da população adulta. Já em 2001, estes valores praticamente se mantêm, embora se verifique um afastamento face aos da população entre os 30 e os 64 anos, cuja taxa de actividade cresce consideravelmente.

**Quadro 46** População jovem (15-29 anos) e adulta (30-64 anos), activa e inactiva, em 1991 e 2001 (%)

Pop. jovem e adulta	1991		2001	
	Activo	Inactivo	Activo	Inactivo
15-29 anos	64,1	35,9	63,2	36,8
30-64 anos	66,3	33,7	73,2	26,8

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

Observando agora o peso relativo da população activa sobre o total da população, ou seja, a taxa de actividade<sup>9</sup>, segundo não só o grupo etário, mas também o sexo (quadro 47), constata-se que, em termos etários, a taxa de actividade aumenta proporcionalmente à idade. Entre 1991 e

<sup>8</sup> Por activos designa-se “o conjunto de pessoas com a idade mínima para entrada na vida activa e que, na semana de referência, se encontravam numa das seguintes situações: a exercer uma profissão ou a cumprir o serviço militar obrigatório; sem emprego e disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não, tendo feito diligências para encontrar emprego (desemprego restrito)”, em “Metodologia e conceitos para os dados definitivos dos Censos 91”, *Censos 91 – Resultados Definitivos*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.

<sup>9</sup> A fórmula utilizada foi a seguinte: taxa de actividade (%) = (população activa / total da população) \* 100, segundo o *Censos 2001 – Resultados Definitivos*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.

2001, a taxa decresce nos jovens entre os 15 e os 24 anos, provavelmente fruto de uma maior permanência escolar.

Em termos de categoria sexual, os jovens detêm, regra geral, valores superiores aos das jovens, mas estas últimas, entre os 25 e os 29 anos, apresentam, no período de uma década, um aumento significativo; de resto, à semelhança do que acontece na geração mais velha.

**Quadro 47** Taxa de actividade da população, por sexo, segundo o grupo etário, em 1991 e 2001 (%)

Pop. jovem e adulta	1991			2001		
	H	M	Total	H	M	Total
15-19 anos	47,1	34,7	41,0	30,9	23,3	27,2
20-24 anos	77,8	64,7	71,3	73,1	64,1	68,7
25-29 anos	92,9	74,1	83,4	91,9	85,0	88,5
15-29 anos	71,3	56,9	64,1	66,9	59,5	63,2
30-64 anos	83,2	50,7	66,3	83,6	63,4	73,2
Pop. total	54,3	35,5	44,6	54,8	42,0	48,2

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

Os dados relativos aos inactivos, por seu turno, compreendem os jovens e adultos que não se encontram no mercado de trabalho, com a condição de estudantes, domésticos, reformados ou permanentemente incapacitados para o trabalho.

Os jovens constituem cerca de 15% da população inactiva total. Têm, em termos relativos, sobretudo entre os 15 e os 19 anos, percentagens elevadas de inactividade, de acordo com o quadro 48. Mantêm o mesmo peso relativo entre 1991 e 2001, mas as jovens apresentam um ligeiro decréscimo e os jovens algum aumento.

**Quadro 48** População jovem (15-29 anos) inactiva, por sexo, segundo o grupo etário, em 1991 e 2001 (%)

Grupo etário	1991			2001		
	H	M	Total	H	M	Total
15-19	10,4	8,3	9,1	10,8	8,3	9,3
20-24	3,9	4,1	4,0	4,8	4,5	4,6
25-29	1,2	2,9	2,2	1,5	2,0	1,8
Total pop. jovem	15,5	15,2	15,3	17,0	14,8	15,7
Total pop. inactiva	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

A distribuição dos jovens entre os 15 e os 29 anos pelas diferentes condições de inactividade revela, como esperado, um predomínio da condição de estudante. Entre 1991 e 2001, a expressão desta condição

aumenta consideravelmente, sobretudo entre as jovens, diminuindo entre elas o número de domésticas (quadro 49).

**Quadro 49** População jovem (15-29 anos) inactiva, por sexo, segundo a situação de inactividade, em 1991 e 2001 (%)

Situação de inactividade	1991			2001		
	H	M	Total	H	M	Total
Estudante	75,2	58,8	65,4	82,2	77,9	79,9
Doméstico	1,1	28,5	17,5	0,2	10,9	6,0
Outros	23,7	12,7	17,1	17,6	11,2	14,1
Total pop. jovem inactiva	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

As qualificações dominantes entre os jovens activos situavam-se, em 1991, entre o 1.º e o 3.º ciclo do ensino básico (quadro 50). Os trabalhadores jovens caracterizavam-se, assim, pelas suas baixas qualificações, indiciando uma substituição, mais do que uma articulação, da escola pelo trabalho.

Em 2001 o cenário sofre alterações – o ensino secundário e a licenciatura apresentam valores mais significativos e o 1.º ciclo valores menos significativos – que permitem apontar um acréscimo de qualificação entre os jovens que participam no mercado de trabalho, nomeadamente entre os do sexo feminino. É entre as jovens activas com licenciatura que o aumento registado é maior, cerca de 1239%.

**Quadro 50** População jovem (15-29 anos) activa, por sexo, segundo o grau de qualificação, em 1991 e 2001 (%)

Grau de qualificação	1991			2001			Taxa de variação 1991-2001		
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
Não sabe ler nem escrever	1,3	0,6	1,0	0,9	0,5	0,7	-35,4	-17,2	-30,8
Sem qualificação	5,0	3,4	4,3	2,0	1,2	1,6	-62,4	-65,1	-63,4
Ens. básico 1.º ciclo	29,4	26,4	28,1	12,0	8,6	10,4	-62,2	-67,0	-64,2
Ens. básico 2.º ciclo	38,5	34,1	36,5	27,1	21,0	24,3	-34,5	-37,3	-35,7
Ens. básico 3.º ciclo	14,4	15,7	15,0	30,2	25,8	28,1	94,1	67,0	81,5
Ens. secundário	7,2	10,8	8,8	19,8	25,8	22,6	157,3	142,2	149,1
Bacharelato	1,4	4,3	2,7	1,6	3,8	2,6	6,9	-10,0	-5,1
Licenciatura	1,1	1,0	1,1	6,1	13,1	9,3	399,0	1239,5	744,2
Mestrado e doutoramento	0,1	0,2	0,2	0,3	0,4	0,3	86,9	150,3	117,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-7,2	1,8	-3,2

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

No quadro seguinte estão presentes os grandes grupos relativos aos sectores de actividade de jovens e adultos activos. Numa observação

transversal assinala-se, desde logo, um padrão dominante: jovens e adultos seguem um mesmo modelo de distribuição, nas actividades com maior capacidade de empregabilidade no contexto nacional, em geral áreas pouco qualificadas, como sejam a indústria transformadora, a construção, o comércio e reparação de veículos e bens, e a administração pública e defesa.

**Quadro 51** População activa, por grupo etário, segundo o sector de actividade, em 1991 e 2001 (%)

Actividade	1991					2001				
	15-19	20-24	25-29	15-29	30-64	15-19	20-24	25-29	15-29	30-64
Agricultura	7,3	5,8	5,8	6,2	11,4	3,7	2,4	2,3	2,5	5,2
Pesca	0,5	0,5	0,6	0,6	0,7	0,3	0,2	0,2	0,2	0,4
Indústria extractiva	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,3	0,3	0,4	0,4
Indústria transformadora	40,0	32,1	27,5	32,0	22,6	30,9	24,9	23,5	24,9	21,0
Produção distrib. electricidade, gás e água	0,2	0,3	0,5	0,4	0,8	0,8	0,7	0,6	0,7	0,8
Construção	15,8	13,1	12,5	13,5	9,0	19,8	13,7	12,1	13,7	11,7
Comércio, reparação veículos e bens	13,5	15,4	15,0	14,8	15,0	18,3	19,5	17,3	18,2	15,7
Alojamento e restauração	5,2	5,1	4,7	5,0	4,1	8,9	6,7	5,2	6,2	5,4
Transportes, armazenagem e comunicações	1,3	2,9	3,7	2,8	5,5	1,9	4,2	4,8	4,2	4,6
Actividades financeiras	0,2	1,1	1,8	1,2	2,6	0,4	1,4	2,5	1,8	2,1
Act. imobiliárias, alugueres, serviços	1,7	3,8	4,2	3,5	2,9	3,8	7,3	8,1	7,3	5,5
Administração pública, defesa...	1,3	5,9	7,1	5,3	9,1	4,0	5,9	6,6	6,0	8,4
Educação	0,6	2,6	5,6	3,3	5,9	1,1	3,9	6,7	5,0	7,6
Saúde e acção social	0,7	2,3	4,1	2,7	4,2	1,6	4,4	5,3	4,5	5,9
Outras act. serviços col., sociais e pessoais	1,6	2,4	2,3	2,2	1,8	2,2	3,1	3,0	3,0	2,3
Famílias com empregados domésticos	3,2	2,7	2,7	2,8	3,6	1,8	1,3	1,4	1,4	2,9
Organismos intern. e inst. extra-territoriais	6,6	3,5	1,5	3,4	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

No entanto, os jovens suplantam os adultos na indústria transformadora (tendo embora a percentagem vindo a diminuir face a 1991), bem como na construção, no comércio e reparação de veículos e bens, no alojamento e restauração, nas actividades imobiliárias, alugueres e serviços, e também, ainda que com menor expressão, nos serviços pessoais e domésticos.

A percentagem de jovens activos entre os 15 e os 19 anos na área da restauração e alojamento aumenta consideravelmente em 2001, de 5,2% para 8,9%, talvez indiciando a entrada precoce nos sistemas de trabalho precário oferecidos pelas cadeias de *fast-food* implantadas nos grandes espaços comerciais, em evolução nas zonas urbanas. Simultaneamente, a administração pública/defesa também revela uma maior capacidade de absorção dos jovens desta idade, no mesmo ano. Estes (mas também os adultos) perdem expressão nas áreas da agricultura e nas famílias com empregados domésticos.

Os jovens entre os 15 e os 29 anos integraram, em 2001, de modo evolutivo, áreas como as actividades imobiliárias e serviços, o comércio, ou a saúde e acção social. Os adultos, por seu turno, ganharam peso na construção e nas actividades imobiliárias e serviços.

A diferenciação por sexo, expressa no quadro 52, apresenta contrastes sobretudo em termos da evolução temporal.

**Quadro 52** População jovem (15-29 anos) activa, por sexo, segundo o sector de actividade, em 1991 e 2001 (%)

Actividade	1991			2001		
	H	M	Total	H	M	Total
Agricultura	6,7	5,4	6,2	3,0	1,8	2,5
Pesca	0,9	0,1	0,6	0,4	0,0	0,2
Indústria extractiva	0,6	0,1	0,4	0,6	0,1	0,4
Indústria transformadora	27,5	37,8	32,0	23,6	26,5	24,9
Produção distrib. electricidade, gás e água	0,5	0,2	0,4	1,0	0,2	0,7
Construção	22,9	1,6	13,5	23,5	2,1	13,7
Comércio, reparação veículos e bens	16,0	13,3	14,8	17,3	19,3	18,2
Alojamento e restauração	4,3	5,8	5,0	4,7	7,9	6,2
Transportes, armazenagem e comunicações	3,7	1,8	2,8	5,2	3,1	4,2
Actividades financeiras	1,2	1,2	1,2	1,6	2,1	1,8
Act. imobiliárias, alugueres, serviços	2,7	4,4	3,5	6,3	8,5	7,3
Administração pública, defesa...	6,4	4,0	5,3	6,9	5,0	6,0
Educação	1,5	5,7	3,3	2,2	8,4	5,0
Saúde e acção social	0,9	4,8	2,7	1,5	8,1	4,5
Outras act. serviços col., sociais e pessoais	1,4	3,3	2,2	2,1	4,0	3,0
Famílias com empregados domésticos	0,4	5,9	2,8	0,1	2,9	1,4
Organismos intern. e inst. extra-territoriais	2,3	4,7	3,4	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

Em 1991, as jovens eram predominantes em áreas como a indústria transformadora, o alojamento e restauração, as actividades imobiliárias e serviços, a educação, a saúde e acção social, os serviços domésticos e outras actividades de serviços. Por sua vez, os jovens encontravam-se em maioria nos sectores técnicos, como a construção, o comércio e reparação, os transportes, bem como na administração pública e defesa.

Em 2001, as diferenças tendem a esbater-se na indústria transformadora, equiparando os sexos, mas acentuam-se nas áreas tradicionalmente femininas como a educação, a saúde e acção social.

Para além da actividade de incorporação da mão-de-obra jovem, pode ainda observar-se o universo da actividade económica visto sob o ângulo das profissões dos indivíduos activos. O quadro 53 apresenta o grupo socioeconómico de jovens e adultos activos, categoria que, segundo o INE<sup>10</sup>, reúne os indicadores primários profissão, situação na profissão e número de trabalhadores da empresa onde se trabalha.

**Quadro 53** População activa, por grupo etário, segundo o grupo socioeconómico, em 1991 e 2001 (%)

Grupo socioeconómico	1991					2001				
	15-19	20-24	25-29	15-29	30-64	15-19	20-24	25-29	15-29	30-64
Empresários	1,5	2,0	2,5	2,1	3,7	2,2	2,3	2,6	2,4	3,5
Pequenos patrões	0,8	1,5	2,7	1,9	5,9	3,6	4,0	5,4	4,7	9,8
Liberais e independentes	6,1	6,9	9,0	7,6	16,1	3,0	3,5	4,4	3,9	7,4
Quadros e chefias	2,3	8,6	15,4	9,9	14,7	11,8	21,4	29,1	24,1	22,6
Administrativos	20,2	28,5	29,2	26,8	27,7	35,7	36,5	31,2	33,8	28,7
Operários	58,1	43,1	35,6	43,5	26,7	36,1	28,1	24,3	27,2	24,4
Assalariados agrícolas	4,2	3,3	3,1	3,4	3,9	3,4	2,1	1,5	1,9	2,7
Forças Armadas	0,2	2,7	1,0	1,5	0,8	0,6	0,5	0,2	0,3	0,1
Outros activos	6,6	3,4	1,4	3,3	0,6	3,6	1,6	1,2	1,7	0,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

Neste é observável uma transformação forte entre 1991 e 2001, quer no grupo dos jovens quer no dos adultos. Nos primeiros verifica-se uma descida de cerca de 7% na percentagem de operários, e uma subida na percentagem de pequenos patrões (2,8%), quadros e chefias (14,2%) e administrativos (6,9%), acusando um acréscimo nas qualificações. Nos segundos, as subidas mais significativas dão-se nos pequenos patrões (3,9%) e nos quadros e chefias (7,9%); e a descida nos profissionais liberais e independentes (8,7%).

Em termos de distribuição comparativa, os jovens são em menor percentagem nas categorias mais elevadas, tendo, no entanto, em 2001, excedido os adultos nos quadros e chefias e nos administrativos, apontando para uma renovação dos mesmos. Os jovens são, também, predominantes entre os operários, apesar da sua diminuição relativa em 2001.

<sup>10</sup> Em “Metodologia e conceitos para os dados definitivos dos Censos 91”, *Censos 91 – Resultados Definitivos*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.

A diferenciação por sexos (quadro 54) demonstra que a presença feminina nos quadros técnicos e chefias intermédias e nos administrativos é predominante e crescente. Entre os operários, por seu turno, o peso feminino diminui bastante em 2001. Em ambos os sexos, o peso dos profissionais liberais e independentes diminui, em prole de um aumento nos pequenos patrões.

**Quadro 54** População jovem (15-29 anos) activa, por sexo, segundo o grupo socioeconómico, em 1991 e 2001 (%)

Grupo socioeconómico	1991			2001		
	H	M	Total	H	M	Total
Empresários	2,3	1,9	2,1	2,3	2,6	2,4
Pequenos patrões	2,1	1,5	1,9	5,0	4,3	4,7
Liberais e independentes	8,1	6,9	7,6	4,2	3,5	3,9
Quadros e chefias	7,8	12,5	9,9	20,4	28,5	24,1
Administrativos	19,1	36,6	26,8	25,1	43,9	33,8
Operários	51,8	33,1	43,5	38,6	13,8	27,2
Assalariados agrícolas	4,1	2,6	3,4	2,5	1,2	1,9
Forças armadas	2,5	0,2	1,5	0,5	0,2	0,3
Outros activos	2,3	4,7	3,3	1,3	2,1	1,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

A taxa de emprego, que permite definir a relação entre a população empregada e a população em idade activa<sup>11</sup>, apresenta, na população jovem, em 1991, um valor de 58,5% e, em 2001, de 57,2%. Revela assim uma tendência de diminuição, que não se verifica na população adulta (quadro 55).

No interior do grupo jovem, a taxa engrandece progressivamente, abrangendo um maior número de jovens entre os 25 e os 29 anos. Entre os mais jovens dá-se, pelo contrário, uma diminuição no período decorrido.

As jovens, à semelhança das mulheres adultas, apresentam taxas de emprego inferiores, embora com uma tendência de evolução maior entre os 25 e os 29 anos, de 1991 para 2001. Nos outros dois grupos etários, e em particular entre os 15 e os 19 anos, a taxa decresce no mesmo período.

<sup>11</sup> Como o explicitado em *Censos 2001 – Resultados Definitivos*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística. A fórmula utilizada foi a seguinte: taxa de emprego (%) = (população empregada / população com 15 ou mais anos) \* 100.

**Quadro 55** Taxa de emprego da população jovem (15-29 anos) e adulta (30-64 anos), segundo o sexo, em 1991 e 2001 (%)

Pop. jovem e adulta	1991			2001		
	H	M	Total	H	M	Total
15-19	42,9	29,6	36,3	26,4	18,0	22,3
20-24	72,0	56,8	64,5	67,0	55,8	61,5
25-29	89,1	66,9	77,9	87,5	77,8	82,7
15-29 anos	66,6	50,2	58,5	61,9	52,4	57,2
30-64 anos	80,8	47,1	63,2	79,9	58,7	68,9

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

Seguindo o quadro 56, onde as percentagens dizem respeito ao total de jovens por região, constata-se que é, pela respectiva ordem de grandeza, no Norte, no Centro e em Lisboa e Vale do Tejo, que os jovens mais subsistem através do trabalho. Se nas duas primeiras regiões se verifica um decréscimo da percentagem de jovens nessa condição, em Lisboa dá-se um aumento na ordem dos 2%. O Alentejo é a região onde os jovens menos dependem do emprego, e onde o subsídio de desemprego apresenta a maior expressão, em qualquer um dos anos. A dependência da família verifica-se mais fortemente na Madeira (em 1991) e nos Açores (em 2001). Esta e o subsídio de desemprego apresentam uma subida generalizada em 2001, em particular no Norte.

**Quadro 56** População jovem (15-29 anos), por meio de vida, segundo a região, em 1991 e 2001 (%)

Região	1991					2001				
	Trabalho	Sub. Desemp.	A cargo da família	Outros	Total	Trabalho	Sub. Desemp.	A cargo da família	Outros	Total
Norte	64,6	1,4	28,7	5,2	100,0	58,5	1,9	36,4	3,2	100,0
Centro	57,1	1,1	36,7	5,0	100,0	53,0	1,5	42,5	3,1	100,0
Lisboa e Vale do Tejo	53,0	1,5	41,3	4,1	100,0	55,3	1,9	39,6	3,2	100,0
Alentejo	51,5	1,8	41,5	5,1	100,0	50,5	2,2	43,2	4,2	100,0
Algarve	55,6	1,4	38,3	4,8	100,0	55,3	1,7	39,7	3,3	100,0
Região Autónoma dos Açores	55,1	1,1	41,2	2,6	100,0	51,2	1,2	44,2	3,4	100,0
Região Autónoma da Madeira	52,6	1,2	43,3	2,9	100,0	52,2	1,0	43,2	3,7	100,0
Total	58,2	1,4	35,6	4,7	100,0	55,7	1,8	39,3	3,2	100,0

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

A taxa de actividade e de emprego reflectem a análise anterior (quadro 57). O Norte concentra o valor mais significativo em qualquer uma das taxas, apesar do decréscimo registado entre 1991 e 2001. Lisboa e o Algarve aumentam as suas taxas de actividade e emprego entre 1991 e 2001, ao contrário das restantes regiões. As taxas de emprego apresentam uma ligeira diminuição nas restantes regiões, com especial incidên-

cia na região Norte, cujo decréscimo de quase 2% afecta directamente a taxa nacional global.

**Quadro 57** População jovem (15-29 anos), por taxa de actividade e taxa de emprego, segundo a região, em 1991 e 2001 (%)

Região	Taxa de actividade		Taxa de emprego	
	1991	2001	1991	2001
Norte	69,2	65,0	64,8	59,6
Centro	62,2	59,8	57,3	54,6
Lisboa e Vale do Tejo	60,4	64,3	53,3	57,4
Alentejo	60,6	59,4	51,1	51,7
Algarve	60,9	62,2	55,5	56,1
Região Autónoma dos Açores	59,6	59,5	55,6	52,5
Região Autónoma da Madeira	59,8	57,0	53,4	53,0
Total	64,1	63,2	58,5	57,2

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

Tendo como base os registos do Instituto Nacional de Estatística no que diz respeito ao Inquérito ao Emprego entre 1998 e 2004, observemos a condição dos jovens perante o trabalho (quadro 58).

Se se comparar a situação dos jovens e dos adultos, salientam-se, em primeiro lugar, como seria de esperar, valores muito mais significativos de estudantes nos primeiros do que nos adultos. Apesar de ligeiras oscilações ao longo dos anos aqui considerados, esses valores situam-se entre 32% e 33,8%.

**Quadro 58** População jovem (15-29 anos) e adulta (30 e mais anos), segundo a condição perante o trabalho, em 1998-2004 (%)

Condição perante o trabalho	1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004	
	J	A	J	A	J	A	J	A	J	A	J	A	J	A
Activo – empregado	55,3	58,6	55,3	58,7	55,8	59,4	56,4	60,0	56,9	60,0	54,4	59,5	53,7	59,3
Activo – desempregado	4,4	2,1	4,2	2,1	3,6	1,8	3,9	1,7	4,7	2,1	6,4	2,9	6,3	3,1
Serviço militar obrigatório	0,6	-	0,4	-	0,5	-	0,5	-	0,4	-	0,5	-	0,3	-
Inactivo – estudante	33,3	0,2	32,9	0,3	33,8	0,3	32,8	0,2	32,0	0,2	32,7	0,3	33,6	0,2
Inactivo – doméstico	2,6	11,1	2,7	10,5	2,2	10,2	2,1	10,0	2,0	9,7	2,0	9,5	1,9	9,1
Inactivo – reformado	0,1	23,4	0,2	24,4	0,1	24,3	0,1	23,8	0,1	23,8	0,1	23,5	0,1	24,5
Outros inactivos	3,7	4,6	4,3	4,1	3,9	4,1	4,1	4,3	4,0	4,2	3,9	4,3	4,2	3,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Seguidamente, verifica-se que, embora nos adultos a situação de activo empregado seja superior, também entre os jovens esta categoria é a maioritária, isto é, mais de metade dos jovens exercem profissão ao longo do período em análise. Após 2002, regista-se uma ligeira quebra,

quer entre a população jovem, quer entre a adulta, na percentagem dos que se encontram nesta condição, facto que, novamente, se encontra associado ao ciclo económico desfavorável que caracteriza este período. Esta descida é concomitante com o aumento dos desempregados, mais relevante nos jovens, que, simultaneamente, registam valores duplos dos que se verificam na população adulta; em 2004 a percentagem de desempregados entre os jovens era de 6,3%, enquanto a homóloga para os adultos se situava nos 3,1%.

Em terceiro lugar, é de referir que duas situações de inactividade mais representadas nos adultos são os reformados e os domésticos. No primeiro caso, a forte diferença que se verifica (jovens com percentagens de 0,1% e adultos entre 23 e 25%), tem obviamente a ver com a própria idade. No segundo, trata-se de uma diferença que, embora bastante considerável, é menor (jovens entre 1,9% e 2,7% e adultos entre 11,15% e 9,1%). A percentagem de domésticos nas duas populações tem evoluído num sentido decrescente.

Por fim, é importante chamar a atenção para a condição de outros inactivos, dado o significado que poderá assumir entre a população jovem. Embora os valores não sejam em si muito elevados, em 2004 4,2% dos jovens não trabalhavam, não procuravam emprego nem eram estudantes, facto tanto mais preocupante quanto essa percentagem tem sofrido um aumento ao longo dos últimos anos.

Para melhor compreender a realidade juvenil, importa também analisar os dados referentes aos diferentes escalões etários (Quadro 59).

**Quadro 59** População jovem (15-29 anos), por grupo etário, segundo a condição perante o trabalho, em 1998 e 2004 (%)

Condição perante o trabalho	1998			2004		
	15-19	20-24	25-29	15-19	20-24	25-29
Activo – empregado	21,5	60,9	81,2	16,9	53,4	80,0
Activo – desempregado	3,3	5,1	4,7	4,0	7,5	6,9
Serviço militar obrigatório	0,8	1,0	–	0,5	0,4	–
Inactivo – estudante	70,1	27,1	5,2	73,9	32,5	5,9
Inactivo – doméstico	1,0	2,3	4,3	0,8	1,3	3,1
Inactivo – reformado	–	0,1	0,1	0,0	0,0	0,2
Outros inactivos	3,2	3,5	4,5	3,9	4,8	3,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Quando se observa os jovens que estão empregados, verifica-se que os valores aumentam à medida que se avança para os escalões etários superiores. Assim, entre os que têm 15 a 19 anos, a percentagem é pouco

expressiva e decrescente (21,5% em 1998 e 16,9% em 2004), entre os de 20 a 24 anos o peso é muito mais elevado, mas também decrescente (60,9% e 53,4% respectivamente), chegando aos 80/81% nos que têm idades compreendidas entre os 25 e os 29 anos. A situação inversa verifica-se com a condição de estudante, bastante mais significativa entre os mais jovens e com pesos quase residuais entre os mais velhos (em 2004, de 73,9% para 5,9%).

Relativamente aos jovens desempregados, observa-se que entre os indivíduos com 20 a 24 anos o seu peso percentual é superior, seguido dos jovens entre os 25 e os 29 anos. Apesar de o aumento ter mais expressão entre os jovens com 20 a 24 anos (atingindo em 2004 7,5%), é entre os jovens com 25 a 29 anos que ocorre uma subida mais abrupta (de 4,7% em 2002 para 7,2% em 2003). Os valores registados entre os jovens com menos de 20 anos são um pouco mais reduzidos, tendo sido o seu maior aumento em 2003 com 4,2%.

Sabendo que os valores apresentados para os domésticos são muito reduzidos entre os jovens, importa observar onde ocorrem. Constata-se que esta condição é mais visível junto dos jovens entre os 25 e os 29 anos, embora a percentagem decresça, fixando-se em 2004 nos 3%.

A observação das distribuições do sexo masculino e do sexo feminino permite constatar assimetrias dignas de relevo (quadro 60). No que se refere aos activos, os jovens do sexo masculino apresentam sempre percentagens mais elevadas na categoria dos empregados, com diferenças percentuais assinaláveis que rondam os 8-10%. Já no caso dos desempregados, são elas a registarem pesos superiores, embora a distância se tenha reduzido no último ano.

**Quadro 60** População jovem (15-29 anos), por sexo, segundo a condição perante o trabalho, em 1998-2004 (%)

Condição perante o trabalho	1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Activo – empregado	59,7	50,9	60,4	50,1	61,1	50,4	61,5	51,1	61,8	51,9	57,9	50,7	57,8	49,4
Activo – desempregado	3,9	4,9	3,8	4,6	2,4	4,9	3,2	4,8	4,1	5,4	5,6	7,3	5,9	6,8
Serviço militar obrigatório	1,2	-	0,9	-	1,1	-	1,1	-	0,8	-	1,1	-	0,5	-
Inactivo – estudante	31,3	35,4	30,7	35,3	31,4	36,4	30,0	35,8	29,1	34,9	30,9	34,5	31,4	35,8
Inactivo – doméstico	0,0	5,1	0,0	5,3	0,0	4,5	0,1	4,1	-	4,0	0,0	4,0	0,0	3,8
Inactivo – reformado	0,0	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,2	0,0
Outros inactivos	3,9	3,5	4,0	4,5	4,0	3,7	4,1	4,1	4,2	3,8	4,4	3,4	4,3	4,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Quanto às situações de inactividade, quer a de estudante, quer a de doméstico, são prevalentes entre as jovens, mas com pesos muito diferenciados. Em 2004 35% estavam a estudar e 3,8% eram domésticas, situação que tem vindo a sofrer um decréscimo ao longo dos anos (em 1998 a percentagem era de 5,1%). As percentagens homólogas para a população jovem masculina eram de 31,4% e 0%.

Por último, é importante agora observar estas categorias, mas em relação às possíveis disparidades regionais (quadro 61). Constata-se que, em 2004, a percentagem de jovens activos empregados é superior na região Norte, próxima do total nacional nas regiões Centro, Lisboa e Vale do Tejo e Açores, e um pouco abaixo nas restantes regiões, com particular destaque para o Alentejo, onde não chega a atingir os 50% (49,3%). Esta região é simultaneamente a que concentra um maior peso de desempregados (13%), muito distante do que se verifica nas outras regiões do país (entre 2,3% na Madeira e 6,9% no Norte).

**Quadro 61** População jovem (15-29 anos), segundo a condição perante o trabalho, por região, em 2004

Condição perante o trabalho	Norte	Centro	Lisboa V.T.	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Activo – empregado	55,6	52,7	53,2	49,3	50,8	52,3	51,4
Activo – desempregado	6,9	3,7	6,6	13,0	5,1	3,8	2,3
Serviço militar obrigatório	0,3	0,2	0,3	0,3	0,1	0,2	0,1
Inactivo – estudante	31,1	38,3	33,7	33,1	38,2	30,9	34,8
Inactivo – doméstico	1,4	1,4	1,9	0,6	2,5	9,1	4,2
Inactivo – reformado	0,1	0,3	–	–	–	–	–
Outros inactivos	4,5	3,4	4,3	3,7	3,3	3,8	7,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Quanto aos estudantes, é no Centro e no Algarve que reside a maior percentagem de jovens nessa situação, com valores próximos dos 40%. Norte e Açores salientam-se pela razão oposta, com pouco mais de 30% da sua população jovem a estudar.

Dois últimos dados que merecem destaque referem-se à concentração de outras situações de inactividade nas Regiões Autónomas: 9,1% dos jovens residentes nos Açores são domésticos e 7,2% dos que residem na Madeira estão classificados na situação de outros inactivos.

Em síntese, na análise dos dados relativos aos Censos 1991 e 2001, verificou-se a existência de uma elevada percentagem de jovens que têm como meio de vida o trabalho (55,7%, sendo que, neste conjunto, 82,2% tem entre 25 e 29 anos). Assinala-se um retardamento progressivo da idade de entrada na vida activa; ligeiramente antecipado na população masculina. Esta é, também, a população menos penalizada

pelo desemprego, que aumenta consideravelmente no prazo de 10 anos, sobretudo para a população jovem com ensino superior.

O número de jovens activos decresce no período de referência, bem como a taxa de actividade, sendo superior entre os jovens dos 20 aos 29 anos, e na população masculina. Nos jovens que entram no mercado de trabalho observa-se um acréscimo de qualificação escolar, sobretudo na população feminina. Os jovens inserem-se principalmente nos sectores de actividade ligados aos serviços e à indústria.

A taxa de emprego dos jovens apresenta uma dinâmica ligeiramente decrescente, concentrando-se na população entre os 25 e os 29 anos e na população masculina, mais do que na feminina. Os inactivos encontram-se sobretudo entre os 15 e os 19 anos, e a condição de estudante encontra-se em progressão.

A análise por região revelou assimetrias fortes, nomeadamente quanto à dependência do trabalho como meio de vida, quanto à taxa de actividade e de emprego, todas mais fortes no Norte, Centro e em Lisboa e Vale do Tejo. Pelo contrário, o desemprego parece afectar de modo mais significativo os jovens residentes no Alentejo e nas regiões autónomas, como se terá oportunidade de aprofundar no ponto dedicado ao desemprego.

Observando os dados do Inquérito ao Emprego, pôde verificar-se que a percentagem de jovens empregados tem sido significativa ao longo dos anos aqui considerados, embora tenha sofrido uma ligeira descida, acompanhada pelo aumento da percentagem de desempregados e, sobretudo, da população estudante. A condição de empregado é preponderante entre os jovens com 25 a 29 anos, ao passo que a de estudante caracteriza a maioria daqueles que têm idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos. Em termos do sexo, os que exercem profissão estão mais representados no sexo masculino, enquanto os desempregados e os estudantes assumem pesos mais expressivos entre a população jovem feminina.

Seguidamente irão apresentar-se os principais indicadores relativamente à estrutura do emprego juvenil.

### **2.3.3. Estrutura do emprego juvenil**

Neste capítulo faz-se a análise das principais dimensões associadas à estrutura do emprego jovem, tais como o sector de actividade, a profissão, a situação na profissão, o tipo de contrato, e o regime de ocupação na profissão, entre outras. Analisam-se para tal os dados disponibilizados pela DGEEP (Quadros de Pessoal) e pelo INE (Censos 1991 e 2001 e Inquérito ao Emprego 1998-2004).

Iniciando com o sector de actividade, segundo os dados dos Censos 1991 e 2001, é possível constatar, no quadro 62, como se distribui a população jovem e adulta empregada, pelo conjunto das actividades económicas.

Em grande medida, os valores apresentados quanto à população empregada não diferem muito daqueles expostos quanto à população activa. Os sectores que mais empregam a população jovem são, nos dois anos em análise, a indústria transformadora, a construção, o comércio e a reparação de veículos e bens. O alojamento e a restauração apresentam uma subida na absorção de força de trabalho jovem, em particular dos jovens entre os 15 e os 19 anos.

**Quadro 62** População jovem (15-29 anos) empregada, por grupo etário, segundo o sector de actividade, em 1991 e 2001 (%)

Actividade	1991					2001				
	15-19	20-24	25-29	15-29	30-64	15-19	20-24	25-29	15-29	30-64
Agricultura	7,8	5,9	5,8	6,3	11,5	3,4	2,2	2,2	2,3	5,2
Pesca	0,6	0,6	0,6	0,6	0,7	0,3	0,2	0,2	0,2	0,4
Indústria extractiva	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
Indústria transformadora	43,6	33,7	28,0	33,6	22,5	32,0	25,3	23,7	25,3	20,6
Produção distrib. electricidade, gás e água	0,3	0,3	0,5	0,4	0,8	0,8	0,7	0,6	0,7	0,8
Construção	17,1	13,8	12,9	14,2	9,0	20,2	13,9	12,2	13,8	11,8
Comércio, reparação veículos e bens	14,2	15,9	15,1	15,2	15,0	18,4	19,7	17,3	18,3	15,7
Alojamento e restauração	5,3	5,1	4,5	4,9	4,1	8,8	6,5	5,0	6,0	5,4
Transportes, armazenagem e comunicações	1,3	2,9	3,7	2,9	5,6	1,8	4,2	4,8	4,2	4,6
Actividades financeiras	0,2	1,1	1,9	1,2	2,6	0,3	1,4	2,6	1,9	2,2
Act. imobiliárias, alugueres, serviços	1,7	3,9	4,2	3,5	2,9	3,5	7,2	8,0	7,2	5,2
Administração pública, defesa...	1,3	6,2	7,3	5,6	9,3	3,9	5,9	6,6	6,0	8,7
Educação	0,6	2,6	5,8	3,5	6,0	1,1	3,9	6,7	5,0	7,8
Saúde e acção social	0,7	2,4	4,2	2,7	4,3	1,6	4,4	5,4	4,6	6,1
Outras act. serviços col., sociais e pessoais	1,7	2,5	2,3	2,2	1,8	2,2	3,0	3,0	2,9	2,3
Famílias com empregados domésticos	3,2	2,7	2,6	2,7	3,5	1,6	1,1	1,2	1,2	2,8
Organismos intern. e inst. extra-territoriais	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

As maiores diferenças entre a população adulta e a jovem verificam-se, em 2001, nos sectores da administração pública (apesar da diminuição face a 1991), da educação e da saúde, onde os adultos apresentam per-

centagens mais elevadas de empregabilidade. Os jovens estão tendencialmente em maior percentagem em sectores pouco qualificados como a construção e o comércio e reparações.

Os dados dos Quadros de Pessoal, relativos aos anos compreendidos entre 1998 e 2002, confirmam estas tendências (quadro 63), embora o peso da população adulta e jovem nos diferentes sectores surja, de algum modo, reequilibrado, ou seja, as diferenças etárias não contrastam de modo significativo. Em 2002, porém, pode afirmar-se que os jovens sobressaíam no comércio e reparações, no alojamento e restauração e nas actividades imobiliárias e serviços. O sector da indústria transformadora parece ser aquele onde os jovens perderam mais expressão, ao longo dos anos, ao contrário do que acontece na construção.

**Quadro 63** População jovem (15-29 anos) e adulta (30-75 anos) empregada, segundo o sector de actividade, em 1998-2002 (%)

Actividade	1998		1999		2000		2002	
	15-29	30-75	15-29	30-75	15-29	30-75	15-29	30-75
Agricultura	1,1	2,2	1,0	2,1	1,0	2,0	1,1	2,1
Pesca	0,1	0,3	0,1	0,2	0,1	0,2	0,1	0,2
Indústria extractiva	0,4	0,7	0,4	0,7	0,4	0,6	0,4	0,6
Indústria transformadora	37,3	33,5	35,9	33,4	33,2	32,0	28,3	29,2
Produção distrib. electricidade, gás e água	0,1	1,1	0,1	0,9	0,2	0,8	0,1	0,6
Construção	9,8	10,0	10,0	10,3	10,9	11,2	13,2	13,2
Comércio, reparação veículos e bens	22,2	19,0	23,0	19,2	23,2	19,2	23,9	19,1
Alojamento e restauração	6,9	6,3	6,7	6,3	6,9	6,5	7,3	6,6
Transportes, armazenagem e comunicações	3,8	7,1	3,9	6,9	4,1	6,6	4,1	6,5
Actividades financeiras	2,2	4,2	2,4	4,1	2,2	3,7	2,1	3,3
Act. imobiliárias, alugueres, serviços	9,8	7,3	10,0	7,4	11,1	8,1	11,2	8,7
Administração pública, defesa...	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,5	0,5
Educação	1,4	2,1	1,5	2,1	1,5	2,1	1,5	1,9
Saúde e acção social	2,4	3,8	2,6	4,1	2,8	4,3	3,3	4,6
Outras act. serviços col., sociais e pessoais	2,3	2,3	2,3	2,4	2,4	2,4	2,9	3,0
Famílias com empregados domésticos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DGEEP, Quadros de Pessoal, Outubro de 1998, 1999, 2000 e 2002.

Segundo o quadro 64, são os jovens entre os 15 e os 19 anos quem ocupa, maioritariamente, lugar nos sectores da indústria transformadora e construção, diminuindo a percentagem ao longo dos grupos etários jovens sucessivos. No comércio e reparações, predomina a faixa dos 20 a 24 anos.

**Quadro 64** População jovem (15-29 anos) empregada, por grupo etário, segundo o sector de actividade, em 1998-2002 (%)

Actividade	1998			1999			2000			2002		
	15-19	20-24	25-29	15-19	20-24	25-29	15-19	20-24	25-29	15-19	20-24	25-29
Agricultura	1,2	1,0	1,2	1,1	1,0	1,1	0,9	0,9	1,0	1,1	1,1	1,2
Pesca	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1
Indústria extractiva	0,4	0,4	0,5	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
Indústria transformadora	45,7	37,2	35,2	43,4	35,6	34,3	39,7	32,7	32,0	34,6	27,9	27,5
Produção distrib. electricidade, gás e água	0,0	0,1	0,2	0,0	0,1	0,2	0,0	0,1	0,2	0,0	0,1	0,2
Construção	12,0	9,7	9,4	12,8	9,9	9,4	14,4	10,8	10,3	16,5	13,3	12,5
Comércio, reparação veículos e bens	19,7	23,4	21,8	21,1	24,3	22,4	22,3	24,5	22,3	25,0	26,2	22,2
Alojamento e restauração	9,9	7,2	5,8	10,2	7,1	5,6	10,4	7,3	5,8	11,1	8,1	6,1
Transportes, armazenagem e comunicações	1,0	3,4	4,9	0,9	3,3	5,1	1,1	3,6	5,3	1,1	3,3	5,3
Actividades financeiras	0,2	1,3	3,5	0,1	1,5	3,6	0,1	1,3	3,4	0,1	1,1	3,1
Act. imobiliárias, alugueres, serviços	7,0	10,4	9,9	6,9	10,7	10,1	7,6	11,8	11,3	6,3	11,0	12,1
Administração pública, defesa...	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,3	0,7
Educação	0,3	1,1	2,0	0,3	1,2	2,0	0,3	1,3	2,0	0,4	1,3	1,8
Saúde e acção social	0,8	2,3	2,9	0,9	2,4	3,1	1,0	2,7	3,2	1,3	3,1	3,8
Outras act. serviços col., sociais e pessoais	1,6	2,2	2,5	1,6	2,3	2,5	1,7	2,4	2,6	1,8	2,8	3,1
Famílias com empregados domésticos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DGEEP, Quadros de Pessoal, Outubro de 1998, 1999, 2000 e 2002.

Os jovens entre os 25 e os 29 anos, registam, ao longo dos anos, um aumento considerável no sector da saúde; e em 2002, em particular, um aumento na administração pública.

A análise da diferenciação por sexos, tendo em conta os dados do INE (Censos 1991 e 2001), confirma a existência de sectores altamente feminizados, como a educação, a saúde, ou as famílias com empregados domésticos, e sectores masculinizados, como a construção, ou a administração pública e a defesa (quadro 65).

A indústria transformadora, ao contrário da indústria extractiva, revelava uma predominância significativa do sexo feminino em 1991, que tende a esbater-se em 2001. Esta tendência de esbatimento caracteriza, de resto, o grosso das actividades. No caso do comércio e reparações dá-se inclusivamente uma inversão – as jovens são em maior percentagem em 2001, quando em 1991 este sector apresentava uma

masculinização clara, certamente no primeiro caso em actividades de comércio e, no segundo, em actividades de reparações.

**Quadro 65** População jovem (15-29 anos) empregada, por sexo, segundo o sector de actividade, em 1991 e 2001 (%)

Actividade	1991			2001		
	H	M	Total	H	M	Total
Agricultura	6,9	5,5	6,3	2,9	1,6	2,3
Pesca	1,0	0,1	0,6	0,4	0,0	0,2
Indústria extractiva	0,7	0,1	0,4	0,6	0,1	0,4
Indústria transformadora	28,3	40,6	33,6	23,8	27,1	25,3
Produção distrib. electricidade, gás e água	0,6	0,2	0,4	1,0	0,2	0,7
Construção	23,6	1,5	14,2	23,5	2,0	13,8
Comércio, reparação veículos e bens	16,3	13,7	15,2	17,3	19,4	18,3
Alojamento e restauração	4,2	5,8	4,9	4,6	7,7	6,0
Transportes, armazenagem e comunicações	3,7	1,8	2,9	5,2	3,1	4,2
Actividades financeiras	1,2	1,2	1,2	1,7	2,2	1,9
Act. imobiliárias, alugueres, serviços	2,7	4,6	3,5	6,3	8,3	7,2
Administração pública, defesa...	6,6	4,2	5,6	6,9	5,0	6,0
Educação	1,5	6,1	3,5	2,2	8,5	5,0
Saúde e acção social	0,9	5,2	2,7	1,5	8,2	4,6
Outras act. serviços col., sociais e pessoais	1,4	3,4	2,2	2,1	3,9	2,9
Famílias com empregados domésticos	0,3	6,1	2,7	0,1	2,6	1,2
Organismos intern. e inst. extra-territoriais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

Os dados dos Quadros de Pessoal confirmam, a este nível, as principais tendências de feminização e masculinização (quadro 66). São, excepções, porém, a administração pública, que revela, em 2002, uma preponderância feminina; diferenças mais profundas entre as jovens e os jovens no alojamento e restauração, em abono das jovens; bem como uma progressiva conquista, ao longo dos anos, por parte das jovens, do sector do comércio.

**Quadro 66** População jovem (15-29 anos) empregada, por sexo, segundo o sector de actividade, em 1998-2002 (%)

Actividade	1998			1999			2000			2002		
	H	M	HM									
Agricultura	1,2	1,0	1,1	1,1	1,0	1,0	1,0	0,9	1,0	1,3	1,0	1,1
Pesca	0,1	0,0	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,0	0,1
Indústria extractiva	0,7	0,1	0,4	0,7	0,1	0,4	0,7	0,1	0,4	0,7	0,1	0,4
Indústria transformadora	34,1	40,8	37,3	32,9	39,2	35,9	30,4	36,3	33,2	26,8	30,2	28,3
Produção distrib. electricidade, gás e água	0,2	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,2	0,1	0,2	0,2	0,1	0,1
Construção	17,0	1,7	9,8	17,3	1,8	10,0	18,8	2,0	10,9	22,0	2,4	13,2
Comércio, reparação veículos e bens	21,9	22,5	22,2	22,4	23,7	23,0	22,2	24,2	23,2	21,8	26,4	23,9
Alojamento e restauração	5,7	8,3	6,9	5,5	8,2	6,7	5,6	8,3	6,9	5,7	9,2	7,3
Transportes, armazenagem e comunicações	5,1	2,4	3,8	5,3	2,4	3,9	5,5	2,6	4,1	5,4	2,7	4,1
Actividades financeiras	2,2	2,2	2,2	2,3	2,5	2,4	2,1	2,4	2,2	2,0	2,3	2,1
Act. imobiliárias, alugueres, serviços	8,9	10,7	9,8	9,2	10,8	10,0	10,2	12,0	11,1	10,4	12,1	11,2
Administração pública, defesa...	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,4	0,7	0,5
Educação	0,6	2,4	1,4	0,6	2,4	1,5	0,6	2,6	1,5	0,6	2,7	1,5
Saúde e acção social	0,6	4,5	2,4	0,6	4,8	2,6	0,7	5,2	2,8	0,8	6,3	3,3
Outras act. serviços col., sociais e pessoais	1,5	3,1	2,3	1,7	3,1	2,3	1,7	3,3	2,4	1,9	4,0	2,9
Famílias com empregados domésticos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DGEEP, Quadros de Pessoal, Outubro de 1998, 1999, 2000 e 2002.

Outra análise pertinente é a que cruza as qualificações escolares dos jovens empregados com o sector de actividade (quadros 67 e 68). Assim, segundo os Censos de 2001, aponta-se, a partir das percentagens calculadas sobre o total de jovens em cada qualificação (quadro 67), uma preponderância de jovens sem qualificação formal no sector da construção e na indústria transformadora. É na indústria transformadora que se encontram, também, a maioria dos jovens com qualificações entre o 1.º ciclo e o 3.º ciclo.

Os jovens com o ensino secundário estão presentes sobretudo no comércio e na administração pública; mas têm também um peso relevante na indústria transformadora.

Os jovens mais qualificados do ponto de vista escolar, nomeadamente bacharéis e licenciados, encontram-se na educação, na saúde e nas actividades imobiliárias e serviços. Na educação encontra-se também a larga maioria dos jovens mestres e doutorados.

**Quadro 67** População jovem (15-29 anos) empregada, por grau de qualificação, segundo o sector de actividade, em 2001 (% sobre o grau de qualificação)

Actividade	2001									Total
	Não sabe ler/ escrever	S/qualific.	1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo	Ensino Secund.	Bachar.	Licenc.	Mest./dout.	
Agricultura	12,8	6,7	5,1	3,3	1,6	1,0	1,3	0,5	0,5	2,3
Pesca	1,5	0,8	0,5	0,3	0,2	0,1	0,0	0,0	0,1	0,2
Indústria extractiva	0,7	0,7	0,7	0,6	0,3	0,2	0,1	0,1	0,0	0,4
Indústria transformadora	15,9	22,8	32,3	37,7	25,7	17,5	10,1	9,1	6,9	25,3
Produção distrib. electricidade, gás e água	0,5	0,4	0,5	0,6	0,8	0,7	0,4	0,5	0,4	0,7
Construção	35,7	30,4	27,7	20,5	11,7	6,6	4,6	3,0	1,8	13,8
Comércio, reparação veículos e bens	9,3	14,2	12,8	16,1	24,2	22,0	9,7	8,5	6,2	18,3
Alojamento e restauração	2,9	6,7	6,7	6,6	7,9	5,4	2,8	1,1	1,2	6,0
Transportes, armazenagem e comunicações	0,9	2,4	1,9	2,4	4,5	6,8	6,0	5,0	4,2	4,2
Actividades financeiras	0,0	0,5	0,1	0,2	0,7	3,7	4,1	7,0	4,8	1,9
Act. imobiliárias, alugueres, serviços	5,5	3,3	2,5	2,5	6,0	11,2	10,6	17,6	16,3	7,2
Administração pública, defesa...	4,2	3,5	2,3	2,8	6,6	9,3	5,7	9,8	7,9	6,0
Educação	1,5	1,0	0,7	0,9	2,0	5,3	15,1	25,1	40,0	5,0
Saúde e acção social	2,0	1,9	1,6	1,8	3,5	5,8	26,3	9,3	5,7	4,6
Outras act. serviços col., sociais e pessoais	1,3	1,6	1,5	2,0	3,4	3,9	3,0	3,2	3,6	2,9
Famílias com empregados domésticos	5,4	3,0	2,9	1,8	1,0	0,5	0,1	0,1	0,1	1,2
Organismos intern. e inst. extra-territoriais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censos 2001.

A leitura possível através da percentagem tendo por base o sector de actividade, patente no quadro 68, permite-nos distinguir os sectores mais e menos qualificados, em termos do emprego juvenil.

A educação, as actividades financeiras, as actividades imobiliárias, alugueres e serviços, bem como a saúde e acção social destacam-se pela elevada percentagem de detentores de cursos superiores. No pólo

oposto, as actividades associadas ao sector primário e secundário tendem a concentrar um maior número de baixas qualificações.

**Quadro 68** População jovem (15-29 anos) empregada, por grau de qualificação, segundo o sector de actividade, em 2001 (% sobre o sector de actividade)

Actividade	2001									
	Não sabe ler/ escrever	S/qualific.	1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo	Ensino Secund.	Bachar.	Licenc.	Mest./dout.	Total
Agricultura	3,8	4,7	23,0	35,2	19,9	9,7	1,5	2,2	0,1	100,0
Pesca	4,6	5,6	22,6	37,4	20,4	7,5	0,4	1,2	0,2	100,0
Indústria extractiva	1,2	2,9	20,9	38,7	21,1	11,3	0,9	3,0	0,0	100,0
Indústria transformadora	0,4	1,4	13,2	36,7	28,1	15,5	1,1	3,4	0,1	100,0
Produção distrib. electricidade, gás e água	0,5	1,1	8,2	23,1	35,2	22,6	1,7	7,4	0,2	100,0
Construção	1,8	3,5	20,7	36,5	23,6	10,8	0,9	2,1	0,0	100,0
Comércio, reparação veículos e bens	0,3	1,2	7,2	21,6	36,5	27,0	1,5	4,4	0,1	100,0
Alojamento e restauração	0,3	1,8	11,5	26,8	36,2	20,2	1,3	1,8	0,1	100,0
Transportes, armazenagem e comunicações	0,2	0,9	4,7	13,6	29,1	36,0	3,9	11,3	0,4	100,0
Actividades financeiras	0,0	0,4	0,8	2,0	10,2	44,2	6,0	35,4	0,9	100,0
Act. imobiliárias, alugueres, serviços	0,5	0,7	3,6	8,5	23,2	35,1	4,1	23,4	0,8	100,0
Administração pública, defesa...	0,5	0,9	3,9	11,3	30,3	34,5	2,6	15,5	0,5	100,0
Educação	0,2	0,3	1,5	4,5	10,8	23,8	8,3	47,8	2,9	100,0
Saúde e acção social	0,3	0,7	3,7	9,8	21,2	28,4	15,9	19,5	0,4	100,0
Outras act. serviços col., sociais e pessoais	0,3	0,9	5,4	17,3	32,6	29,8	2,9	10,4	0,4	100,0
Famílias com empregados domésticos	3,0	4,0	24,8	36,0	22,1	9,0	0,3	0,6	0,0	100,0
Organismos intern. e inst. extra-territoriais	0,0	0,9	3,2	10,6	33,2	26,7	3,2	19,4	2,8	100,0
Total	0,7	1,6	10,3	24,6	27,7	22,5	2,8	9,6	0,4	100,0

Fonte: INE, Censos 2001.

A partir dos Quadros de Pessoal, também para o último ano disponível – 2002 (quadro 69), assinalam-se, para além das tendências anteriores, uma concentração dos jovens com o 3.º ciclo no comércio e reparação; sector onde também se encontra parte considerável dos jovens com o ensino secundário. As actividades imobiliárias e serviços reúnem, por seu turno, as percentagens mais expressivas de jovens bacharéis e licenciados. Mais uma vez, se se tiver em conta a percentagem sobre o total de jovens em cada actividade (e não em cada qualificação), sobressaem, nas actividades compreendidas entre a agricultura e a construção, os

jovens detentores do 1.º e 2.º ciclo; nas actividades compreendidas entre o comércio e os transportes e telecomunicações, os jovens que cumpriram a escolaridade obrigatória; e entre os transportes e comunicações e as outras actividades e serviços, os jovens com o ensino secundário. Os licenciados encontram-se, sobretudo, nas actividades financeiras, na educação e na saúde.

**Quadro 69** População jovem (15-29 anos) empregada, por grau de qualificação escolar, segundo o sector de actividade, em 2002 (%)

Actividade	2002								
	Não sabe ler	S/grau	1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo	Ensino Secund.	Bachar.	Licenc.	Total
Agricultura	6,2	3,5	3,0	1,2	0,8	0,6	1,1	0,6	1,1
Pesca	0,1	0,1	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
Indústria extractiva	0,6	1,0	0,9	0,6	0,3	0,2	0,2	0,2	0,4
Indústria transformadora	26,0	30,0	32,8	43,7	28,0	18,1	15,9	13,7	28,6
Produção distrib. electricidade, gás e água	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,2	0,7	0,4	0,2
Construção	28,3	27,9	25,2	17,3	11,3	6,5	8,8	6,2	13,0
Comércio, reparação veículos e bens	10,8	10,7	13,3	18,3	30,2	32,0	15,1	15,4	23,9
Alojamento e restauração	9,8	7,6	9,7	7,2	9,2	6,4	3,1	1,5	7,3
Transportes, armazenagem e comunicações	1,4	2,1	2,1	2,6	4,1	6,2	7,4	5,5	4,2
Actividades financeiras	0,1	0,1	0,0	0,1	0,3	4,2	6,8	10,2	2,1
Act. imobiliárias, alugueres, serviços	9,7	9,7	8,8	4,3	8,5	15,4	20,2	25,4	10,9
Administração pública, defesa...	0,1	0,1	0,2	0,2	0,3	0,7	1,3	2,4	0,5
Educação	1,3	0,4	0,4	0,4	0,9	1,7	5,5	7,2	1,5
Saúde e acção social	1,6	1,8	1,8	1,8	2,9	4,3	10,3	6,7	3,3
Outras act. serviços col., sociais e pessoais	3,7	5,0	1,8	2,0	3,0	3,4	3,6	4,5	2,9
Famílias com empregados domésticos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DGEEP, Quadros de Pessoal, Outubro de 2002.

Finalizando a análise dedicada aos sectores de actividade do emprego juvenil, observa-se agora a sua distribuição territorial. Segundo os dados dos Censos 2001 (quadro 70), a indústria transformadora é a actividade de maior concentração do emprego jovem nas regiões Norte (37,0%) e Centro (29,2%). O comércio e reparação são, por sua vez, as actividades predominantes entre os jovens empregados residentes nas regiões Lisboa e Vale do Tejo (20,1%), Alentejo (17,1%) e Algarve (22,7%). As regiões

autónomas Madeira e Açores concentram o seu emprego juvenil na construção (respectivamente 21,8% e 23,2%).

**Quadro 70** População jovem (15-29 anos) empregada, por região, segundo o sector de actividade, em 2001 (%)

Actividade	2001							
	Norte	Centro	Lisboa V.T.	Alentejo	Algarve	R.A. Açores	R.A. Madeira	Total
Agricultura	2,1	2,5	1,4	7,8	2,1	7,5	2,5	2,3
Pesca	0,2	0,2	0,1	0,1	0,9	1,5	0,5	0,2
Indústria extractiva	0,4	0,5	0,2	1,1	0,2	0,0	0,1	0,4
Indústria transformadora	37,0	29,2	15,5	14,0	6,5	9,1	7,1	25,3
Produção distrib. electricidade, gás e água	0,5	0,7	0,8	0,6	0,7	0,7	0,7	0,7
Construção	14,1	14,1	11,5	15,8	15,8	21,8	23,2	13,8
Comércio, reparação veículos e bens	16,8	17,7	20,1	17,1	22,7	17,8	17,6	18,3
Alojamento e restauração	4,4	5,4	6,5	7,2	15,6	5,6	14,0	6,0
Transportes, armazenagem e comunicações	2,7	3,4	6,7	2,9	4,5	3,4	4,1	4,2
Actividades financeiras	1,2	1,1	3,4	1,0	1,4	0,6	0,9	1,9
Act. imobiliárias, alugueres, serviços	5,1	4,8	11,4	4,2	7,6	3,8	5,7	7,2
Administração pública, defesa...	3,8	6,1	7,2	12,7	7,5	9,5	8,1	6,0
Educação	4,3	6,1	4,8	6,5	5,5	6,9	6,7	5,0
Saúde e acção social	3,7	5,0	5,2	5,5	4,9	5,2	3,9	4,6
Outras act. serviços col., sociais e pessoais	2,4	2,3	3,8	2,5	3,4	2,3	3,0	2,9
Famílias com empregados domésticos	1,1	1,0	1,2	0,9	0,7	4,0	2,0	1,2
Organismos intern. e inst. extra-territoriais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censos 2001.

Os dados relativos aos Quadros de Pessoal, em 2002, não contemplam as regiões autónomas. No quadro 71, pode observar-se a distribuição dos jovens de acordo com o total por actividade, onde se verificam algumas diferenças face à fonte anterior. Na pesca, por exemplo, sobressaem agora os jovens residentes no Centro (42,6%); e, na agricultura, Lisboa e Vale do Tejo (32,3%). O emprego juvenil na construção concentra-se, segundo esta fonte, no Norte (40,4%).

A indústria transformadora apresenta o valor mais elevado no Norte; a pesca no Centro; as actividades ligadas aos transportes, financeiras e imobiliárias, em Lisboa; a agricultura e a administração pública, no Alentejo; a pesca e o alojamento e restauração, no Algarve.

Pode, a partir destes dados, apontar-se para uma polarização territorial do perfil de actividades com maior capacidade de empregabilidade entre a população juvenil – no Norte as indústrias extractiva e transformadora, em Lisboa e Vale do Tejo as actividades terciárias e mais qualificadas; nos Açores e na região Centro, a pesca; nas regiões mais desfavorecidas, como as regiões autónomas, o Alentejo e o Algarve, a construção.

**Quadro 71** População jovem (15-29 anos) empregada, por região, segundo o sector de actividade, em 2002 (%)

Actividade	2002					
	Norte	Centro	Lisboa V.T.	Alentejo	Algarve	Total
Agricultura	18,6	16,9	32,2	26,1	6,2	100,0
Pesca	13,7	42,6	20,9	2,2	20,6	100,0
Indústria extractiva	41,2	25,5	21,4	9,5	2,5	100,0
Indústria transformadora	56,7	19,6	20,1	2,6	0,9	100,0
Produção e distribuição de electricidade, gás e água	34,6	15,9	41,5	4,7	3,2	100,0
Construção	40,4	18,1	31,7	4,2	5,6	100,0
Comércio, reparação veículos, bens uso pessoal doméstico	32,8	15,0	43,2	3,7	5,3	100,0
Alojamento e restauração	26,5	13,1	42,6	4,9	12,9	100,0
Transportes, armazenagem e comunicações	23,9	13,3	56,4	2,0	4,3	100,0
Actividades financeiras	24,4	10,4	60,0	2,1	3,1	100,0
Act. imobiliárias, alugueres e serviços prest. às empresas	26,0	9,0	59,3	2,0	3,8	100,0
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	21,5	16,8	47,2	9,9	4,6	100,0
Educação	30,7	16,6	45,5	3,5	3,7	100,0
Saúde e acção social	31,6	19,2	39,1	6,0	4,1	100,0
Outras act. serviços colectivos, sociais e pessoais	31,3	14,7	45,4	3,4	5,2	100,0
Organismos intern. outras inst. extra-territoriais	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0
<b>Total</b>	<b>38,5</b>	<b>16,0</b>	<b>37,6</b>	<b>3,6</b>	<b>4,3</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DGEEP, Quadros de Pessoal, Outubro de 2002.

No que diz respeito à profissão através da qual os jovens se integram no mercado de trabalho (quadro 72) observa-se, desde logo, entre 1991 e 2001, uma diminuição dos jovens entre os operários e os trabalhadores

não qualificados, e um aumento na generalidade dos grupos mais qualificados, quase igualando, ou mesmo superando, a população adulta.

**Quadro 72** População empregada, por grupo etário, segundo a profissão, em 1991 e 2001 (%)

Profissão	1991					2001				
	15-19	20-24	25-29	15-29	30-64	15-19	20-24	25-29	15-29	30-64
Q. Sup. Adm. Pública, Dirig. Q. S. Empresas	0,7	4,2	3,7	3,2	6,3	2,5	4,1	5,5	4,7	8,7
Especialistas Prof. Intelectuais e Científicas	0,3	2,5	7,3	4,0	6,3	0,3	5,0	11,7	7,9	8,7
Técnicos e Profissionais Nível Intermédio	1,8	6,4	8,7	6,3	8,1	4,0	9,9	11,6	10,1	9,4
Pessoal Adm. e Similares	4,4	11,2	11,8	9,9	11,2	7,5	13,3	12,7	12,3	10,6
Pessoal dos Serviços e Vendedores	11,5	13,8	14,0	13,3	13,6	18,4	18,1	14,8	16,5	13,2
Agricultores e Trab. Qualif. Agricultura e Pescas	6,0	4,7	4,8	5,0	9,8	2,8	1,8	1,7	1,9	4,6
Operários, Artífices e Trab. Similares	41,9	31,6	26,4	31,8	19,8	35,2	24,9	22,3	24,8	20,5
Operadores Inst. Máquinas Trab. Montagem	9,1	8,5	8,7	8,7	8,9	9,3	8,5	8,1	8,4	8,7
Trab. Não Qualificados	24,4	17,1	14,6	17,7	16,0	19,9	14,3	11,5	13,5	15,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

É o caso dos especialistas das profissões intelectuais e científicas, em que jovens e adultos se diferenciam por menos de um ponto percentual, ao contrário dos dois pontos percentuais em 1991; dos técnicos e profissionais de nível intermédio, do pessoal administrativo e dos serviços e vendedores, em que os jovens ultrapassam os adultos. Nos trabalhadores não qualificados, os jovens, dominantes em 1991, decrescem cerca de 4%, ao contrário dos adultos em que o decréscimo foi apenas de 1%.

Internamente aos jovens, salienta-se o facto de serem os que têm idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos quem assume, com maior expressão, os empregos não qualificados ou na indústria, revelando não só um perfil de qualificação baixo, como a precariedade inerente à inserção precoce no mercado de trabalho.

Os dados disponíveis a partir dos Quadros de Pessoal, para a série temporal de 1998 a 2002 (quadro 73), revelam, por seu turno, uma lenta dinâmica de diminuição do número de jovens entre os operários (meio ponto percentual entre 1998 e 2002, com um aumento ligeiro entre 1999 e 2000); e de aumento da presença juvenil nos grupos profissionais quadros superiores (1%), nos especialistas (2%), e nos técnicos e profissionais de nível intermédio (1,6%). No pessoal dos serviços

e vendedores verifica-se o maior aumento (4,9%, 1%, em média, de aumento por ano). A percentagem de trabalhadores não qualificados apresenta, nesta fonte, uma relativa estabilidade ao longo dos anos.

**Quadro 73** População jovem (15-29 anos) e adulta (30-75 anos) empregada, segundo a profissão, em 1998-2002 (%)

Profissão	1998		1999		2000		2002	
	15-29	30-75	15-29	30-75	15-29	30-75	15-29	30-75
Q. Sup. Adm. Pública, Dirig. Q. S. Empresas	2,7	12,1	3,0	12,5	3,3	13,0	3,7	13,6
Especialistas Prof. Intelectuais e Científicas	2,7	3,5	3,4	3,7	4,0	3,9	4,7	4,2
Técnicos e Profissionais Nível Intermédio	7,1	9,4	8,3	9,8	8,6	9,6	8,7	9,5
Pessoal Adm. e Similares	15,1	13,2	17,2	13,6	17,5	13,1	16,9	12,6
Pessoal dos Serviços e Vendedores	15,5	9,8	17,9	10,4	18,1	10,7	19,4	11,4
Agricultores e Trab. Qualif. Agricultura e Pescas	1,0	2,0	1,1	2,0	1,0	1,9	1,0	1,9
Operários, Artífices e Trab. Similares	22,7	21,4	25,7	22,4	24,4	22,4	23,2	22,3
Operadores Inst. Máquinas Trab. Montagem	8,3	11,9	9,0	12,0	9,2	11,9	9,0	11,3
Trab. Não Qualificados	13,5	13,2	14,5	13,6	13,9	13,6	13,3	13,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DGEEP, Quadros de Pessoal, Outubro de 1998, 1999, 2000 e 2002.

Ainda segundo os Quadros de Pessoal, mas relativamente aos grupos etários internos à população juvenil (quadro 74), observam-se a predominância dos jovens entre os 15 e os 19 anos nas categorias profissionais menos qualificadas – operários (que sobem 13,7% no período indicado), pessoal dos serviços e vendedores (11,8%), e trabalhadores não qualificados (2,3%). Entre os 20 e os 24 anos as tendências anteriores mantêm-se, embora com um peso relativo mais baixo. Entre os 25 e os 29 anos, salientam-se o aumento do número de especialistas (2,6%) e de técnicos e profissionais de nível intermédio (1,3%). O pessoal administrativo e similares sofreu uma perda entre 2000 e 2002, nesta categoria etária.

**Quadro 74** População jovem (15-29 anos) empregada, por grupo etário, segundo a profissão, em 1998-2002 (%)

Profissão	1998			1999			2000			2002		
	15-19	20-24	25-29	15-19	20-24	25-29	15-19	20-24	25-29	15-19	20-24	25-29
Q. Sup. Adm. Pública, Dirig. Q. S. Empresas	0,2	1,6	4,2	0,2	1,8	4,4	0,1	2,0	4,9	0,1	2,1	5,3
Especialistas Prof. Intelectuais e Científicas	0,1	1,4	4,4	0,2	1,9	5,1	0,1	2,2	6,0	0,2	2,1	7,0
Técnicos e Profissionais Nível Intermédio	1,4	5,5	9,9	2,3	6,6	10,7	2,1	6,9	11,0	2,0	6,6	11,2
Pessoal Adm. e Similares	6,1	15,1	17,4	8,6	17,4	18,6	9,4	18,3	18,5	9,1	17,4	17,8
Pessoal dos Serviços e Vendedores	17,5	17,5	13,3	27,3	20,5	14,2	28,0	20,8	14,3	29,3	23,3	15,4
Agricultores e Trab. Qualif. Agricultura e Pescas	1,2	1,0	1,0	1,6	1,0	1,0	1,3	0,9	0,9	1,2	1,0	1,0
Operários, Artífices e Trab. Similares	17,8	22,9	23,8	30,7	25,6	24,9	29,0	24,0	23,8	31,5	23,5	21,8
Operadores Inst. Máquinas Trab. Montagem	5,1	8,1	9,3	6,9	8,8	9,4	7,8	9,2	9,5	7,6	8,9	9,4
Trab. Não Qualificados	16,5	15,0	11,5	22,1	16,4	11,7	22,2	15,7	11,1	18,8	15,2	11,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DGEEP, Quadros de Pessoal, Outubro de 1998, 1999, 2000 e 2002.

Em termos de diferenciação por sexo (quadro 75), os dados disponíveis apontam para uma manutenção dos contrastes entre 1991 e 2001, acentuando-se a masculinização do operariado e a feminização dos especialistas das profissões intelectuais e científicas e do pessoal dos serviços e vendedores. Entre os quadros superiores, apesar da manutenção da predominância masculina, a evolução registada entre as jovens (2%) revela uma dinâmica de maior progressão por comparação com os jovens (que cresceram 1,1%).

**Quadro 75** População jovem (15-29 anos) empregada, por sexo, segundo a profissão, em 1991 e 2001 (%)

Profissão	1991			2001		
	H	M	Total	H	M	Total
Q. Sup. Adm. Pública, Dirig. Q. S. Empresas	4,6	1,2	3,1	5,7	3,2	4,5
Especialistas Prof. Intelectuais e Científicas	2,8	5,3	3,9	5,2	10,9	7,8
Técnicos e Profissionais Nível Intermédio	4,9	8,2	6,3	9,7	10,2	10,0
Pessoal Adm. e Similares	6,9	13,9	10,0	7,8	17,5	12,2
Pessoal dos Serviços e Vendedores	11,3	16,8	13,7	11,9	22,3	16,7
Agricultores e Trab. Qualif. Agric. Pescas	5,9	3,8	5,0	2,7	1,2	2,0
Operários, Artífices e Trab. Similares	37,7	22,7	31,2	34,8	12,3	24,5
Operadores Inst. Máquinas Trab. Montagem	9,9	7,0	8,6	10,1	6,1	8,3
Trab. Não Qualificados	15,9	21,1	18,2	12,2	16,2	14,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

A evolução, no domínio do sexo, entre 1998 e 2002 (quadro 76), revela que a diminuição das jovens no operariado se faz sobretudo a partir de 2000; e que, nesta categoria profissional, entre 1998 e 1999, dá-se o maior crescimento dos jovens do sexo masculino. A predominância feminina entre o pessoal dos serviços e vendedores é reforçada sobretudo em 1999, e mais tarde em 2002.

**Quadro 76** População jovem (15-29 anos) empregada, por sexo, segundo a profissão, em 1998-2002 (%)

Profissão	1998			1999			2000			2002		
	H	M	HM									
Q. Sup. Adm. Pública, Dirig. Q. S. Empresas	3,4	1,9	2,7	3,8	2,1	3,0	4,2	2,3	3,3	4,6	2,6	3,7
Especialistas Prof. Intelectuais e Científicas	2,6	2,8	2,7	3,3	3,5	3,4	3,8	4,2	4,0	4,2	5,3	4,7
Técnicos e Profissionais Nível Intermédio	8,2	5,9	7,1	9,6	6,9	8,3	9,9	7,1	8,6	9,8	7,6	8,7
Pessoal Adm. e Similares	10,7	20,2	15,1	12,3	22,7	17,2	12,2	23,6	17,5	11,5	23,3	16,9
Pessoal dos Serviços e Vendedores	10,0	21,7	15,5	11,3	25,3	17,9	11,1	25,9	18,1	11,4	28,9	19,4
Agricultores e Trab. Qualif. Agricultura e Pescas	1,1	0,9	1,0	1,1	1,0	1,1	1,0	0,8	1,0	1,2	0,8	1,0
Operários, Artífices e Trab. Similares	25,0	20,1	22,7	29,3	21,7	25,7	29,3	18,8	24,4	29,4	15,9	23,2
Operadores Inst. Máquinas												
Trab. Montagem	11,5	4,7	8,3	12,5	5,0	9,0	12,4	5,7	9,2	12,1	5,4	9,0
Trab. Não Qualificados	15,5	11,2	13,5	16,8	11,9	14,5	16,0	11,5	13,9	15,8	10,3	13,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DGEEP, Quadros de Pessoal, Outubro de 1998, 1999, 2000 e 2002.

Relativamente aos dados do Inquérito ao Emprego, referentes à profissão, com o apoio do quadro 77, verificamos que quer entre os jovens quer entre a população adulta existem percentagens mais elevadas de indivíduos operários, artífices e trabalhadores similares. No entanto, é de salientar que entre os jovens os valores são superiores em todos os anos considerados (entre 22% e 29,5%). Em ambas as populações, a percentagem de empregados deste grupo profissional vai decrescendo ao longo do período.

Na população jovem comparativamente com a adulta, observa-se ainda uma maior concentração nos grupos do pessoal administrativo e dos serviços e vendedores, que, no primeiro caso é crescente entre 1998 e 2004 e, no segundo, se mantém relativamente estável. Quanto às categorias profissionais do topo, enquanto os quadros superiores e dirigentes registam um número reduzido de jovens, estes registam um peso superior ao da população adulta nos profissionais intelectuais e científicos e

nos técnicos de nível intermédio, conhecendo mesmo um aumento ligeiro mas progressivo ao longo dos anos.

**Quadro 77** População jovem (15-29 anos) e adulta (30 anos e mais) empregada, segundo a profissão principal, em 1998-2004 (%)

Profissão principal	1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004	
	J	A	J	A	J	A	J	A	J	A	J	A	J	A
Membros das forças armadas	1,0	0,6	0,8	0,7	0,9	0,5	1,4	0,5	0,9	0,4	1,0	0,5	1,1	0,5
Quadros superiores e dirigentes	2,3	9,0	2,6	8,9	2,2	8,5	2,5	8,2	2,5	8,9	3,4	10,0	3,8	10,6
Profissões intelectuais e científicas	6,2	6,1	7,4	6,9	6,7	6,8	7,4	6,9	9,0	6,5	8,9	6,5	9,1	8,4
Técnicos e profissionais de nível intermédio	6,9	7,9	7,5	7,3	8,6	7,4	8,5	7,2	7,9	7,4	8,4	6,9	8,8	8,2
Pessoal administrativo e similares	11,2	8,1	11,8	8,4	13,6	8,5	13,4	8,2	13,4	8,2	13,5	8,8	13,7	8,7
Pessoal dos serviços e vendedores	17,6	11,7	17,2	12,6	16,7	11,8	17,0	12,3	17,7	12,3	18,5	11,3	17,9	11,7
Agricultores, trab. qualificados da agricultura/pesca	3,7	14,8	2,8	14,2	2,3	14,1	2,1	15,0	1,9	14,4	2,0	14,6	2,2	13,6
Operários, artífices e trabalhadores similares	29,5	20,5	28,7	20,0	26,4	20,2	25,8	20,0	25,9	19,6	24,1	19,4	22,2	17,9
Operadores de instalações /máquinas, trab. da montagem	10,2	8,1	8,4	7,9	9,3	8,4	9,3	8,0	8,7	8,6	8,6	8,6	9,8	7,8
Trabalhadores não qualificados	11,4	13,2	12,7	13,1	13,3	13,9	12,6	13,6	12,0	13,7	11,6	13,2	11,6	12,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Focando agora a atenção nos dados referentes aos jovens nos seus diferentes escalões etários, confirmam-se as percentagens mais elevadas em todos eles nos operários, artífices e trabalhadores similares (quadro 78). No entanto, é nos jovens entre os 15 e os 19 anos que a concentração tem a sua maior expressão (40,8% em 1998 e 33,7% em 2004). Em contraponto, encontram-se os jovens entre os 25 e os 29 anos, com um peso percentual junto do operariado bastante mais reduzido, entre os 20% e os 26%. Também aqui se observa, em todos os escalões considerados, que estes valores diminuem progressivamente entre 1998 e 2004.

O que se verifica, em traços gerais, é que, à medida que aumenta a idade, aumenta também o número de jovens a exercer profissões mais qualificadas, o que não surpreende dado o facto destas profissões requererem geralmente uma qualificação escolar de nível superior, que só é possível completar com uma determinada idade. Constata-se ainda uma evolução no sentido de um cada vez maior peso das profissões mais qualificadas, embora mesmo entre os jovens de 25 a 29 anos a grande maioria se integre nas que exigem qualificações médias ou baixas.

**Quadro 78** População jovem (15-29 anos) empregada, por grupo etário, segundo a profissão principal, em 1998 e 2004 (%)

Profissão principal	1998			2004		
	15-19	20-24	25-29	15-19	20-24	25-29
Membros das forças armadas	0,3	1,8	0,7	0,9	1,6	0,7
Quadros superiores e dirigentes	0,3	2,1	2,9	0,3	1,9	5,4
Profissões intelectuais e científicas	0,2	3,3	10,0	0,3	5,0	12,9
Técnicos e profissionais de nível intermédio	1,4	7,6	7,8	2,7	8,4	9,9
Pessoal administrativo e similares	6,1	11,6	12,1	6,2	13,8	14,7
Pessoal dos serviços e vendedores	18,7	18,6	16,5	22,7	22,0	14,8
Agricultores, trabalhadores qualificados da agricultura/pesca	4,0	3,4	3,8	5,5	1,7	1,9
Operários, artífices e trabalhadores similares	40,8	30,4	26,0	33,7	22,5	20,3
Operadores de instalações/máquinas, trabalhadores de montagem	11,0	10,0	10,2	10,8	10,9	9,0
Trabalhadores não qualificados	17,2	11,3	10,1	16,9	12,2	10,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Quando se compara a distribuição entre os dois sexos na população jovem, as diferenças são evidentes (quadro 79). Os jovens do sexo masculino encontram-se sobretudo representados nos grupos profissionais da base da hierarquia, ou seja, em primeiro lugar nos operários (30,7% em 2004) e, com percentagens já bastante menores nos operadores de instalações/máquinas e nos trabalhadores não qualificados (14% e 13,4% respectivamente). Já entre as jovens se verifica uma concentração em profissões intermédias, como o pessoal dos serviços e vendedores e o pessoal administrativo, com percentagens que, em 2004, se situam entre os 20 e os 27%. Outra diferença a assinalar refere-se ao peso considerável e crescente ao longo do período em análise das jovens nas profissões intelectuais e científicas, o que vai de encontro à progressão mais positiva que estas têm feito no nível de qualificação escolar. Assim, no último ano 13,1% da população jovem feminina ocupava essas profissões, enquanto a percentagem homóloga para a masculina não chegava aos 6%, tendo o crescimento desde 1998 sido bastante mais moderado.

**Quadro 79** População jovem (15-29 anos) empregada, por sexo, segundo a profissão principal, em 1998-2004 (%)

Profissão principal	1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Membros das forças armadas	1,7	0,2	1,3	0,3	1,6	0,1	2,4	0,5	1,5	0,3	1,5	0,4	1,5	0,5
Quadros superiores e dirigentes	2,5	2,0	3,3	1,8	2,7	1,6	3,1	1,9	2,4	2,5	3,4	3,2	4,2	3,2
Profissões intelectuais e científicas	4,5	8,2	5,7	9,6	4,8	8,9	5,0	10,3	6,0	12,8	5,2	13,2	5,8	13,1
Técnicos e profissionais de nível intermédio	6,8	7,0	7,4	7,5	8,6	8,7	8,6	8,2	8,5	7,3	9,9	6,6	9,9	7,5
Pessoal administrativo e similares	7,5	15,6	7,6	17,0	8,6	19,7	8,3	19,6	8,0	20,0	9,2	18,5	7,9	20,6
Pessoal dos serviços e vendedores	11,4	25,0	11,7	24,0	11,1	23,6	11,3	24,1	11,8	24,9	9,9	28,5	10,0	27,4
Agricultores, trab. qualificados da agricultura/pesca	3,8	3,6	3,3	2,3	2,8	1,7	2,5	1,6	2,6	1,1	2,8	1,1	2,6	1,6
Operários, artífices e trabalhadores similares	37,9	19,6	35,8	20,0	34,8	16,0	34,0	15,6	35,5	14,1	33,4	13,2	30,7	11,9
Operadores de instalações /máquinas, trab. de montagem	12,4	7,6	10,7	5,7	11,2	6,9	11,7	6,2	11,3	5,6	11,9	4,8	14,0	4,7
Trabalhadores não qualificados	11,5	11,3	13,4	11,9	13,7	12,7	13,1	12,1	12,4	11,5	12,6	10,3	13,4	9,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Ainda com base nos dados do inquérito ao Emprego, foca-se agora a atenção nas possíveis diferenças regionais no que diz respeito às profissões que os jovens assumem (quadro 80).

**Quadro 80** População jovem (15-29 anos) empregada, segundo a profissão principal, por região, em 2004 (% face ao total de jovens empregados)

Profissão principal	Norte	Centro	Lisboa V. T.	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Membros das forças armadas	0,7	1,2	1,3	1,2	1,7	1,5	0,8
Quadros superiores e dirigentes	3,2	1,7	5,4	6,2	5,2	1,2	0,9
Profissões intelectuais e científicas	6,2	10,9	12,8	6,1	7,7	4,3	7,2
Técnicos e profissionais de nível intermédio	7,9	8,4	10,5	8,4	8,5	5,7	6,7
Pessoal administrativo e similares	10,8	13,2	18,0	11,4	14,7	11,4	10,1
Pessoal dos serviços e vendedores	15,0	16,6	19,7	20,2	25,3	22,2	27,8
Agricultores, trab. qualificados da agricultura/pesca	2,4	4,1	0,7	2,2	1,7	6,8	1,9
Operários, artífices e trabalhadores similares	32,1	17,0	15,1	15,9	15,3	21,7	15,6
Operadores de instalações /máquinas, trab. de montagem	12,6	14,1	5,6	10,9	3,6	5,8	4,1
Trabalhadores não qualificados	9,1	12,7	11,0	17,5	16,1	19,4	24,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Pode-se constatar que as categorias profissionais que exigem maiores níveis de qualificação, designadamente as profissões intelectuais e científicas têm um peso mais expressivo nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Centro, com percentagens de 12,8% e 10,9%, respectivamente, de jovens empregados. No que diz respeito às categorias dos técnicos e profissionais de nível intermédio e do pessoal administrativo e similares é também em Lisboa e Vale do Tejo que o seu peso é superior (10,5% e 18% respectivamente). No caso do pessoal dos serviços e vendedores, com pesos significativos em todas as regiões do país (que variam entre 15% e 28%), o Algarve e as Regiões Autónomas assumem a primazia (entre 22% e 28% dos jovens empregados residentes nestas regiões integram-se nesta categoria). O Norte, por sua vez, destaca-se pelo elevado peso de jovens operários (quase 1/3 dos jovens empregados), sendo que a única região que se aproxima minimamente deste valor são os Açores, com 21,7%. Por fim, no que toca aos trabalhadores não qualificados, as assimetrias regionais revelam-se muito expressivas, com a Região Autónoma da Madeira a liderar (1/4 dos jovens que exercem profissão integram-se nesta categoria), seguida dos Açores (19,4%). As regiões do sul do país – Alentejo e Algarve – apresentam ainda valores elevados (entre 16 e 17%) face às restantes, que não ultrapassam os 13%.

No que concerne às qualificações dos jovens pertencentes às diferentes categorias profissionais, relativas ao último ano disponível, no que

diz respeito quer aos Censos, quer aos Quadros de Pessoal, observa-se uma distribuição equilibrada, diagonal (quadro 81), ou seja, as hierarquias das profissões e dos níveis de qualificação escolar variam no mesmo sentido.

**Quadro 81** População jovem (15-29 anos) empregada, por grau de qualificação, segundo a profissão, em 2001 (% sobre o grau de qualificação)

Profissão	2001									
	Não sabe ler/ /escrever	S/qualific.	1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo	Ensino Secund.	Bachar.	Licenc.	Mest./ /dout.	Total
Q. Superiores Adm. Pública, Dirigentes e Q.S. Empresas	0,0	2,0	1,8	2,8	4,7	5,7	5,9	10,1	10,1	4,7
Especialistas Prof. Intelectuais e Científicas	0,0	0,3	0,1	0,1	0,3	3,3	44,3	58,0	71,7	7,9
Técnicos e Profissionais Nível Intermédio	0,2	2,6	1,9	2,7	7,7	20,9	26,1	16,3	7,2	10,1
Pessoal Adm. e Similares	0,0	4,1	2,7	4,0	13,4	26,6	12,4	10,2	5,5	12,3
Pessoal dos Serviços e Vendedores	3,4	13,7	11,7	14,2	24,0	19,6	6,1	3,1	2,4	16,5
Agricultores e Trab. Qualif. Agricultura e Pescas	12,3	5,9	4,3	2,9	1,4	0,6	0,3	0,1	0,3	1,9
Operários, Artífices e Trab. Similares	36,6	37,3	44,0	42,6	23,9	9,8	2,3	0,9	1,1	24,8
Operadores Instalações e Máquinas e Trab. Montagem	4,6	8,8	11,4	13,6	9,5	4,5	0,7	0,3	0,4	8,4
Trab. Não Qualificados	42,9	25,3	22,0	17,1	15,0	9,0	1,9	0,9	1,3	13,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censos 2001.

Os jovens com qualificações escolares mais baixas ou mesmo sem qualquer qualificação concentram-se nas profissões pouco qualificadas, embora os operários reúnam ainda, de modo bastante heterogéneo, jovens com qualificações que vão do 1.º ao 3.º ciclo. Estes últimos têm também um peso significativo no pessoal dos serviços e vendedores. Já os detentores do ensino secundário encontram-se nas profissões intermédias, nomeadamente pessoal administrativo e técnicos e profissionais de nível intermédio. Os jovens mais qualificados, designadamente com licenciatura e mestrado/doutoramento, concentram-se nos quadros superiores e especialistas. Não é, no entanto, negligenciável, o peso que estes mesmos jovens assumem em profissões sub-posicionadas face às suas qualificações, nomeadamente no pessoal administrativo e similares (cerca de 10 a 12%).

Se se tiver em conta o total de jovens por categoria profissional (quadro 82), salienta-se que, apesar de 20% dos jovens quadros superio-

res terem uma licenciatura, 53,7% tem entre o 3.º ciclo e o ensino secundário, e 19,4% não possuem a escolaridade mínima obrigatória, revelando um perfil de qualificação heterogéneo. Entre os agricultores e os trabalhadores não qualificados, a escolaridade predominante (na ordem dos 30 a 40%) é o 2.º ciclo, denunciando serem estes os grupos que se sobrepõem à concretização plena da escolaridade obrigatória e que mais concorrência fazem à permanência escolar.

**Quadro 82** População jovem (15-29 anos) empregada, por grau de qualificação, segundo a profissão, em 2001 (% sobre a profissão)

Profissão	2001									
	Não sabe ler/ escrever	S/qualific.	1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo	Ensino Secund.	Bachar.	Licenc.	Mest./dout.	Total
Q. Superiores Adm. Pública, Dirigentes e Q.S. Empresas	0,0	0,7	4,1	14,6	28,1	27,6	3,5	20,6	0,8	100,0
Especialistas Prof. Intelectuais e Científicas	0,0	0,1	0,1	0,3	1,2	9,4	15,5	70,2	3,3	100,0
Técnicos e Profissionais Nível Intermédio	0,0	0,4	2,0	6,6	21,3	46,8	7,2	15,5	0,3	100,0
Pessoal Adm. e Similares	0,0	0,5	2,2	8,0	30,0	48,3	2,8	7,9	0,2	100,0
Pessoal dos Serviços e Vendedores	0,1	1,3	7,3	21,2	40,3	26,8	1,0	1,8	0,1	100,0
Agricultores e Trab. Qualif. Agricultura e Pescas	4,5	5,0	23,8	37,9	20,6	7,3	0,4	0,5	0,0	100,0
Operários, Artífices e Trab. Similares	1,0	2,4	18,3	42,2	26,6	8,8	0,3	0,3	0,0	100,0
Operadores Instalações e Máquinas e Trab. Montagem	0,4	1,7	14,0	39,9	31,4	12,0	0,2	0,3	0,0	100,0
Trab. Não Qualificados	2,2	3,0	16,8	31,2	30,8	14,9	0,4	0,6	0,0	100,0
Total	0,7	1,6	10,3	24,6	27,7	22,5	2,8	9,6	0,4	100,0

Fonte: INE, Censos 2001.

Os dados dos Quadros de Pessoal, relativos a 2002, mostram as mesmas tendências de distribuição, um aumento das habilitações escolares, das categorias profissionais menos qualificadas para as mais qualificadas (quadro 83). Os operários revelam no entanto uma forte heterogeneidade de qualificações. O fenómeno de sobrequalificação já assinalado nos quadros anteriores é, nesta fonte, bastante mais acentuado; encontrando-se uma percentagem considerável de jovens detentores de qualificação superior no grupo profissional de pessoal administrativo e similares (23,7% para os bacharéis e 20,2% para os licenciados).

**Quadro 83** População jovem (15-29 anos) empregada, por grau de qualificação escolar, segundo a profissão, em 2002 (%)

Profissão	2002								
	Não sabe ler/ escrever	S/ grau	1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo	Ensino Secund.	Bachar.	Licenc.	Total
Q. Superiores Adm. Pública, Dirigentes e Q.S. Empresas	0,1	0,3	2,4	2,6	2,8	3,6	7,7	10,5	3,7
Especialistas Prof. Intelectuais e Científicas	0,2	0,2	0,2	0,1	0,4	1,9	29,3	39,9	4,7
Técnicos e Profissionais Nível Intermédio	1,0	1,3	1,6	2,4	5,7	14,4	30,6	24,2	8,7
Pessoal Adm. e Similares	3,7	4,8	4,3	6,1	14,5	34,6	23,7	20,2	16,9
Pessoal dos Serviços e Vendedores	12,5	10,8	13,5	15,4	27,7	24,1	5,0	3,3	19,4
Agricultores e Trab. Qualif. Agricultura e Pescas	6,2	4,1	3,0	1,2	0,7	0,4	0,3	0,1	1,0
Operários, Artífices e Trab. Similares	25,4	37,6	39,0	41,5	22,6	8,2	1,6	0,7	23,2
Operadores Instalações e Máquinas e Trab. Montagem	9,5	8,5	10,0	14,1	11,4	5,4	0,6	0,3	9,0
Trab. Não Qualificados	41,4	32,4	25,9	16,5	14,0	7,4	1,2	0,6	13,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DGEEP, Quadros de Pessoal, Outubro de 2002.

A situação na profissão, onde está patente a dinâmica de dependência e independência no exercício da profissão, revela uma esmagadora maioria da dependência dos trabalhadores mais jovens, essencialmente trabalhadores por conta de outrem, tal como acontece com a população adulta (quadro 84).

**Quadro 84** População empregada, por grupo etário, segundo a situação na profissão, em 1991 e 2001 (%)

Situação na profissão	1991					2001				
	15-19	20-24	25-29	15-29	30-64	15-19	20-24	25-29	15-29	30-64
Patrão	1,6	2,3	3,9	2,8	8,1	3,3	4,8	6,9	5,7	11,9
Trabalhador por conta de outrem	90,2	85,8	83,6	85,9	72,3	92,5	91,2	88,4	89,9	78,8
Trabalhador por conta própria	3,2	6,1	9,4	6,8	16,5	0,8	1,8	3,2	2,4	7,6
Trabalhador familiar não rem.	4,1	2,2	1,4	2,3	1,7	1,4	0,6	0,4	0,6	0,8
Serviço militar obrigatório	0,2	2,4	0,2	1,0	0,0	1,0	0,5	0,0	0,3	0,0
Membro activo de cooperativa	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1
Outra situação	0,6	1,0	1,4	1,1	1,3	1,0	1,1	1,0	1,0	0,9
Total pop. empregada	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

Observa-se uma relação como trabalho independente, decrescente, nos jovens entre os 25 e os 29 anos. Salienta-se ainda uma expressão crescente da situação de patrão entre os jovens, nomeadamente entre aqueles com 25 a 29 anos, tal como acontece na população adulta, assinando talvez a adesão às iniciativas de auto-emprego promovidas mais recentemente.

O grau de dependência revela-se maior, e crescente, entre as jovens, que assumem, de modo menos expressivo, a situação de patrão e de trabalhador por conta própria. Esta última situação mostra-se mais equilibrada, do ponto de vista do sexo, em 2001, ano em que se verifica uma diminuição acentuada do seu peso relativo (quadro 85).

**Quadro 85** População jovem (15-29 anos) empregada, por sexo, segundo a situação na profissão, em 1991 e 2001 (%)

Situação na profissão	1991			2001		
	H	M	Total	H	M	Total
Patrão	3,1	2,4	2,8	6,4	4,8	5,7
Trabalhador por conta de outrem	84,3	88,0	85,9	88,7	91,4	89,9
Trabalhador por conta própria	7,5	5,9	6,8	2,7	2,1	2,4
Trabalhador familiar não remunerado	2,2	2,4	2,3	0,6	0,5	0,6
Serviço militar obrigatório	1,7	0,1	1,0	0,5	0,0	0,3
Membro activo de cooperativa	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,0
Outra situação	1,1	1,1	1,1	1,0	1,1	1,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

Segundo o quadro 86, os grupos profissionais onde a situação de patrão é predominante são os quadros superiores e dirigentes, o pessoal dos serviços e vendedores e os operários. Nesta última categoria, a população empregada por conta de outrem está também presente de modo significativo. Os trabalhadores familiares não remunerados encontram-se sobretudo nos trabalhadores qualificados da agricultura e pesca, e entre o pessoal dos serviços e vendedores, evidenciando a prática laboral em estruturas familiares, nestes domínios.

**Quadro 86** População jovem (15-29 anos) empregada, por situação na profissão, segundo a profissão, em 2001 (%)

Profissão	2001						
	Patrão	Trabalhador por conta própria	Trabalhador por conta de outrem	Trabalhador familiar não rem.	Serviço militar obrigatório	Membro activo de cooperativa	Outra situação
Q. Superiores Adm. Pública, Dirigentes e Q.S. Empresas	27,2	0,0	3,1	0,8	100,0	1,5	1,6
Especialistas Prof. Intelectuais e Científicas	7,9	7,0	7,8	0,7	0,0	9,5	27,2
Técnicos e Profissionais Nível Intermédio	9,6	8,6	10,1	3,6	0,0	13,9	15,6
Pessoal Adm. e Similares	5,4	1,0	13,2	4,0	0,0	11,2	8,8
Pessoal dos Serviços e Vendedores	14,1	32,3	16,1	25,9	0,0	20,1	20,4
Agricultores e Trab. Qualif. Agricultura e Pescas	3,8	8,5	1,4	31,2	0,0	2,5	2,4
Operários, Artífices e Trab. Similares	20,7	28,5	25,3	15,1	0,0	22,4	10,1
Operadores Instalações e Máquinas e Trab. Montagem	3,3	3,6	9,0	3,9	0,0	7,2	2,8
Trab. Não Qualificados	8,1	10,5	14,0	14,8	0,0	11,8	11,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censos 2001.

As áreas de actividade onde mais incidem os patrões e os trabalhadores por conta própria são, entre os jovens trabalhadores empregados, o comércio e reparação, e a construção. Os trabalhadores por conta de outrem encontram-se sobretudo na indústria transformadora; e os trabalhadores familiares não remunerados na agricultura e no comércio (quadro 87).

**Quadro 87** População jovem (15-29 anos) empregada, por situação na profissão, segundo a actividade, em 2001 (%)

Actividade	2001							
	Patrão	Trabalhador por conta própria	Trabalhador por conta de outrem	Trabalhador familiar não rem.	Serviço militar obrigatório	Membro activo de cooperativa	Outra situação	Total
Agricultura	4,8	8,1	1,8	32,9	0,0	3,5	2,2	2,3
Pesca	0,4	0,6	0,2	0,5	0,0	0,2	0,2	0,2
Indústria extractiva	0,4	0,1	0,4	0,2	0,0	0,0	0,1	0,4
Indústria transformadora	17,5	10,7	26,5	11,4	0,0	23,9	7,5	25,3
Produção e distrib. electric., gás e água	0,3	0,9	0,7	0,3	0,0	1,2	0,3	0,7
Construção	19,0	20,8	13,4	8,0	0,0	4,1	6,8	13,8
Comércio, reparação veículos, bens	21,2	28,3	18,0	24,3	0,0	13,3	6,6	18,3
Alojamento e restauração	10,4	4,8	5,8	12,0	0,0	4,4	3,2	6,0
Transportes, armaz. e comunicações	2,6	2,4	4,5	1,0	0,0	4,6	1,8	4,2
Actividades financeiras	1,0	1,0	2,0	0,3	0,0	1,5	1,0	1,9
Act. imobiliárias, alugueres, serviços	12,1	10,4	6,8	2,6	0,0	5,4	11,7	7,2
Administração pública, defesa...	0,0	0,0	6,1	0,0	100,0	15,2	25,4	6,0
Educação	2,1	1,3	5,2	0,3	0,0	9,5	17,8	5,0
Saúde e acção social	3,6	1,3	4,7	0,4	0,0	7,8	7,3	4,6
Outras act. serviços colect., sociais e p.	4,7	8,2	2,6	1,4	0,0	5,1	7,7	2,9
Famílias c/ empreg. domésticos	0,1	1,1	1,3	4,2	0,0	0,3	0,3	1,2
Organismos intern. outras i. extra-terr.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: INE, Censos 2001.

Os dados do Inquérito ao Emprego revelam o forte predomínio do trabalho por conta de outrem, bastante mais acentuado nos jovens do que na população adulta, com diferenças que rondam os 20% (quadro 88). Pelo contrário, estes últimos apresentam valores mais elevados no trabalho por conta própria, situação que, segundo os dados desta fonte, em ambas as populações tem vindo a perder peso ao longo do período em análise. É também entre aqueles que têm 30 ou mais anos que o exercício de uma profissão como empregador adquire maior relevo, já que, no caso dos jovens a percentagem não ultrapassa os 2%.

**Quadro 88** População empregada, jovem (15-29 anos) e adulta (30 anos e mais), empregada segundo a situação na profissão, em 1998-2004 (%)

Situação na profissão	1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004	
	J	A	J	A	J	A	J	A	J	A	J	A	J	A
Trab. por conta de outrem	87,5	65,0	88,2	66,7	89,8	67,0	90,1	66,2	90,1	66,8	90,4	67,4	90,6	69,2
Trab. por conta própria	6,5	24,5	6,2	23,3	5,3	21,5	5,9	23,3	5,4	23,2	5,0	23,1	4,8	21,4
Empregador	2,0	7,8	2,2	7,3	1,8	7,7	1,9	7,8	1,7	7,8	2,0	7,7	2,0	7,7
Trab. familiar não remunerado	3,4	1,8	2,8	1,8	2,5	2,2	1,9	2,4	2,2	1,7	2,2	1,3	2,0	1,3
Outros casos	0,6	1,0	0,6	0,9	0,6	1,6	0,2	0,3	0,6	0,5	0,4	0,5	0,6	0,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

No que respeita às diferenças entre os três escalões etários considerados no interior do grupo juvenil (quadro 89), podemos salientar essencialmente duas observações. Primeiro, o facto de o trabalho por conta própria adquirir maior expressão à medida que passamos do escalão etário mais baixo para o mais alto, embora continue a apresentar valores muito aquém dos verificados na população adulta (6,1% nos jovens com 25 a 29 anos em 2004). Segundo, o peso ainda considerável do trabalho familiar não remunerado entre os jovens com idades dos 15 aos 19 anos, que se mantém relativamente estável entre 1998 e 2004 (7,4% e 7,1% respectivamente).

**Quadro 89** População jovem (15-29 anos) empregada, por grupo etário, segundo a situação na profissão, em 1998 e 2004 (%)

Situação na profissão	1998			2004		
	15-19	20-24	25-29	15-19	20-24	25-29
Trabalhador por conta de outrem	90,7	88,6	85,8	89,3	93,4	89,2
Trabalhador por conta própria	1,5	5,3	8,7	2,7	3,1	6,1
Empregador	0,0	1,5	2,8	0,3	1,0	2,8
Trabalhador familiar não remunerado	7,4	4,2	1,8	7,1	1,7	1,4
Outros casos	0,4	0,4	0,9	0,6	0,6	0,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Conforme os dados apresentados no quadro 90, são os jovens do sexo masculino que revelam um maior empreendedorismo, se tomarmos como indicadores o trabalho por conta própria e a situação de empregador, onde se encontram mais representados do que as jovens.

**Quadro 90** População jovem (15-29 anos) empregada, por sexo, segundo a situação na profissão, em 1998-2004 (%)

Situação na profissão	1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Trab. por conta de outrem	86,2	89,1	87,1	89,6	88,4	91,4	87,6	93,0	89,0	91,5	89,1	91,9	89,4	92,1
Trab. por conta própria	7,1	5,7	6,6	5,6	5,7	4,7	7,2	4,3	6,1	4,6	5,3	4,7	5,3	4,2
Empregador	2,6	1,2	3,3	1,1	2,4	1,1	2,5	1,2	1,9	1,4	2,5	1,4	2,6	1,2
Trab. familiar não remunerado	3,5	3,3	2,4	3,1	2,8	2,2	2,3	1,5	2,4	2,0	2,5	1,7	2,1	1,9
Outros casos	0,6	0,7	0,6	0,7	0,7	0,5	0,4	0,0	0,7	0,5	0,6	0,3	0,6	0,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

A situação na profissão dos jovens nas diversas regiões em 2004 expressa-se na configuração patente no quadro seguinte.

**Quadro 91** População jovem (15-29 anos) empregada, segundo a situação na profissão em 2004, por região (%)

Situação na profissão	Norte	Centro	Lisboa V. T.	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Trabalhador por conta de outrem	91,1	88,6	92,1	84,6	89,1	84,4	95,7
Trabalhador por conta própria	3,7	5,9	4,5	8,0	7,8	11,1	2,5
Empregador	2,1	2,8	1,7	2,1	1,5	0,6	0,9
Trab. familiar não remunerado	2,5	2,5	1,2	4,1	1,1	2,5	0,7
Outros casos	0,7	0,2	0,6	1,2	0,5	1,5	0,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Depois de se constatar, nos quadros anteriores, o significativo peso do trabalho por conta de outrem nos jovens, verificamos agora a existência de assimetrias regionais a esse nível. Esta situação na profissão está claramente mais presente na Região Autónoma da Madeira (95,7%) e está igualmente acima da média nacional em Lisboa e Vale do Tejo e no Norte. Inversamente, a percentagem de jovens a trabalhar por conta própria é mais elevada nos Açores (onde atinge os 11%) e nas regiões do sul, onde ronda os 8%. No pólo oposto, a Madeira destaca-se pela muito fraca expressão do trabalho independente (apenas 2,5%). De salientar ainda a região do Alentejo, pelo peso do trabalho familiar não remunerado (4,1%), muito distante do padrão verificado nas outras regiões do país.

Passemos agora à observação do tipo de contrato que caracteriza as inserções laborais dos jovens. Segundo os dados do Inquérito ao Emprego, os jovens são mais penalizados do que a população adulta por tipos de contrato pouco estáveis (quadro 92). Entre estes tipos destaca-se o contrato a prazo, que constitui o vínculo de boa parte dos jovens empregados (de quase  $\frac{1}{4}$  em 1998 a quase  $\frac{1}{3}$  em 2004). O seu crescimento constante ao longo do período revela estarem a ser os jovens os mais atingidos pela precariedade, já que, entre os adultos, embora o respectivo peso tenha aumentado até 2002, sofre a partir daí uma quebra moderada. São igualmente os jovens que mais trabalham com recibos verdes, sazonalmente ou de forma pontual, apesar de nas duas primeiras formas contratuais os valores terem decrescido entre 1998 e 2004.

**Quadro 92** População jovem (15-29 anos) e adulta (30 anos e mais), empregada segundo o tipo de contrato, em 1998-2004 (%)

Tipo de contrato	1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004	
	J	A	J	A	J	A	J	A	J	A	J	A	J	A
Permanente	69,9	89,1	67,4	88,0	65,8	86,6	65,5	86,7	62,0	85,6	63,2	86,0	62,7	87,0
Prazo	23,4	6,9	24,9	7,5	26,2	7,9	28,2	8,7	30,1	9,6	30,9	9,4	31,1	8,7
Recibos verdes	1,8	1,0	2,4	1,0	2,4	1,4	2,4	1,2	3,1	1,2	1,7	1,0	2,1	1,1
Sazonal	1,9	1,1	1,8	1,4	1,9	1,6	1,4	1,2	1,6	1,2	1,3	0,9	1,1	1,0
Pontual	3,0	1,9	3,5	2,1	3,7	2,5	2,5	2,2	3,2	2,4	2,9	2,7	3,0	2,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Como demonstram os dados constantes do quadro 93, a análise comparativa dos três grupos etários no interior da população jovem revela uma relação directa, que varia no mesmo sentido, entre a estabilidade contratual e a idade dos jovens, ou seja, à medida que avançamos para os grupos etários mais elevados aumenta o número de jovens com contratos permanentes e, inversamente, diminui o dos que executam trabalhos de carácter sazonal ou pontual. Exceptuam-se deste cenário os recibos verdes que, no último ano, têm exactamente o mesmo peso nos três escalões. Se tomarmos como indicador de precariedade os contratos não permanentes, concluímos que quer os que têm entre 15 e 19 anos, quer os de 20 a 24 anos se encontram numa situação muito fragilizada. Entre os primeiros o número de contratos não permanentes chega mesmo a suplantar o dos permanentes.

**Quadro 93** População jovem (15-29 anos) empregada, por grupo etário, segundo o tipo de contrato, em 1998 e 2004 (%)

Tipo de contrato	1998			2004		
	15-19	20-24	25-29	15-19	20-24	25-29
Permanente	59,2	64,9	76,8	46,7	54,2	70,2
Prazo	30,6	27,8	18,0	41,0	38,6	25,1
Recibos verdes	1,3	2,2	1,6	2,1	2,1	2,1
Sazonal	3,6	1,8	1,5	2,3	1,3	0,9
Pontual	5,3	3,3	2,1	7,9	3,8	1,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Tal como acontece no total da população empregada, também as jovens são mais atingidas por contratos não estáveis, nomeadamente o contrato a prazo (quadro 94). Além disso, as diferenças face aos jovens do sexo masculino vão-se acentuando entre 1998 e 2004, o que indicia alguma persistência das desigualdades de género no mercado de trabalho. Não é, no entanto, de descurar a sobre-representação destes últimos em formas de trabalho provavelmente ainda mais precárias, como sejam o trabalho sazonal e pontual.

**Quadro 94** População jovem (15-29 anos) empregada, por sexo, segundo o tipo de contrato, em 1998-2004 (%)

Tipo de contrato	1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Permanente	71,0	68,7	69,6	64,6	69,3	61,6	67,1	63,6	64,5	59,1	65,8	60,3	65,0	59,9
Prazo	20,8	26,3	21,3	29,4	21,8	31,5	26,3	30,5	26,9	33,9	27,4	34,9	27,4	35,5
Recibos verdes	2,1	1,5	2,2	2,7	2,0	2,9	2,0	2,9	2,4	3,9	1,7	1,8	2,3	1,9
Sazonal	2,0	1,7	2,0	1,5	2,5	1,2	1,5	1,3	1,9	1,1	1,4	1,2	1,5	0,7
Pontual	4,0	1,8	4,9	1,8	4,4	2,8	3,1	1,7	4,2	2,0	3,8	1,9	3,8	1,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Seguidamente, analisa-se a realidade regional, no que diz respeito ao tipo de contratos existentes.

**Quadro 95** População jovem (15-29 anos) empregada, segundo o tipo de contrato, por região, em 2004 (%)

Tipo de contrato	Norte	Centro	Lisboa V. T.	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Permanente	70,5	61,9	55,7	48,3	56,2	58,4	74,1
Prazo	23,6	35,0	36,9	37,4	37,1	35,1	24,3
Recibos verdes	1,2	1,0	3,7	2,4	1,7	3,3	0,0
Sazonal	0,9	0,3	1,1	8,0	2,4	1,2	0,3
Pontual	3,8	1,9	2,7	3,9	2,6	2,0	1,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

À semelhança do que se verificou relativamente à situação na profissão, também quanto ao tipo de contrato a diferenciação regional é considerável, de modo ainda mais marcante. Associando o contrato permanente à estabilidade no trabalho, verificam-se três situações distintas: a primeira, correspondente a uma maior estabilidade, ocorre na região Norte e na Madeira, onde este vínculo caracteriza 70,5% e 74,1% respectivamente dos jovens empregados aí residentes; a segunda, relativa a uma estabilidade mais fraca, caracteriza as inserções profissionais dos jovens na maioria das regiões – Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Algarve e Açores –, com valores próximos da média nacional; a terceira diz respeito a uma instabilidade prevalecente, em que o número de contratos permanentes é mesmo inferior aos outros tipos de contrato, o que acontece no Alentejo.

Quando observamos o peso dos contratos a prazo nas várias regiões, o Norte e a Madeira destacam-se agora pelo motivo contrário, ou seja, a percentagem deste tipo de contrato entre os jovens empregados é claramente inferior à das outras regiões (cerca de 24% contra 35-37%).

No que respeita às outras situações contratuais, o principal dado a salientar é o elevado peso do trabalho sazonal na região do Alentejo, que atinge 8% dos jovens empregados, muito acima do que ocorre em todas as outras regiões.

De acordo com outra fonte – os Quadros de Pessoal da DGEEP – verifica-se que, à semelhança do que acontece na população adulta, os jovens beneficiam maioritariamente de contratos sem termo. Mas, ao mesmo tempo, detêm um peso relativo muito superior em termos do contrato a termo, quase duplicando o da população adulta. O contrato a termo apresenta também uma subida entre 2000 e 2002 (quadro 96).

**Quadro 96** População jovem (15-29 anos) e adulta (30-75 anos) empregada, segundo o tipo de contrato, em 2000 e 2002 (%)

Tipo de contrato	2000		2002	
	15-29	30-75	15-29	30-75
Contrato sem termo (permanente)	65,8	85,2	63,1	82,1
Contrato a termo	32,4	13,3	34,2	16,3
Situação residual	1,8	1,5	0,5	0,6
Contrato de trab. por tempo indeterminado p/ cedência temporária	*	*	0,6	0,3
Contrato de trab. a termo p/ cedência temporária	*	*	1,6	0,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DGEEP, Quadros de Pessoal, Outubro de 1998, 1999, 2000 e 2002.

\* Categorias não existentes em 2000.

Uma análise dos grupos etários internos aos jovens demonstra, tomando por referência o total em cada idade, uma predominância dos vínculos menos estáveis entre os jovens dos 15 aos 19 anos, constante em 2000 e 2002; e uma maior expressão do contrato sem termo, em decréscimo de 2000 para 2002, nos jovens de idade superior (quadro 97).

**Quadro 97** População jovem (15-29 anos) empregada, por grupo etário, segundo o tipo de contrato, em 2000 e 2002 (%)

Tipo de contrato	2000			2002		
	15-19	20-24	25-29	15-19	20-24	25-29
Contrato sem termo (permanente)	52,3	60,2	73,4	51,4	56,9	69,2
Contrato a termo	45,7	37,8	25,1	45,4	39,7	28,5
Situação residual	2,0	2,0	1,6	0,6	0,5	0,5
Contrato de trab. por tempo indeterminado p/ cedência temporária	*	*	*	0,6	0,7	0,5
Contrato de trab. a termo p/ cedência temporária	*	*	*	2,0	2,1	1,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DGEEP, Quadros de Pessoal, Outubro de 1998, 1999, 2000 e 2002.

\* Categorias não existentes em 2000.

As inserções profissionais das jovens caracterizam-se, a partir do total por sexo, mais pelos contratos a termo, com uma diferença de cerca de 4% em 2000 e 2% em 2002, aproximando progressivamente os dois sexos em termos de vinculação de curto prazo. A mesma tendência afecta, por seu turno, os contratos sem termo, que beneficiavam em 2000 mais jovens do sexo masculino, e orientam-se em 2002 para uma menor diferença entre sexos, para além de uma diminuição geral (quadro 98).

**Quadro 98** População jovem (15-29 anos) empregada, por sexo, segundo o tipo de contrato, em 2000 e 2002 (%)

Tipo de contrato	2000			2002		
	H	M	HM	H	M	HM
Contrato sem termo (permanente)	67,4	64,0	65,8	63,6	62,4	63,1
Contrato a termo	30,7	34,3	32,4	33,5	35,0	34,2
Situação residual	1,9	1,7	1,8	0,5	0,6	0,5
Contrato de trab. por tempo indeterminado p/ cedência temporária	*	*	*	0,7	0,5	0,6
Contrato de trab. a termo p/cedência temporária	*	*	*	1,7	1,5	1,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DGEEP, Quadros de Pessoal, Outubro de 1998, 1999, 2000 e 2002.

\* Categorias não existentes em 2000.

De que forma as qualificações escolares se relacionarão com o tipo de vínculo contratual? A primeira parte do quadro 99, que compreende o peso relativo segundo o total por tipo de contrato, evidencia uma distribuição repartida entre ambos os tipos de contrato, concentrada nas qualificações escolares maioritárias na população jovem portuguesa, ou seja, as qualificações que compreendem o 2.º e o 3.º ciclo, e o ensino secundário. O contrato a termo apresenta um valor ligeiramente mais alto no 3.º ciclo, e o contrato permanente no 2.º ciclo. Por outro lado, se se observar a partir do total por qualificação, o vínculo a termo certo, ou seja, menos estável, apresenta um peso superior apenas nos jovens que não sabem ler nem escrever; e as restantes qualificações detêm sempre uma percentagem mais elevada de jovens com contratos sem termo, em particular no 1.º e 2.º ciclo.

**Quadro 99** População jovem (15-29 anos) empregada, por tipo de contrato, segundo o nível de qualificação escolar, em 2002 (%)

Nível de qualificação escolar	2002 (% sobre tipo de contrato)				2002 (% sobre nível de qualificação)				Total
	Contrato s/ termo	Contrato a termo	C. temp. ind. ced. temp.	C. termo p/ ced. temp.	Contrato s/ termo	Contrato a termo	C. temp. ind. ced. temp.	C. termo p/ ced. temp.	
Não sabe ler	0,2	0,5	0,1	0,0	41,3	58,3	0,2	0,3	100,0
Não possui grau	0,6	0,8	0,4	2,3	54,6	39,6	0,4	5,4	100,0
Ens. básico 1.º ciclo	12,0	9,6	14,3	12,3	68,0	29,4	0,8	1,8	100,0
Ens. básico 2.º ciclo	26,7	19,3	17,6	13,9	70,9	27,7	0,5	0,9	100,0
Ens. básico 3.º ciclo	23,4	28,5	27,9	28,8	58,6	38,8	0,7	1,9	100,0
Ens. secundário	23,2	27,1	28,7	24,2	59,7	37,9	0,7	1,6	100,0
Bacharelato	2,7	2,5	1,7	1,0	65,5	33,5	0,4	0,6	100,0
Licenciatura	7,9	7,3	7,0	3,8	65,7	32,9	0,6	0,8	100,0
Desconhecido	3,3	4,4	2,3	13,6	54,9	39,0	0,4	5,8	100,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	63,4	34,4	0,6	1,6	100,0

Fonte: DGEEP, Quadros de Pessoal, Outubro de 1998, 1999, 2000 e 2002.

Uma análise por profissões revela, por sua vez, que é entre os operários que se encontra a maior percentagem de trabalhadores jovens com contrato sem termo; e que é no pessoal dos serviços e vendedores que existe o maior número de trabalhadores com vínculo a termo determinado (quadro 100). O pessoal administrativo tem o maior peso nos contratos de trabalho individuais e não individuais para cedência temporária.

**Quadro 100** População jovem (15-29 anos) empregada, por tipo de contrato, segundo a profissão, em 2000 e 2002 (% sobre o tipo de contrato)

Profissão	2000		2002			
	Contrato s/ termo	Contrato a termo	Contrato s/ termo	Contrato a termo	C. temp. ind. ced. temp.*	C.termo p/ ced. temp.*
Q. Sup. Adm. Pública, Dirig. Q.S. Empresas	1,4	0,5	1,5	0,5	0,5	0,1
Especialistas Prof. Intelectuais e Científicas	4,2	4,1	5,2	4,5	2,6	1,5
Técnicos e Profissionais Nível Intermédio	8,8	8,9	9,5	8,8	3,7	4,9
Pessoal Adm. e Similares	17,1	19,6	17,6	15,7	26,8	33,4
Pessoal dos Serviços e Vendedores	16,8	23,5	17,9	25,5	15,2	9,7
Agricultores e Trab. Qualif. Agric. Pescas	1,0	0,8	1,0	1,1	0,2	0,1
Operários, Artífices e Trab. Similares	28,6	15,3	26,6	17,5	18,1	18,8
Operadores Inst. Máquinas Trab. Montagem	9,6	9,5	9,2	9,4	9,6	13,9
Trab. Não Qualificados	12,6	17,8	11,6	17,1	23,2	17,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DGEEP, Quadros de Pessoal, Outubro de 2000 e 2002.

\* Categorias não existentes em 2000.

Se se observar a distribuição relativa sobre o total de jovens em cada categoria profissional (quadro 101), salienta-se que, em nenhuma categoria, a percentagem de contrato a termo é superior à relativa ao contrato sem termo, ou seja, este último é claramente predominante.

**Quadro 101** População jovem (15-29 anos) empregada, por tipo de contrato, segundo a profissão, em 2000 e 2002 (% sobre a profissão)

Profissão	2000			2002				
	Contrato s/ termo	Contrato a termo	Total	Contrato s/ termo	Contrato a termo	C. temp. ind. ced. temp.	C. termo p/ ced. temp.	Total
Q. Sup. Adm. Pública, Dirig. Q.S. Empresas	84,2	15,8	100,0	84,9	14,6	0,3	0,2	100,0
Especialistas Prof. Intelectuais e Científicas	67,8	32,2	100,0	67,2	31,9	0,3	0,5	100,0
Técnicos e Profissionais Nível Intermediário	66,9	33,1	100,0	65,4	33,4	0,3	0,9	100,0
Pessoal Adm. e Similares	64,2	35,8	100,0	64,2	31,6	1,0	3,3	100,0
Pessoal dos Serviços e Vendedores	59,3	40,7	100,0	55,3	43,4	0,5	0,8	100,0
Agricultores e Trab. Qualif. Agric. Pescas	71,6	28,4	100,0	61,9	37,8	0,2	0,2	100,0
Operários, Artífices e Trab. Similares	79,3	20,7	100,0	72,0	26,1	0,5	1,4	100,0
Operadores Inst. Máquinas Trab. Montagem	67,4	32,6	100,0	62,2	34,7	0,7	2,5	100,0
Trab. Não Qualificados	59,2	40,8	100,0	53,4	43,4	1,1	2,2	100,0
Total	67,2	32,8	100,0	63,0	34,7	0,6	1,7	100,0

Fonte: DGEEP, Quadros de Pessoal, Outubro de 2000 e 2002.

No entanto, algumas distribuições são mais aproximadas – nomeadamente, no pessoal dos serviços e vendedores, e nos trabalhadores não qualificados; enquanto que outras distribuições são mais contrastantes – nos quadros superiores e nos operários (apesar do decréscimo apresentando nesta categoria entre 2000 e 2002), os contratos sem termo superam em muito os contratos a termo.

Em termos de tipo de contrato por área de actividade, pode salientar-se que, mais uma vez, em todas as áreas, o contrato de trabalho permanente é mais significativo que o contrato com termo (quadro 102). Exceptuam-se os trabalhadores dos organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais, inteiramente detentores de contratos a termo.

A distância entre os tipos de contrato é maior em áreas como as actividades financeiras (56% de diferença), a indústria extractiva e transformadora (43%) e a pesca (45,7%), onde os contratos sem termo são claramente predominantes.

No extremo oposto, com um relativo equilíbrio entre a população que goza de ambos os perfis de contrato, encontram-se os sectores do alojamento e restauração e a educação (com uma diferença de respectivamente 6,8 e 14,3%).

**Quadro 102** População jovem (15-29 anos) empregada, por tipo de contrato, segundo o sector de actividade, em 2000 e 2002 (%)

Actividade	2002					
	Contrato sem termo	Contrato a termo	C. temp. ind. ced. temp.*	C.termo p/ ced. temp.*	Residual	Total
Agricultura	64,8	33,3	0,0	0,0	1,8	59,21
Pesca	72,9	27,1	0,0	0,0	0,0	00,0
Indústria extractiva	71,7	28,2	0,0	0,0	0,1	100,0
Indústria transformadora	71,1	27,9	0,2	0,0	0,8	100,0
Produção e distribuição de electricidade, gás e água	69,3	29,6	0,0	0,0	1,1	100,0
Construção	62,8	36,4	0,0	0,0	0,8	100,0
Comércio, reparação veículos, bens uso pessoal doméstico	62,3	37,5	0,0	0,0	0,2	100,0
Alojamento e restauração	53,3	46,5	0,0	0,0	0,2	100,0
Transportes, armazenagem e comunicações	64,1	35,6	0,2	0,0	0,1	100,0
Actividades financeiras	78,3	21,7	0,0	0,0	0,0	100,0
Act. imobiliárias, alugueres e serviços prest. às empresas	48,3	32,1	4,8	14,4	0,3	100,0
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	75,9	22,5	0,0	0,0	1,5	100,0
Educação	56,7	42,4	0,1	0,0	0,9	100,0
Saúde e acção social	60,6	38,3	0,1	0,0	1,0	100,0
Outras act. serviços colectivos, sociais e pessoais	60,8	38,6	0,3	0,0	0,3	100,0
Organismos intern. outras inst. extra-territoriais	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0
<b>Total</b>	<b>63,1</b>	<b>34,2</b>	<b>0,6</b>	<b>1,6</b>	<b>0,5</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DGEEP, Quadros de Pessoal, Outubro de 2002.

Ainda segundo os Quadros de Pessoal (DGEEP), as empresas onde os jovens estão inseridos são, predominantemente, e de modo ligeiramente crescente entre 1998 e 2002, de pequena dimensão, aliás à semelhança do que acontece com a população em geral, tal como pode ser verificado no quadro 103. Em termos gerais, mais de 50% da população empregada, jovem e adulta, concentra-se em empresas com menos de 50 trabalhadores e, nestas, correspondendo o peso mais significativo a empresas até aos 9 trabalhadores, ou seja, micro-empresas. O volume de jovens sobressai, depois, ligeiramente em empresas de muito grande dimensão (1000 ou mais trabalhadores).

**Quadro 103** População empregada, por dimensão da empresa, segundo o grupo etário, em 1998, 1999, 2000 e 2002 (%)

Ano		0 a 9	10 a 19	20 a 49	50 a 99	100 a 199	200 a 399	400 a 499	500 a 999	1000 ou +	Total
1998	15-19	25,2	13,3	17,8	12,1	9,1	6,3	1,4	4,5	10,2	100,0
	20- 24	26,1	12,1	15,5	10,2	9,1	7,1	1,8	4,7	13,2	100,0
	25-29	25,0	12,1	15,6	10,4	9,4	7,3	1,8	5,0	13,4	100,0
	15-29	25,5	12,2	15,8	10,5	9,2	7,1	1,8	4,8	12,9	100,0
	30 e +	24,4	11,2	14,5	10,3	9,4	7,4	2,5	5,5	14,7	100,0
1999	15-19	25,3	13,4	17,4	11,9	8,7	6,2	1,5	4,1	11,4	100,0
	20- 24	25,9	12,4	15,4	10,2	8,8	7,1	1,7	4,9	13,6	100,0
	25-29	25,0	12,3	15,5	10,5	9,3	7,2	1,9	4,9	13,4	100,0
	15-29	25,4	12,5	15,7	10,5	9,0	7,0	1,8	4,8	13,3	100,0
	30 e +	25,6	13,3	17,3	11,7	7,6	6,5	1,3	3,6	13,0	100,0
2000	15-19	25,6	13,3	17,3	11,7	7,6	6,5	1,3	3,6	13,0	100,0
	20- 24	26,6	12,5	15,3	10,2	8,1	7,0	1,7	4,6	14,0	100,0
	25-29	26,0	12,4	15,7	10,5	8,7	7,1	1,8	4,7	13,0	100,0
	15-29	26,2	12,6	15,7	10,5	8,4	7,0	1,7	4,5	13,4	100,0
	30 e +	26,4	12,0	15,0	10,4	8,9	7,3	2,1	4,6	13,3	100,0
2002	15-19	27,9	14,7	18,3	10,5	6,9	5,6	1,5	3,9	10,9	100,0
	20- 24	28,6	13,7	16,0	9,5	7,3	6,7	1,8	4,4	12,0	100,0
	25-29	27,2	13,2	16,0	9,7	8,1	7,0	2,0	4,2	12,6	100,0
	15-29	27,7	13,5	16,2	9,7	7,7	6,7	1,9	4,2	12,2	100,0
	30 e +	28,4	12,9	15,5	9,5	8,3	6,8	1,9	4,4	12,2	100,0

Fonte: DGEEP, Quadros de Pessoal, Outubro de 1998, 1999, 2000 e 2002.

Analisa-se de seguida o regime de duração do trabalho, que compreende o trabalho a tempo completo ou a tempo parcial. De acordo com dados do Inquérito ao Emprego (quadro 104), comparando, inicialmente, os valores de jovens e adultos, confirma-se a existência de uma esmagadora percentagem em regime de trabalho a tempo completo. Mesmo assim, é nos jovens que a sua expressividade é superior (entre 93,1% e 94,7%). Significa que o trabalho a tempo parcial, tendo um peso diminuto no nosso país, é ainda menos expressivo entre os jovens. De facto, a percentagem dos que exercem a sua profissão neste regime é praticamente metade da correspondente para os adultos. Com algumas oscilações ao longo dos anos em análise, esta percentagem mantém-se relativamente estável.

**Quadro 104** População empregada, segundo o regime de trabalho, por grupo etário e sexo, em 1998-2004 (%)

Ano	Regime de trabalho	15-19	20-24	25-29	Jovens			Adultos		
					M	F	Total	M	F	Total
1998	Completo	91,1	93,9	94,0	96,1	90,6	93,6	92,9	79,8	87,1
	Parcial	8,9	6,1	6,0	3,9	9,4	6,4	7,1	20,2	12,9
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1999	Completo	90,1	92,9	94,6	95,6	90,6	93,4	92,8	80,6	87,3
	Parcial	9,9	7,1	5,4	4,4	9,4	6,6	7,2	19,4	12,7
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2000	Completo	91,5	94,8	95,3	96,6	92,4	94,7	92,8	80,5	87,3
	Parcial	8,5	5,2	4,7	3,4	7,6	5,3	7,2	19,5	12,7
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2001	Completo	91,9	94,0	95,9	96,4	92,6	94,7	92,0	80,2	86,6
	Parcial	8,1	6,0	4,1	3,6	7,4	5,3	8,0	19,8	13,4
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2002	Completo	89,4	93,5	95,0	95,7	91,7	93,9	91,8	80,9	86,9
	Parcial	10,6	6,5	5,0	4,3	8,3	6,1	8,2	19,1	13,1
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2003	Completo	86,6	91,8	94,9	95,5	90,2	93,1	92,0	80,3	86,7
	Parcial	13,4	8,2	5,1	4,5	9,8	6,9	8,0	19,7	13,3
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2004	Completo	88,3	92,2	95,4	95,5	91,6	93,7	92,2	81,6	87,4
	Parcial	11,7	7,8	4,6	4,5	8,4	6,3	7,8	18,4	12,6
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Se nos debruçarmos sobre as diferenças no interior do grupo juvenil, verificamos que são os jovens entre os 15 e os 19 anos os que mais trabalham a tempo parcial e que o peso deste regime vai diminuindo à medida que avançamos para os outros escalões etários. Constatamos ainda que, quer entre estes, quer entre os de 20 a 24 anos o tempo parcial adquire maior expressão entre 1998 e 2004, ao passo que na faixa etária menos jovem (25-29 anos) o seu peso decresce.

A distribuição do tempo parcial segundo o sexo dos trabalhadores segue padrões idênticos na população jovem e na adulta, com as trabalhadoras a assumirem uma clara primazia neste regime. No entanto, a percentagem de jovens do sexo feminino a exercer a sua profissão a tempo parcial é bastante inferior à percentagem homóloga das adultas, que duplica a das primeiras.

A observação da distribuição, em termos regionais, do regime de duração do trabalho entre os jovens empregados, em 2004 (quadro 105), permite-nos constatar que o trabalho a tempo parcial assume maior expressão em Lisboa e Vale do Tejo, seguida do Centro e do Alentejo. Muito aquém da média nacional encontra-se o Norte e as Regiões Autónomas, sobretudo a Madeira.

**Quadro 105** População jovem (15-29 anos) empregada, segundo o regime de trabalho, por região, em 2004 (%)

Regime de trabalho	Norte	Centro	Lisboa V. T.	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Tempo completo	95,3	92,7	92,1	93,1	93,9	95,3	96,3
Tempo parcial	4,7	7,3	7,9	6,9	6,1	4,7	3,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

A observação dos dados dos Quadros de Pessoal, a partir do quadro 106, revela também, em primeiro lugar, a muito fraca expressão do trabalho a tempo parcial na população empregada. Segundo esta fonte, este regime revela uma ligeira predominância nos jovens entre os 15 e os 29 anos, por comparação com os valores verificados na população adulta, embora o ligeiro crescimento do seu peso relativo entre 2000 e 2002 tenha sido inferior nos jovens.

**Quadro 106** População jovem (15-29 anos) e adulta (30-75 anos) empregada, segundo o regime de duração do trabalho, em 2000 e 2002 (%)

Regime de duração do trabalho	2000		2002	
	15-29	30-75	15-29	30-75
A tempo completo	96,4	97,4	96,3	97,1
A tempo parcial	3,6	2,6	3,7	2,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DGEEP, Quadros de Pessoal, Outubro de 2000 e 2002.

O trabalho a tempo parcial é mais frequente na população entre os 15 e os 19 anos, e vai diminuindo progressivamente com o aumento da idade (quadro 107). Não obstante, entre 2000 e 2002 verificou-se na faixa etária mais jovem um ligeiro decréscimo deste regime de trabalho, ao mesmo tempo que nas outras duas faixas se verificou um ligeiro aumento, talvez indiciando mudanças quer nos regimes de trabalho assumidos, quer uma maior articulação entre formação e actividade profissional.

**Quadro 107** População jovem (15-29 anos) empregada, por grupo etário, segundo o regime de duração do trabalho, em 2000 e 2002 (%)

Regime de duração do trabalho	2000			2002		
	15-19	20-24	25-29	15-19	20-24	25-29
A tempo completo	92,4	95,6	97,9	92,6	95,4	97,5
A tempo parcial	7,6	4,4	2,1	7,4	4,6	2,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DGEEP, Quadros de Pessoal, Outubro de 2000 e 2002.

Em termos de distribuição dos dois sexos (quadro 108), assinala-se a preponderância das jovens no trabalho a tempo parcial. O ligeiro aumento verificado neste tipo de trabalho atinge, contudo, ambos os sexos.

**Quadro 108** População jovem (15-29 anos) empregada, por sexo, segundo o regime de duração do trabalho, em 2000 e 2002 (%)

Regime de duração do trabalho	2000			2002		
	H	M	HM	H	M	HM
A tempo completo	97,8	94,7	96,4	97,7	94,6	96,3
A tempo parcial	2,2	5,3	3,6	2,3	5,4	3,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DGEEP, Quadros de Pessoal, Outubro de 2000 e 2002.

As qualificações dos jovens trabalhadores, segundo o regime de duração de trabalho, revelam ainda que o trabalho a tempo parcial se dá sobretudo entre os detentores da escolaridade obrigatória e do ensino secundário (quadro 109). A evolução entre 2000 e 2002 ocorre, no entanto, essencialmente entre os jovens com o 3.º ciclo e com licenciatura. De registar também um aumento entre os jovens detentores do 1.º ciclo.

**Quadro 109** População jovem (15-29 anos) empregada, por regime de duração do trabalho, segundo o nível de qualificação escolar, em 2000 e 2002 (%)

Nível de qualificação escolar	2000			2002		
	A tempo completo	A tempo parcial	Total	A tempo completo	A tempo parcial	Total
Não sabe ler	0,2	0,1	0,2	0,3	0,4	0,3
Não possui grau	0,6	0,4	0,6	0,8	0,5	0,8
Ens. básico 1.º ciclo	14,7	8,9	14,5	12,1	10,4	12,1
Ens. básico 2.º ciclo	29,3	10,4	28,6	26,0	8,9	25,3
Ens. básico 3.º ciclo	22,1	27,2	22,3	25,9	28,9	26,0
Ens. secundário	24,2	45,6	25,0	24,6	40,7	25,2
Bacharelato	2,3	2,0	2,3	2,7	3,0	2,7
Licenciatura	6,6	5,4	6,5	7,7	7,3	7,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DGEEP, Quadros de Pessoal, Outubro de 1998, 1999, 2000 e 2002.

Relativamente às profissões, é no pessoal dos serviços e vendedores que se encontra a larga maioria dos trabalhadores a tempo parcial. Estes cresceram, no entanto, entre 2000 e 2002, nos especialistas e profissionais intelectuais e científicos, nos operários e nos trabalhadores não qualificados (quadro 110).

**Quadro 110** População jovem (15-29 anos) empregada, por regime de duração do trabalho, segundo a profissão, em 2000 e 2002 (%)

Profissão	2000			2002		
	A tempo completo	A tempo parcial	Total	A tempo completo	A tempo parcial	Total
Q. Sup. Adm. Pública, Diríg. Q. S. Empresas	1,1	0,3	1,1	1,1	0,3	1,1
Especialistas Prof. Intelectuais e Científicas	4,0	3,9	4,0	4,7	5,9	4,8
Técnicos e Profissionais Nível Intermédio	9,0	4,0	8,8	9,2	3,4	9,0
Pessoal Adm. e Similares	18,0	16,3	18,0	17,5	13,9	17,4
Pessoal dos Serviços e Vendedores	17,0	54,7	18,5	18,7	52,2	19,9
Agricultores e Trab. Qualif. Agric. Pescas	1,0	0,6	0,9	1,0	0,8	1,0
Operários, Artífices e Trab. Similares	25,8	1,9	24,9	24,6	4,0	23,8
Operadores Inst. Máquinas Trab. Montagem	9,8	0,9	9,5	9,6	0,8	9,3
Trab. Não Qualificados	14,1	17,3	14,3	13,5	18,6	13,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DGEEP, Quadros de Pessoal, Outubro de 2000 e 2002.

Em termos regionais, é em Lisboa e Vale do Tejo que se encontra o maior número de trabalhadores jovens a tempo parcial (5,2% em 2002), seguindo-se o Algarve (3,4%). As regiões Norte e Centro registaram, ao contrário das restantes regiões, um ligeiro aumento entre 2000 e 2002 (quadro 111).

**Quadro 111** População jovem (15-29 anos) empregada, por regime de duração do trabalho, segundo a região, em 2000 e 2002 (%)

Região	2000			2002		
	A tempo completo	A tempo parcial	Total	A tempo completo	A tempo parcial	Total
Norte	97,4	2,6	100,0	97,3	2,7	100,0
Centro	97,6	2,4	100,0	97,2	2,8	100,0
Lisboa e Vale do Tejo	94,6	5,4	100,0	94,8	5,2	100,0
Alentejo	96,9	3,1	100,0	97,3	2,7	100,0
Algarve	95,8	4,2	100,0	96,6	3,4	100,0
Total	94,4	3,6	100,0	96,3	3,7	100,0

Fonte: DGEEP, Quadros de Pessoal, Outubro de 2000 e 2002.

Outra dimensão a ter em conta na análise da estrutura do emprego juvenil é o escalão de duração do trabalho, ou seja, o número de horas semanais de trabalho. No quadro 112 é possível observar a evolução do escalão entre 1998 e 2002, na população jovem e adulta, a partir dos dados dos Quadros de Pessoal. Verifica-se desde logo que os jovens têm uma maior expressão nos escalões de inferior duração, até às 30 horas

semanais de trabalho. Apesar da diminuição, ao longo do período exposto, da percentagem de trabalhadores posicionados no escalão 31 a 35 horas, eles são sobretudo adultos; o que acontece também no escalão mais comum, entre as 36 e as 40 horas. As diferenças registadas em 2002 tendem a ser menores, ou mesmo inexistentes (como é o caso do escalão 41 a 44 horas), entre ambas as populações.

**Quadro 112** População jovem (15-29 anos) e adulta (30-75 anos) empregada, segundo o escalão de duração do trabalho, em 1998-2002 (%)

Escalão de duração do trabalho	1998		1999		2000		2002	
	15-29	30-75	15-29	30-75	15-29	30-75	15-29	30-75
Menos de 15 h	2,6	2,4	2,3	2,2	2,6	2,4	3,2	2,7
15 a 30 h	7,6	5,5	8,0	5,7	8,4	6,0	8,4	6,1
31 a 35 h	7,1	9,8	9,9	13,0	7,9	9,8	5,7	6,2
36 a 40 h	80,4	79,7	78,2	77,4	80,2	80,8	80,2	82,5
41 a 44 h	2,3	2,6	1,5	1,6	0,9	1,1	2,5	2,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DGEEP, Quadros de Pessoal, Outubro de 1998, 1999, 2000 e 2002.

Tal como, de algum modo, tinha sido perceptível na análise do regime de duração do trabalho, são essencialmente os jovens entre os 15 e os 19 anos quem trabalha nos escalões inferiores de duração do trabalho. No quadro 113, verifica-se inclusivamente um aumento ao longo dos anos, sobretudo no escalão 15 a 30 horas. Entre os 25 e os 29 anos, o escalão mais comum situa-se entre as 36 e as 40 horas.

**Quadro 113** População jovem (15-29 anos) empregada, por grupo etário, segundo o escalão de duração do trabalho, em 1998-2002 (%)

Escalão de duração do trabalho	1998			1999			2000			2002		
	15-19	20-24	25-29	15-19	20-24	25-29	15-19	20-24	25-29	15-19	20-24	25-29
Menos de 15h	4,6	2,7	2,0	4,2	2,4	1,8	4,6	2,8	2,1	5,7	3,5	2,5
15 a 30h	11,6	8,3	5,9	12,6	8,8	6,3	13,5	9,3	6,5	14,0	9,7	6,6
31 a 35h	5,0	5,9	8,7	7,3	8,7	11,6	5,5	6,6	9,4	5,8	5,1	6,1
36 a 40h	76,6	80,7	81,0	74,6	78,6	78,8	75,6	80,4	81,1	72,3	79,1	82,2
41 a 44h	2,2	2,4	2,3	1,2	1,5	1,6	0,8	0,9	0,9	2,1	2,5	2,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DGEEP, Quadros de Pessoal, Outubro de 1998, 1999, 2000 e 2002.

São sobretudo as jovens quem trabalha nos escalões inferiores de duração do trabalho, existindo uma diferença significativa entre o número de jovens do sexo masculino e feminino que trabalham 36 a 40 horas por semana – os jovens têm uma expressão mais significativa (quadro 114). Neste escalão, as diferenças entre sexos são, entre 1998 e 2000, na ordem dos 4,5%, diminuindo em 2002 para 3,8%.

**Quadro 114** População jovem (15-29 anos) empregada, por sexo, segundo o escalão de duração do trabalho, em 1998-2002 (%)

Escalão de duração do trabalho	1998			1999			2000			2002		
	H	M	HM									
Menos de 15h	2,2	3,0	2,6	2,0	2,6	2,3	2,3	3,0	2,6	2,9	3,6	3,2
15 a 30h	6,3	9,0	7,6	6,7	9,4	8,0	7,0	9,9	8,4	7,4	9,7	8,4
31 a 35h	6,7	7,7	7,1	9,3	10,6	9,9	7,2	8,7	7,9	5,2	6,4	5,7
36 a 40h	82,3	78,1	80,4	80,4	75,9	78,2	82,5	77,6	80,2	81,9	78,1	80,2
41 a 44h	2,5	2,2	2,3	1,6	1,5	1,5	1,0	0,8	0,9	2,7	2,3	2,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DGEEP, Quadros de Pessoal, Outubro de 1998, 1999, 2000 e 2002.

Outro indicador pertinente para a análise da estrutura de emprego juvenil é a antiguidade no posto de trabalho. Neste âmbito, salienta-se uma predominância da população jovem nos escalões inferiores (quadro 115) – 95% dos jovens estavam, em 2002, há menos de 4 anos no seu posto de trabalho, valor aliás superior ao registado em 1998, 79,7%. O mesmo aumento não se verifica, porém, no escalão de antiguidade entre os 5 e os 9 anos. Em 1998, 16,8% dos jovens encontravam-se nesse escalão, enquanto em 2002 esse número desceu para os 11,9%.

**Quadro 115** População jovem (15-29 anos) empregada, segundo o escalão de antiguidade na empresa, em 1998-2002 (%)

Escalão de antiguidade na empresa	1998	1999	2000	2002
Menos de 1 ano	36,6	34,7	37,6	35,6
1 a 4 anos	43,1	46,2	45,5	49,5
5 a 9 anos	16,8	15,1	13,1	11,9
10 ou mais anos	3,5	3,9	3,8	3,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DGEEP, Quadros de Pessoal, Outubro de 1998, 1999, 2000 e 2002.

De acordo com o quadro 116, no seio da população jovem, as alterações entre 1998 e 2002 dão-se, sobretudo, nos níveis de antiguidade superior-

res. No escalão 5 a 9 anos, a população entre os 25 e os 29 anos apresenta uma descida de 8,9%; e os jovens entre os 20 e os 24 anos, 7,9%, reduzindo em metade a sua expressão. O escalão 1 a 4 anos regista, contudo, uma ligeira subida na generalidade dos grupos etários.

**Quadro 116** População jovem (15-29 anos) empregada, por grupo etário, segundo o escalão de antiguidade na empresa, em 1998-2002 (%)

Escalão de antiguidade na empresa	1998			1999			2000			2002		
	15-19	20-24	25-29	15-19	20-24	25-29	15-19	20-24	25-29	15-19	20-24	25-29
Menos de 1 ano	62,4	41,0	26,5	60,0	39,2	25,4	63,9	42,2	28,2	61,9	40,8	27,6
1 a 4 anos	37,4	45,5	42,6	39,7	49,2	45,3	36,0	48,4	45,4	38,1	51,9	49,8
5 a 9 anos	0,3	13,1	23,9	0,2	11,2	21,8	0,1	9,0	19,2	0,0	7,2	17,0
10 ou mais anos	0,0	0,4	7,0	0,0	0,5	7,6	0,0	0,4	7,2	0,0	0,1	5,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DGEEP, Quadros de Pessoal, Outubro de 1998, 1999, 2000 e 2002.

As jovens demonstram uma menor presença no escalão de antiguidade mais baixo, um equilíbrio progressivo face ao sexo masculino no escalão intermédio, e uma presença mais expressiva, indicadora de uma maior estabilidade, nos escalões superiores; não obstante o decréscimo verificado, nos dois sexos, entre 1998 e 2002 (quadro 117).

**Quadro 117** População jovem (15-29 anos) empregada, por sexo, segundo o escalão de antiguidade na empresa, em 1998-2002 (%)

Escalão de antiguidade na empresa	1998			1999			2000			2002		
	H	M	HM									
Menos de 1 ano	36,8	36,2	36,6	35,2	34,2	34,7	38,3	36,9	37,6	36,5	34,4	35,6
1 a 4 anos	44,0	42,2	43,1	46,8	45,5	46,2	45,7	45,3	45,5	49,2	49,7	49,5
5 a 9 anos	15,8	17,8	16,8	14,3	16,1	15,1	12,5	13,8	13,1	11,4	12,5	11,9
10 ou mais anos	3,4	3,7	3,5	3,7	4,2	3,9	3,5	4,0	3,8	2,9	3,4	3,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DGEEP, Quadros de Pessoal, Outubro de 1998, 1999, 2000 e 2002.

Os sectores de actividade onde se verifica uma permanência mais curta dos trabalhadores jovens são, para os dois anos expostos, a pesca, o alojamento e restauração e as actividades imobiliárias (quadro 118). As actividades financeiras, a produção e distribuição de energias, a construção e, em larga medida, a indústria transformadora, demonstram uma maior capacidade de fixação, entre 1 a 4 anos. As indústrias, no seu conjunto, revelam a maior proporção de trabalhadores jovens nos escalões a partir dos 5 anos. Um caso curioso são as famílias com empregados

domésticos, cujos trabalhadores jovens se encontravam, em 1998, maioritariamente no escalão 5 a 9 anos, e volvidos 4 anos, se situam repartidos nos dois escalões de duração mais curta.

**Quadro 118** População jovem (15-29 anos) empregada, por escalão de antiguidade na empresa, segundo o sector de actividade, em 1998 e 2002 (%)

Actividade	1998					2002				
	Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 9 anos	10 ou mais anos	Total	Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 9 anos	10 ou mais anos	Total
Agricultura	43,2	41,1	13,3	2,4	100,0	44,3	44,9	9,1	1,7	100,0
Pesca	51,4	38,5	8,8	1,3	100,0	48,4	42,3	8,2	1,1	100,0
Indústria extractiva	36,8	42,5	17,7	3,0	100,0	30,6	53,3	12,5	3,6	100,0
Indústria transformadora	26,5	43,2	23,2	7,1	100,0	24,5	49,0	19,0	7,6	100,0
Produção distrib. electricidade, gás e água	24,5	60,9	13,1	1,6	100,0	30,8	57,7	10,9	0,7	100,0
Construção	41,2	43,7	13,1	2,0	100,0	42,2	48,4	7,7	1,7	100,0
Comércio, reparação veículos e bens	37,8	44,9	15,3	2,0	100,0	36,5	50,3	11,2	1,9	100,0
Alojamento e restauração	50,5	38,7	9,6	1,1	100,0	47,1	44,2	7,6	1,1	100,0
Transportes, armazenagem e comunicações	38,6	47,7	13,0	0,7	100,0	33,3	55,6	10,4	0,7	100,0
Actividades financeiras	29,7	54,5	15,6	0,2	100,0	25,6	62,0	11,8	0,5	100,0
Act. imobiliárias, alugueres, serviços	57,2	35,5	7,0	0,3	100,0	49,1	45,3	5,2	0,4	100,0
Administração pública, defesa...	38,0	46,2	15,3	0,5	100,0	35,0	58,7	5,8	0,5	100,0
Educação	38,5	46,8	13,9	0,8	100,0	34,0	56,3	8,9	0,8	100,0
Saúde e acção social	36,9	46,2	15,8	1,2	100,0	32,3	55,6	10,9	1,1	100,0
Outras act. serviços col., sociais e pessoais	41,5	43,5	13,7	1,3	100,0	37,8	51,8	9,4	1,0	100,0
Famílias com empregados domésticos	0,0	0,0	100,0	0,0	100,0	50,0	50,0	0,0	0,0	100,0
Total	36,6	43,1	16,8	3,5	100,0	35,6	49,5	11,9	3,1	100,0

Fonte: DGEEP, Quadros de Pessoal, Outubro de 1998 e 2002.

Em termos profissionais, as categorias superiores tendem a posicionar-se no escalão de antiguidade entre 1 a 4 anos e, excluindo os especialistas e profissionais intelectuais e científicos, de forma mais acentuada que as restantes, entre os 5 e os 9 anos (quadro 119). Os trabalhadores não qualificados, o pessoal dos serviços e vendedores e os agricultores possuem a menor antiguidade, dominando o escalão menos de 1 ano. Por seu turno, os operários e operadores de máquinas, concentrando-se no escalão 1 a 4 anos, mantêm valores um pouco mais altos que as restantes categorias nos escalões de maior antiguidade.

**Quadro 119** População jovem (15-29 anos) empregada, por escalão de antiguidade na empresa, segundo a profissão, em 1998 e 2002 (%)

Profissão	1998					2002				
	Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 9 anos	10 ou mais anos	Total	Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 9 anos	10 ou mais anos	Total
Q. Sup. Adm. Pública, Dirig. Q. S. Empresas	28,2	54,7	15,4	1,7	100,0	28,6	57,8	12,4	1,3	100,0
Especialistas Prof. Intelectuais e Científicas	41,7	51,2	6,7	0,3	100,0	32,6	61,8	5,3	0,3	100,0
Técnicos e Profissionais Nível Intermédio	39,3	45,6	13,8	1,3	100,0	31,5	56,3	10,8	1,4	100,0
Pessoal Adm. e Similares	35,4	44,9	17,8	1,9	100,0	35,2	51,4	11,9	1,5	100,0
Pessoal dos Serviços e Vendedores	43,1	42,3	13,0	1,6	100,0	42,3	46,7	9,6	1,5	100,0
Agricultores e Trab. Qualif. Agric. Pescas	45,7	40,2	12,0	2,1	100,0	48,4	41,4	8,4	1,9	100,0
Operários, Artífices e Trab. Similares	26,0	40,0	25,6	8,4	100,0	29,4	47,0	16,1	7,4	100,0
Operadores Inst. Máquinas Trab. Montagem	26,3	46,1	21,9	5,6	100,0	29,0	47,9	17,9	5,1	100,0
Trab. Não Qualificados	45,1	39,5	12,8	2,6	100,0	45,1	45,3	7,7	1,9	100,0
Total	35,3	43,0	17,8	3,9	100,0	35,4	49,4	12,0	3,2	100,0

Fonte: DGEEP, Quadros de Pessoal, Outubro de 2000 e 2002.

A análise por qualificações escolares comprova uma concentração dos jovens com o 1.º e 2.º ciclos nos escalões de maior antiguidade, tanto em 1998 como em 2002 (quadro 120). Os jovens com a escolaridade obrigatória e com o ensino secundário revelam um aumento, em 2002, nos escalões intermédios de antiguidade; e os jovens licenciados tendem a posicionar-se nos dois primeiros escalões. Esta distribuição é consonante com o momento de entrada no mercado de trabalho, geralmente mais tardia para os mais qualificados.

**Quadro 120** População jovem (15-29 anos) empregada, por escalão de antiguidade na empresa, segundo o nível de qualificação escolar, em 1998 e 2002 (%)

Nível de qualificação escolar	1998					2002				
	Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 9 anos	10 ou mais anos	Total	Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 9 anos	10 ou mais anos	Total
Não sabe ler	0,2	0,1	0,2	0,2	0,1	0,4	0,2	0,1	0,2	0,3
Não possui grau	0,6	0,6	0,7	0,9	0,7	0,9	0,6	0,6	0,9	0,7
Ens. básico 1.º ciclo	15,7	16,3	23,0	35,3	17,9	12,3	10,6	12,9	25,3	12,0
Ens. básico 2.º ciclo	26,6	30,7	40,0	50,1	31,5	22,0	23,7	33,4	54,3	25,3
Ens. básico 3.º ciclo	22,1	19,4	15,8	8,5	19,4	28,6	25,7	23,1	12,0	26,0
Ens. secundário	25,8	24,3	17,9	4,6	23,0	25,6	26,3	25,1	6,6	25,3
Bacharelato	3,0	2,9	1,1	0,2	2,5	2,4	3,3	1,6	0,2	2,7
Licenciatura	6,0	5,7	1,3	0,3	4,8	7,8	9,5	3,1	0,5	7,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DGEEP, Quadros de Pessoal, Outubro de 1998 e 2002.

Ao finalizar esta secção, optou-se por percorrer, de modo transversal e breve, a posição dos jovens com formação de índole profissional, nos principais indicadores da estrutura do emprego juvenil, procurando circunscrever algumas das suas especificidades.

No quadro seguinte é possível observar o peso relativo dos jovens empregados com formação de índole profissional no total dos jovens trabalhadores empregados, no respectivo grau de ensino.

Verifica-se um aumento, entre 2000 e 2002, no peso relativo destes trabalhadores, na generalidade dos níveis de ensino. Eles concentram-se quer na formação equivalente ao 1.º ciclo do ensino básico, quer no ensino secundário.

**Quadro 121** População jovem (15-29 anos) empregada com qualificação escolar profissional, por grupo etário, segundo o nível de qualificação escolar, em 2000 e 2002 (%)

Nível de qualificação escolar	2000				2002			
	15-29	20-24	25-29	Total	15-29	20-24	25-29	Total
Ens. básico 1.º ciclo/índole profissional	6,4	4,5	3,1	3,9	8,8	7,3	5,8	6,5
Ens. básico 2.º ciclo/índole profissional	2,2	1,9	1,6	1,8	3,6	3,5	2,9	3,2
Ens. básico 3.º ciclo/índole técnica e profissional	2,9	4,6	6,2	4,9	3,5	5,2	6,6	5,5
Ens. secundário técnico e profissional	5,4	6,9	7,1	6,9	6,3	7,7	8,0	7,8

Fonte: DGEEP, Quadros de Pessoal, Outubro de 2000 e 2002.

O quadro 122 apresenta uma síntese das principais tendências registadas na estrutura de emprego da população juvenil com qualificação escolar profissional, por grupo etário. Os indicadores não apresentam a totalidade das categorias possíveis, apenas aquelas onde se verificavam as percentagens mais significativas de posicionamento.

Trata-se, então, de uma população sobretudo masculina, a trabalhar por conta de outrem, apesar de revelarem uma percentagem de algum significado na categoria de patrão, designadamente entre os 25 e os 29 anos. Apresentam, na sua maioria, contratos sem termo, sobretudo nos escalões etários mais elevados, e estão integrados em sectores como a indústria transformadora, a construção e, residualmente, o comércio e a restauração. São sobretudo operários, trabalhadores não qualificados, pessoal dos serviços e vendedores, a trabalhar a tempo completo, com antiguidades curtas nos postos de trabalho.

**Quadro 122** Síntese dos principais indicadores e tendências relativas à população jovem (15-29 anos) empregada com qualificação escolar profissional, em 2000 e 2002

Nível de qualificação escolar	2000			2002		
	15-19	20-24	25-29	15-19	20-24	25-29
<i>Nível qualificação escolar (n.º)</i>						
Ens. básico 1.º ciclo/índole profissional	799	1805	2025	732	2231	3255
Ens. básico 2.º ciclo/índole profissional	678	1712	1862	822	2403	3106
Ens. básico 3.º ciclo/índole técnica e profissional	953	3618	4394	1095	4520	5698
Ens. secundário técnico e profissional	791	6246	7086	717	6152	8674
<i>Sexo (%)</i>						
Sexo masculino	57,0	53,4	53,5	59,0	55,0	56,0
Sexo feminino	43,0	46,6	46,5	41,0	45,0	44,0
<i>Situação na profissão (%)</i>						
Patrão	0,1	2,1	4,9	0,2	2,3	4,9
Trabalhador por Conta de Outrem	99,8	97,8	95,0	99,6	97,6	94,9
<i>Tipo de contrato (%)</i>						
Contrato sem termo (permanente)	56,4	60,1	73,7	52,0	56,6	69,9
Contrato a termo	40,2	37,0	24,1	41,0	38,5	27,2
<i>Profissão (%)</i>						
Pessoal dos Serviços e Vendedores	19,3	17,3	13,1	21,4	18,4	13,6
Operários, Artífices e Trab. Similares	30,5	19,6	17,6	34,9	22,2	21,0
Trab. Não Qualificados	20,4	11,4	7,8	16,9	11,3	8,6
<i>Actividade (%)</i>						
Indústria transformadora	41,0	30,7	29,6	35,4	27,4	28,5
Construção	15,2	9,8	9,1	17,3	13,1	12,4
Comércio, reparação veículos, bens...	20,6	23,8	24,5	19,8	22,1	21,4
Alojamento e restauração	7,5	6,6	5,7	9,5	7,4	6,1
<i>Regime de duração de trabalho (%)</i>						
A tempo completo	93,9	95,3	97,7	96,1	97,4	98,4
A tempo parcial	6,1	4,7	2,3	3,9	2,6	1,6
<i>Duração do trabalho (%)</i>						
36 a 40h	77,8	80,9	82,8	77,8	81,2	83,8
<i>Escalão de antiguidade (%)</i>						
Menos de 1 ano	64,8	45,3	29,1	63,2	40,8	26,0
1 a 4 anos	35,1	48,5	46,7	36,8	53,4	49,9

Fonte: DGEEP, Quadros de Pessoal, Outubro de 1998, 1999, 2000 e 2002.

Como síntese final, em termos muito gerais, e de acordo com os dados analisados, a população jovem encontra colocação sobretudo em actividades como a indústria transformadora (apesar de estar, lentamente, a perder peso nesta actividade), a construção, o comércio, a reparação de veículos e bens. Nas duas primeiras encontram-se jovens entre os 15 e os

19 anos, sem qualificação formal ou com qualificações até ao 3.º ciclo, residentes no Norte, Centro e Regiões Autónomas. Nas duas últimas encontram-se jovens, em grande medida do sexo feminino, entre os 20 e os 24 anos, com o 3.º ciclo e ensino secundário, residentes em Lisboa e no Algarve.

Em ascensão está, também, a sua presença em actividades ligadas a alojamento e restauração e em actividades imobiliárias e serviços. Estas últimas, em conjunto com as actividades financeiras, reúnem, com a educação, os jovens mais qualificados, residentes em Lisboa, em grande parte.

Profissionalmente, os jovens encontram-se, em boa medida, como técnicos e profissionais de nível intermédio (dos 25 aos 29 anos, do sexo feminino), pessoal administrativo e vendedores; em expressão decrescente entre os trabalhadores não qualificados e operários (onde têm sobretudo entre 15 e 19 anos, e são menos qualificados do ponto de vista escolar); e começam a evidenciar-se nos especialistas e profissões intelectuais (dos 25 aos 29 anos). Na abordagem segundo as qualificações escolares, o grupo profissional mais heterogéneo é o que corresponde aos operários.

A grande maioria dos jovens encontra-se a trabalhar por conta de outrem (condição ainda mais significativa entre as jovens). Parte considerável beneficia de contratos permanentes, mas os contratos a termo estão em evolução e, por comparação com a população adulta, tendem a marcar progressivamente as formas de empregabilidade juvenil, nomeadamente nos jovens de idade inferior, não se diferenciando este cenário segundo os níveis de qualificação. O trabalho a tempo parcial tem uma fraca expressão entre os jovens empregados, verificando-se uma relativa estagnação do seu peso nos últimos anos. São essencialmente as jovens quem assume este regime de duração.

Nos escalões inferiores de duração do trabalho os jovens evidenciam-se (nomeadamente os do sexo feminino), mas encontram-se de modo significativo nos escalões regulares de duração do trabalho. A antiguidade situa-se, de modo crescente, nos escalões inferiores, menos de 1 ano ou 1 a 4 anos, e as antiguidades mais longas estão a perder peso, indiciando dinâmicas de mobilidade profissional mais velozes. As jovens, não obstante o decréscimo assinalado, tendem a assumir uma maior antiguidade. Os sectores de actividade de permanência mais curta são o alojamento e restauração e as actividades imobiliárias, sendo que as actividades financeiras, a construção e a indústria transformadora demonstram maior capacidade de fixação. De registar, também, é o facto de serem os profissionais qualificados com o 1.º e 2.º ciclo quem mais se posiciona nos escalões de maior antiguidade.

### 2.3.4. Desemprego juvenil

Os indicadores relativos ao desemprego juvenil são fundamentais para a compreensão dos estrangulamentos à integração efectiva dos jovens na vida activa. Num contexto nacional em que os jovens constituem o segmento mais importante da população activa desempregada, será pertinente observar, através da informação de várias fontes, o posicionamento e as especificidades deste grupo.

As análises que se seguem estão organizadas por fonte e têm por base: a) os Censos 1991 e 2001 (INE) e o Inquérito ao Emprego (1998-2004) (INE); b) as estatísticas do Mercado de Emprego (1998-2003) (IEFP); c) as estatísticas da Segurança Social relativas ao Desemprego Subsidiado (1998-2003).

- a) Análise dos dados relativos aos Censos 1991 e 2001 e Inquérito ao Emprego 1998-2004 (INE)

A análise inicia-se com a taxa de desemprego<sup>12</sup> registada nos dois anos de referência, na população jovem e adulta, a partir dos dados relativos aos Censos 1991 e 2001.

Tal como é observável no quadro 123, a taxa de desemprego juvenil (contemplando os jovens entre os 15 e os 29 anos) é bastante superior à da população adulta, embora, em termos gerais, esta última tenha registado uma maior evolução entre 1991 e 2001 (cerca de 1,2%, por comparação com os 0,7% na população jovem). No entanto, nos diferentes níveis etários dentro da população jovem assinalam-se diferenças significativas: a taxa de desemprego é tanto mais alta quanto menor for a idade. Entre os 15 e os 19 anos a taxa de desemprego é a mais elevada, e a que mais evolui (6,8%), no conjunto da população. São as jovens desta idade, em particular, as mais penalizadas pelo desemprego – em 2001 a taxa atingia os 23,0%, com um aumento de 8,4% face a 1991. O desemprego atinge sobretudo as jovens e as mulheres, com diferenças comparativamente aos jovens e homens que oscilam entre os 3,1% (na população adulta) e os 8,3% (na população entre os 15 e os 19 anos).

---

<sup>12</sup> A taxa de desemprego foi calculada “tomando como referência o desemprego em sentido lato, de acordo com o seguinte: taxa de desemprego (%) = (população desempregada (sentido lato)/população activa) \* 100” em Censos 2001 – Resultados Definitivos, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.

**Quadro 123** Taxa de desemprego por grupo etário, segundo o sexo, em 1991 e 2001 (%)

População	1991			2001		
	H	M	Total	H	M	Total
15-19 anos	9,0	14,6	11,4	14,7	23,0	18,2
20-24 anos	7,5	12,2	9,6	8,4	12,9	10,5
25-29 anos	4,1	9,7	6,6	4,8	8,5	6,5
15-29 anos	6,5	11,7	8,8	7,5	11,8	9,5
30-64 anos	2,9	7,1	4,6	4,4	7,5	5,8
Pop. total	4,2	8,9	6,1	5,2	8,7	6,8

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

Analisando agora a taxa de desemprego segundo a região, podem observar-se algumas especificidades (quadro 124). Lisboa, Alentejo e Açores são as regiões onde a população juvenil é mais penalizada pelo desemprego. A Madeira constava neste grupo em 1991, substituindo os Açores, tendo vindo a melhorar o seu posicionamento em 2001.

Genericamente, entre 1991 e 2001 denota-se um agravamento da taxa de desemprego juvenil. Apenas em Lisboa e Vale do Tejo, no Alentejo e na Madeira não se regista agravamento entre os jovens dos 15 aos 29 anos. Nas seguintes regiões, o agravamento situa-se entre os 0,8% (no Centro) e os 4,9% (nos Açores). A taxa de desemprego entre a população adulta, por seu turno, só não regista agravamento no Alentejo e na Madeira; enquanto nas restantes regiões os agravamentos oscilam entre os 0,7% (em Lisboa) e os 2,2% (Lisboa e Vale do Tejo), sendo portanto inferiores aos ocorridos na população juvenil.

A evolução do desemprego juvenil é observável sobretudo no seio das suas categorias internas – na categoria 15 aos 19 anos, com os níveis mais altos de desemprego (assinale-se os 26,1% no Alentejo, em 2001; ou os 24,9% em Lisboa, no mesmo ano), o aumento é generalizado, na ordem dos 6% (sendo que nos Açores atinge 13,3% de aumento); diminuindo progressivamente nas categorias seguintes.

**Quadro 124** Taxa de desemprego, por grupo etário, segundo a região, em 1991 e 2001 (%)

População	1991					2001				
	15-19	20-24	25-29	15-29	30-64	15-19	20-24	25-29	15-29	30-64
Norte	7,0	7,0	5,3	6,3	3,8	13,7	9,0	6,1	8,4	6,0
Centro	9,7	8,8	6,0	7,9	3,4	16,1	9,6	6,2	8,7	4,7
Lisboa e Vale do Tejo	18,7	12,6	8,1	11,7	5,5	24,9	12,2	6,9	10,7	6,2
Alentejo	24,0	16,3	11,2	15,7	7,9	26,1	14,0	9,2	13,1	7,2
Algarve	15,7	8,8	5,9	8,9	3,4	22,5	10,9	6,5	9,8	5,1
Região Autónoma dos Açores	10,8	6,8	3,8	6,7	2,3	24,1	11,6	6,8	11,6	4,0
Região Autónoma da Madeira	15,4	11,4	7,6	10,8	3,9	14,9	7,2	4,8	7,1	3,6
Total	11,4	9,6	6,6	8,8	4,6	18,2	10,5	6,5	9,5	5,8

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

Em termos das diferenças entre os sexos de base territorial, na população juvenil (dos 15 aos 29 anos) aponta-se desde logo um padrão constante: as jovens têm sempre uma taxa superior de desemprego, independentemente da região (quadro 125). Os Açores e o Alentejo são as regiões com maior taxa de desemprego feminino. Esta agrava-se de modo geral entre 1991 e 2001, só não aumentando nas regiões de Lisboa, do Alentejo e da Madeira. O mesmo acontece com a taxa masculina, cuja exceção ao agravamento é a Região Autónoma da Madeira.

O contraste entre ambos os sexos diminuiu tendencialmente no período decorrido de 1991 a 2001. Exceptuam-se no entanto a região dos Açores (a região onde a diferença é mais acentuada, a taxa feminina triplica a masculina) e do Norte, onde se agudizou.

**Quadro 125** Taxa de desemprego da população jovem (15-29 anos), por sexo, segundo a região, em 1991 e 2001 (%)

Região	1991			2001		
	H	M	Total	H	M	Total
Norte	5,4	7,6	6,3	6,7	10,3	8,4
Centro	5,4	11,1	7,9	6,2	11,6	8,7
Lisboa e Vale do Tejo	8,6	15,5	11,7	9,1	12,5	10,7
Alentejo	8,6	26,4	15,7	9,1	18,2	13,1
Algarve	6,8	11,6	8,9	8,2	11,8	9,8
Região Autónoma dos Açores	3,8	12,7	6,7	6,0	19,6	11,6
Região Autónoma da Madeira	6,9	16,3	10,8	4,9	10,1	7,1
Total	6,5	11,7	8,8	7,5	11,8	9,5

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

Considerando os dados relativos ao Inquérito ao Emprego, em traços gerais, é possível antes de mais verificar que a população jovem no seu conjunto é particularmente penalizada por situações de desemprego (quadro 126). De facto, as taxas de desemprego dos jovens entre os 15 e os 29 anos são sistematicamente mais elevadas do que o total nacional em todos os anos considerados. Uma análise diacrónica revela que, numa primeira fase, entre 1998 e 2000, a taxa de desemprego juvenil sofreu um decréscimo, passando de 7,3% para 6,0%, tendo esta descida acompanhado o paralelo decréscimo da taxa de desemprego do país que se verificou ao longo de um período económico favorável. Contudo, esta descida conjunta foi interrompida em 2001, com o início de um ciclo de sinal negativo de 2001 a 2004, em que as duas taxas têm subido consecutivamente. Entre os jovens, este aumento chegou aos 10,5% em 2003 e 2004, destacando-se a forte evolução negativa de 2002 para 2003 (a taxa de desemprego passa de 7,6% para 10,5%).

**Quadro 126** Taxa de desemprego nacional e juvenil (15-29 anos), segundo o sexo, em 1998-2004 (%)

Taxa de desemprego		Ano						
		1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Jovens	15-19	12,9	8,4	9,9	10,9	13,5	18,7	18,7
	20-24	7,6	8,9	7,1	8,0	8,9	11,4	12,3
	25-29	5,4	5,2	4,3	4,4	5,4	8,2	7,9
	H	6,0	5,9	3,7	4,8	6,1	8,7	9,1
	M	8,8	8,4	8,9	8,5	9,4	12,5	12,0
	Total	7,3	7,0	6,0	6,5	7,6	10,5	10,5
Total nacional		4,5	4,5	3,7	3,8	4,4	6,1	6,3

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

A observação de cada um dos grupos etários juvenis em particular merece-nos duas considerações adicionais. Primeiro, deve chamar-se a atenção para a correlação de sentido inverso que se estabelece entre a idade dos jovens e a taxa de desemprego, já que esta diminui à medida que aquela aumenta. Sendo assim, são claramente os jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos os mais atingidos pelo desemprego; em 2004 quase 1/5 dos activos deste grupo etário encontravam-se desempregados. Segundo, são também os mais jovens a registarem as subidas mais acentuadas da taxa de desemprego.

Considerando ainda as diferenças entre sexos, ao longo dos sete anos em análise as situações de desemprego fazem-se sentir mais fortemente entre a população jovem feminina, cuja taxa de desemprego, no último ano, é cerca de três pontos percentuais superior à masculina.

A taxa de desemprego juvenil segundo a qualificação, expressa no quadro 127, permite observar, dos primeiros anos contemplados para os mais recentes, um crescimento generalizado do desemprego em todos os níveis de qualificação, quer entre os jovens, quer entre os adultos. Focando a análise no grupo juvenil, verifica-se que esse crescimento tem sido mais acentuado nos níveis inferiores de qualificação (nenhuma qualificação e 1.º ciclo), e nos mais elevados (ensino superior). A análise do ano mais recente revela que são os jovens destituídos de qualificações aqueles que mais enfrentam situações de desemprego (taxas de desemprego de 15,4% para os que não têm qualquer grau de ensino e de 14,6% para os que apenas concluíram o 1.º ciclo do ensino básico). A percentagem de desempregados é mais baixa nos níveis de qualificação seguintes, mas continua a ser muito significativa no ensino superior, com valores acima do ensino secundário. Comparativamente com a população adulta, os jovens sem qualificações são mais penalizados no mercado de trabalho – a taxa de desemprego dos adultos sem qualquer nível de ensino é apenas de 2,8% e, em simultâneo, face aos que possuem habilitações escolares superiores esse mercado não tem revelado capacidade para a sua absorção nos últimos anos. Veja-se que entre a população adulta a taxa de desemprego dos activos com licenciatura é apenas de 1,1%, contra os 10,9% dos jovens.

**Quadro 127** Taxa de desemprego da população jovem (15-29 anos) e adulta (30 anos e mais), segundo a qualificação, entre 1998 e 2004 (%)

Qualificação	1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004	
	J	A	J	A	J	A	J	A	J	A	J	A	J	A
Nenhum	4,3	1,9	7,2	2,2	8,1	1,3	8,4	2,1	8,3	1,6	17,5	2,8	15,4	2,8
Básico – 1.º Ciclo	7,3	4,0	7,2	3,7	6,3	3,0	5,0	3,3	6,2	3,7	16,5	4,8	14,6	5,6
Básico – 2.º Ciclo	6,5	4,7	6,4	3,4	6,2	3,2	5,9	2,5	7,5	3,9	9,6	5,7	10,7	6,0
Básico – 3.º Ciclo	8,8	3,1	7,7	4,9	5,6	4,2	8,1	3,4	7,8	3,6	9,6	5,8	10,9	5,8
Secundário – pross. estudos	7,2	3,9	6,9	5,1	6,3	3,8	6,3	2,7	7,0	3,4	9,6	4,5	8,2	5,3
Secundário – profissionalizante	10,9	3,4	8,7	3,9	5,2	3,0	6,8	3,4	13,8	2,8	9,6	3,6	5,8	3,5
Superior – politécnico	2,8	1,1	6,8	1,7	7,2	1,2	2,6	2,3	12,4	1,0	6,2	3,8	10,0	4,0
Superior – licenciatura	8,1	1,5	8,0	1,8	5,6	1,8	5,8	1,3	6,4	2,5	12,7	2,7	10,9	1,1
Superior – pós-graduação													0,0	3,9
Superior – mestrado	4,2	0,0					24,9	0,0	0,0	5,4	10,0	0,5	14,7	6,9

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Segundo os dados dos Censos, o peso da população jovem no total dos desempregados assume a configuração patente no quadro 128. Jovens e adultos distribuem-se de modo relativamente equilibrado em 1991, verificando-se, em 2001, um desequilíbrio pela diminuição do peso dos

jovens. Entre os jovens desempregados, o grupo que mais peso relativo assume é aquele entre os 20 e os 24 anos.

**Quadro 128** População desempregada, por sexo, segundo o grupo etário, em 1991 e 2001 (%)

População	1991			2001			1991			2001		
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
15-19 anos	17,7	13,5	15,1	11,2	9,2	10,0	46,3	53,7	100,0	46,8	53,2	100,0
20-24 anos	21,8	19,0	20,1	17,2	16,6	16,8	42,9	57,1	100,0	43,1	56,9	100,0
25-29 anos	13,3	16,9	15,5	12,5	14,9	13,9	34,1	65,9	100,0	38,0	62,0	100,0
15-29 anos	52,8	49,4	50,7	40,9	40,7	40,8	41,2	58,8	100,0	42,2	57,8	100,0
30-64 anos	47,2	50,6	49,3	59,1	59,3	59,2	37,9	62,1	100,0	42,1	57,9	100,0
Pop. total desemp.	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	39,6	60,4	100,0	42,1	57,9	100,0

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

No contingente dos desempregados jovens, o peso relativo das desempregadas é, em todos os grupos etários, superior ao dos desempregados, revelando-se sobretudo entre os 25 e os 29 anos.

A situação de desemprego pode assentar quer na procura do 1.º emprego, quer na procura de um novo emprego. Os jovens encontram-se tendencialmente no primeiro caso: em 2001, 90,1% dos desempregados à procura do primeiro emprego eram jovens entre os 15 e os 29 anos, cerca de 20% mais, por comparação com 1991. No entanto, segundo o quadro 129, a percentagem de jovens à procura do primeiro emprego sobre o total de jovens desempregados situa-se nos 37,7%, valor que se manteve estável entre 1991 e 2001, ou seja, a larga maioria dos jovens desempregados já teve experiências laborais anteriores.

A procura do primeiro emprego é mais expressiva entre os jovens dos 15 aos 19 anos, ainda que o seu peso tenha diminuído em 2001. Pelo contrário, nos restantes jovens, a mesma situação aumentou em 2001, em particular entre os 25 e os 29 anos, consequência do alongamento da permanência escolar.

**Quadro 129** População desempregada, por grupo etário, segundo a situação de procura de emprego, em 1991 e 2001 (%)

População jovem e adulta	1991			2001		
	Procura do 1.º emprego	Procura de novo emprego	Total	Procura do 1.º emprego	Procura de novo emprego	Total
15-19 anos	56,4	43,6	100,0	53,8	46,2	100,0
20-24 anos	36,0	64,0	100,0	37,6	62,4	100,0
25-29 anos	21,2	78,8	100,0	25,6	74,4	100,0
15-29 anos	37,1	62,9	100,0	37,7	62,3	100,0
30-64 anos	12,6	87,4	100,0	3,6	96,4	100,0
Total pop. desemp.	25,6	74,4	100,0	19,6	80,4	100,0

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

O cruzamento segundo o sexo, no âmbito do grupo jovem (quadro 130), revela que, na procura do primeiro emprego, são as jovens, em particular aquelas entre os 25 e 29 anos, quem mais tarde dá entrada no mercado de trabalho, consequência quer dos condicionalismos de funcionamento desse mercado, quer por serem estas quem assume processos de escolarização mais longos e qualificantes. Entre 1991 e 2001, porém, o peso feminino desce, nomeadamente na faixa etária superior.

Quanto à procura de novo emprego, a predominância feminina, embora com diferenças menos significativas mantém-se, com a exceção do grupo 15-19 anos, em que o peso relativo se inverte em 2001, tornando-se os jovens a maioria. Este dado poderá indiciar, mais uma vez, uma maior permanência na escola por parte da população feminina.

**Quadro 130** População jovem (15-29 anos) desempregada, por sexo e grupo etário, segundo a situação de procura de emprego, em 1991 e 2001 (%)

Situação de procura de emprego	Grupo etário	1991			2001		
		H	M	Total	H	M	Total
Procura do 1.º emprego	15-19	40,4	59,6	100,0	45,3	54,7	100,0
	20-24	36,0	64,0	100,0	40,4	59,6	100,0
	25-29	20,5	79,5	100,0	35,1	64,9	100,0
	Total	35,1	64,9	100,0	41,0	59,0	100,0
Procura de novo emprego	15-19	48,4	51,6	100,0	53,2	46,8	100,0
	20-24	43,9	56,1	100,0	48,3	51,7	100,0
	25-29	35,5	64,5	100,0	42,8	57,2	100,0
	Total	41,5	58,5	100,0	47,0	53,0	100,0

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

Quanto ao tempo de procura de emprego (quadro 131), constata-se, tomando o total por idade, que entre 1991 e 2001 a configuração evolui

de uma bipolarização nas durações mais curta e mais longa, em ambas as populações jovem e adulta, para uma maior dispersão nas diferentes categorias, e uma concentração do desemprego jovem nas categorias 1 a 7 meses, e da população adulta na categoria 1 a 4 meses e na “não procurou”.

Considerando o total de desempregados em cada uma das categorias temporais de procura, na segunda parte do quadro, destacam-se, em 1991, dois aspectos: a predominância da população jovem no desemprego de curta e média duração; e na categoria “não procurou”. Em 2001, o cenário sofre alterações: aumenta a percentagem de jovens à procura de emprego há mais de 7 meses (4%); diminuem as percentagens à procura de curta duração; e os jovens que “não procuraram emprego” reduzem drasticamente.

**Quadro 131** População jovem (15-29 anos) e adulta (30-64 anos) desempregada, segundo o tempo de procura de emprego, em 1991 e 2001 (%)

Tempo de procura	1991			2001			1991			2001		
	15-29	30-64	Total									
Últ. 30 Dias	40,7	40,4	40,6	12,2	13,0	12,6	50,9	49,1	100,0	39,3	60,7	100,0
1 a 4 Meses	15,0	11,2	13,2	36,0	28,3	31,5	58,0	42,0	100,0	46,7	53,3	100,0
4 a 7 Meses	6,9	5,5	6,2	23,3	14,7	18,2	56,5	43,5	100,0	52,1	47,9	100,0
Mais 7 Meses	22,5	31,2	26,8	14,2	11,2	12,4	42,6	57,4	100,0	46,6	53,4	100,0
Não procurou	14,8	11,7	13,3	14,3	32,8	25,2	56,7	43,3	100,0	23,1	76,9	100,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	50,7	49,3	100,0	40,8	59,2	100,0

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

A distribuição interna ao grupo jovem revela também padrões particulares e transformações entre 1991 e 2001. Considerando a primeira parte do quadro 132, onde constam as distribuições segundo o total por idade, assinala-se que, se em 1991, a maioria dos jovens estava desempregado há 30 dias, em 2001 essa maioria transita para a categoria seguinte, entre 1 a quatro meses, verificando-se simultaneamente um aumento do período de desemprego entre os 4 a 7 meses. Ou seja, a duração dos períodos de desemprego aumentou consideravelmente no prazo de uma década. Regista-se uma diminuição da categoria “não procurou” entre os jovens mais novos, e um aumento da mesma no grupo entre os 25 e os 29 anos.

A comparação entre categorias, na segunda parte do quadro, revela por seu turno, que no desemprego de curto prazo (30 dias) predominam os jovens dos 15 aos 19 anos, e que as restantes categorias integram maioritariamente jovens dos 20 aos 24 anos seguidos dos que se situam no escalão etário subsequente. Por sua vez, são estes jovens entre os 25 e os 29 anos que se revelam menos dinâmicos na procura de emprego, assumindo o maior peso relativo na categoria “não procurou”.

**Quadro 132** População jovem (15-29 anos) desempregada, por grupo etário, segundo o tempo de procura de emprego, em 1991 e 2001 (%)

Tempo de procura	1991			2001			1991				2001			
	15-19	20-24	25-29	15-19	20-24	25-29	15-19	20-24	25-29	Total	15-19	20-24	25-29	Total
Últ. 30 Dias	38,1	41,5	42,1	20,6	10,3	8,4	28,0	40,5	31,6	100,0	41,5	34,8	23,6	100,0
1 a 4 Meses	15,6	15,4	14,0	36,9	36,6	34,7	31,0	40,7	28,3	100,0	25,2	41,9	32,9	100,0
4 a 7 Meses	6,7	7,4	6,6	22,5	24,8	22,2	28,6	42,3	29,1	100,0	23,7	43,8	32,5	100,0
Mais 7 Meses	19,8	22,4	25,3	11,6	14,6	15,5	26,3	39,5	34,3	100,0	20,2	42,5	37,3	100,0
Não procurou	19,8	13,3	12,0	8,4	13,7	19,2	39,8	35,6	24,6	100,0	14,5	39,6	45,9	100,0
Total população	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	29,8	39,7	30,5	100,0	24,6	41,3	34,1	100,0

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

A análise comparativa tendo por base o sexo (quadro 133) revela algumas diferenças enfrentadas, por cada um, em termos da duração do desemprego – em 2001, as jovens registam uma percentagem ligeiramente maior de desemprego longo (mais de 7 meses), e de não procura, enquanto os jovens sobressaem um pouco mais no desemprego entre 1 a 4 meses. As diferenças eram, de modo geral, mais vincadas em 1991, assinalando-se em 2001 uma evolução no sentido de uma maior semelhança entre os sexos. Os jovens diminuiriam consideravelmente, no mesmo período, na categoria de “não procura”.

**Quadro 133** População jovem (15-29 anos) desempregada, por sexo, segundo o tempo de procura de emprego, em 1991 e 2001 (%)

Tempo de procura de emprego	1991			2001		
	H	M	Total	H	M	Total
Últ. 30 Dias	39,8	41,3	40,7	12,6	11,9	12,2
1 a 4 Meses	15,6	14,6	15,0	38,2	34,5	36,0
4 a 7 Meses	6,7	7,1	6,9	23,4	23,2	23,3
Mais 7 Meses	18,6	25,3	22,5	12,8	15,2	14,2
Não procurou	19,3	11,7	14,8	13,0	15,2	14,3
Total pop. jovem desemp.	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

Averiguando, no quadro seguinte, as fontes de financiamento da população jovem durante o período de desemprego, por comparação com a população adulta, observa-se que os jovens são menos cobertos por sistemas de protecção no desemprego. Apesar do aumento registado em 2001, de 4%, verifica-se que se encontra muito distanciado daquele registado na população adulta (20%). Os jovens desempregados estão maioritariamente, e de modo crescente, a cargo da família. De notar que

parte destes jovens, bem como de adultos, continuam a auto-financiar-se através do “trabalho”, provavelmente trabalhos precários de curta duração. A sua expressão diminuiu, no entanto, drasticamente entre 1991 e 2001.

**Quadro 134** População jovem (15-29 anos) e adulta (30-64 anos) desempregada, segundo o meio de vida, em 1991 e 2001 (%)

Meio de vida	1991			2001		
	15-29	30-64	Total	15-29	30-64	Total
Trabalho	13,7	19,4	16,5	8,1	9,6	9,0
Subsídio de desemprego	16,0	27,5	21,7	20,8	48,0	36,9
A cargo da família	58,4	31,6	45,2	63,4	28,7	42,8
Outros	11,9	21,5	16,6	7,7	13,8	11,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

Se a maioria dos jovens se apoia, de modo crescente, na família, nos períodos de desemprego, são sobretudo os jovens dos 20 aos 29 anos quem beneficia do sistema de protecção no desemprego; e quem mais desenvolve os trabalhos de curta duração para auto-subsistência (quadro 135).

**Quadro 135** População jovem (15-29 anos) desempregada, por grupo etário, segundo o meio de vida, em 1991 e 2001 (%)

Meio de vida	1991			2001		
	15-19	20-24	25-29	15-19	20-24	25-29
Trabalho	9,1	14,0	17,6	4,4	8,1	10,6
Subsídio de desemprego	11,2	15,8	21,1	10,8	20,3	28,8
A cargo da família	71,4	57,6	46,9	79,9	64,4	50,2
Outros	8,3	12,6	14,4	4,9	7,2	10,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

Observam-se distribuições relativamente semelhantes do peso de cada categoria de meio de vida nos jovens de ambos os sexos (quadro 136). Uma análise mais fina revela que são os jovens quem mais se envolve em pequenas tarefas de auto-subsistência e quem mais beneficia dos sistemas de protecção (subsídio de desemprego). Regista-se contudo um aumento significativo do apoio familiar entre os jovens em 2001 (cerca de 12%), ao passo que nas jovens os valores se mantêm.

**Quadro 136** População jovem (15-29 anos) desempregada, por sexo, segundo o meio de vida, em 1991 e 2001 (%)

Meio de vida	1991			2001		
	H	M	Total	H	M	Total
Trabalho	17,0	11,3	13,7	9,8	6,8	8,1
Subsídio de desemprego	16,4	15,8	16,0	19,8	21,6	20,8
A cargo da família	51,3	63,4	58,4	63,0	63,6	63,4
Outros	15,4	9,4	11,9	7,4	8,0	7,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

Considerando agora a relação entre o desemprego e a qualificação escolar (quadro 137), e incluindo quer a população jovem quer a adulta, regista-se uma evolução do desemprego jovem no sentido de uma maior qualificação escolar. Enquanto em 1991 o desemprego jovem se concentrava sobretudo entre os detentores do 1.º e 2.º ciclo, em 2001 ele passa a incidir sobre o 2.º e 3.º ciclos e secundário, registando também uma notória evolução ao nível da licenciatura (mais 6,3% de desempregados).

Na população adulta, o desemprego regista-se sobretudo entre os habilitados com o 1.º ciclo, mantendo-se no prazo da década. Em níveis mais elevados de habilitação registam-se também algumas subidas (nomeadamente no 3.º ciclo), porém mais ligeiras.

**Quadro 137** População jovem (15-29 anos) e adulta (30-64 anos) desempregada, segundo o grau de qualificação, em 1991 e 2001 (%)

Grau de qualificação	1991			2001		
	15-29	30-64	Total	15-29	30-64	Total
Não sabe ler nem escrever	1,2	7,3	4,2	0,8	2,8	2,0
Sem qualificação	4,0	11,9	7,8	2,0	7,1	5,0
Ens. básico 1.º ciclo	23,0	52,3	37,4	11,1	42,8	29,9
Ens. básico 2.º ciclo	33,8	12,5	23,4	21,2	16,3	18,3
Ens. básico 3.º ciclo	22,3	8,0	15,3	32,4	15,2	22,2
Ens. secundário	13,6	6,0	9,9	23,8	11,7	16,6
Bacharelato	1,2	1,1	1,1	1,5	1,2	1,3
Licenciatura	0,7	0,9	0,8	7,0	2,8	4,5
Mestrado e doutoramento	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Nota: o ensino profissional e o ensino médio não foram considerados.

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

Dentro da população jovem também se registam algumas diferenças a este nível (quadro 138) – a distribuição do desemprego por qualificação,

dentro de cada grupo etário, revela, entre 1991 e 2001, um desagrevamento generalizado até ao 2.º ciclo, inclusive. Por outro lado, dão-se aumentos significativos, progressivos quer na idade, quer no nível de escolarização; um aumento de 21,4% no 3.º ciclo nos jovens dos 15 aos 19 anos; de 10,8% no ensino secundário nos jovens dos 20 aos 24 anos; e de 11,8% nos licenciados dos 25 aos 29 anos.

A comparação entre jovens com a mesma qualificação escolar demonstra, por seu turno, que é na categoria dos 25 aos 29 anos que se verificam os maiores agravamentos entre 1991 e 2001, na generalidade dos níveis de qualificação. Na ausência de qualificações formais, ou pelo contrário, na aquisição de graus elevados de qualificação, são sempre estes os jovens mais penalizados pelo desemprego. No 3.º ciclo sobressaem, em 2001, sobretudo, os jovens dos 15 aos 24 anos; e no ensino secundário, os jovens dos 20 aos 24 anos.

**Quadro 138** População jovem (15-29 anos) desempregada, por grupo etário, segundo o grau de qualificação, em 1991 e 2001 (%)

Tempo de procura	1991			2001			1991				2001			
	15-19	20-24	25-29	15-19	20-24	25-29	15-19	20-24	25-29	Total	15-19	20-24	25-29	Total
Não sabe ler nem escrever	1,2	1,1	1,6	0,7	0,7	1,0	28,5	33,9	37,6	100,0	20,6	34,9	44,5	100,0
Sem qualificação	4,5	3,3	4,3	1,9	1,5	2,7	34,2	33,0	32,8	100,0	23,6	31,3	45,2	100,0
Ens. básico 1.º ciclo	20,6	19,1	30,8	11,8	8,3	13,8	26,9	32,7	40,3	100,0	26,3	30,9	42,8	100,0
Ens. básico 2.º ciclo	42,8	30,3	29,5	26,8	17,6	21,6	38,2	35,5	26,3	100,0	31,1	34,2	34,7	100,0
Ens. básico 3.º ciclo	25,8	24,2	16,3	47,2	33,0	20,9	34,9	43,0	22,1	100,0	35,9	42,1	22,0	100,0
Ens. secundário	5,2	20,1	13,6	11,5	30,9	24,0	11,6	58,4	30,1	100,0	11,9	53,6	34,5	100,0
Bacharelato	0,0	1,1	2,5	0,0	1,7	2,5	0,0	35,9	64,1	100,0	0,0	45,1	54,9	100,0
Licenciatura	0,0	0,8	1,3	0,0	6,2	13,1	0,0	44,6	55,4	100,0	0,0	36,2	63,8	100,0
Mestrado e doutoramento	0,0	0,0	0,2	0,0	0,1	0,4	0,0	27,9	72,1	100,0	0,0	22,5	77,5	100,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	30,2	39,6	30,2	100,0	24,6	41,3	34,1	100,0

Nota: o ensino profissional e o ensino médio não foram considerados.

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

Segundo o quadro 139, os jovens desempregados do sexo masculino tendem a concentrar-se nos níveis de qualificação inferiores. Por sua vez, as jovens desempregadas revelam um perfil qualificacional mais elevado.

Entre 1991 e 2001, na população jovem desempregada de ambos os sexos é bastante visível um aumento dos níveis de qualificação escolar, com particular incidência no caso das jovens licenciadas.

**Quadro 139** População jovem (15-29 anos) desempregada, por sexo, segundo o grau de qualificação, em 1991 e 2001 (%)

Grau de qualificação	1991			2001		
	H	M	Total	H	M	Total
Não sabe ler nem escrever	1,7	0,9	1,2	1,1	0,6	0,8
Sem qualificação	4,5	3,6	4,0	2,5	1,7	2,0
Ens. básico 1.º ciclo	22,8	23,2	23,0	12,4	10,1	11,1
Ens. básico 2.º ciclo	35,4	32,7	33,8	22,5	20,3	21,2
Ens. básico 3.º ciclo	21,5	22,9	22,3	34,2	31,0	32,4
Ens. secundário	12,4	14,5	13,6	21,7	25,3	23,8
Bacharelato	0,8	1,4	1,2	1,0	1,9	1,5
Licenciatura	0,8	0,6	0,7	4,4	8,9	7,0
Mestrado e doutoramento	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Nota: o ensino profissional e o ensino médio não foram considerados.

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

Finalizando a análise dos dados relativos aos Censos, outra perspectiva relevante é aquela que compreende as profissões onde o desemprego mais incide. Verifica-se no quadro 140 que, em termos de distribuição na população jovem, o desemprego atinge sobretudo, e de modo relativamente estável entre 1991 e 2001, por ordem de grandeza, os profissionais não qualificados, os operários, o pessoal dos serviços e vendedores e o pessoal administrativo. As mesmas tendências encontram-se também na população adulta. A maior subida entre os anos de referência dá-se, contudo, na população jovem, nos especialistas e profissionais intelectuais (3,5%) e, na população adulta, entre os trabalhadores não qualificados (4,1%).

**Quadro 140** População jovem (15-29 anos) e adulta (30-64 anos) desempregada, segundo a profissão, em 1991 e 2001 (%)

Profissão	1991			2001		
	15-29	30-64	Total	15-29	30-64	Total
Q. Superiores Adm. Pública, Dirigentes e Q. S. Empresas	1,9	3,0	2,5	2,3	2,3	2,3
Especialistas Prof. Intelectuais e Científicas	2,9	3,1	3,0	6,4	3,0	4,1
Técnicos e Profissionais Nível Intermédio	6,2	5,9	6,0	8,3	7,4	7,7
Pessoal Adm. e Similares	10,7	10,8	10,7	10,7	11,8	11,5
Pessoal dos Serviços e Vendedores	19,9	15,9	17,6	19,9	13,4	15,4
Agricultores e Trab. Qualif. Agricultura e Pescas	3,8	4,2	4,0	4,4	3,5	3,8
Operários, Artífices e Trab. Similares	21,1	21,4	21,3	18,8	19,7	19,4
Operadores Instalações e Máquinas e Trab. M.	7,2	10,1	8,9	6,3	9,2	8,3
Trab. Não Qualificados	26,3	25,6	25,9	22,9	29,7	27,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

A análise no interior da população jovem (quadro 141) demonstra, a um primeiro nível, a incidência generalizada do desemprego nos grupos profissionais pessoal dos serviços e vendedores, operários e trabalhadores não qualificados. No entanto, regista-se, à medida que aumenta a idade, um crescimento da percentagem de jovens desempregados em categorias profissionais mais qualificadas, como os especialistas e profissionais intelectuais e técnicos e profissionais de nível intermédio. Estas foram, aliás, as categorias em que se registou o maior agravamento em termos percentuais, entre 1991 e 2001.

**Quadro 141** População jovem (15-29 anos) desempregada, por grupo etário, segundo a profissão, em 1991 e 2001 (%)

Profissão	1991			2001		
	15-19	20-24	25-29	15-19	20-24	25-29
Q. Sup. Adm. Pública, Dirig. Q. S. Emp.	1,1	2,1	2,1	1,6	2,0	2,8
Especialistas Prof. Intelectuais e Cient.	1,5	2,7	3,8	0,4	4,7	10,4
Técnicos e Profissionais Nível Int.	3,9	6,9	6,8	4,7	8,5	9,6
Pessoal Adm. e Similares	6,5	11,3	12,2	7,9	11,6	11,0
Pessoal dos Serviços e Vendedores	21,1	19,8	19,2	22,6	20,6	18,1
Agricultores Trab. Q. Agric. Pescas	4,3	3,6	3,8	6,6	4,6	3,4
Operários, Artífices e Trab. Similares	23,9	20,7	19,9	22,4	18,3	17,8
Operadores Inst. Máquinas Trab. Mont.	6,0	7,5	7,7	5,8	6,4	6,4
Trab. Não Qualificados	31,7	25,3	24,6	28,0	23,3	20,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

A diferenciação por sexo revela que nas categorias profissionais onde o desemprego mais incide, é sobretudo a população feminina a penalizada (quadro 142). É o caso do pessoal dos serviços e vendedores, dos trabalhadores não qualificados, de modo crescente entre 1991 e 2001. É também entre as jovens especialistas e profissionais intelectuais que o desemprego mais se agrava em 2001. Exceptua-se a categorias dos operários, em que a masculinização do desemprego se acentua no decorrer dos 10 anos compreendidos.

**Quadro 142** População jovem (15-29 anos) desempregada, por sexo, segundo a profissão, em 1991 e 2001 (%)

Profissão	1991			2001		
	H	M	Total	H	M	Total
Q. Sup. Adm. Pública, Dirig. Q. S. Emp.	2,4	1,5	1,9	3,1	1,7	2,3
Especialistas Prof. Intelectuais e Cient.	2,8	3,0	2,9	4,0	8,3	6,4
Técnicos e Profissionais Nível Int.	5,6	6,7	6,2	8,5	8,2	8,3
Pessoal Adm. e Similares	7,7	13,0	10,7	7,5	13,3	10,7
Pessoal dos Serviços e Vendedores	15,4	23,3	19,9	13,1	25,2	19,9
Agricultores Trab. Q. Agric. Pescas	4,5	3,3	3,8	6,2	3,0	4,4
Operários, Artífices e Trab. Similares	28,8	15,2	21,1	32,5	8,0	18,8
Operadores Inst. Máquinas Trab. Mont.	8,3	6,4	7,2	9,2	4,1	6,3
Trab. Não Qualificados	24,6	27,6	26,3	16,0	28,3	22,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

Quando se considera, mais aprofundadamente, a forma como os jovens desempregados vivem a sua situação, será interessante levar em conta dois factores de análise estruturais, que são a possível inscrição desses jovens desempregados em Centros de Emprego e a eventualidade de os mesmos terem acesso (uma vez inscritos nos Centros de Emprego) ao Subsídio de Desemprego ou Subsídio Social de Desemprego, a partir dos dados do Inquérito ao Emprego (quadro 143).

Refira-se que o acesso aos subsídios está dependente da inscrição em Centro de Emprego. No entanto, e porque nem todos os desempregados inscritos cumprem os requisitos necessários para a atribuição de subsídio, considerou-se interessante apresentar aqui os dois tipos de dados relativos à caracterização desses desempregados (essencialmente, os desempregados jovens). Também por isso, as percentagens dos beneficiários de subsídio não se referem somente àqueles que estão inscritos em Centro de Emprego, mas sim a todos os desempregados recenseados.

**Quadro 143** População jovem (15-29 anos) e adulta (30 anos e mais) desempregada, inscrita no Centro de Emprego e a receber subsídio de desemprego/subsídio social de desemprego, em 1998-2004 (% face à população desempregada)

		1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Inscritos no Centro de Emprego	15-19	42,9	45,0	54,0	36,6	51,5	56,4	51,5
	20-24	55,9	60,3	57,1	57,9	58,9	64,4	72,1
	25-29	73,1	68,5	61,7	62	70,4	68,4	72,8
	Jovens H	49,0	57,5	39,9	47,8	55,5	53,5	62,9
	Jovens M	66,8	63,8	67,2	59,9	66,4	73,5	74,0
	Jovens HM	58,9	60,9	58,2	55,0	61,6	64,6	68,8
	Adultos HM	72,9	78,6	77,7	79,1	73,1	79,0	81,9
A receber subsídio de desemprego/subsídio social de desemprego	15-19	3,7	17,9	7,2	17,1	9,1	12,7	11,2
	20-24	21,5	13,0	18,0	14,8	28,2	19,4	21,6
	25-29	18,1	31,9	21,0	20,4	22,8	45,0	40,5
	Jovens H	17,5	24,6	27,9	14,9	16,3	25,3	27,8
	Jovens M	16,6	18,6	14,1	18,6	26,9	32,4	29,3
	Jovens HM	16,9	21,2	17,2	17,3	22,7	29,8	28,7
	Adultos HM	43,6	50,9	51,2	48,8	59,4	52,9	60,1

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Observando os dados relativos à inscrição dos desempregados no Centro de Emprego, verifica-se, em primeiro lugar, que os jovens recorrem menos a esta entidade do que os adultos. Ao longo do período em análise, a percentagem de desempregados com mais de 29 anos inscritos no Centro de Emprego oscilou entre os 73% e os 82%, enquanto a percentagem correspondente para os jovens variou entre os 55% e os 69%. Em ambos os casos constata-se um aumento do peso percentual de desempregados inscritos nos últimos três anos, a que não será alheia a subida da taxa de desemprego neste período.

Em segundo lugar, é de notar, entre os jovens, uma tendência clara no sentido de o peso daqueles que se inscrevem nos Centros de Emprego ser mais evidente à medida que o indivíduo se situa em escalões etários mais elevados. Em alguns anos – 1998, 1999 e 2001 – a maioria dos jovens desempregados entre os 15 e os 19 anos não se encontravam inscritos em Centros de Emprego, enquanto tal não ocorre nos dois escalões etários seguintes. Assim, poderá afirmar-se que a idade do desempregado constitui-se como elemento importante na sua integração nos sistemas de combate ao desemprego.

Em terceiro lugar, a comparação entre os dois sexos na população jovem desempregada revela serem elas que mais se inscrevem no Centro de Emprego, chegando a atingir  $\frac{3}{4}$  das desempregadas em 2004. Já os jovens do sexo masculino parecem encontrar-se mais afastados

desta entidade, embora a tendência evolutiva revele um crescimento do número de inscritos que, todavia, continua bastante aquém da população feminina (62,9% contra 74% no último ano).

No que respeita ao subsídio de desemprego, são igualmente de assinalar diferenças significativas na comparação entre jovens e adultos, entre os diferentes grupos etários juvenis e entre os dois sexos. A percentagem de jovens desempregados que estão a receber subsídio de desemprego ou subsídio social de desemprego é reduzida, embora crescente durante o período em análise; mesmo nos últimos anos ela não chega a atingir os 30%, enquanto a percentagem homóloga para a população adulta se situa em 2004 nos 60%. Considerados no seu conjunto, os jovens apresentam, pois, baixos índices de protecção no desemprego.

No seu interior, a sub-beneficiação incide particularmente nas categorias mais jovens. Em alguns casos, a percentagem referente aos jovens desempregados que não estão cobertos pelos subsídios atinge os 80% ou mesmo 90%, sendo os com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos os mais penalizados.

Ainda na população jovem, entre homens e mulheres não há um padrão constante de 1998 a 2004, mas sim uma evolução muito irregular, que culmina, em 2004 por uma aproximação entre ambos do peso dos que recebem subsídio de desemprego no conjunto dos desempregados.

Focamos por fim a atenção nas possíveis diferenças regionais na forma como é vivida a situação de desemprego pelos jovens, segundo dados de 2004.

**Quadro 144** População jovem (15-29 anos) desempregada, inscrita no Centro de Emprego e a receber subsídio de desemprego/subsídio social de desemprego, segundo a região, em 2004 (% face à população desempregada)

	Norte	Centro	Lisboa V. T.	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Inscritos no Centro de Emprego	70,6	75,5	62,5	84,3	56,3	52,5	68,0
A receber subsídio de desemprego/ /subsídio social de desemprego	25,1	25,4	39,4	19,2	32,6	9,0	0,0

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Relativamente à inscrição no Centro de Emprego, destaca-se, pela percentagem mais elevada de jovens inscritos, a região do Alentejo, seguida da região Centro. Pela razão oposta, são de salientar o Algarve e, sobretudo, os Açores, onde pouco mais de metade dos jovens desempregados estão inscritos no Centro de Emprego.

Quanto ao subsídio de desemprego, a comparação das várias regiões revela uma forte sub-beneficiação da população jovem desempregada residente nas Regiões Autónomas e, em menor grau, no Alentejo.

Lisboa e Vale do Tejo é a região que regista uma maior percentagem de jovens desempregados a beneficiar deste subsídio (quase 40%).

b) Análise das estatísticas da Situação do Mercado de Emprego/  
/Desemprego Registado (IEFP, 1998-2003)

O Desemprego Registado traduz os dados disponibilizados pelo IEFP, relativos aos desempregados, com idade igual ou superior a 16 anos (salvaguardadas as reservas previstas na Lei), que se inscreveram num Centro de Emprego para obter um emprego por conta de outrem, que não têm um emprego e estão imediatamente disponíveis para trabalhar<sup>13</sup>.

Segundo o quadro 145, entre 1998 e 2003 os jovens constituíram cerca de um terço da população desempregada registada. Constatando-se um aumento de 6% no período de referência, os jovens diminuem, no entanto, progressivamente, o seu peso relativo até 2001. Segundo a distribuição apresentada, os jovens até aos 19 anos constituem o grupo de menor peso relativo, e o que registou a diminuição mais expressiva (cerca de 20,7%). Pelo contrário, os jovens entre os 25 e os 29 anos sofreram um aumento de 28%, o maior na população contemplada.

**Quadro 145** Desemprego registado, segundo o grupo etário, de 1998 a 2003 (%)

Grupo etário	Ano						Taxa de variação 1998-2003
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	
<=19	5,3	4,1	3,8	3,9	4,0	3,6	-20,7
20-24	15,4	13,9	13,0	12,4	13,0	12,6	-3,2
25-29	13,4	12,9	12,9	13,1	14,3	14,5	28,1
<= 29	34,2	30,9	29,7	29,5	31,3	30,6	6,4
30 ou +	65,8	69,1	70,3	70,5	68,7	69,4	25,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	18,9

Fonte: IEFP – Direcção de Serviços de Estudos.

No desemprego registado encontram-se, sobretudo, jovens do sexo feminino e mulheres (quadro 146). Quer comparando a população jovem e adulta, quer observando os diferentes grupos etários que constituem os jovens, a componente feminina encontra-se sempre sobrerrepresentada. As diferenças são ainda mais contrastantes na população jovem, crescendo à medida que a idade aumenta. Entre 20 e os 24 anos, o desemprego registado diminuiu, nomeadamente entre as jovens, mas não o

<sup>13</sup> Em IEFP (2003), *Situação do Mercado de Emprego, Relatório Anual – 2003*; Departamento de Planeamento Estratégico, Direcção de Serviços de Estudos.

suficiente para reequilibrar os pesos de ambos os sexos. Entre os 25 e os 29 anos, as diferenças de género são as mais significativas, e pouco são abaladas pelo aumento desigual do desemprego registado dos jovens, superior ao das jovens. A partir de 2000, assinala-se, no entanto, uma diminuição da diferença entre ambos os sexos, nos jovens até aos 19 anos.

**Quadro 146** Desemprego registado, por grupo etário, segundo o sexo, de 1998 a 2003 (%)

Ano		Grupo etário					Total
		<= 19	20-24	25-29	<= 29	30 ou +	
1998	H	41,5	36,5	35,4	36,9	43,4	41,2
	M	58,5	63,5	64,6	63,1	56,6	58,8
	HM	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1999	H	33,9	34,4	33,6	34,0	42,9	40,2
	M	66,1	65,6	66,4	66,0	57,1	59,8
	HM	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2000	H	33,6	32,7	31,5	32,3	41,9	39,1
	M	66,4	67,3	68,5	67,7	58,1	60,9
	HM	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2001	H	37,0	35,2	33,0	34,4	41,4	39,4
	M	63,0	64,8	67,0	65,6	58,6	60,6
	HM	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2002	H	39,8	38,0	36,7	37,6	43,6	41,7
	M	60,2	62,0	63,3	62,4	56,4	58,3
	HM	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2003	H	41,4	39,6	38,3	39,2	45,0	43,2
	M	58,6	60,4	61,7	60,8	55,0	56,8
	HM	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Taxa de variação 1998- -2003	H	-20,8	5,1	38,3	13,1	29,8	24,7
	M	-20,6	-8,0	22,5	2,5	21,9	14,8
	HM	-20,7	-3,2	28,1	6,4	25,3	18,9

Fonte: IEFP – Direcção de Serviços de Estudos.

A distribuição regional do desemprego registado apresenta a configuração patente no quadro 147. Destaca-se uma concentração do desemprego nas áreas mais populosas – Norte e Lisboa e Vale do Tejo reúnem cerca de 70% do total nacional; bem como a pouca expressividade no Algarve e no Alentejo. O Alentejo apresenta, entre 1998 e 2003, uma descida generalizada das inscrições nos Centros de Emprego, e o Norte a maior subida, quer na população jovem quer na adulta.

**Quadro 147** Desemprego registado na população jovem (até 29 anos) e adulta (30 anos e mais), segundo a região, de 1998 a 2003 (% sobre o grupo etário)

Região		Ano						Taxa de variação 1998-2003
		1998	1999	2000	2001	2002	2003	
Norte	<= 29	37,9	38,1	38,9	39,2	40,3	41,9	17,6
	30 ou +	36,2	37,9	39,0	39,6	40,4	42,6	47,4
	Total	36,8	38,0	39,0	39,5	40,4	42,4	36,9
Centro	<= 29	15,8	16,1	16,7	16,1	15,8	15,5	4,5
	30 ou +	12,8	12,8	13,2	13,0	13,3	13,4	31,1
	Total	13,8	13,8	14,2	14,0	14,1	14,0	20,7
Lisboa V. T.	<= 29	34,3	33,9	32,8	33,3	34,2	32,9	2,1
	30 ou +	39,8	38,5	37,4	37,4	37,0	35,5	11,9
	Total	37,9	37,1	36,0	36,2	36,1	34,7	8,9
Alentejo	<= 29	7,7	7,9	7,7	7,2	5,7	5,8	-19,3
	30 ou +	7,6	7,3	7,2	6,4	5,7	5,2	-14,6
	Total	7,6	7,5	7,4	6,7	5,7	5,4	-16,2
Algarve	<= 29	4,2	4,0	3,9	4,2	3,9	3,7	-5,3
	30 ou +	3,6	3,4	3,2	3,6	3,6	3,3	15,4
	Total	3,8	3,6	3,4	3,7	3,7	3,5	7,6
Total	<= 29	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	6,4
	30 ou +	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	25,3
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	18,9

Fonte: IEFP – Direcção de Serviços de Estudos.

Observando agora o peso relativo da população jovem e adulta, quando comparadas entre si, assinala-se que, em Lisboa e no Norte, os jovens têm pesos relativos inferiores, comparativamente com o que acontece nas restantes regiões (quadro 148).

Lisboa e o Alentejo são as regiões onde as diferenças se mantêm mais estáveis ao longo dos anos, enquanto que nas outras regiões, e em particular na região Centro, as diferenças tendem a acentuar-se, distanciando jovens e adultos, e revelando uma diminuição do peso dos jovens. Em suma, no Centro, no Alentejo e no Algarve, apesar da predominância dos adultos, os jovens demonstram valores mais expressivos de desemprego registado.

**Quadro 148** Desemprego registado na população jovem (até 29 anos) e adulta (30 anos e mais), segundo a região, de 1998 a 2003 (% sobre a região)

Região		Ano					
		1998	1999	2000	2001	2002	2003
Norte	<= 29	35,2	31,0	29,7	29,3	31,2	30,3
	30 ou +	64,8	69,0	70,3	70,7	68,8	69,7
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Centro	<= 29	39,1	36,0	34,9	34,1	35,1	33,9
	30 ou +	60,9	64,0	65,1	65,9	64,9	66,1
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Lisboa V. T.	<= 29	30,9	28,2	27,1	27,1	29,6	29,0
	30 ou +	69,1	71,8	72,9	72,9	70,4	71,0
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Alentejo	<= 29	34,6	32,5	31,0	32,0	31,4	33,3
	30 ou +	65,4	67,5	69,0	68,0	68,6	66,7
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Algarve	<= 29	37,7	34,3	34,1	32,8	32,9	33,1
	30 ou +	62,3	65,7	65,9	67,2	67,1	66,9
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total	<= 29	34,2	30,9	29,7	29,5	31,3	30,6
	30 ou +	65,8	69,1	70,3	70,5	68,7	69,4
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IEFP – Direcção de Serviços de Estudos.

Internamente ao grupo jovem, verifica-se ao longo dos anos uma transição do peso relativo maior, do desemprego dos jovens dos 20 aos 24 anos, para os jovens dos 25 aos 29 anos (quadro 149). Esta transição acontece em primeiro lugar em Lisboa, em 1999, seguindo-se o Centro em 2000, e o Algarve e o Norte, em 2001. No Alentejo esta dinâmica não se verifica, embora, em termos absolutos, os jovens dos 25 aos 29 anos sejam os únicos a registar um aumento na situação de desempregados (0,4%), enquanto nos restantes a taxa de variação é negativa. O maior aumento no desemprego verificado nesta faixa etária acontece no Norte (39,4%). O Norte é ainda a única região a registar um crescimento de 5,3%, nos desempregados da faixa dos 15 a 19 anos, já que este grupo diminui o seu peso em todas as outras regiões.

**Quadro 149** Desemprego registado na população jovem (até 29 anos), por grupo etário, segundo a região, de 1998 a 2003 (%)

Região		Ano						Taxa de variação 1998-2003
		1998	1999	2000	2001	2002	2003	
Norte	<=19	14,6	14,6	13,9	14,6	14,2	13,1	5,3
	20-24	43,1	44,2	43,7	42,6	42,6	41,9	14,4
	25-29	37,8	41,2	42,3	42,8	43,2	45,0	39,7
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	17,6
Centro	<=19	15,5	14,2	12,7	12,8	12,5	10,7	-27,7
	20-24	46,5	47,2	44,0	43,6	42,2	42,0	-5,6
	25-29	38,0	38,6	43,4	43,6	45,3	47,3	29,9
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	4,5
Lisboa V.T.	<=19	12,1	10,8	11,4	11,8	11,5	10,1	-14,6
	20-24	45,9	44,1	42,6	40,5	39,3	38,9	-13,4
	25-29	42,0	45,1	45,9	47,6	49,1	51,0	23,8
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	2,1
Alentejo	<=19	16,7	15,2	13,4	13,6	13,1	12,9	-37,4
	20-24	47,9	47,4	47,6	44,8	44,6	43,0	-27,6
	25-29	35,4	37,4	39,0	41,6	42,3	44,1	0,4
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-19,3
Algarve	<=19	11,5	10,9	11,3	11,6	11,9	10,1	-16,8
	20-24	46,0	45,4	45,1	42,6	41,3	42,5	-12,5
	25-29	42,5	43,6	43,7	45,8	46,9	47,4	5,6
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-5,3
Total	<=19	15,6	13,2	12,8	13,2	12,9	11,6	-20,7
	20-24	45,1	44,9	43,7	42,2	41,5	41,0	-3,2
	25-29	39,3	41,9	43,5	44,6	45,6	47,3	28,1
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	6,4

Fonte: IEFP – Direcção de Serviços de Estudos.

A desagregação por sexo, no quadro da população jovem entre os 15 e os 29 anos, permite uma vez mais constatar o elevado peso da categoria feminina em todos os anos, e em todas as regiões (quadro 150). A taxa de variação revela, em todas as regiões, que o aumento do desemprego registado se efectuou essencialmente na população masculina, o que teve como consequência uma diminuição das diferenças entre sexos. Mas não conseguiu, em nenhuma medida, eliminá-las. O Alentejo e o Centro detêm, de modo geral para todos os anos, os contrastes mais elevados.

**Quadro 150** Desemprego registado na população jovem (até 29 anos), por sexo, segundo a região, de 1998 a 2003 (%)

Região		Ano						Taxa de variação 1998-2003
		1998	1999	2000	2001	2002	2003	
Norte	H	35,9	35,2	32,4	33,9	36,0	38,7	26,6
	M	59,7	64,8	67,6	66,1	64,0	61,3	20,8
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	17,6
Centro	H	33,9	31,6	29,6	30,9	33,4	34,0	4,9
	M	66,1	68,4	70,4	69,1	66,6	66,0	4,2
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	4,5
Lisboa V.T.	H	36,0	34,9	34,2	37,5	41,9	42,4	20,2
	M	64,0	65,1	65,8	62,5	58,1	57,6	-8,1
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	2,1
Alentejo	H	30,9	30,1	28,5	30,1	35,0	37,7	-1,4
	M	69,1	69,9	71,5	69,9	65,0	62,3	-27,3
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-19,3
Algarve	H	34,5	33,5	35,1	36,5	37,9	39,7	9,1
	M	65,5	66,5	64,9	63,5	62,1	60,3	-12,9
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-5,3
Total	H	36,9	34,0	32,3	34,4	37,6	39,2	13,1
	M	63,1	66,0	67,7	65,6	62,4	60,8	2,5
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	6,4

Fonte: IEFP – Direcção de Serviços de Estudos.

O quadro seguinte expõe a distribuição do desemprego registado na idade jovem e adulta, segundo as qualificações adquiridas. Observa-se, desde logo, uma inversão da população predominante, à medida que o grau de qualificação aumenta, i.e., se até ao 3.º ciclo a população adulta é sobrelvalorizada, em todos os anos, nos graus secundário e superior a situação inverte-se, e são os jovens quem detêm o maior peso relativo de desemprego registado.

O aumento no número de desempregados inscritos com esta qualificação dá-se, de modo ainda mais intenso, na população adulta (a taxa de variação aponta para 68,9% de aumento nos jovens com ensino superior; 68,0% nos adultos com ensino secundário e 111,2% nos adultos com ensino superior); mas o seu peso relativo, embora sofrendo um

alargamento progressivo, não chega a equilibrar ou suplantar o dos jovens. O aumento verifica-se também entre os jovens sem grau atribuído, e nos jovens com o 3.º ciclo, grau em que as populações de diferentes idades se encontram mais equilibradas.

**Quadro 151** Desemprego registado na população jovem (até 29 anos) e adulta (30 anos e mais), segundo o grau de qualificação, de 1998 a 2003 (%)

Ano	Sem grau atribuído	1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo	Secundário	Superior	Total	
1998	<= 29	4,4	9,1	46,4	48,9	65,6	62,8	33,8
	30 ou +	95,6	90,9	53,6	51,1	34,4	37,2	66,2
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1999	<= 29	3,5	7,2	41,4	46,2	62,3	61,7	30,9
	30 ou +	96,5	92,8	58,6	53,8	37,7	38,3	69,1
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2000	<= 29	4,0	6,2	38,4	45,7	59,7	60,3	29,7
	30 ou +	96,0	93,8	61,6	54,3	40,3	39,7	70,3
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2001	<= 29	4,2	5,8	37,2	47,1	57,8	56,6	29,5
	30 ou +	95,8	94,2	62,8	52,9	42,2	43,4	70,5
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2002	<= 29	4,4	5,9	37,1	49,0	57,7	57,2	31,3
	30 ou +	95,6	94,1	62,9	51,0	42,3	42,8	68,7
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2003	<= 29	5,4	5,4	34,8	47,9	54,0	57,4	30,6
	30 ou +	94,6	94,6	65,2	52,1	46,0	42,6	69,4
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Taxa de variação 1998-2003	<= 29	3,1	-34,6	-11,3	30,5	3,5	68,9	8,2
	30 ou +	-17,2	14,8	43,8	35,5	68,0	111,2	25,3
	Total	-16,3	10,3	18,2	33,1	25,6	84,7	19,5

Fonte: IEFP – Direcção de Serviços de Estudos.

No quadro 152 opta-se por expor as diferenciações internas ao grupo jovem, tendo por referência o total em cada idade. Sobressaem as incidências de desemprego compreendidas entre o 2.º ciclo e o secundário. O 3.º ciclo é o grau que regista maior aumento no decurso dos 6 anos em análise, com particular enfoque nos jovens entre os 20 e os 29 anos. Entre os 25 e os 29 anos, o aumento dá-se também na categoria sem grau atribuído, no 2.º ciclo, no secundário e, com maior intensidade,

no superior (o maior aumento registado no total das categorias e grupos etários). Na percentagem de desempregados inscritos com o 1.º ciclo dá-se a maior diminuição, compreendendo todas as idades.

**Quadro 152** Desemprego registado na população jovem (até 29 anos) por grau de qualificação, segundo o grupo etário, de 1998 a 2003 (%)

Ano	Sem grau atribuído	1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo	Secundário	Superior	Total	
1998	<=19	0,7	5,8	32,0	35,5	25,9	0,1	100,0
	20-24	0,8	7,2	25,1	21,3	36,0	9,6	100,0
	25-29	1,6	13,7	30,9	14,9	23,4	15,5	100,0
1999	<=19	0,6	5,0	29,4	37,9	27,1	0,0	100,0
	20-24	0,7	5,8	22,9	22,6	36,4	11,5	100,0
	25-29	1,3	12,2	29,7	14,6	24,5	17,6	100,0
2000	<=19	0,6	4,7	27,1	39,6	27,9	0,0	100,0
	20-24	0,8	5,3	21,6	23,9	35,1	13,3	100,0
	25-29	1,6	10,6	27,6	14,4	24,7	21,1	100,0
2001	<=19	0,5	4,8	27,1	42,5	25,2	0,0	100,0
	20-24	0,8	4,5	21,9	27,5	33,9	11,4	100,0
	25-29	1,6	9,9	27,7	15,7	25,1	19,9	100,0
2002	<=19	0,4	4,4	26,6	41,6	27,0	0,0	100,0
	20-24	0,7	4,1	21,2	28,5	34,1	11,4	100,0
	25-29	1,3	8,7	26,3	16,6	25,7	21,3	100,0
2003	<=19	0,7	4,7	26,4	41,3	26,9	0,0	100,0
	20-24	0,8	3,8	20,7	29,2	32,1	13,4	100,0
	25-29	1,4	7,8	24,7	17,4	25,3	23,5	100,0
Taxa de variação 1998-2003	<=19	-4,2	-28,7	-26,9	3,4	-7,7	-73,3	-11,2
	20-24	-7,7	-48,8	-20,0	33,0	-13,7	34,4	-3,2
	25-29	10,5	-27,0	2,4	49,5	38,1	93,7	28,1

Fonte: IEFP – Direcção de Serviços de Estudos.

As dificuldades existentes no acesso à informação sobre o número de alunos que, a cada ano, se diplomam nas universidades portuguesas e, simultaneamente, sobre a área de estudo dos indivíduos desempregados registados com qualificação superior (que apenas começou a ser tratado estatisticamente em Outubro de 2004), inviabiliza qualquer análise sistemática e aprofundada sobre as áreas onde os diplomados encontram os maiores problemas de empregabilidade. Pode referir-se ainda assim, em traços gerais, a existência de desempregados registados em grande parte

das áreas existentes. No entanto, em Fevereiro de 2005, é nas áreas da formação de professores e ciências da educação, ciências sociais e do comportamento, e comércio e administração, que se encontram as mais altas proporções de desempregados face ao total – respectivamente 19,2, 18,2 e 19,4%.<sup>14</sup>

No total, contabilizavam-se, no final de Fevereiro de 2005, 36 877 desempregados registados com qualificação superior (bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento). Entre os cursos com números absolutos de desempregados registados mais altos, contam-se direito (935), economia (872), psicologia (676), engenharia civil (597), educação de infância (588), engenharia mecânica (583) e gestão de empresas (575). Entre Outubro de 2004 e Fevereiro de 2005, alguns cursos sofreram aumentos significativos de desempregados registados, como é o caso de organização e gestão de empresas (variação de 62,5%, de 88 para 143 desempregados), engenharia agrícola (69,8%, de 63 para 107 desempregados), marketing (75,9%, de 83 para 146 desempregados) e engenharia alimentar (96,1%, de 77 para 151 desempregados). A inexistência de estatísticas sobre o número total de diplomados por cada um dos cursos inviabiliza a compreensão da verdadeira dimensão do desemprego assinalado nas diferentes áreas de formação superior.

O tempo de inscrição do desemprego, patente no quadro 153, onde se compara a população jovem e adulta através do seu peso relativo em cada categoria de duração, distribui-se de modo bastante regular, ao longo dos anos. O peso relativo mais aproximado situa-se no desemprego registado com menos de 6 meses – duração em que os jovens apresentam as percentagens mais elevadas de desemprego. Em termos absolutos, esta duração sofreu um aumento entre 1998 e 2003, na ordem dos 20%, aumento aliás semelhante ao verificado na mesma população mas na categoria “6-11 meses”. Nas categorias de maior duração de desemprego, os jovens apresentam sempre um peso relativo menor, e uma diminuição da variação absoluta.

---

<sup>14</sup> Fonte: IEFP – Direcção de Serviços de Estudos. Nas áreas de estudo referidas têm-se em conta apenas os cursos onde o número de desempregados inscritos era igual ou superior a 100 em Outubro de 2004 e Fevereiro de 2005 (primeiros e últimos dados disponíveis). O número de desempregados considerados nestas percentagens está, por isso, subavaliado. As áreas foram classificadas segundo o ISCED 97.

**Quadro 153** Desemprego registado na população jovem (até 29 anos) e adulta (30 anos e mais), por tempo de inscrição, de 1998 a 2003 (% sobre o tempo de inscrição)

Ano		< 6 meses	6-11 meses	12-23 meses	24 meses ou +	Total
1998	<= 29	49,7	36,4	29,2	13,1	33,8
	30 ou +	50,3	63,6	70,8	86,9	66,2
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1999	<= 29	48,1	29,8	24,2	10,4	30,9
	30 ou +	51,9	70,2	75,8	89,6	69,1
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2000	<= 29	47,1	28,9	21,8	8,6	29,7
	30 ou +	52,9	71,1	78,2	91,4	70,3
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2001	<= 29	46,2	27,8	19,8	6,3	29,5
	30 ou +	53,8	72,2	80,2	93,7	70,5
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2002	<= 29	46,8	28,3	20,3	6,0	31,3
	30 ou +	53,2	71,7	79,7	94,0	68,7
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2003	<= 29	46,0	30,3	22,5	6,9	30,6
	30 ou +	54,0	69,7	77,5	93,1	69,4
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Taxa de variação 1998-2003	<= 29	20,7	19,8	-7,1	-54,2	8,2
	30 ou +	40,0	58,0	31,9	-6,6	25,3
	Total	30,4	44,1	20,5	-12,8	19,5

Fonte: IEFP – Direcção de Serviços de Estudos.

A população adulta, por sua vez, apresenta aumentos nas três primeiras categorias, mas uma diminuição no desemprego mais prolongado (24 meses ou mais). Por relação com os jovens, revelam diferenças crescentes que acompanham o aumento da duração do desemprego – em média, mais 5% na categoria “< 6 meses”; mais 39,5% na categoria “6-11 meses”; mais 54,1% na categoria “12-23 meses”; e mais 82,9% na categoria “24 meses ou +”.

A distribuição do peso relativo das diferentes durações do desemprego no seio de cada grupo etário torna visível a concentração de desemprego registado jovem na categoria “< 6 meses” (que tem para os jovens, um peso maior que nos adultos); e dos adultos na categoria “24 meses ou +” (quadro 154).

**Quadro 154** Desemprego registado na população jovem (até 29 anos) e adulta (30 anos e mais), por tempo de inscrição, de 1998 a 2003 (% sobre o grupo etário)

Ano		< 6 meses	6-11 meses	12-23 meses	24 meses ou +	Total
1998	<= 29	54,2	18,3	17,5	10,0	100,0
	30 ou +	28,0	16,3	21,7	34,0	100,0
1999	<= 29	59,9	16,6	15,1	8,5	100,0
	30 ou +	28,8	17,5	21,1	32,6	100,0
2000	<= 29	62,6	16,6	13,7	7,2	100,0
	30 ou +	29,7	17,3	20,8	32,2	100,0
2001	<= 29	67,3	16,3	11,6	4,8	100,0
	30 ou +	32,8	17,7	19,6	29,9	100,0
2002	<= 29	68,8	16,4	11,2	3,6	100,0
	30 ou +	35,6	18,8	20,0	25,6	100,0
2003	<= 29	60,5	20,3	15,0	4,2	100,0
	30 ou +	31,3	20,6	22,8	25,3	100,0

Fonte: IEFP – Direcção de Serviços de Estudos.

Demonstra ainda, entre a população jovem, o aumento progressivo do peso relativo das duas categorias de menor duração, e a diminuição da duração mais longa. Ainda assim, cerca de 5% dos jovens desempregados enfrentam-no por 24 meses ou mais. São, de acordo com o quadro seguinte, essencialmente jovens dos 25 aos 29 anos, que aliás registam uma variação de mais 9,2% entre 1998 e 2003. No desemprego de 12 a 23 meses, os pesos relativos superiores repartem-se entre estes e os jovens dos 20 aos 24 anos. O grupo etário dos 25 aos 29 anos é, simultaneamente, o mais penalizado pela evolução no período de referência, i.e., onde os aumentos são maiores.

Na coluna relativa ao total, é também observável uma alteração do grupo etário de maior incidência do desemprego registado – até 1999 inclusive, o grupo dominante era o daqueles entre os 20 e os 24 anos; em 2001, o grupo dos 25 aos 29 anos igualiza o mesmo, e vem a ultrapassá-lo nos anos posteriores.

**Quadro 155** Desemprego registado na população jovem (até 29 anos), por tempo de inscrição, segundo o grupo etário, de 1998 a 2003 (%)

Ano	< 6 meses	6-11 meses	12-23 meses	24 meses ou +	Total	
1998	<=19	18,8	12,4	8,1	2,5	14,2
	20-24	47,0	45,4	45,9	40,4	45,8
	25-29	34,2	42,2	46,0	57,1	40,0
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1999	<=19	17,5	9,3	6,6	1,5	13,2
	20-24	47,2	41,3	43,7	38,4	44,9
	25-29	35,3	49,4	49,7	60,1	41,9
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2000	<=19	16,7	8,7	5,6	1,8	12,8
	20-24	45,6	39,9	43,6	36,5	43,7
	25-29	37,7	51,4	50,8	61,7	43,5
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2001	<=19	16,6	8,7	5,1	1,4	13,2
	20-24	44,0	37,6	42,1	33,9	42,2
	25-29	39,5	53,7	52,8	64,7	44,6
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2002	<=19	15,8	8,2	5,8	1,1	12,9
	20-24	42,9	37,1	41,7	33,4	41,5
	25-29	41,3	54,7	52,5	65,5	45,6
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2003	<=19	15,0	8,2	5,5	2,2	11,6
	20-24	43,0	36,7	40,4	35,9	41,1
	25-29	42,1	55,1	54,1	61,9	47,3
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Taxa de variação 1998-2003	<=19	-4,3	-20,8	-36,5	-61,1	-11,2
	20-24	10,4	-3,0	-18,2	-59,4	-3,2
	25-29	48,6	56,4	9,2	-50,3	28,1
	Total	20,7	19,8	-7,1	-54,2	8,2

Fonte: IEFP – Direcção de Serviços de Estudos.

A repartição, tomando por referência o total por idade, e não por duração de desemprego, confirma, uma vez mais, a concentração do emprego juvenil na sua duração mais curta, em particular entre os jovens dos 15 aos 19 anos (em que representa 80%); e uma expressão,

comparativamente aos restantes grupos, superior (embora com uma dinâmica de diminuição nos anos de referência, em que oscila de 14% para 5,5%) do desemprego de longa duração nos jovens entre os 25 e os 29 anos. Nas categorias mais longas, os jovens entre os 20 e os 29 anos apresentam percentagens na ordem dos 10 a 20%, tendo o peso dos jovens entre os 20 e os 24 anos, uma incidência inferior.

Em termos da situação de procura de emprego, a população jovem, por relação com a adulta, concentra-se sobretudo na procura de um novo emprego (quadro 156). É no entanto na procura de um novo emprego que se verificam as maiores variações positivas, em ambas as categorias etárias (27,3% na população adulta e 21,8% na população jovem).

**Quadro 156** Desemprego registado na população jovem (até 29 anos) e adulta (30 anos e mais), por situação de procura de emprego, de 1998 a 2003 (% sobre a situação de procura de emprego)

Ano		1.º Emprego	Novo Emprego	Total
1998	<= 29	86,1	26,7	33,8
	30 ou +	13,9	73,3	66,2
	Total	100,0	100,0	100,0
1999	<= 29	86,1	24,2	30,9
	30 ou +	13,9	75,8	69,1
	Total	100,0	100,0	100,0
2000	<= 29	85,2	23,4	29,7
	30 ou +	14,8	76,6	70,3
	Total	100,0	100,0	100,0
2001	<= 29	86	24,4	29,5
	30 ou +	14	75,6	70,5
	Total	100,0	100,0	100,0
2002	<= 29	89,6	26,6	31,3
	30 ou +	10,4	73,4	68,7
	Total	100,0	100,0	100,0
2003	<= 29	90,9	25,8	30,6
	30 ou +	9,1	74,2	69,4
	Total	100,0	100,0	100,0
Taxa de variação 1998-2003	<= 29	-22,7	21,8	8,2
	30 ou +	-51,9	27,3	25,3
	Total	-26,8	25,9	19,5

Fonte: IEFP – Direcção de Serviços de Estudos.

Observando, no entanto, a distribuição relativa tendo por referência não o total por situação, mas por grupo etário (quadro 157), sobressai a relevância da evolução previamente referida. A percentagem de adultos na procura de um novo emprego situa-se na ordem dos 97 a 99%; enquanto na população jovem oscila entre os 69 e os 78%. O peso relativo da procura do primeiro emprego, nos jovens, decresce de 30 para 21%.

**Quadro 157** Desemprego registado na população jovem (até 29 anos) e adulta (30 anos e mais), por situação de procura de emprego, de 1998 a 2003 (% sobre o grupo etário)

Ano		1.º Emprego	Novo Emprego	Total
1998	<= 29	30,6	69,4	100,0
	30 ou +	2,5	97,5	100,0
1999	<= 29	30,0	70,0	100,0
	30 ou +	2,2	97,8	100,0
2000	<= 29	29,3	70,7	100,0
	30 ou +	2,2	97,8	100,0
2001	<= 29	24,1	75,9	100,0
	30 ou +	1,6	98,4	100,0
2002	<= 29	21,4	78,6	100,0
	30 ou +	1,1	98,9	100,0
2003	<= 29	21,8	78,2	100,0
	30 ou +	1,0	99,0	100,0

Fonte: IEFP – Direcção de Serviços de Estudos.

No interior do grupo jovem, tendo como referência o total em cada situação de procura, observa-se, como seria de esperar, um peso relativo maior da procura de um novo emprego nos jovens entre os 25 e os 29 anos; e uma concentração da procura do primeiro emprego nos jovens entre os 20 e os 24 anos (quadro 158).

**Quadro 158** Desemprego registado na população jovem (até 29 anos), por situação de procura de emprego, segundo o grupo etário, de 1998 a 2003 (% sobre a situação de procura de emprego)

Ano	1.º Emprego	Novo Emprego	Total	
1998	<=19	29,8	7,3	14,2
	20-24	49,8	44,1	45,8
	25-29	20,4	48,6	40,0
	Total	100,0	100,0	100,0
1999	<=19	28,1	6,8	13,2
	20-24	50,5	42,5	44,9
	25-29	21,4	50,7	41,9
	Total	100,0	100,0	100,0
2000	<=19	27,8	6,6	12,8
	20-24	49,9	41,2	43,7
	25-29	22,3	52,2	43,5
	Total	100,0	100,0	100,0
2001	<=19	31,2	7,5	13,2
	20-24	46,9	40,7	42,2
	25-29	21,9	51,8	44,6
	Total	100,0	100,0	100,0
2002	<=19	33,9	7,2	12,9
	20-24	47,4	39,8	41,5
	25-29	18,7	53,0	45,6
	Total	100,0	100,0	100,0
2003	<=19	31,4	6,1	11,6
	20-24	48,1	39,1	41,1
	25-29	20,5	54,8	47,3
	Total	100,0	100,0	100,0
Taxa de variação 1998-2003	<=19	-18,4	1,8	-11,2
	20-24	-25,5	7,9	-3,2
	25-29	-22,3	37,4	28,1
	Total	-22,7	21,8	8,2

Fonte: IEFP – Direcção de Serviços de Estudos.

Em termos absolutos, o desemprego registado cresce apenas na procura de novo emprego, com especial incidência nos jovens do grupo etário superior (37,4%).

Apenas cerca de 30% dos jovens à procura do 1.º emprego têm entre 15 e os 19 anos. Mas, no total de jovens da referida idade, segundo o quadro 159, mais de 59% (o valor mais baixo, registado em 2003) estão, de facto, nessa situação. Embora com oscilações variáveis, o peso da procura do 1.º emprego decresce, entre 1998 e 2003, cerca de 5% (nos jovens entre os 15 e os 19 anos) a 7% (nos jovens entre os 25 e os 29 anos), crescendo de modo correspondente a categoria procura de novo emprego. Nesta situação, os jovens entre os 25 e os 29 anos vão de modo gradual aumentando, estabilizando entre 2002 e 2003, na casa dos 90%, demonstrando que a incidência forte do desemprego neste grupo etário, recorrente em análises anteriores, a partir de outras fontes, acontece essencialmente depois de iniciada a inserção laboral.

**Quadro 159** Desemprego registado na população jovem (até 29 anos), por situação de procura de emprego, segundo o grupo etário, de 1998 a 2003 (% sobre o grupo etário)

Ano		1.º Emprego	Novo Emprego	Total
1998	<=19	64,3	35,7	100,0
	20-24	33,3	66,7	100,0
	25-29	15,6	84,4	100,0
1999	<=19	64,0	36,0	100,0
	20-24	33,7	66,3	100,0
	25-29	15,3	84,7	100,0
2000	<=19	63,7	36,3	100,0
	20-24	33,4	66,6	100,0
	25-29	15,1	84,9	100,0
2001	<=19	56,9	43,1	100,0
	20-24	26,8	73,2	100,0
	25-29	11,9	88,1	100,0
2002	<=19	56,3	43,7	100,0
	20-24	24,4	75,6	100,0
	25-29	8,7	91,3	100,0
2003	<=19	59,0	41,0	100,0
	20-24	25,6	74,4	100,0
	25-29	9,5	90,5	100,0

Fonte: IEFP – Direcção de Serviços de Estudos.

Interessa, também, identificar os grupos profissionais onde o desemprego registado se verifica com maior intensidade. Do quadro 160 consta o peso relativo de jovens e adultos em cada grupo profissional.

O grupo dos especialistas e profissões intelectuais e científicas (grupo 2) é o único em que o peso dos desempregados jovens é superior aos dos adultos. No seguimento de análises anteriores, este parece ser um dos grupos profissionais em que se registam maiores constrangimentos à empregabilidade dos jovens.

Outros grupos registam diferenças não muito elevadas entre ambas as populações (dominando os adultos), embora tendencialmente crescentes – é o caso do pessoal administrativo (grupo 4), e dos serviços e vendedores (grupo 5), em que as diferenças médias rondam respectivamente os 13 e os 16%.

Os grupos de maior contraste, ou seja, em que os adultos representam, de longe, o grupo onde o desemprego mais incide, são os quadros superiores da administração pública (peso relativo superior em 66%) e os agricultores (superior em 74%).

**Quadro 160** Desemprego registado na população jovem (até 29 anos) e adulta (30 anos e mais), por profissão, de 1998 a 2003 (% sobre a profissão)

Ano		1	2	3	4	5	6	7	8	9	Total
1998	<= 29	22,3	65,7	33,9	48,1	46,2	15,1	24,8	20,0	23,7	33,8
	30 ou +	77,7	34,3	66,1	51,9	53,8	84,9	75,2	80,0	76,3	66,2
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1999	<= 29	19,3	64,6	32,2	44,4	42,7	13,1	21,4	16,8	20,5	30,9
	30 ou +	80,7	35,4	67,8	55,6	57,3	86,9	78,6	83,2	79,5	69,1
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2000	<= 29	17,9	62,6	30,6	42,9	41,0	12,0	19,0	15,4	19,6	29,7
	30 ou +	82,1	37,4	69,4	57,1	59,0	88,0	81,0	84,6	80,4	70,3
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2001	<= 29	14,7	60,3	30,2	41,7	39,9	12,2	19,3	17,9	20,6	29,5
	30 ou +	85,3	39,7	69,8	58,3	60,1	87,8	80,7	82,1	79,4	70,5
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2002	<= 29	13,9	61,1	33,9	43,4	41,9	12,3	20,8	20,1	22,0	31,3
	30 ou +	86,1	38,9	66,1	56,6	58,1	87,7	79,2	79,9	78,0	68,7
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2003	<= 29	13,7	60,1	33,9	40,7	41,8	13,4	20,1	18,4	21,9	30,6
	30 ou +	86,3	39,9	66,1	59,3	58,2	86,6	79,9	81,6	78,1	69,4
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Taxa de variação 1998-2003	<= 29	-27,3	58,2	52,3	-11,4	4,4	-34,1	7,4	13,6	3,6	8,2
	30 ou +	31,9	101,6	52,1	19,9	24,6	-24,2	41,2	26,1	15,1	25,3
	Total	18,7	73,0	52,2	4,8	15,3	-25,7	32,8	23,6	12,3	19,5

Fonte: IEFP – Direcção de Serviços de Estudos.

Legenda: 1 – Q. Superiores Adm. Pública, Dirigentes e Q.S. Empresas; 2 – Especialistas, Prof. Intelectuais e Científicas; 3 – Técnicos e Profissionais Nível Intermédio; 4 – Pessoal Adm. e Similares; 5 – Pessoal dos Serviços e Vendedores; 6 – Agricultores e Trab. Qualif. Agricultura e Pescas; 7 – Operários, Artífices e Trab. Similares; 8 – Operadores Instalações e Máquinas e Trab. Montagem; 9 – Trab. Não Qualificados.

Quanto à distribuição do desemprego registado no total dos desempregados em cada uma das idades, verifica-se, entre 1998 e 2003, nos jovens, um aumento do peso relativo nos especialistas e profissões intelectuais e nos técnicos e profissionais de níveis intermédios (quadro 161). As categorias de maior peso relativo são, em ambos os grupos etários, o pessoal administrativo (cerca de 23% nos adultos e 12% nos jovens) e dos serviços e vendedores (na ordem dos 23% nos adultos e 14% nos jovens). No grupo profissional dos operários, a população adulta regista um aumento ao longo dos anos. Nos profissionais não qualificados, os jovens apresentam uma relativa estabilidade no período de referência (cerca de 15%).

**Quadro 161** Desemprego registado na população jovem (até 29 anos) e adulta (30 anos e mais), por profissão, de 1998 a 2003 (% sobre o grupo etário)

Ano		1	2	3	4	5	6	7	8	9	Total
1998	<= 29	0,9	8,8	6,8	24,5	23,9	2,1	11,1	5,9	15,9	100,0
	30 ou +	1,6	2,3	6,8	13,5	14,2	6,1	17,2	12,1	26,1	100,0
1999	<= 29	0,9	10,4	7,4	24,3	24,2	1,9	10,5	5,6	14,7	100,0
	30 ou +	1,6	2,6	7,0	13,6	14,5	5,6	17,2	12,4	25,6	100,0
2000	<= 29	0,8	12,4	7,7	23,8	24,4	1,8	9,0	5,1	14,9	100,0
	30 ou +	1,6	3,1	7,3	13,4	14,9	5,6	16,3	11,9	25,8	100,0
2001	<= 29	0,7	11,4	7,9	22,6	24,0	1,6	9,4	6,3	16,1	100,0
	30 ou +	1,6	3,1	7,6	13,2	15,1	4,9	16,4	12,2	25,9	100,0
2002	<= 29	0,6	11,9	8,9	21,7	22,8	1,3	10,6	6,8	15,5	100,0
	30 ou +	1,7	3,4	7,9	12,9	14,4	4,3	18,3	12,3	24,9	100,0
2003	<= 29	0,6	12,9	9,6	20,1	23,1	1,3	11,1	6,2	15,2	100,0
	30 ou +	1,7	3,8	8,2	12,9	14,2	3,7	19,4	12,2	23,9	100,0

Fonte: IEFP – Direcção de Serviços de Estudos.

Legenda: 1 – Q. Superiores Adm. Pública, Dirigentes e Q.S. Empresas; 2 – Especialistas, Prof. Intelectuais e Científicas; 3 – Técnicos e Profissionais Nível Intermédio; 4 – Pessoal Adm. e Similares; 5 – Pessoal dos Serviços e Vendedores; 6 – Agricultores e Trab. Qualif. Agricultura e Pescas; 7 – Operários, Artífices e Trab. Similares; 8 – Operadores Instalações e Máquinas e Trab. Montagem; 9 – Trab. Não Qualificados.

No quadro 162, as tendências anteriores são observáveis no interior do grupo jovem, em particular entre os 25 e os 29 anos, onde nos especialistas e profissionais de nível intermédio se regista uma evolução de 89,3 e 74,8%, respectivamente.

A distribuição por idades segue, regra geral, padrões regulares ao longo dos anos. Revela ainda um peso relativo bastante elevado do desemprego entre profissionais não qualificados nos jovens dos 15 aos

19 anos, que se mantém estável, na ordem dos 17%, entre 1998 e 2003. Em conjunto com o pessoal dos serviços e vendedores (na ordem dos 35%), são os grupos onde se denota, na mesma idade, maior desemprego juvenil registado. Entre os 20 e os 29 anos, as percentagens mais elevadas concentram-se nos grupos administrativo e pessoal dos serviços e vendedores.

**Quadro 162** Desemprego registado na população jovem (até 29 anos), por profissão, segundo o grupo etário, de 1998 a 2003 (%)

Ano		1	2	3	4	5	6	7	8	9	Total
1998	<=19	0,0	0,5	4,0	23,8	35,4	1,6	13,6	3,3	17,6	100,0
	20-24	0,7	8,4	7,0	27,8	24,1	1,7	10,0	5,9	14,4	100,0
	25-29	1,4	12,2	7,6	21,1	19,6	2,8	11,6	6,8	16,9	100,0
1999	<=19	0,0	0,6	4,7	24,9	35,5	1,5	13,6	2,8	16,3	100,0
	20-24	0,7	9,9	7,8	27,4	24,8	1,5	8,9	5,5	13,5	100,0
	25-29	1,3	14,1	8,0	20,8	20,0	2,5	11,1	6,6	15,6	100,0
2000	<=19	0,0	0,5	4,7	26,3	36,4	1,6	11,4	2,8	16,4	100,0
	20-24	0,7	11,1	8,1	26,6	25,3	1,4	7,8	5,3	13,8	100,0
	25-29	1,2	17,3	8,1	20,3	20,1	2,2	9,5	5,7	15,6	100,0
2001	<=19	0,0	0,4	5,3	23,7	36,3	1,2	12,1	3,5	17,5	100,0
	20-24	0,5	9,8	8,1	25,1	25,2	1,3	8,2	6,6	15,3	100,0
	25-29	1,1	16,2	8,5	19,9	19,2	2,0	9,7	7,0	16,4	100,0
2002	<=19	0,0	0,4	6,5	22,3	35,2	1,2	13,7	3,5	17,1	100,0
	20-24	0,3	9,6	9,0	24,4	24,3	1,1	9,3	7,0	14,9	100,0
	25-29	1,0	17,1	9,6	19,0	18,0	1,5	10,8	7,5	15,6	100,0
2003	<=19	0,0	0,5	6,4	20,3	36,6	1,5	14,6	2,9	17,1	100,0
	20-24	0,4	10,4	9,7	22,1	25,2	1,2	10,1	6,2	14,8	100,0
	25-29	1,0	18,1	10,3	18,3	17,8	1,3	11,0	7,1	15,1	100,0
Taxa de variação 1998-2003	<=19	-20,0	-19,6	40,5	-24,3	-8,2	-18,1	-4,3	-21,3	-13,6	-11,2
	20-24	-54,1	20,0	33,2	-22,8	1,4	-32,8	-2,4	0,7	-0,4	-3,2
	25-29	-11,5	89,3	74,8	11,2	16,6	-38,3	22,0	32,4	13,9	28,1
Total	-27,3	58,2	52,3	-11,4	4,4	-34,1	7,4	13,6	3,6	8,2	

Fonte: IEFP – Direcção de Serviços de Estudos.

Legenda: 1 – Q. Superiores Adm. Pública, Dirigentes e Q.S. Empresas; 2 – Especialistas, Prof. Intelectuais e Científicas; 3 – Técnicos e Profissionais Nível Intermédio; 4 – Pessoal Adm. e Similares; 5 – Pessoal dos Serviços e Vendedores; 6 – Agricultores e Trab. Qualif. Agricultura e Pescas; 7 – Operários, Artífices e Trab. Similares; 8 – Operadores Instalações e Máquinas e Trab. Montagem; 9 – Trab. Não Qualificados.

Observando agora a configuração do desemprego registado segundo o sector de actividade em que se insere, assinala-se, no quadro 163, que é

no sector dos serviços que se verificam as maiores percentagens de jovens e adultos, embora os primeiros assumam sempre pesos relativos consideravelmente superiores (na ordem dos 65/68%, contra 52/53% nos adultos). É também neste sector de actividade que os jovens registam o maior aumento entre 1998 e 2003 (48,7%).

**Quadro 163** Desemprego registado na população jovem (até 29 anos) e adulta (30 anos e mais), por actividade, de 1998 a 2003 (%)

Ano		Agricultura e pesca	Indústria, energia, água e construção	Serviços	Total
1998	<= 29	4,4	30,9	64,7	100,0
	30 ou +	9,6	38,6	51,8	100,0
1999	<= 29	3,9	30,7	65,4	100,0
	30 ou +	7,5	39,2	53,3	100,0
2000	<= 29	3,8	28,5	67,6	100,0
	30 ou +	7,6	39,3	53,1	100,0
2001	<= 29	3,3	29,9	66,8	100,0
	30 ou +	6,7	40,3	53,0	100,0
2002	<= 29	2,4	30,3	67,3	100,0
	30 ou +	5,7	41,4	52,9	100,0
2003	<= 29	2,3	29,9	67,8	100,0
	30 ou +	4,9	42,0	53,1	100,0
Taxa de variação 1998-2003	<= 29	-24,6	37,5	48,7	42,1
	30 ou +	-1,2	111,4	99,1	94,2
	Total	-5,4	90,9	80,2	77,3

Fonte: IEFP – Direcção de Serviços de Estudos.

Na distribuição a partir do total do desemprego por idade (quadro 164), a agricultura aparece como uma actividade residual, independentemente da faixa etária. Do mesmo modo, em todos os grupos etários que a população jovem compreende, são os serviços a actividade onde predomina o desemprego registado. Interessante é também o facto do peso relativo do desemprego na actividade industrial ser superior nos jovens entre os 15 e os 19 anos.

**Quadro 164** Desemprego registado na população jovem (até 29 anos), por actividade, segundo o grupo etário, de 1998 a 2003 (%)

Ano		Agricultura e pesca	Indústria, energia, água e construção	Serviços	Total
1998	<=19	4,8	37,5	57,8	100,0
	20-24	3,7	29,9	66,4	100,0
	25-29	4,9	30,8	64,3	100,0
1999	<=19	4,4	37,5	58,1	100,0
	20-24	3,3	29,9	66,8	100,0
	25-29	4,4	30,5	65,1	100,0
2000	<=19	4,8	34,2	61,0	100,0
	20-24	3,4	28,3	68,3	100,0
	25-29	4,1	28,0	67,9	100,0
2001	<=19	3,8	33,8	62,5	100,0
	20-24	2,9	29,5	67,6	100,0
	25-29	3,6	29,6	66,8	100,0
2002	<=19	3,0	37,1	59,8	100,0
	20-24	2,1	30,4	67,5	100,0
	25-29	2,6	29,3	68,1	100,0
2003	<=19	3,4	38,1	58,6	100,0
	20-24	2,2	29,9	67,8	100,0
	25-29	2,3	29,0	68,7	100,0

Fonte: IEFP – Direcção de Serviços de Estudos.

Pertinente é, ainda, de modo sumário, analisar as taxas de satisfação da procura do desemprego registado.<sup>15</sup> No quadro seguinte consta a taxa de satisfação na população jovem<sup>16</sup>, por ano, segundo o grupo etário, o sexo e a região. É, globalmente, inferior na região do Alentejo, e entre os jovens dos 25 aos 29 anos.

Verifica-se que a taxa de satisfação é tendencialmente superior na população masculina, em particular nos jovens dos 15 aos 24 anos, e nas regiões do Norte e Centro. As diferenças de género apresentam, no entanto, alguma diminuição, a partir de 2001. Nas restantes regiões, nomeadamente em Lisboa e Vale do Tejo, a tendência chega mesmo a

<sup>15</sup> Segundo a publicação do IEFP, *Situação no Mercado de Emprego – Relatório Anual 2003*, a taxa de satisfação da procura é calculada segundo a fórmula “colocações de desempregados ao longo do ano/desemprego no fim do ano anterior + desempregados inscritos ao longo do ano \* 100”.

<sup>16</sup> Não é possível apresentar dados quanto à população adulta.

inverter-se, nomeadamente nos anos mais recentes. Trata-se de padrões coincidentes com outras análises efectuadas ao desemprego tendo por base o sexo.

**Quadro 165** Taxa de satisfação da procura na população jovem (até 29 anos), segundo o grupo etário, o sexo e a região, de 1998 a 2003 (%)

Grupo etário	Região		1998	1999	2000	2001	2002	2003	
<= 19	Norte	H	13,3	18,3	21,4	18,0	13,3	11,0	
		M	10,7	13,8	15,2	12,1	9,7	8,6	
	Centro	H	19,8	25,1	31,5	29,1	27,5	22,5	
		M	14,6	18,6	22,1	21,1	19,4	16,3	
	Lisboa e V.T.	H	13,5	14,4	15,7	13,1	9,5	6,2	
		M	11,4	13,2	14,7	13,3	10,9	7,5	
	Alentejo	H	5,1	6,8	6,8	6,0	6,3	5,7	
		M	3,8	6,5	6,0	4,9	6,2	5,6	
	Algarve	H	16,1	20,5	19,9	17,7	14,2	14,1	
		M	12,0	14,7	18,7	15,6	13,9	12,0	
	20-24	Norte	H	8,7	11,5	12,5	10,7	9,2	8,1
			M	7,8	10,2	11,0	8,9	7,7	7,6
Centro		H	15,9	19,8	22,5	21,7	19,7	18,3	
		M	13,2	16,1	16,7	17,3	15,9	14,1	
Lisboa e V.T.		H	10,2	11,2	13,2	10,9	8,3	6,6	
		M	9,5	10,4	11,1	10,0	8,8	6,6	
Alentejo		H	5,6	6,7	8,4	5,9	6,5	6,0	
		M	4,9	7,3	6,7	5,6	6,3	5,4	
Algarve		H	14,1	15,3	17,8	17,5	15,3	12,6	
		M	13,0	15,6	15,4	15,9	13,9	12,1	
25-29		Norte	H	7,0	8,9	9,9	7,5	6,7	6,2
			M	6,5	8,3	8,9	7,4	6,6	6,3
	Centro	H	12,3	15,9	16,6	17,0	13,6	13,8	
		M	10,0	12,7	12,8	13,9	12,9	11,5	
	Lisboa e V.T.	H	8,3	9,2	10,4	8,6	6,4	5,3	
		M	7,3	8,3	9,0	7,5	6,8	4,9	
	Alentejo	H	3,7	5,5	6,5	4,8	5,1	5,7	
		M	5,2	7,3	6,5	6,3	6,1	5,4	
	Algarve	H	13,2	15,4	15,7	15,6	15,2	13,4	
		M	12,3	13,5	15,6	15,8	12,7	11,6	

Fonte: IEFP – Direcção de Serviços de Estudos.

A taxa de variação da satisfação da procura pode ser observada no quadro 166. É no Alentejo, bem como no Centro, que a taxa tende, entre 1998 e 2003, a aumentar. Em Lisboa e Vale do Tejo a taxa decresce significativamente, nomeadamente nos jovens entre os 15 e os 19 anos; atingindo tanto a população masculina como a feminina.

**Quadro 166** Taxa de variação da satisfação da procura na população jovem (até 29 anos), por grupo etário, segundo a região, entre 1998 e 2003 (%)

Região		1998-2003		
		<= 19	20-24	25-29
Norte	H	-17,8	-6,7	-12,3
	M	-19,3	-1,5	-3,8
Centro	H	13,9	15,1	11,8
	M	11,8	6,5	14,6
Lisboa V.T.	H	-53,8	-34,6	-36,3
	M	-34,0	-31,1	-31,9
Alentejo	H	12,5	5,9	55,1
	M	47,4	9,8	4,7
Algarve	H	-12,9	-11,0	1,9
	M	-0,2	-7,2	-5,6

Fonte: IEFP – Direcção de Serviços de Estudos.

Finalizando, observam-se ainda as colocações realizadas com a mediação dos Centros de Emprego<sup>17</sup>. No quadro 167 elas configuram-se, para os anos de referência, por sexo e grupo etário. Desde logo se constata, comparando a população jovem e adulta, que a percentagem de colocações dos jovens é superior àquela registada nos adultos, independentemente do sexo, apesar de mais aproximada na população feminina.

<sup>17</sup> Trata-se de “ofertas de emprego satisfeitas, com candidatos apresentados pelos Centros de Emprego”, em IEFP (2003), *Situação do Mercado de Emprego, Relatório Anual – 2003*; Departamento de Planeamento Estratégico, Direcção de Serviços de Estudos.

**Quadro 167** Colocações, por grupo etário, segundo o sexo, de 1998 a 2003 (%)

Ano		<= 19	20-24	25-29	<= 29	>= 30	Total
1998	H	25,8	46,9	27,2	64,5	35,5	100,0
	M	22,9	47,7	29,4	59,4	40,6	100,0
	HM	24,1	47,4	28,5	61,5	38,5	100,0
1999	H	26,3	46,5	27,2	63,5	36,5	100,0
	M	22,7	47,1	30,1	57,1	42,9	100,0
	HM	24,2	46,9	29,0	59,6	40,4	100,0
2000	H	26,9	45,6	27,6	62,5	37,5	100,0
	M	22,8	45,7	31,5	55,1	44,9	100,0
	HM	24,4	45,7	29,9	57,8	42,2	100,0
2001	H	27,2	45,2	27,6	62,9	37,1	100,0
	M	21,5	45,0	33,5	54,1	45,9	100,0
	HM	23,8	45,1	31,2	57,3	42,7	100,0
2002	H	24,7	45,2	30,1	61,8	38,2	100,0
	M	19,8	44,3	35,9	52,5	47,5	100,0
	HM	21,7	44,7	33,6	55,8	44,2	100,0
2003	H	21,0	45,2	33,8	58,8	41,2	100,0
	M	17,5	45,0	37,5	51,2	48,8	100,0
	HM	19,0	45,1	35,9	54,2	45,8	100,0

Fonte: IEFP – Direcção de Serviços de Estudos.

Verifica-se ainda, no seguimento das análises anteriores, que os jovens menos beneficiados pelas colocações são os compreendidos entre os 15 e os 19 anos, e os 25 e os 29 anos; sendo que as jovens apresentam, na última faixa etária, alguma vantagem.

A taxa de variação, patente no quadro 168, demonstra inclusivamente que as colocações dos jovens de idade inferior diminuíram entre 1998 e 2003, à semelhança do que aconteceu no grupo mais beneficiado pelas colocações, entre os 20 e os 24 anos, o que não se verifica na idade superior. No total dos jovens, também se deu uma diminuição, ao contrário do que aconteceu na população adulta e, em particular, nas mulheres adultas.

**Quadro 168** Taxa de variação das colocações, por grupo etário, segundo o ano e sexo, entre 1998 e 2003 (%)

Ano		<= 19	20-24	25-29	<= 29	>= 30	Total
1998-2003	H	-26,2	-12,7	12,3	-9,4	15,1	-0,7
	M	-31,5	-15,7	13,9	-10,6	24,7	3,7
	HM	-29,1	-14,5	13,2	-10,1	21,1	1,9

Fonte: IEFP – Direcção de Serviços de Estudos.

c) Análise dos dados do desemprego subsidiado de 1998 a 2003  
(Segurança Social)

Tendo como base os registos da Segurança Social entre 1998 e 2003, se se comparar os dados referentes aos jovens e aos adultos que recebem subsídio de desemprego ou subsídio social de desemprego<sup>18</sup>, independentemente do sexo, constata-se que os últimos registam percentagens mais elevadas em todos os anos, o que se justifica tendo em conta o número de indivíduos em cada escalão etário. As mulheres encontram-se, por sua vez, globalmente mais representadas do que os homens, sobretudo entre os jovens, sendo que a taxa de variação dos beneficiários do regime de protecção do desemprego entre 1998 e 2003 aumenta de forma ligeiramente mais acentuada entre estes e entre a população feminina, tanto jovem como adulta (quadros 169 e 170).

**Quadro 169** População jovem (15-29 anos) e adulta (30 anos e mais) a receber subsídio de desemprego, por tipo de subsídio e sexo, em 1998-2003 (%)

Ano	Tipo de subsídio	Jovens			Adultos			Total
		M	F	Total	M	F	Total	
1998	Subsídio desemprego	41,5	58,5	22,7	53,3	46,7	77,3	100,0
	Subsídio social de desemprego	38,1	61,9	32,9	42,1	57,9	67,1	100,0
	Total	39,4	60,6	27,9	48,0	52,0	72,1	100,0
1999	Subsídio desemprego	38,2	61,8	22,3	52,5	47,5	77,7	100,0
	Subsídio social de desemprego	35,7	64,3	32,7	40,4	59,6	67,3	100,0
	Total	36,7	63,3	27,4	46,9	53,1	72,6	100,0
2000	Subsídio desemprego	35,1	64,9	20,6	51,1	48,9	79,4	100,0
	Subsídio social de desemprego	33,1	66,9	31,7	38,2	61,8	68,3	100,0
	Total	34,0	66,0	25,7	45,7	54,3	74,3	100,0
2001	Subsídio desemprego	33,0	67,0	20,6	48,7	51,3	79,4	100,0
	Subsídio social de desemprego	31,8	68,2	32,0	36,7	63,3	68,0	100,0
	Total	32,3	67,7	25,5	43,9	56,1	74,5	100,0
2002	Subsídio desemprego	33,8	66,2	21,2	47,6	52,4	78,8	100,0
	Subsídio social de desemprego	32,6	67,4	33,1	36,8	63,2	66,9	100,0
	Total	33,2	66,8	26,2	43,4	56,6	73,8	100,0
2003	Subsídio desemprego	37,2	62,8	24,9	48,4	51,6	75,1	100,0
	Subsídio social de desemprego	35,5	64,5	34,0	38,2	61,8	66,0	100,0
	Total	36,4	63,6	28,2	45,0	55,0	71,8	100,0

Fonte: Estatísticas da Segurança Social.

<sup>18</sup> O subsídio de desemprego exige 270 dias de descontos para a segurança social nos 360 dias que antecedem a data do desemprego, enquanto as condições de acesso ao subsídio social de desemprego passam por um período de descontos de 180 dias nos mesmos 360 dias anteriores à data do desemprego. Este último tipo de subsídio implica ainda rendimentos mensais *per capita* do agregado familiar não superiores a 70% do salário mínimo e a sua atribuição tem também lugar em situações em que os beneficiários esgotem os períodos de concessão do subsídio de desemprego.

São, todavia, de assinalar algumas diferenças relativamente à distribuição sexual e aos dois tipos de subsídio. Assim, a atribuição do subsídio social de desemprego observa-se em maior proporção nos indivíduos do sexo feminino do que do sexo masculino, sendo mais representada entre as jovens do que nas mulheres com 30 ou mais anos, denotando-se também aqui uma maior penalização na população jovem. De resto, entre 1998 e 2003 o peso do subsídio social de desemprego chega mesmo a diminuir entre os homens adultos (quadro 169). Quanto ao subsídio de desemprego, do total de indivíduos do sexo feminino que o recebem, são mais uma vez as jovens que se encontram sobrerrepresentadas, aumentando ainda de forma acentuada entre 1998 e 2003.

Já entre os indivíduos do sexo masculino a situação inverte-se. Tanto o subsídio de desemprego como o subsídio social de desemprego são atribuídos, ao longo dos seis anos em análise, em maior número aos adultos comparativamente aos jovens, apesar de a diferença ser mais significativa no primeiro tipo de apoio ao desemprego (quadro 169). A taxa de variação de 1998 para 2003 revela, por sua vez, um aumento mais acentuado dos beneficiários deste tipo de subsídio do que do subsídio social de desemprego, sendo também este aumento mais significativo entre os jovens do que entre os adultos (quadro 170), apesar das taxas superiores que os segundos registam ao longo dos anos.

Numa perspectiva de evolução pode-se assinalar ainda uma diminuição progressiva, entre 1998 e 2001, do número de jovens do sexo masculino que beneficiam do regime de protecção do desemprego, voltando este a subir sobretudo a partir de 2002 e conhecendo o maior aumento em 2003. No mesmo sentido, também 2002 e 2003 correspondem aos anos onde se registam os maiores aumentos das taxas entre as jovens do sexo feminino. A comparação com a população adulta não apresenta, neste caso, diferenças significativas entre os homens, constata-se um aumento dos subsídios a partir de 2002. Na população feminina com 30 ou mais anos a subida é mais acentuada ao longo dos vários anos, apesar de o maior aumento se registar também em 2003 (quadro 170).

**Quadro 170** Taxa de variação anual da população jovem (15-29 anos) e adulta (30 anos e mais) a receber subsídio de desemprego, por tipo de subsídio e sexo, em 1998-2003

Ano	Tipo de subsídio	Jovens			Adultos			Total
		M	F	Total	M	F	Total	
1998/1999	Subsídio de desemprego	-5,5	8,3	2,6	3,3	6,9	5,0	4,4
	Subsídio social de desemprego	-9,7	0,0	-3,7	-6,6	0,3	-2,6	-3,0
	Total	-0,8	3,2	-1,2	-0,8	3,4	1,4	0,7
1999/2000	Subsídio de desemprego	-8,1	5,0	0,0	7,5	13,4	10,3	8,0
	Subsídio social de desemprego	-15,4	-5,0	-8,7	-9,4	-0,8	-4,3	-5,7
	Total	-12,3	-1,0	-5,1	0,8	6,1	3,6	1,2
2000/2001	Subsídio de desemprego	0,6	10,6	7,1	2,1	12,6	7,2	7,2
	Subsídio social de desemprego	-6,2	-0,4	-2,3	-7,6	-1,3	-3,7	-3,2
	Total	-3,2	4,3	1,7	-1,4	5,9	2,6	2,4
2001/2002	Subsídio de desemprego	18,6	14,3	15,7	8,9	13,7	11,3	12,2
	Subsídio social de desemprego	13,5	9,1	10,5	5,2	4,6	4,8	6,6
	Total	15,9	11,4	12,9	7,7	9,6	8,8	9,8
2002/2003	Subsídio de desemprego	84,9	59,4	68,1	39,3	34,6	36,9	43,5
	Subsídio social de desemprego	25,1	10,4	15,2	14,7	8,0	10,4	12,0
	Total	53,6	33,1	39,9	31,4	23,2	26,7	30,2
1998/2003	Subsídio de desemprego	91,6	129,3	113,6	71,9	109,0	89,2	94,7
	Subsídio social de desemprego	1,6	13,9	9,2	-5,6	11,0	4,0	5,7
	Total	39,1	58,1	50,6	39,5	57,0	48,6	49,2

Fonte: Estatísticas da Segurança Social.

Resumindo, tem-se em primeiro lugar que levar em consideração as diferenças percentuais entre o total de jovens e de adultos, já que a representação numérica dos segundos é, naturalmente, mais elevada. É possível observar-se, igualmente, valores mais elevados na população feminina no acesso tanto ao subsídio de desemprego como ao subsídio social de desemprego. Ainda na análise dos seis anos aqui considerados, as mais penalizadas são as jovens do sexo feminino. De registar igualmente o aumento das taxas de variação anual até 2003, no que diz respeito, principalmente, ao acesso ao subsídio de desemprego. Também aqui os jovens foram mais penalizados.

Ainda relativamente ao desemprego juvenil subsidiado, verifica-se na generalidade uma diminuição percentual até 2001 no acesso ao subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego, que volta progressivamente a aumentar até 2003 (quadro 169). O mesmo é verificável ao observar-se as taxas de variação negativas até 2000, onde é visível uma diminuição dos jovens a receber subsídio, associado a taxas de desemprego mais baixas nesse período. Estas taxas nos três períodos seguintes

vão aferir-se positivas, correspondendo a um crescimento do número de jovens a receber subsídio (quadro 170).

Analisando as diferenças nas taxas registadas nas várias regiões do país (quadro 171), observa-se que a Região Autónoma dos Açores apresenta as maiores percentagens de jovens a receber subsídio face ao total de subsidiados (entre cerca de 43% e 45%), seguindo-se o Algarve (entre 29% e 32%) e a Região Autónoma da Madeira, cujas percentagens oscilam entre aproximadamente 27% e 32% ao longo dos anos. No Alentejo e em Lisboa e Vale do Tejo observam-se, por seu lado, as percentagens mais baixas, aferindo-se diferenças pouco significativas quando comparadas as duas regiões (entre cerca de 23% e 26%). As regiões do Norte e Centro situam-se, por sua vez, numa posição intermédia, registando taxas em torno dos 26% a 30%, respectivamente, entre 1998 e 2003.

**Quadro 171** População jovem (15-29 anos) a receber subsídio de desemprego, por tipo de subsídio e região, em 1998-2003 (%)

Ano	Tipo de subsídio	Região								
		Desc. <sup>19</sup>	Norte	Centro	Lisboa V. Tejo	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira	Total
1998	Subsídio de desemprego	23,3	24,0	25,3	20,1	20,6	23,1	38,9	23,1	22,7
	Subsídio social de desemprego	32,9	33,3	34,2	32,5	26,1	36,1	49,2	41,2	32,9
	Total	27,6	28,5	29,9	25,7	24,7	32,2	44,7	32,1	27,9
1999	Subsídio de desemprego	21,7	23,3	25,0	19,7	20,4	22,9	38,9	24,7	22,3
	Subsídio social de desemprego	34,4	31,7	34,2	34,2	25,6	34,8	51,6	38,3	32,7
	Total	26,8	27,2	29,6	26,1	24,2	31,0	45,4	31,3	27,4
2000	Subsídio de desemprego	18,6	21,9	22,6	18,1	19,4	22,3	34,0	23,0	20,6
	Subsídio social de desemprego	31,1	31,7	33,6	32,5	24,3	32,4	50,5	35,8	31,7
	Total	23,3	26,2	27,6	23,8	22,9	29,0	43,4	28,8	25,7
2001	Subsídio de desemprego	18,3	21,2	22,6	18,6	21,2	23,7	35,5	22,1	20,6
	Subsídio social de desemprego	27,6	33,0	34,4	31,9	23,3	32,8	51,3	32,0	32,0
	Total	21,9	26,1	27,7	23,4	22,6	29,5	44,1	26,7	25,5
2002	Subsídio de desemprego	20,8	21,7	23,0	19,4	22,1	23,1	36,0	23,1	21,2
	Subsídio social de desemprego	30,4	33,1	36,1	33,6	25,1	33,8	52,4	34,4	33,1
	Total	24,4	26,4	28,5	24,4	24,0	29,5	45,0	28,3	26,2
2003	Subsídio de desemprego	22,3	25,3	26,5	23,0	26,0	26,6	38,8	29,1	24,9
	Subsídio social de desemprego	34,2	34,7	34,6	34,9	26,0	32,9	50,9	37,2	34,0
	Total	26,3	28,6	29,3	26,7	26,0	30,0	44,6	32,3	28,2

Fonte: Estatísticas da Segurança Social.

No que diz respeito às variações anuais, não se verificam alterações muito significativas em qualquer uma das regiões (quadro 172). Em

<sup>19</sup> As estatísticas da Segurança Social incluem dados de subsídios atribuídos que não correspondem a nenhuma das sete regiões ao nível da NUT II, justificando assim uma categoria designada por “desconhecida”.

2000 e 2001 registam-se, todavia, percentagens ligeiramente mais baixas, correspondendo 1998 e 1999 aos anos que apresentam os valores mais elevados na generalidade das regiões, voltando estes a aumentar em 2003. Este último corresponde, de resto, ao ano em que se registam as maiores taxas de variação positivas, sobretudo nas regiões Norte e em Lisboa e Vale do Tejo, seguindo-se os Açores, a Madeira, o Centro, o Algarve e o Alentejo. O período de 1999 para 2000 é, pelo contrário, o único em que as percentagens de subsídios atribuídos aos jovens diminuem na totalidade das regiões.

**Quadro 172** Taxa de variação anual da população jovem (15-29 anos) a receber subsídio de desemprego, por tipo de subsídio e região, em 1998-2003 (%)

Ano	Tipo de subsídio	Região								
		Desc.	Norte	Centro	Lisboa V. Tejo	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira	Total
1998/1999	Subsídio de desemprego	9,8	-2,6	27,2	0,5	8,5	-10,1	12,9	3,0	2,6
	Subsídio social de desemprego	0,6	-12,0	20,0	2,7	-1,5	-19,7	-3,7	-14,9	-3,7
	Total	4,9	-8,0	23,0	1,8	0,6	-17,7	2,6	-8,5	-1,2
1999/2000	Subsídio de desemprego	0,0	2,7	2,6	-1,4	0,7	2,4	-33,7	-6,5	0,0
	Subsídio social de desemprego	-7,2	-3,4	-4,5	-16,0	-6,7	-10,0	-5,7	-18,0	-8,7
	Total	-3,7	-0,6	-1,4	-9,9	-5,0	-7,1	-17,4	-13,4	-5,1
2000/2001	Subsídio de desemprego	0,0	3,6	9,8	10,9	12,2	11,7	-1,1	-14,1	7,1
	Subsídio social de desemprego	-6,5	5,2	3,1	-6,2	-14,5	-8,7	-13,1	-17,3	-2,3
	Total	-3,2	4,4	6,1	1,7	-8,2	-3,4	-9,1	-15,9	1,7
2001/2002	Subsídio de desemprego	21,7	14,4	22,4	15,1	21,6	11,5	-2,3	11,4	15,7
	Subsídio social de desemprego	14,6	8,5	18,4	12,1	8,3	3,0	1,1	13,3	10,5
	Total	18,3	11,3	20,2	13,6	12,1	5,6	-0,1	12,4	12,9
2002/2003	Subsídio de desemprego	55,0	72,7	63,5	64,9	67,7	67,5	72,6	65,5	68,1
	Subsídio social de desemprego	40,6	22,9	2,2	16,7	3,7	10,0	16,2	11,6	15,2
	Total	48,3	47,0	31,1	41,3	23,9	28,2	36,3	35,5	39,9
1998/2003	Subsídio de desemprego	107,0	104,9	186,8	108,5	150,0	91,9	24,8	52,4	113,6
	Subsídio social de desemprego	40,6	19,1	43,1	5,8	-11,8	-25,3	-7,2	-27,1	9,2
	Total	71,4	56,3	102,8	49,6	21,9	0,0	4,9	1,6	50,6

Fonte: Estatísticas da Segurança Social.

São de salientar ainda as diferenças ao nível do registo de jovens a receber subsídio de desemprego daqueles que recebem subsídio social de desemprego. A segunda modalidade do regime de protecção do desemprego demonstra, assim, taxas mais elevadas ao longo dos seis anos e na totalidade das regiões, revelando, em alguns casos, diferenças bastante assinaláveis (quadro 171). Por outro lado, é o subsídio de desemprego que conhece as maiores taxas de variação positiva entre 1998 e 2003, com aumentos mais significativos nas regiões Centro e Alentejo, seguindo-se Lisboa e Vale do Tejo, Norte e Algarve. A Madeira e os Açores, quando comparadas com as restantes regiões, são as que registam os aumentos menos expressivos. Já o subsídio social de desemprego diminui mesmo

nestas duas regiões entre 1998 e 2003, bem como no Algarve e no Alentejo, registando-se o maior aumento na região Centro (quadro 172).

São visíveis, desta forma, ainda sem ter em consideração as diferenças regionais, taxas de variação negativas até 2000, o que significa uma diminuição do número de jovens a receber subsídio, associada a taxas de desemprego mais baixas nesse período. Nos três períodos seguintes (2000/2001; 2001/2002; 2002/2003) observa-se, pelo contrário, um crescimento percentual, tanto a nível global como regional (quadro 171), facto que fica a dever-se a um ciclo económico desfavorável que conduz ao crescimento do número de jovens a receber subsídio. Considerando a taxa de variação global de 1998 para 2003, é de destacar um aumento fortemente significativo, sobretudo no que diz respeito ao subsídio de desemprego (quadro 172).

Por sua vez, quando comparados os dois tipos de subsídio de acordo com a distribuição etária, constata-se que a sobre-representação do subsídio social de desemprego apenas se observa nos jovens até aos 24 anos, enquanto naqueles que têm entre 25 e 29 anos regista-se uma taxa superior de subsídios de desemprego atribuídos (quadro 173). Por outro lado, entre 1998 e 2003, enquanto o subsídio de desemprego aumenta entre os jovens de ambos os sexos e dos vários escalões etários, o subsídio social de desemprego apresenta taxas de variação negativas nos jovens até aos 24 anos (quadro 174).

**Quadro 173** População jovem (15-29 anos) a receber subsídio de desemprego, por tipo de subsídio, grupo etário e sexo, em 1998-2003 (%)

Ano	Tipo de subsídio	15-19		20-24		25-29		Total	
		M	F	M	F	M	F	M	F
1998	Subsídio de desemprego	1,5	2,0	17,3	23,3	22,7	33,2	41,5	58,5
	Subsídio social de desemprego	3,3	5,0	19,3	28,9	15,5	28,0	38,1	61,9
	Total	2,6	3,8	18,5	26,7	18,4	30,1	39,4	60,6
1999	Subsídio de desemprego	1,4	1,8	15,4	24,6	21,4	35,4	38,2	61,8
	Subsídio social de desemprego	2,9	4,8	17,7	29,8	15,1	29,6	35,7	64,3
	Total	2,3	3,6	16,8	27,7	17,7	32,0	36,7	63,3
2000	Subsídio de desemprego	1,0	1,6	13,5	24,9	20,7	38,3	35,1	64,9
	Subsídio social de desemprego	2,5	4,8	16,1	30,7	14,5	31,4	33,1	66,9
	Total	1,8	3,4	15,0	28,2	17,2	34,4	34,0	66,0
2001	Subsídio de desemprego	0,8	1,4	12,3	23,6	19,9	42,1	33,0	67,0
	Subsídio social de desemprego	2,6	4,8	14,7	30,2	14,5	33,2	31,8	68,2
	Total	1,8	3,2	13,6	27,2	16,9	37,3	32,3	67,7
2002	Subsídio de desemprego	0,8	1,3	11,7	21,9	21,3	43,0	33,8	66,2
	Subsídio social de desemprego	2,5	4,1	14,6	28,9	15,5	34,4	32,6	67,4
	Total	1,7	2,8	13,2	25,6	18,3	38,4	33,2	66,8
2003	Subsídio de desemprego	1,3	1,7	13,2	21,6	22,7	39,4	37,2	62,8
	Subsídio social de desemprego	2,5	3,5	15,2	26,3	17,8	34,8	35,5	64,5
	Total	1,8	2,5	14,0	23,7	20,6	37,4	36,4	63,6

Fonte: Estatísticas da Segurança Social.

No que diz respeito à distribuição, por sexo, dos beneficiários do regime de protecção no desemprego, são as jovens do sexo feminino as que apresentam as maiores percentagens globais entre 1998 e 2003, aproximadamente mais 21% a 35% do que os jovens do sexo masculino. São, por sua vez, os jovens entre os 25 e os 29 anos de ambos os sexos os que registam as maiores percentagens de subsídios recebidos em todos os anos, seguindo-se os que têm entre 20 a 24 anos e, por fim, apresentando valores particularmente mais baixos, os que têm menos de 20 anos (quadro 173). No mesmo sentido, é entre os que têm de 25 a 29 anos que a taxa de variação de 1998 para 2003 aumenta de forma mais significativa, sobretudo entre as jovens do sexo feminino (quadro 174). Entre as jovens que se situam neste escalão etário verifica-se uma subida progressiva do número de subsídios atribuídos a partir de 2000 até 2003, sendo neste último ano que se regista a taxa de variação positiva mais acentuada, situação que se observa igualmente nas que têm até 24 anos. Nos jovens do sexo masculino observa-se um decréscimo gradual das taxas registadas até 2001, aumentando ligeiramente em 2002 e, tal como para o sexo feminino, mais acentuadamente em 2003.

**Quadro 174** Taxa de variação anual da população jovem (15-29 anos) a receber subsídio de desemprego, por tipo de subsídio, grupo etário e sexo, em 1998-2003 (%)

Ano	Tipo de subsídio	15-19		20-24		25-29		Total	
		M	F	M	F	M	F	M	F
1998/1999	Subsídio de desemprego	-4,1	-5,1	-8,6	8,2	-3,3	9,2	-5,5	8,3
	Subsídio social de desemprego	-14,7	-6,6	-11,4	-0,6	-6,6	1,8	-9,7	0,0
	Total	-12,2	-6,3	-10,3	2,5	-5,0	5,1	-8,0	3,2
1999/2000	Subsídio de desemprego	-29,9	-11,8	-12,6	1,6	-3,4	8,3	-8,1	5,0
	Subsídio social de desemprego	-22,4	-10,2	-17,0	-5,9	-12,2	-3,2	-15,4	-5,0
	Total	-24,3	-10,5	-15,4	-3,2	-7,8	2,0	-12,3	-1,0
2000/2001	Subsídio de desemprego	-14,3	-8,6	-2,2	1,1	3,2	17,5	0,6	10,6
	Subsídio social de desemprego	4,1	-1,3	-11,1	-4,1	-2,6	3,3	-6,2	-0,4
	Total	-0,2	-2,8	-7,6	-2,1	0,4	10,2	-3,2	4,3
2001/2002	Subsídio de desemprego	13,1	6,3	10,0	7,6	24,1	18,4	18,6	14,3
	Subsídio social de desemprego	4,8	-6,3	9,8	5,7	18,8	14,3	13,5	9,1
	Total	6,5	-3,9	9,9	6,4	21,6	16,4	15,9	11,4
2002/2003	Subsídio de desemprego	188,4	132,1	89,3	66,1	78,7	53,9	84,9	59,4
	Subsídio social de desemprego	14,9	-0,9	19,6	4,7	32,0	16,4	25,1	10,4
	Total	52,0	27,5	48,4	29,3	57,5	36,1	53,6	33,1
1998/2003	Subsídio de desemprego	88,2	88,7	62,7	98,4	113,9	153,3	91,6	129,3
	Subsídio social de desemprego	-17,0	-23,2	-14,1	-0,6	25,1	35,5	1,6	13,9
	Total	7,3	-0,1	14,4	33,6	68,5	87,0	39,1	58,1

Fonte: Estatísticas da Segurança Social.

Assim, mais do que falar-se em diferenças significativas em termos etários (salvaguardando os baixos valores dos que têm menos de 20 anos,

dado que será muito menor o número de activos), é de salientar uma assimetria de género, já que são as jovens do sexo feminino as mais penalizadas.

Analisando a situação dos jovens em 2003, ano para o qual se encontram disponíveis os dados mais recentes, confirma-se a maior proporção da população feminina a receber subsídio, bem como a subida mais acentuada entre elas, de 1998 para 2003, quando comparados estes números com os que caracterizam os jovens do sexo masculino (quadro 175). Do mesmo modo, também a sobrerrepresentação dos jovens entre os 25 e 29 anos se confirma nas várias regiões.

**Quadro 175** População jovem (15-29 anos) a receber subsídio de desemprego por tipo de subsídio, grupo etário, sexo e região, em 2003 (%)

Tipo de subsídio	Grupo etário	Sexo	Região								
			Desc.	Norte	Centro	Lisboa V. Tejo	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira	Total
Subsídio de desemprego	15-19	M	0,0	1,8	0,9	1,0	1,2	0,8	1,9	1,8	1,3
		F	1,0	2,4	1,7	1,0	1,2	1,0	1,5	4,1	1,7
	20-24	M	12,2	14,2	11,5	12,9	13,1	11,4	14,4	12,5	13,2
		F	18,6	23,5	23,9	18,2	20,0	21,4	24,6	26,2	21,6
	25-29	M	23,3	21,6	18,8	26,0	24,6	21,3	18,7	20,0	22,7
		F	44,9	36,5	43,1	40,9	39,9	44,0	38,8	35,4	39,4
	Total	M	35,5	37,6	31,2	39,9	38,9	33,6	35,0	34,3	37,2
		F	64,5	62,4	68,8	60,1	61,1	66,4	65,0	65,7	62,8
Subsídio social de desemprego	15-19	M	0,0	3,0	2,3	2,1	2,1	2,2	2,5	3,1	2,5
		F	3,4	3,9	3,5	2,8	3,5	3,7	4,1	6,2	3,5
	20-24	M	21,1	15,6	12,7	16,1	14,1	15,3	14,6	13,6	15,2
		F	21,6	26,8	27,9	23,8	28,2	25,6	31,3	31,9	26,3
	25-29	M	17,2	17,4	15,4	21,2	14,9	17,2	10,8	14,5	17,8
		F	36,6	33,4	38,3	34,1	37,2	36,1	36,7	30,6	34,8
	Total	M	38,4	35,9	30,4	39,3	31,1	34,6	27,9	31,2	35,5
		F	61,6	64,1	69,6	60,7	68,9	65,4	72,1	68,8	64,5
Total	15-19	M	0,0	2,3	1,5	1,4	1,7	1,6	2,3	2,4	1,8
		F	2,1	3,0	2,4	1,8	2,5	2,6	2,9	5,1	2,5
	20-24	M	16,1	14,8	12,0	14,2	13,7	13,7	14,5	13,0	14,0
		F	19,9	24,9	25,5	20,5	24,7	23,9	28,3	28,8	23,7
	25-29	M	20,6	19,8	17,4	24,1	19,1	18,9	14,4	17,4	20,6
		F	41,3	35,2	41,1	38,1	38,3	39,3	37,6	33,2	37,4
	Total	M	36,7	36,9	30,9	39,7	34,4	34,2	31,1	32,9	36,4
		F	63,3	63,1	69,1	60,3	65,6	65,8	68,9	67,1	63,6

Fonte: Estatísticas da Segurança Social.

A comparação entre os dois tipos de subsídio revela mais uma vez a predominância do subsídio social de desemprego atribuído aos jovens até aos 24 anos e, pelo contrário, o maior peso do subsídio de desemprego no escalão etário dos 25 aos 29 anos (quadro 175). Em termos globais,

como referido anteriormente, este último corresponde ao tipo de subsídio a registar as mais altas taxas de variação entre 1998 e 2003, num sentido ascendente, verificando-se, pelo contrário, em algumas regiões, um decréscimo das taxas de subsídio social de desemprego registadas para os jovens de ambos os sexos, nomeadamente nos Açores, Madeira, Alentejo e Algarve (quadro 176).

**Quadro 176** Taxa de variação da população jovem (15-29 anos) a receber subsídio de desemprego, por tipo de subsídio, grupo etário, sexo e região, entre 1998 e 2003 (%)

Tipo de subsídio	Grupo etário	Sexo	Região								
			Desc.	Norte	Centro	Lisboa V. Tejo	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira	Total
Subsídio de desemprego	15-19	M	-100,0	75,3	25,0	206,2	127,8	400,0	9,5	80,0	88,2
		F	-25,0	59,5	95,2	197,8	320,0	525,0	38,5	90,9	88,7
	20-24	M	16,1	66,1	83,0	61,6	53,1	68,3	-15,0	33,3	62,7
		F	103,7	109,1	179,9	64,3	130,5	93,3	21,8	36,0	98,4
	25-29	M	122,6	97,7	151,8	135,6	128,0	73,1	0,9	52,2	113,9
		F	183,0	134,4	293,4	137,7	257,3	103,6	80,0	71,1	153,3
	Total	M	61,5	83,4	115,8	106,3	95,8	74,2	-5,9	45,8	91,6
		F	144,9	120,4	237,2	110,0	203,6	102,3	51,5	56,0	129,3
Subsídio social de desemprego	15-19	M	-100,0	-10,4	12,4	-17,0	-42,2	-34,5	-61,7	3,8	-17,0
		F	14,3	-14,4	-9,3	-31,3	-40,0	-30,2	-19,2	-48,6	-23,2
	20-24	M	36,1	-8,6	-8,7	-13,3	-22,4	-38,2	-28,8	-20,3	-14,1
		F	22,0	20,0	35,7	-14,5	-23,5	-36,7	-4,4	-31,3	-0,6
	25-29	M	11,1	17,4	49,3	46,6	20,0	-12,1	-35,8	-6,7	25,1
		F	112,5	52,2	99,0	25,6	2,1	-10,9	40,8	-28,6	35,5
	Total	M	15,6	2,2	15,7	10,8	-9,1	-27,2	-36,4	-12,3	1,6
		F	62,5	31,3	59,7	2,7	-13,0	-24,2	12,8	-32,2	13,9
Total	15-19	M	-100,0	14,6	16,4	18,0	-25,5	-19,7	-48,7	25,0	7,3
		F	0,0	7,9	16,8	-5,7	-27,1	-18,3	-10,5	-24,4	-0,1
	20-24	M	26,9	21,1	27,3	15,7	-2,8	-20,8	-23,2	0,8	14,4
		F	54,4	55,5	89,3	14,6	-0,6	-15,7	4,4	-9,2	33,6
	25-29	M	62,7	57,0	101,5	93,7	62,4	14,1	-18,4	22,8	68,5
		F	150,6	91,9	186,1	79,6	49,5	20,4	56,7	7,6	87,0
	Total	M	36,6	37,4	59,7	53,3	22,6	-4,6	-23,9	13,1	39,1
		F	101,2	69,9	130,7	47,4	21,5	2,6	26,6	-3,2	58,1

Fonte: Estatísticas da Segurança Social.

Quando comparadas as mesmas taxas por região e idade, verificam-se, de facto, algumas particularidades. No que diz respeito ao subsídio de desemprego, este encontra-se mais representado nas regiões autónomas dos Açores e Madeira, seguindo-se a região Norte, nos jovens até aos 24 anos. De entre os jovens do sexo masculino que têm entre 25 e 29 anos, é nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Alentejo que se registam as maiores taxas (26% e 24,6%), enquanto as raparigas do mesmo escalão etário que mais recebem este tipo de subsídio residem nas regiões Cen-

tro e Algarve (43,1% e 44%). Neste escalão etário, destaca-se a região Centro com as maiores taxas de aumento de subsídios registados entre 1998 e 2003 para os jovens de ambos os sexos, correspondendo os Açores, a Madeira e o Algarve às regiões que, comparativamente, menos sofrem variações ao longo dos seis anos em análise, embora a subida seja também aqui uma tendência significativa. De resto, do total de jovens dos 25 aos 29 anos a receber apoio no desemprego apenas se regista uma diminuição ligeira entre a população masculina da região autónoma dos Açores (quadro 176).

Por sua vez, os jovens até aos 20 anos registam, como é de esperar, dado que será muito menor o número de activos, percentagens bastante baixas de qualquer tipo de apoio no desemprego. Entre 1998 e 2003 o subsídio social de desemprego, por seu lado, conhece uma variação média negativa nos jovens do sexo masculino até aos 24 anos em todas as regiões, e nas jovens da mesma idade, à excepção das regiões Norte e Centro que, na população juvenil feminina, registam um aumento médio destas taxas. Nos jovens que têm entre 25 e 29 anos a taxa de subsídio social de desemprego apenas decresce no Algarve, Açores e Madeira (excepto entre as jovens do sexo feminino residentes na Região Autónoma dos Açores, onde se observa um crescimento da mesma) (quadro 176). Porém, apesar da diminuição das taxas registadas, a Madeira e os Açores mantêm-se as regiões que apresentam as maiores taxas deste tipo de subsídio entre as jovens dos 20 aos 24 anos (31,9% e 31,3%, respectivamente) (quadro 175). Os jovens da mesma idade que o recebem em maior número residem, por sua vez, nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Norte (16,1% e 15,6%). Por fim, a população masculina dos 25 aos 29 anos é mais representada no Norte e Algarve (17,4% e 17,2%) e a mesma população do sexo feminino apresenta as maiores taxas nas regiões Centro e Alentejo (38,3% e 37,2%).

#### d) Síntese

Segundo os dados relativos aos Censos 1991 e 2001, a taxa de desemprego da população jovem quase duplica a da população adulta. É tanto mais alta, e mais progressiva, quanto menor for a idade. Atinge sobretudo o sexo feminino (apesar de alguma diminuição dos contrastes entre 1991 e 2001), e regista-se sobretudo nas regiões de Lisboa, no Alentejo e nos Açores.

No total da população jovem desempregada, as jovens têm um peso relativo superior, bem como aqueles compreendidos entre os 20 e os 24 anos. A procura do primeiro emprego evidencia-se sobretudo nos jovens entre os 15 e os 19 anos, mas também, de modo crescente, entre os 25 e os 29 anos (principalmente as jovens), demonstrando o prolongamento

das trajectórias escolares. A larga maioria dos jovens desempregados já teve, contudo, experiências profissionais anteriores. A duração do desemprego aumentou consideravelmente, no prazo de uma década, entre os jovens, situando-se principalmente na categoria 1 a 4 meses, em 2001. O desemprego de curto prazo (30 dias) é o dominante entre os 15 e os 19 anos; e no mais longo (mais de 7 meses) a percentagem de população feminina é dominante.

Os jovens são menos cobertos por sistemas de protecção no desemprego, estando maioritariamente a cargo da família nesse período. É essencialmente entre os 20 e os 29 anos, e no sexo feminino, que esta cobertura funciona. A percentagem que afirma continuar a subsistir por via do trabalho, mesmo em situação de desemprego, indiciando a integração em sistemas de trabalho precário, diminui em 2001. Em termos de qualificações, são sobretudo os jovens com o 3.º ciclo e o secundário aqueles que se encontram em situação de desemprego. A licenciatura apresenta também uma dinâmica de evolução: a percentagem de desempregados jovens licenciados quase duplica a de adultos. É nos jovens entre os 25 e os 29 anos, e na população feminina, que se verificam os maiores agravamentos, em todos os níveis de qualificação. Em termos profissionais, o desemprego atinge sobretudo as raparigas, e os grupos não qualificados, os operários, o pessoal dos serviços, com particular peso entre os 15 e os 19 anos. A maior evolução registou-se, todavia, nos especialistas e profissionais intelectuais, e nos técnicos de nível intermédio, na população dos 25 aos 29 anos. A tendência de feminização do desemprego jovem não se verifica nos operários.

No que diz respeito aos dados do Inquérito ao Emprego, a observação de como os jovens desempregados se posicionam face à situação geral do país passou por duas análises complementares. Em primeira instância, foi efectuada uma comparação entre a taxa de desemprego juvenil e o valor relativo ao total nacional, constatando-se que aquela tem acompanhado as tendências da taxa nacional, embora com valores e crescimento bastante mais acentuados. A segunda análise prendeu-se com a percentagem de jovens desempregados que se inscrevem em Centros de Emprego e a relação de quantos usufruem de subsídio de desemprego ou social de desemprego. No que toca à inscrição em Centros de Emprego, verifica-se que nos escalões etários mais baixos esta é mais reduzida. Em termos comparativos entre os escalões etários jovens e os adultos, a tendência atrás referida torna-se ainda mais notável. Quanto à atribuição de subsídio de desemprego ou de subsídio social de desemprego, verifica-se uma sub-beneficiação dos desempregados jovens; a grande maioria dos jovens desempregados não aufer qualquer tipo de apoio, embora, mais uma vez, exista um esbatimento desta realidade com o aumento da idade dos indivíduos.

Segundo os dados relativos ao desemprego registado (IEFP), foi possível apurar que os jovens constituem cerca de um terço da população desempregada registada. Aqueles até aos 19 anos são o segmento de menor peso relativo, e os de 25 aos 29 anos o segmento de maior agravamento. Trata-se sobretudo de uma população feminina, que se evidencia mais quanto maior for a idade. Sob o ponto de vista regional, Lisboa e Norte reúnem cerca de 70% do desemprego registado a nível nacional, mas são também as zonas em que o peso relativo dos jovens é inferior; e o Algarve é a região de menor representatividade. O Norte é, cumulativamente, a única região onde se regista um aumento dos jovens desempregados registados entre os 15 e os 19 anos, em regressão nas restantes regiões. O Alentejo e o Centro apresentam os contrastes de género mais elevados do país. Em termos de qualificação, é no grau secundário e superior que se posiciona a maioria dos jovens desempregados registados, por comparação com a população adulta. O desemprego registado incide ainda sobre os jovens dos 20 aos 29 anos, com o 3.º ciclo; e na população sem grau formal, com o 2.º ciclo ou secundário, entre os 25 e os 29 anos. Os jovens situam-se sobretudo no desemprego registado há menos de 6 meses; sendo que esta e a categoria seguinte (6-11 meses) sofrem um aumento progressivo; ainda que 5% dos desempregados jovens o sejam por 24 meses ou mais, essencialmente no grupo 25 a 29 anos.

O desemprego registado contempla, de modo crescente, jovens à procura de um novo emprego. A procura do primeiro emprego decorre sobretudo de jovens entre os 20 e os 24 anos. Em termos profissionais, o desemprego registado incide principalmente nos grupos administrativos, e serviços e vendedores, entre os 20 e os 29 anos. Uma vez mais, são os especialistas e profissionais intelectuais que assumem o maior aumento de peso relativo. Relativamente à actividade, a maior intensidade do desemprego jovem verifica-se nos serviços, em particular entre os 25 e os 29 anos.

Em termos de satisfação da procura, ela verifica-se principalmente na região Norte e Centro, na população masculina, entre os 15 e os 24 anos. Pelo contrário, tem menor significado na região do Alentejo, e entre os 25 e 29 anos. Os jovens, nomeadamente entre os 20 e os 24 anos, mais do que a população adulta, tendem a beneficiar das colocações realizadas a partir dos Centros de Emprego. As jovens apresentam, neste domínio, alguma vantagem.

Tendo por base os registos da Segurança Social, pode evidenciar-se algumas tendências relativamente ao desemprego juvenil subsidiado. Entre 1998 e 2003 encontram-se globalmente mais representadas as jovens, quer ao nível do subsídio de desemprego, quer ao nível do subsídio social de desemprego. Apesar de poder assinalar-se uma diminuição

progressiva, entre 1998 e 2001, do número de jovens do sexo masculino que beneficiam do regime de protecção do desemprego, este volta a subir sobretudo a partir de 2002, obtendo o maior aumento em 2003. No mesmo sentido, regista-se similarmente este acréscimo no sexo feminino.

Focando a atenção nas diferenças percentuais entre os dois tipos de subsídio, verifica-se uma diminuição no seu acesso por parte dos jovens até 2001. Por outro lado, um crescimento progressivo ocorre novamente até 2003. O subsídio social de desemprego demonstra taxas mais elevadas ao longo dos seis anos, particularmente nos jovens até aos 24 anos. O subsídio de desemprego conhece as maiores taxas de variação positiva no período global entre 1998 e 2003, nomeadamente entre aqueles que têm de 25 a 29 anos. Aliás, são estes que apresentam percentagens mais elevadas de subsídios recebidos em todos os anos aqui considerados. De entre estes é de salientar, novamente, as jovens do sexo feminino, que apresentam as maiores percentagens globais entre 1998 e 2003 na distribuição dos beneficiários do regime de protecção no desemprego.

Salientando as diferenças regionais, observa-se que é na Região Autónoma dos Açores que se apresentam as maiores percentagens de jovens abrangidos pelo regime de protecção do desemprego, face ao total de subsidiados. Segue-se o Algarve e a Região Autónoma da Madeira. Também aqui se denota que, no ano de 2003, existe um aumento percentual na generalidade das regiões no acesso a este regime.

Analisando apenas o ano de 2003, comprova-se que de entre os jovens são as raparigas que recebem mais subsídios neste âmbito. Da mesma maneira, regista-se a sobrerrepresentação dos jovens entre os 25 e 29 anos nas várias regiões do país. De entre os dois tipos de subsídios, revela-se o predomínio do subsídio de desemprego, sobretudo entre os 25 e 29 anos. Nos jovens do sexo masculino isso revela-se nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Alentejo. Nas jovens, como já foi referido, é mais evidente nomeadamente nas regiões do Algarve e Centro do país.

### **3. CAMINHOS INCERTOS DE INTEGRAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO: ANÁLISE DAS ENTREVISTAS DE GRUPO**

Com o intuito de perceber melhor as diferentes trajetórias de inserção no mercado de trabalho foram realizadas algumas entrevistas de grupo (*focus group*) com jovens, já inseridos no mercado de trabalho, de diferentes perfis qualificacionais e profissionais. Nestas entrevistas procurou-se não só traçar as experiências efectivas destes jovens, através de uma análise dos percursos individuais de cada um, mas também perceber que representações do mercado do trabalho têm estes jovens, ou seja, que opiniões, expectativas, receios e necessidades apresentam.

Introduzir esta análise qualitativa permite discutir em profundidade as práticas e as representações de determinados perfis de inserção no mercado de trabalho. Por outro lado, a realização de *focus group* torna-se particularmente interessante, ao permitir fomentar um debate profícuo entre os jovens envolvidos, percebendo a (re)produção das representações face ao mercado laboral português, sendo simultaneamente identificadas as principais necessidades manifestadas pelos jovens em questão.

As entrevistas realizadas estruturaram-se em torno de quatro grandes dimensões de análise. Em primeiro lugar, discutiu-se as experiências de formação (escolar e profissional) e a adequação destas ao mercado de trabalho. Em seguida, procurou-se perceber os diferentes processos de inserção no mercado de trabalho, através de uma análise de estratégias, experiências e trajetórias profissionais. Os diferentes mecanismos – formais e informais – de apoio à integração laboral foram o terceiro tópico de análise. Finalmente, procurou-se perceber de que forma a cultura dos jovens se integra nas diferentes culturas organizacionais, nomeadamente, discutindo-se os valores face ao trabalho, as situações de discriminação, e os projectos de futuro dos jovens entrevistados. O presente capítulo segue esta mesma estrutura.

#### **3.1. Caracterização dos entrevistados**

O principal critério que conduziu à selecção dos jovens entrevistados prende-se com a diversidade de perfis qualificacionais e de situações laborais. Foram realizadas entrevistas de grupo a três perfis distin-

tos: (1) jovens altamente qualificados (licenciatura completa); (2) com qualificações médias (com o 12.º ano completo e/ou com cursos profissionais); e (3) com baixas qualificações (sem escolaridade obrigatória ou apenas com o terceiro ciclo do ensino básico). Para cada grupo foram realizadas duas ou três entrevistas, num total de 32 entrevistados de ambos os sexos. O quadro seguinte mostra como se dividem os jovens pelos diferentes graus de ensino. É todavia de relevar que alguns dos entrevistados se encontram no meio de percursos escolares, quer frequentando cursos profissionais (5 jovens), quer frequentando licenciatura (1 jovem), quer ainda preparando mestrado (1 caso).

Qualificação	M	F	Total
< 9.º ano	3	2	5
9.º ano completo	2	4	6
12.º ano completo	0	2	2
12.º ano com curso profissional	5	5	10
Licenciatura	5	3	8
Pós-graduação	1	0	1

Os entrevistados (16 dos quais do sexo masculino e 16 do sexo feminino) têm idades compeendidas entre os 17 e os 31 anos (com especial incidência na faixa etária dos 20 aos 28 anos). Os jovens mais novos correspondem a um perfil mais desqualificado, que se insere no mercado de trabalho bastante cedo.

As pertenças sociais de origem dos jovens são diversificadas. Denota-se todavia que os menos qualificados são, na sua maioria, oriundos de contextos familiares igualmente desqualificados. Os mais qualificados encontram-se numa trajectória de mobilidade social ascendente face aos pais, de um modo geral detentores de qualificações e inserções profissionais consideradas médias.

No que concerne ao processo de integração no mercado de trabalho, é possível identificar três grandes perfis. A maior parte dos jovens entrevistados trabalha há menos de dois anos. Outro grupo trabalha há cerca de cinco anos e, finalmente, um terceiro grupo, que corresponde ao sector mais desqualificado, trabalha há perto de dez anos, embora, em alguns casos, tenham mantido um percurso escolar paralelo. No quadro seguinte é possível observar os diferentes tipos de inserção profissional actual, sendo de realçar a incidência de situações precárias, que se repartem igualmente pelos diversos perfis qualificacionais e pelas diferentes áreas profissionais.

Note-se ainda que em muitos casos não é claro o tipo de inserção profissional vigente, já que uma grande parte dos jovens tem situações

profissionais mistas, esporádicas e incertas. No que diz respeito à área de actividade, optou-se por um espectro o mais diversificado possível.

Situação laboral dos jovens entrevistados	
Contrato a termo incerto	5
Contrato a termo certo	8
Trabalho regular pago a recibos verdes	4
Profissão liberal	2
Estágio	7
Bolsa	1
Trabalho sem contrato	2
Desemprego	3

Finalmente, no que diz respeito à situação familiar, verificou-se que cerca de dois terços dos entrevistados vivem com os pais (ou com um dos pais). Apenas quatro jovens vivem com companheiro ou cônjuge, não tendo filhos. Outras situações incluem duas raparigas que vivem com os filhos, sem cônjuge mas com outros membros da família (ascendentes ou laterais); dois jovens que vivem com irmãos e apenas um caso de partilha de habitação com amigos.

A realização de entrevistas de grupo, reunindo num mesmo contexto espaço-temporal jovens de idades e qualificações semelhantes mas com experiências profissionais distintas, permitiu o desenvolvimento de debates muito interessantes, em que todos os participantes interagiram entre si, trocando experiências, reflexões e até informações práticas sobre o mercado de trabalho.

### **3.2. Experiências formativas**

A entrada no mercado de trabalho é, nas sociedades modernas, fortemente enformada pelos percursos formativos dos jovens. Por outro lado, estes percursos não antecedem apenas a referida entrada, mas tendem a prolongar-se no tempo e a confundir-se com a própria experiência profissional, através de dispositivos variados de formação profissional. Para compreender os obstáculos dos jovens no acesso ao emprego, é necessário conhecer as suas experiências formativas.

## a) Desigualdades educativas

Uma das marcas que distinguem as sociedades modernas é o facto de todos os jovens passarem, hoje, pelo sistema de ensino. Todavia, as suas experiências e os seus percursos nesse sistema são claramente distintos, sendo que as competências adquiridas neste processo não deixam de ser muito diferenciadas e assimétricas, condicionando fortemente a transição para o mercado de trabalho e, de uma forma geral, a categoria sócio-profissional que os indivíduos irão ocupar.

A relação entre educação e mercado de trabalho constitui, pois, um elo fundamental das sociedades contemporâneas, foco de desajustamentos vários, controvérsias permanentes e gerador de problemas individuais e sociais. Esse foi, portanto, um tema central das entrevistas realizadas.

Enquanto para uma parte dos jovens, ensino básico e secundário são apenas etapas de um percurso “natural” e pouco atribulado até ao ensino superior, a partir do qual se pondera o acesso a uma profissão, para muitos outros, essa transição para o mercado de trabalho é vivida logo desde os primeiros anos de escolaridade. Como foi notório nas entrevistas com vários alunos que não terminaram a escolaridade obrigatória, carências económicas e distâncias culturais tendem a sobrepôr-se, excluindo muitos dos jovens que vivem nos contextos mais desfavorecidos da escola dita para todos.

*[Deixei a escola] não por vontade, mas sim porque depois tive algumas dificuldades de estar a comprar os livros (...) Vou ter o 9.º ano, e depois se puder continuar, espero bem que sim, que é o que eu quero.*

*Empregada doméstica, 19 anos, 8.º ano*

*Estudei até à 4.ª classe, porque é assim... achava que não tinha cabeça para aquilo e tal, achei que era melhor trabalhar para ajudar a minha mãe, que a minha mãe era viúva, então comecei a trabalhar numa oficina de mecânica automóvel, não me importei, adoro, tirei um curso de formação profissional nisso.*

*Mecânico, 18 anos, ensino profissional*

Noutros casos, as famílias até terão capacidade para suportar os custos de um percurso escolar mais longo, mas a falta de sentido do trabalho escolar leva muitos jovens a preferirem abandonar a escola e procurar emprego. Nestes casos, o ensino obrigatório tende a constituir o limiar da escolaridade.

*E então, quando acabei o 9.º ano, ia para o 10.º ano, queria deixar de estudar para começar a trabalhar (...) era como se as coisas estives-*

*sem mesmo inadequadas, e eu notava isso em mim, mas também via isso em muita gente. As pessoas estavam ali e diziam “mas porque é que eu preciso de saber isto?” “Isto serve-me para quê?” E essa situação, pronto... acho que prejudica, não é? de certo modo... o rendimento e o interesse, não é?*

*Secretária, 27 anos, 12.º ano*

Apesar da exclusão prematura continuar a ser vivida quase como uma inevitabilidade em certos contextos sociais, a verdade é que foi notório nas entrevistas uma preocupação crescente com a conclusão do ensino básico e obrigatório por razões instrumentais: a ausência do diploma tende a converter-se num obstáculo à obtenção de emprego, mesmo nos sectores mais desqualificados. Neste sentido, cruzam-se os sonhos (sempre adiados) de continuação dos estudos como meio de mobilidade social com a urgência de obter uma credencial de ensino mínimo como passaporte para a entrada no mercado de trabalho.

*Ah é aquela coisa que a gente depois chega a um ponto e fica saturada da escola, e eu depois deixei e fui trabalhar... O meu pai bem disse para eu continuar, mas eu ...trabalhei, trabalhei, e agora já estou farta de ver os patrões (risos). Acabei por... coiso, por vir fazer o... é mais por causa do 9.º ano, que seja um ponto e eles vão começar a pedir o 9.º ano, e eu não tenho, e depois sou capaz de não ter emprego por causa disso... e então eu optei mais por causa do 9.º ano.*

*Empregada na restauração, 18 anos, 9.º ano*

#### b) As vias profissionalizantes

Todavia, as más experiências no ensino regular conduzem a que estes jovens procurem preferencialmente vias alternativas para a conclusão do ensino básico ou para uma formação complementar ao 9.º ano, sobretudo se essas vias incluírem já um cariz profissionalizante e algum apoio económico. Estes jovens são, pois, adeptos dos cursos de formação e, em particular, aqueles que incluem um estágio profissional.

*Ai eu gostei dos cursos que eu fiz... Adorei muito aquele de embaladora também... e de costura. Costura faço em casa, coso as minhas coisas lá. Este também estou a gostar... que, comidas europeias e coiso já sabia fazer... já trabalhei em alguns restaurantes. Há lá a parte da pastelaria que havia muitas coisas que eu não sabia fazer...*

*Jovem a frequentar um curso de formação em restauração e hotelaria*

*A minha experiência [de curso profissional] foi bastante positiva (...) Acho que estruturalmente deu-me bases para desenvolver as minhas coisas... e o que eu acho daquela escola é que é uma escola que se vai adaptando... tem alguns problemas, obviamente, mas vai-se adequando às necessidades do mercado. Foi um bom ponto de partida.*

*Técnico de audiovisual, 26 anos, 9.º ano + curso profissional*

Assim sendo, estes jovens tendem a descrever movimentos pendulares entre educação e trabalho, sendo que a formação profissionalizante constitui uma “placa giratória” flexível que acaba por acentuar a diluição de fronteiras claras entre as duas esferas de actividade. Note-se que estas trajectórias pouco lineares não têm origem em qualquer projecto de formação contínua; pelo contrário, resultam, por um lado, de experiências de exclusão de ambos os sistemas e, por outro, da necessidade de obtenção de credenciais (do sistema de ensino) e de remunerações (do sistema de trabalho).

Além disso, a generalização destas vias profissionalizantes fez-se, em muitos casos, sem uma articulação com o mercado de trabalho, não garantindo se os jovens seriam posteriormente absorvidos pelo segmento de mercado no qual se profissionalizaram. Resulta daqui que muitos dos jovens entrevistados que frequentaram estes cursos, com sucesso e interesse, não conseguiram posteriormente integração na respectiva área profissional.

*Sinceramente, o meu curso não me ajudou em nada... O meu trabalho agora não tem nada a ver com o curso que tirei... Acho que o da [nome] também... mas, pronto, ela já estava habituada porque já trabalhava em restaurantes parecidos. Agora, eu... tive que me fazer ao mar... Pronto, é mais uma coisa para uma pessoa ter no currículo... mas mais nada.*

*Empregado da restauração, 18 anos, 9.º ano*

Em consequência da incapacidade de integração no mercado de trabalho, alguns deles fizeram cursos em áreas diferentes, sugerindo também uma certa cumulatividade destes cursos.

A articulação com o mercado de trabalho parece pois ser a questão chave na abordagem aos cursos profissionais. Neste domínio, as competências tecnológicas ganham especial relevo, havendo uma discussão permanente acerca das tecnologias aprendidas nos cursos e as que são utilizadas no contexto profissional. Esse parece ser um ponto fundamental na adaptação e integração dos jovens ao emprego.

*[E1] Para aquilo que eu quero fazer, acho que o curso não ajudou nada... porque não aprendi as coisas que precisava para fazer...*

*[E2] No meu caso foi ao contrário! Acho que o curso [de artes gráficas] foi mais actualizado do que eu estou a fazer agora. Porque nós na escola fazíamos tudo com o AutoCad, depois tínhamos aulas práticas nas gráficas... e agora trabalhamos com umas máquinas... que não tem nada a ver... são mais antigas. O curso está mais à frente...*

*[E3] No nosso caso, a contabilidade que eu estou a fazer é completamente diferente da que eu aprendi no curso [de contabilidade]. Nós aprendemos a fazer a contabilidade à mão, de origem, enquanto que lá é tudo em computador.*

*Jovens com cursos profissionais (Artes Gráficas e Contabilidade)*

### c) A experiência universitária

No outro pólo, entrevistámos jovens que, vindos de contextos mais favorecidos ou de uma classe média de execução, ultrapassaram rapidamente os ciclos básicos e secundário e ingressaram no ensino superior. Uma parte significativa teve experiências de trabalho precário e indiferenciado enquanto estudava na universidade, como forma de obter algum rendimento, mas quase todos projectam a sua integração profissional em referência ao diploma de ensino superior que alcançaram posteriormente.

As representações que estes jovens têm da experiência universitária são ambíguas. Se, por um lado, consideram os cursos demasiado teóricos e com pouca relevância para os empregos que, posteriormente, vieram a ocupar, por outro lado, não deixam de dizer que a formação superior lhes concedeu ferramentas úteis para a compreensão do mundo – o “aprender a pensar” – e, daí, para uma adaptação mais fácil a diferentes actividades que possam realizar no futuro.

*Em relação ao ensino obrigatório, claro que não prepara ninguém para o mercado de trabalho... Ninguém sai preparado para fazer seja o que for com o 9.º ano... e com o 12.º... e mesmo a faculdade, acho que não... não nos prepara. Mesmo eu como professora, o curso não me deu as bases que precisava, nem a segurança... nem as estratégias para conseguir lidar com uma turma... tive que aprender depois. Mesmo na parte pedagógica... é bastante diferente. Não se tratava de casos reais.*

*Professora de Línguas, 26 anos*

*Incutiram-nos a ideia, completamente errada e parva, que era um curso de elite, que seria para formar altos quadros do Estado, no que*

*toca à diplomacia, ao jornalismo político, assessoria de Ministérios... e lembro-me perfeitamente quando comecei a enviar currículos, enviei cerca de 300, percebi que era tudo estágios não remunerados... e não me senti minimamente preparado. Acho que é um excelente curso para quem tiver 40 ou 50 anos, agora para se trabalhar logo... está completamente fora da realidade...*

*Técnico administrativo (curso de Ciência Política), 27 anos*

Todavia, uma parte destes jovens coloca o ónus da desadequação no próprio mercado de trabalho, notando que o curso que frequentaram estava orientado para aquilo que gostariam de fazer – funções mais analíticas e especializadas – mas não para os empregos disponíveis actualmente, sobretudo para os mais jovens – funções de execução e de enquadramento.

*Eu acho que o curso que eu tirei é adequado àquilo que eu devia fazer (risos)... não é adequado àquilo que eu faço, porque, ah... tenho muito pouca oportunidade, realmente, de naquele contexto aplicar aquilo que me foi ensinado e que fui aprendendo ao longo do curso. Ah, e pronto... tenho muita pena disso...*

*Técnica de intervenção (licenciada em Sociologia) 25 anos*

As entrevistas com os jovens altamente qualificados permitem, pois, sugerir que muitos destes jovens trabalham hoje em contextos atravessados por uma tensão entre, por um lado, uma estrutura de poder relativamente hierarquizada e, por outro lado, uma distribuição do conhecimento bem mais fluída, sendo que os jovens técnicos são muitas vezes portadores de saberes e disposições que as chefias não dominam. O facto de serem eles que “dão a cara” perante os clientes ou utentes, enquanto as chefias (muitas vezes circulantes) definem as condições e parâmetros da sua actuação, intensifica esta tensão, geradora de inúmeros conflitos, frustrações e bloqueios.

#### d) Os cursos de formação

O referido hiato entre as competências adquiridas no sistema de ensino e as necessárias para a actividade profissional, vai sendo resolvido não apenas pela prática quotidiana do trabalho – incluindo a importante aprendizagem com colegas e superiores mais velhos – mas também pela frequência de múltiplos cursos de formação. Esta frequência tende a ser negociada pelos próprios jovens profissionais com a entidade patronal,

de modo a suportar da melhor forma os custos financeiros e as horas de ausência no trabalho.

A formação profissional é uma área que se encontra, hoje, em grande expansão, tendendo a passar de um modelo mais tradicional-expositivo para modelos mais flexíveis e dinâmicos, que procuram capitalizar as experiências anteriores dos profissionais e, por outro lado, proporcionar-lhes experiências práticas significativas, geradoras de competências transponíveis para os quotidianos de trabalho.

*E tivemos formação de primeiros socorros, por exemplo, tivemos depois uma série de temáticas que foram abordadas, a toxicod dependência, o alcoolismo, a prostituição e é muito importante... eu acho que é muito importante na nossa área também, que não é formação, mas acaba por... que é reuniões ou dinâmicas, ou actividades em grupo com os técnicos, com técnicos que trabalhem também nestas áreas, para nós irmos um bocado partilhando aquilo que é a experiência da rua, que é uma realidade muito dura... e nesse aspecto seria útil.*

*Técnica de intervenção (licenciada em Sociologia) 25 anos*

No entanto, as entrevistas mostraram também que as ofertas de formações tendem a ser cumulativas, ou seja, os jovens mais escolarizados, ocupando categorias profissionais especializadas e valorizadas, têm muito mais possibilidade de frequentar acções de formação do que os jovens trabalhadores indiferenciados.

Por outro lado, vários dos jovens entrevistados – com habilitações escolares e académicas muito diversificadas – frequentaram, enquanto estavam desempregados, cursos de formação do IEFP, indicados pelos centros de emprego. Se os jovens com a escolaridade mínima elogiaram estes cursos, sobretudo quando incluem alguma remuneração, os jovens com formação superior denunciam a má organização dos cursos, a pouca formação dos professores e a inutilidade dos cursos para uma efectiva integração qualificada no mercado de trabalho.

*Andei à procura de emprego quando fiquei sem emprego... o centro de emprego falaram-me deste, disseram-me que era só licenciados... e é um bocado o que ele [outro participante] estava a dizer. Eu tinha um módulo que era Introdução à Integração Europeia... Eu já tinha feito Relações Internacionais e agora estava a ter um módulo de 16 horas com uma pessoa que tinha tirado Agronomia e que era formadora e que não sabia os países que estavam na União Europeia... (risos) E depois também era complicado, porque a senhora sentia-se um bocado incomodada... viu o meu curso e dizia muitas barbaridades. E havia*

*lá colegas que me diziam o mesmo das áreas de gestão. Eu é que não tinha conhecimento nenhum e tomava como certo o que me diziam, e eles riam-se... e era exactamente o mesmo quando chegava à minha área...*

*Técnico administrativo (curso de Ciência Política), 27 anos*

#### e) Os estágios profissionais

Os estágios profissionais são também um tema controverso e em que as experiências e representações dos jovens entrevistados conduzem a uma certa ambiguidade na análise e avaliação sociológicas, obrigando a uma atenção e prudência redobradas nas conclusões a retirar.

A hipótese de ligarem o percurso formativo com a integração no mercado de trabalho é defendida, como modo de ultrapassar o hiato entre os sistemas de ensino e de trabalho. Sobretudo para os jovens em empregos altamente qualificados, os estágios parecem ter sido uma ponte importante para o mundo do trabalho.

*Também fiz a escola toda seguidinha, fui para o curso da Universidade Nova de Lisboa em Jornalismo, que acabei em 2001, o estágio foi logo no [jornal], que eu adorei! E a partir daí saltei para o [outra secção do jornal] e estou lá desde essa altura, sempre aqui em Lisboa... nada de mudanças (risos), não sei se foi sorte, se foi mérito...*

*Jornalista, 25 anos*

Apesar desta tónica muito positiva, os jovens dos vários grupos entrevistados tenderam também a ser críticos da utilização generalizada dos estágios para garantir trabalho temporário, pouco qualificado e não remunerado. Estes tipos de estágios são inoportáveis para os jovens de contextos desfavorecidos, cujo trabalho representa um rendimento fundamental para o sustento familiar (mesmo quando vivem com os pais). Além disso, quando se centram em tarefas rotineiras, nem sempre garantem aprendizagens que os valorizem no mercado de trabalho.

*[E1] O meu estágio foi uma banhada. Fui para um café, eu era maçarico, aquilo era malta batida, ficava oito horas a mudar de canal... ou a lavar pratos. E nunca recebi um tostão. Só às vezes gorjetas. Depois vim-me embora.*

*[E2] Eu também. Estava numa loja a dobrar roupa... Isso já sabia eu. E nem sequer recebia gorjetas (risos).*

*Jovens com curso comercial*

*Acabei o meu curso e havia muita oferta mas para estágios não remunerados... e eu não tinha condição socioeconómica para isso. E o Ministério dos Negócios Estrangeiros – e não é o único, provavelmente todos os ministérios o fazem – recorrem a mão-de-obra altamente qualificada... no caso do MNE, é muito fácil arranjar estágios, tem muitas secções com vagas, mas nem subsídio de alimentação pagam! Estágios de 9 meses. Eu tive um colega meu que esteve lá 9 meses, sem receber nada, depois deram-lhe uma carta muito bonitinha como ele tinha sido muito bom e vieram pedir-lhe se podia dar mais 9 meses ao Ministério... Eu disse logo que não, sentia-me ofendido!*

*Técnico administrativo (curso de Ciência Política), 27 anos*

Por outro lado, os jovens dos meios mais favorecidos tendem a ser receptivos a um período não remunerado quando acabam o curso. Todavia, exigem que este seja circunscrito no tempo (3 ou 6 meses) e que facilite uma integração efectiva num posto de trabalho. As narrativas de estágios não remunerados que se alongam no tempo ou que não permitem qualquer integração profissional foram frequentes e geraram muitas críticas em várias das entrevistas.

### **3.3. (Des)integração no mercado de trabalho**

A relação dos jovens com o emprego é, hoje, na maioria dos casos, uma experiência complexa e dominada pela incerteza. A circulação entre variados trabalhos temporários, as formas de procura e recrutamento de trabalho e a formalização contratual são temas fundamentais e que foram alvo de viva controvérsia nas entrevistas de grupo realizadas.

#### **a) Percursos incertos**

Os percursos no mercado de trabalho são pautados pela diversidade de experiências transitórias. Independentemente dos contextos sociais de origem, dos níveis de escolaridade e das áreas profissionais, os jovens tendem a “saltar” entre diversas experiências profissionais, conhecendo diferentes organizações, funções, cargos, equipas, vínculos, etc. As entrevistas realizadas confirmam esta realidade – já amplamente documentada em diversos outros estudos sobre a juventude – acrescentando três pontos interessantes.

*Comecei o meu percurso profissional na Bonança, como comercial, como grande parte das pessoas do meu curso, de gestão... Quando*

*consegui, fui para a parte de back-office, para um mediador, que era o [nome da empresa], pertencia ao grupo [nome do grupo]... E finalmente tive o meu primeiro bom emprego, depois, no [nome de instituição pública], fui para técnico superior... tive lá três anos e infelizmente fui apanhado em 2002 com aquele problema dos funcionários públicos que não tinham contrato... foi um azar tremendo, porque mais um mês ou dois e ficava efectivo... fui para o desemprego, aproveitei para tirar umas férias porque já não tinha férias há muito tempo, depois fui para um curso profissional, trabalhei na empresa do meu pai, e depois fui para a [nome da empresa], estive lá um ano e não me renovaram o contrato... e chegamos aos dias de hoje em que estou desempregado e a fazer um trabalho para o meu pai... um projecto sobre taxas de juro, mercado cambial, inflação...*

*Desempregado, licenciado em Gestão Financeira, 31 anos*

*Ai eu já trabalhei em tantos sítios... Já trabalhei em vários sítios. A última foi o Carrefour. Quer dizer a última foi a passar a ferro, porque eu estive a trabalhar para o meu primo, o meu primo é engomador de roupa, entrega e vai buscar... Esse foi o último. (...) Há uma que eu não gostei que foi a do restaurante, ali de quem vai para Mafra, que a patroa fazia das pessoas tipo escravas, ali não gostei...*

***Tiveste pouco tempo?***

*Oh, nem sei, ali nem durei 1 mês, foi só 3 dias, e venho-me embora, a patroa é muito... não dava.*

*Desempregada, 18 anos, 6.º ano*

*Eu já trabalhei nas obras, na construção civil, em mecânica automóvel, electricista... Em armazéns, trabalhei ali no anexo em Alverca, só que para mim, trabalhar nesses armazéns não vale a pena...*

*Mecânico, 18 anos, ensino profissional*

Em primeiro lugar, há uma distinção entre segmentos do mercado de trabalho. Enquanto nos trabalhos qualificados a mobilidade é menor (alguns jovens nem sequer a experimentam) e tende a estruturar-se em carreiras de ascensão progressiva (embora lenta e com alguns retornos), os jovens que ocupam funções desqualificadas tendem a circular entre ocupações temporárias e precárias, não retirando capital significativo (a não ser social) dessas experiências e, por isso, não encetando carreiras de progressão. Dessa realidade objectiva, resultam duas experiências subjectivas diferentes: se quase todos os jovens consideram que a mobilidade é sinónimo de precariedade não desejada, a verdade é que muitos

dos jovens com formação superior a vêem como algo que apresenta também aspectos positivos.

*Eu acho que é positivo e negativo ao mesmo tempo... a mesma precariedade que há para uns há para outros; da mesma maneira que todos os dias estão a ser despedidas pessoas, estão a admitir pessoas. Acho que o ciclo...*

*Eng. Agrónomo, 26 anos, bolseiro*

*Isto da mobilidade tem a ver com o contexto social em que estamos. Se eu estivesse num país em que houvesse excesso de oferta de trabalho, a mobilidade era uma coisa boa... poder saltar para o trabalho que eu quisesse. Neste caso, mobilidade tem mesmo a ver com precariedade. Não há mobilidade nenhuma. Existe é precariedade. As pessoas sujeitam-se a fazer o que lhes aparece à frente e ponto final.*

*Professor/freelancer, 27 anos, pós-graduado em Física (acústica)*

*No meu caso, [a instabilidade no mercado de trabalho] acaba por não me afectar muito porque eu não vivo daquilo... é só para os meus extras. Mas se eu vivesse daquilo... Assusta-me muito a instabilidade. Para o futuro, preocupa. Não saber com o que é que posso contar amanhã é... acho que preocupa qualquer pessoa. Ter estado em 10 sítios diferentes pode ser uma vantagem para o currículo, mas é uma vantagem muito relativa. Se nós soubermos que vamos mudar para uma empresa melhor amanhã é uma mais-valia... mas se não soubermos se vamos ter emprego amanhã, deixa de ser mais-valia. Só tem essa mais. Acho que a experiência só tem a parte mais positiva se formos nós a saltar de empresa por iniciativa própria, não a sermos jogados fora.*

*Assistente administrativa, 12.º ano (a tirar licenciatura em Psicologia), 22 anos*

Em segundo lugar, essa sucessão de experiências profissionais é, actualmente, intercalada com experiências temporárias de desemprego (muitas vezes não declarado), o que provoca insegurança e mesmo revolta. Os jovens que dependem dos seus rendimentos procuram resolver esta situação através de dispositivos lícitos e ilícitos de trabalho subterrâneo. Nestes casos, as fronteiras entre emprego e desemprego tendem a ser muito fluidas, visto que o primeiro é precário e temporário, enquanto o segundo é ocupado com “biscates” vários.

*Já [fiz] também, muitos biscates, com o meu cunhado... pintar casas por dentro, pintura, montar telhados, também já tive a montar telha-*

*dos... já trabalhei, já fiz muitos biscates (...) Eu tive 2 anos sem fazer nada... Mesmo em casa só, a comer, dormir, comer, dormir, ir para a rua jogar à bola...*

*Pintor da construção civil, 6.º ano, 19 anos*

Por outro lado, entre os jovens mais qualificados, esta insegurança tende a fazer com que aceitem trabalhos cujas qualificações requeridas são inferiores àquelas que eles possuem ou em que as condições de trabalho são bem piores do que aquilo que está formalmente previsto.

*Acho que os jovens que estão à procura de emprego e que estão desempregados, se calhar preferiam estar 2/3 meses a trabalhar de borla, mas havendo uma fagulha de esperança de poderem lá ficar a trabalhar...*

*Eng. Agrónomo, 26 anos, bolseiro*

*Portanto, no princípio quando eu tava lá e... por ingenuidade minha mesmo, acreditei que não era do género “vou tar aqui de fininho para segurar o emprego”, não era mesmo... falta de experiência da minha parte... Portanto, ah... o trabalho prolongava-se, passava as 6, as 7, as 8, as 9, as 10 e eu ia sempre ficando, muitas vezes nem sequer tinha trabalho mesmo para fazer, até já tava mais do que arrumado, só que o presidente tava lá... ah... ele punha-se a atender chamadas telefónicas, ou entretanto ia jantar e depois dizia que voltava, o que às vezes também não acontecia... ah e portanto, eu ia ficando, tudo isso sem sequer ser paga por tal, não é? Isto arrastou-se durante praticamente os 3 anos do contrato, se calhar por isso é que eles mo renovaram (...) Em relação ao pagamento das horas que faço a mais... não há necessidade disso, porque temos que ter amor à camisola... (risos).*

*Assessora, 26 anos, licenciada*

Um terceiro ponto remete para o caso dos jovens que adquiriram competências e capitais tão raros e muito procurados no mercado de trabalho, debatendo-se com problemas relacionados com demasiada oferta de trabalho, acentuada pela sua inexperiência e pelos vínculos informais e múltiplos que caracterizam hoje o mercado de trabalho (ver adiante). Estes jovens adquirem essas competências, em geral, através do seu percurso formativo e através de experiências de trabalho enriquecedoras, embora não sejam necessariamente os mais qualificados, como atestam alguns casos bem sucedidos de jovens com cursos profissionais.

*Tive muitas experiências de trabalho. Muitíssimas mesmo... mais talvez do que eu desejasse... porque comecei a trabalhar enquanto ainda*

*estava no curso, por convite de um professor, e desde aí, já lá vão seis anos, e tem sido extremamente exaustivo. Trabalhar 14/15 horas todos os dias, fins-de-semana e... Trabalhei dois anos como free-lancer, depois trabalhei dentro de uma empresa e a seguir desisti de estar nessa condição e voltei à condição de free-lancer... até que decidimos criar uma empresa.*

*Técnico de audiovisuais, 9.º ano+ curso profissional, 26 anos*

b) Jovens à procura de emprego (o recrutamento de trabalhadores)

Em termos do processo de acesso dos jovens ao emprego, podemos dizer que a situação em Portugal é bastante complexa. Sendo que concursos altamente formalizados continuam a existir, sobretudo na administração pública, a verdade é que a sua morosidade (mais de 1 ano, por vezes), a sua recente escassez – lembramos que, nos últimos dois anos, os quadros da administração têm estado fechados por decisão governamental – e a prevalência do capital social faz com que a esmagadora maioria dos jovens entrevistados, mesmo estando inseridos nestes concursos, acabem por aceder a empregos (em geral precários) através de dispositivos mais informais e flexíveis.

Nestes esquemas mais informais existem variantes. A mais frequente são as redes de interconhecimento que combinam, em proporções variáveis, o capital social e o capital profissional dos jovens. Curiosamente, este dispositivo de recrutamento tende a prevalecer nos segmentos mais qualificados e favorecidos do mercado de trabalho, onde o papel dos professores ou até de colegas de faculdade pode ser fundamental, ao ponto de muitos jovens considerarem que esse é a única forma eficaz de se conseguir emprego na sua área profissional.

*Eu não acredito muito, quer dizer, não é não acreditar naquelas candidaturas espontâneas, de uma pessoa enviar assim, não acredito muito que resultem... E já tenho alguns exemplos de mandar currículos para uma série de firmas, não responder nenhuma, ou responder com aquela frase “gostamos muito, vamos inseri-lo na nossa base de dados”, acho que isso é tudo mentira. Porque acho que no momento em que vão à procura de alguém, eles esquecem-se da base de dados e põem um anúncio no jornal, ou põem um anúncio aqui ou lá, ou perguntam a um amigo, ou telefonam para alguém de uma universidade e perguntam “conheces alguém que...”. Portanto, acredito mais no... se calhar sorte, quando digo ter os contactos certos, não é ter cunhas, é saber onde é que está a informação, saber onde é que estão os contactos, os anúncios, os amigos... eu vejo, por exemplo lá na faculdade a quanti-*

*dade de anúncios, mas anúncios internos que as pessoas falam e que o professor diz. Ainda hoje eu estava lá, nem é na minha área e um professor chegou-se ao pé de mim e “então tá bom, tudo bem? Olhe você sabe alguém que esteja interessado em ir trabalhar para Tavira”... é assim, umas vezes é sorte, também...*

*Eng. Agrónomo, 26 anos, bolseiro*

*Para arranjar o emprego de part-time no Técnico, como é que foi? Foi um amigo meu que se chegou ao pé de mim, sabia que eu percebia daquilo, ele ia sair e disse-me que se eu mandasse o currículo ele punha-me lá dentro e chegou ao cúmulo de ter entregado a candidatura atrasada, era para entregar até dia X e eu entreguei na semana a seguir... e chegou ao ponto de a pessoa que estava lá dentro dizer “este rapaz vem cá para dentro e tu depois escolhe outro”... e depois os professores que fizeram a nossa avaliação, escolheram-me e depois escolheram outro. Depois arranjei outro emprego na faculdade, foi outro colega que me disse “então, olha queres vir trabalhar?”, e eu “tá bem pronto, pode ser” (risos)... acho que alguma vez tenho de ir trabalhar... (risos).*

*Desempregado, licenciado em Informática, 25 anos*

Por outro lado, o recurso aos anúncios em jornais ou em espaços públicos continua a ser bastante utilizado mas quase exclusivamente para trabalhos temporários e indiferenciados. Além disso, vários jovens falaram-nos do complexo e obscuro mundo dos anúncios de emprego, usados muitas vezes como chamariz para trabalhos pouco dignos ou com condições inaceitáveis.

*Eu vou pôr um anúncio no jornal, quando vejo assim numa porta de algum estabelecimento “Precisa-se de empregada” eu entro logo, me inscrevo em tudo quanto é sítio, quando vejo um anúncio num jornal ligo, telefono, através de amigos... Olha, eu procuro por todo o lado, o que for preciso.*

*Empregada doméstica, 19 anos, 8.º ano*

*[O centro de emprego] nunca me ofereceu assim muito, era mesmo mais através de jornais, de falar com pessoas que eu conheço, mais assim... e outras, por exemplo, esse grupo de teatro foi o meu irmão que viu isso nalgum lado, nem sei bem aonde, e que me disse, pronto, mas geralmente é sempre através de alguém com quem uma pessoa vai falando, e de sítios que uma pessoa também vê, numa loja vê-se lá “precisa-se de empregado” e uma pessoa tenta lá ir e através também de*

*jornais, cheguei a encontrar alguns trabalhos através de jornais, e que também não foi assim nada de... pronto, não tinham grandes condições. Há coisas muito esquisitas nos jornais, de facto, mas com a prática uma pessoa vai começando a ver aqueles que são mentira, não é? Que é uma aldrabice... Há logo uns 80% que a gente diz “Ah! Já sei o que isto é...” Nem vale a pena telefonar. E há outros lá pelo meio, que até aparece qualquer coisa que dá hipótese de pelo menos a pessoa conseguir arranjar ali qualquer coisa.*

*Secretária, 27 anos, 12.º ano*

Sendo que uma parte considerável dos jovens entrevistados está (ou já esteve) inscrito no centro de emprego da sua zona de residência, é significativo que a maioria deles nunca tenha recebido qualquer oferta de trabalho através destes centros e uma minoria tenha recebido ofertas mas em áreas (profissionais ou geográficas) muito distantes daquelas onde se tinham inscrito (ver capítulo seguinte).

### c) A difícil formalização

A questão mais problemática do processo de integração dos jovens no mercado de trabalho não parece ser propriamente o acesso ao emprego, embora este esteja a complexificar-se, mas sim a formalização desse mesmo emprego. É, pois, muito significativo que quase todos os jovens entrevistados se encontrem ainda em esquemas de emprego relativamente informais, sem qualquer contrato ou apenas com dispositivos temporários como “recibos verdes”, bolsas ou estágios.

Os jovens tendem a aceitar esta situação enquanto fase transitória – de experimentação para a organização e para o próprio trabalhador –, no entanto, finalizada esta fase e tendo o trabalhador demonstrado competência para a função, a não formalização tende a prolongar-se sem prazos à vista e, muitas vezes, os próprios dispositivos transitórios são renovados várias vezes seguidas. Muitos dos entrevistados documentam, assim, situações em que reclamaram um estatuto mais formalizado e esse ensejo, não sendo claramente negado, foi sendo sucessivamente adiado.

*Eu depois regressiei para perto da família, portanto saí de Santarém onde depois trabalhei em mais uma loja, depois do grupo de teatro, ainda estive lá mais uns tempos, e depois regressiei à base, e depois estive em quê, cheguei a trabalhar numa fábrica, a embalar iogurtes e não sei quê, foi durante pouquinho tempo porque era daquelas empresas de trabalho temporário, em que um dia eles dizem-te assim “amanhã já não precisas de vir” e depois passado um mês ou dois pagam-te o*

*dinheiro e depois ficam-te a dever ainda uns dias e coisas assim... (...) fiz curso de formação profissional de jardinagem e depois comecei a fazer uns biscates de jardinagem e a trabalhar na loja de uma amiga. Tanto umas coisas como outras praticamente não fazia descontos, era tudo assim.*

*Secretária, 27 anos, 12.º ano*

*[E1] Eu não tenho contrato. Já estou lá a trabalhar há um ou dois anos e nunca tive contrato. Estou ilegal (risos).*

*[E2] Eu nunca me meti nisso. Não faço descontos... ganha-se mais. É giro.*

*[E3] Mas um dia que te queiram pôr a andar... não tens documento nenhum.*

*[E4] Se quiserem ficam-te a dever...*

*[E2] Comigo, não. Eles têm lá um vidro enorme... Cada vidro daquelas custa 900 euros... eu parto logo os dois... já disse ao meu chefe...*

*[E4] Isso é o que tu dizes.*

*[E2] Os gajos têm mania que dão banhadas, mas comigo não!*

*Jovens com escolaridade mínima obrigatória*

*Eu tive 10 meses sem receber (risos), já depois de ter o contrato, portanto isto tem sido um processo muito complicado com a formalização desta relação laboral, é muito complicada. Depois acabei por receber 8 meses e os primeiros dois meses nem sei se vou receber.*

*Técnica de intervenção (licenciada em Sociologia), 25 anos*

A informalização dos vínculos contratuais tem várias implicações na transição dos jovens para a vida adulta. A mais imediata e dramática é o caso dos jovens em que os patrões não cumpriram aquilo que tinham acordado informalmente, relativamente a períodos de trabalho ou vencimentos. Esta situação é frequente embora não se estenda, obviamente, a todos os casos. A segunda implicação é deixar os jovens numa constante insegurança e incerteza quanto ao futuro, mesmo quando a entidade patronal vai cumprindo os compromissos assumidos no presente. Finalmente, a implicação a longo prazo também é significativa: visto que estes vínculos informais não prevêm descontos para a segurança social ou seguros de saúde, alguns jovens temem ficar desamparados em casos de acidente, doença ou, no caso das mulheres, de gravidez, para não falar da questão, ainda longínqua, da reforma.

Se para os jovens que vivem em casa dos pais e não têm projectos de independência a curto prazo esta situação não é problemática, pelo contrário, para aqueles que se encontram numa fase mais adiantada do processo de transição levanta enormes preocupações e inseguranças.

*O que me disseram foi: “vens para cá, vamos-te pagar 750 € por mês”. Perguntei “brutos ou limpos?”, isso depois logo se fala (risos)... “mas damos-te carro”, “sim, isso tudo bem”. Depois comecei a trabalhar e ao final do primeiro mês deram-me o dinheiro, e eu não tinha assinado nenhum contrato, deram-me limpos, quer dizer, deram-me um cheque, não fiz descontos e disse “como é que é isto?” “vamos fazer um contrato, vamos sentar-nos à mesa para discutirmos isto”, no fim do mês deram-me outro cheque, ao terceiro mês lembrei-me e disse-lhes que era uma coisa ótima para mim e para eles, até porque ia ganhar mais, era fazer aquele estágio do IEFP. Disseram-me que era boa ideia e para eu tratar disso, fui tratar dos papéis, passou-se mais um mês, mais outro mês, mais outro e eu sempre a receber cheques (risos), sem fazer descontos nenhuns. Tive lá Julho a Dezembro e depois começou realmente o estágio profissional, comecei a receber, telefonei lá para o centro de emprego perguntei se fazia descontos, disseram que não, que não tinha nada a ver, não fiz descontos. Ah... mas entretanto era muito estranho, porque eu supostamente devia receber mais, quase 1000 € limpos e eles disseram “não, não, os acordos são, nós pagamos-te o mesmo”, davam subsídio de férias, de alimentação... e agora quando me vim embora, estou à espera que me paguem o subsídio de férias e de natal. E entretanto, cheguei à faculdade e atribuíram-me uma bolsa, e cheguei à segurança social e disse que tava a receber uma bolsa, “como é?” “ah... não se faz descontos” (risos)... Ou seja, não tenho nada, não há provas de que eu alguma vez trabalhei na minha vida, é muito complicado, não sei... Ainda dizem que daqui a uns anos não vai haver reformas, mas... (risos). E agora tou a dar formação e perguntei ao rapaz que coordena a formação “então e agora como é que me queres pagar?” “ah... vai ser a recibos verdes”, fui à faculdade como tenho a bolsa o que equivale a exclusividade não posso passar recibos verdes... mais uma vez, não posso fazer descontos, nem sequer me vou inscrever na segurança social (risos). Eu nunca assinei nada, nunca assinei de que recebi dinheiro de alguma coisa, por exemplo, eu casei há 4 meses e no fim do ano vou declarar em conjunto.*

**O que é que vais declarar?**

*Não faço a mínima ideia do que é que vou declarar... não sei, se calhar digo que não trabalho, tou em casa... dono de casa.*

*Eng. Agrónomo, 26 anos, bolseiro*

Este processo tende a atingir os jovens de todos os grupos qualificacionais. Note-se todavia que, entre os jovens entrevistados, aqueles que tendem a ter uma situação mais formalizada do ponto de vista contratual são os jovens que seguiram a via profissionalizante. Embora os

dados reunidos não sejam representativos do ponto de vista quantitativo, este facto é significativo.

Pelo contrário, esta informalização estende-se mesmo àqueles que vão ocupando cargos já de alguma responsabilidade nas organizações. É até curioso como organizações com funções de grande complexidade e relevância social – por exemplo, os jornais nacionais de grande tiragem – tendem a reorganizar-se, passando o seu corpo de trabalhadores qualificados (os jornalistas) para um estatuto precário e incerto.

Importa assinalar que, não sendo a maioria, em alguns grupos profissionais [como os jornalistas], o estatuto de “free-lancer”, embora seja raramente ambicionado à partida, tende a constituir um recurso que traz também regalias e oportunidades, como por exemplo permitir aos jovens trabalharem para várias organizações simultaneamente, não ficarem dependentes de nenhuma delas, terem maior liberdade e serem remunerados exactamente pelo trabalho produzido. Neste caso, os jovens alcançam um estatuto que se assemelha ao dos profissionais liberais.

*Como jornalista freelancer, não estando vinculada a uma publicação posso sempre fazer trabalhos para outras. Além de que sei exactamente o valor do meu trabalho, portanto se o meu editor chegar ao pé de mim e disser “olha temos agora um projecto novo, precisava que fizesses não sei o quê”, é óbvio que ele me vai ter que pagar por isso e se eu tivesse a contrato, recebia o mesmo e se calhar trabalhava a dobrar. O nível das minhas exigências para com eles fica...*

*Jornalista, 25 anos*

### **3.4. Redes e apoios: formais e informais**

No decorrer das entrevistas procurou-se não apenas traçar os percursos individuais de cada um dos entrevistados mas também fomentar a discussão sobre os mecanismos (para além da formação escolar ou profissional) que facilitam a inserção dos jovens no mercado de trabalho.

#### **a) Apoios públicos: experiências e expectativas**

A maior parte dos jovens entrevistados tiveram alguma relação, ainda que passageira, com um dos mecanismos formais e públicos de apoio à inserção no mercado de trabalho. Subsiste, no entanto, a convicção de que estes mecanismos estão de alguma forma desajustados da realidade laboral e que, por si sós, não asseguram um emprego.

Entre os jovens menos qualificados, quase todos se inscreveram no centro de emprego, embora na maior parte dos casos, sem grande sucesso, quer porque o centro não os voltou a contactar, quer por o contacto seguinte ser desajustado em relação às possibilidades e aspirações do jovem em questão.

***E digam-me uma coisa, há bocadinho falaram do centro de emprego, algum de vocês já conseguiu encontrar um emprego através do centro de emprego?***

*[E1] Fui lá inscrever-me uma vez e chamaram-me para ir trabalhar num restaurante em Alhandra, só que já tinha entrado no curso e não fui...*

*[E2] Inscrevi-me bué da vezes e nunca fui chamada...*

*[E3] Chamaram-me para uma proposta, numa lavandaria... Não tinha nada a ver comigo... Xi, nada mesmo...*

*[E4] Eu nunca fui chamada... Só me inscrevi também... há pouco tempo.*

*[E5] Foi no centro de emprego que arranjei aquele para o Carrefour, naquela altura... O Carrefour lá em cima em Loures, foi quando eles tinham fardas... foi nessa altura que eu me inscrevi...*

*[E6] O centro de emprego? Já chamaram-me várias vezes para várias ofertas, mas nunca fui chamada porque deixava sempre o contacto, diziam sempre que haviam de chamar e nunca chamaram... Mas uma vez, chamaram-me para uma oferta, só que era num campo, e eu disse que não podia porque estudava de noite, eu não podia ficar fechada num campo... e prontos, nunca houve assim nada de especial*

*Jovens sem escolaridade obrigatória*

Os jovens mais qualificados, embora tenham, na sua maior parte, passado pelo centro de emprego, partilham a ideia que este não está adaptado à inserção, por exemplo, de jovens licenciados. Sugerem, então, a necessidade de uma maior ligação entre os centros de emprego e certas empresas, de modo a que aqueles possam oferecer propostas de trabalho mais diversificadas e para pessoal mais qualificado.

*As empresas, muitas delas, quando precisam de pessoal qualificado, não têm confiança para fazer pedidos ao Centro de Emprego, porque pensam que o centro de emprego é para pessoal não qualificado (...) que é uma coisa errada, não é?*

*Professor/freelancer, 27 anos, pós-graduado em Física (acústica)*

Os jovens com qualificação intermédia, particularmente os que frequentaram o ensino profissional, referem-se com alguma frequência à importância dos gabinetes de apoio ao emprego vigentes nas escolas profissionais. Muitas vezes estes funcionam com base nas redes de relações já estabelecidos entre a escola e o mercado de trabalho, podendo constituir uma forte coadjuvante à inserção no mercado de trabalho.

Entre os jovens qualificados, os principais apoios públicos obtidos provêm de instituições que fornecem bolsas, ligadas à formação inicial, ou que promovem estágios profissionais, como o PRODEP, o IEFP ou a FCT. Os jovens consideram que estas instituições ajudam nos primeiros anos pós-licenciatura, mas não resolvem situações estruturais de desemprego, pois estão vocacionadas para participações no mercado de trabalho específicas e provisórias. Os estágios profissionais são de resto acusados de constituírem, frequentemente, uma forma das empresas e mesmo dos organismos públicos conseguirem ter trabalhadores não remunerados a preencher lugares que necessitariam de empregar formalmente um trabalhador a tempo inteiro.

Entre os trabalhadores mais qualificados surgem também referências frequentes a instituições como as Unidades de Inserção na Vida Activa ou os Gabinetes de Estágio Universitários. Embora, muitas vezes, estes gabinetes sejam apenas montras sistematizadas de ofertas de emprego publicadas noutros locais, a ideia de protocolos entre universidades e empresas é celebrada pelos entrevistados, estando todos de acordo quanto ao incentivo que deveria ser dado neste sentido.

*[E1] as universidades usarem um bocado o seu nome para sensibilizar as empresas e para estabelecer protocolos.*

*[E2] Eu ia mais à raiz de adaptar as vagas dos cursos ao mercado de trabalho, acho que é mesmo um ponto de ligação.*

*[E3] Eu acho que isso é um problema das universidades, porque as universidades já é à cabeça, isto é quase tudo visto quase como cabeça de gado, a gente vê isto nos institutos politécnicos. (...) Portanto, eles não vão fazer isso, eles não vão chegar lá e dizer só há X vagas para este curso, não cada vez é mais, as universidades dependem do número de alunos.*

*[E4] O Estado devia fazer com que as universidades, devia regular...*

*[E3] O Estado devia realmente fazer com que as universidades fizessem contratos, protocolos com empresas... No caso que aconteceu lá no Técnico, foi que a Siemens chegou lá e remodelou um andar... O ensino português é muito mau... Chegou lá e remodelou o piso todo, mudou computadores e tudo, pra depois também poder... As pessoas saberem que existe aquela empresa, e as pessoas o que é que ganham com isto? No fim do curso as pessoas vão chegar lá e... Olha a Siemens,*

*estes gajos parecem porreiros... E tentam ir para lá. Eu acho que se deviam fazer mais coisas dessas e investir mais nas empresas...*

*Jovens licenciados*

Foram também discutidos, durante algumas das entrevistas com jovens mais qualificados, os apoios ao empreendedorismo individual. Embora a maior parte dos jovens nunca tenha utilizado nenhum destes mecanismos, nem saiba exactamente em que consistem, os mais informados consideram que neste âmbito a protecção aos jovens é maior do que noutros sectores.

Quanto a mecanismos de inserção formais não públicos, como as empresas de recursos humanos e de trabalho temporário, estas são vistas de forma bastante depreciativa pela maior parte dos jovens entrevistados. Embora uma das entrevistadas tenha arranjado um emprego na sequência de uma colocação feita por uma destas empresas, na maior parte dos casos, os jovens consideram que esta situação é excepcional e acusam estas empresas de operarem numa situação de semi-ilegalidade, favorecendo a precarização do mercado laboral, e não oferecendo quaisquer garantias.

#### b) Apoios informais e redes de suporte

Os jovens entrevistados – ao mesmo tempo que consideram que, na maior parte das ocasiões, os apoios formais falham – salientam a importância das redes de apoio informal. Estas podem actuar em várias modalidades. Por um lado (e isto é patente em muitos casos), os amigos e familiares actuam como importantes redes de conhecimento e divulgação de lugares disponíveis no mercado de trabalho. De facto, saber onde procurar e para onde enviar currículos são informações centrais para quem, pela primeira vez, penetra no mundo do trabalho.

*Os meus empregos... é sempre através das amigas, ou da minha família... Tipo, no hotel foi através da minha tia. Só um é que não entrei assim...*

*Empregada de loja, 9.º ano, 17 anos*

Por outro lado, muitos dos entrevistados realçam a importância dos conhecimentos informais na efectiva integração num posto de trabalho. Esta questão, associada à “questão da cunha”, motivou, de resto, discussões acesas entre os participantes nos *focus group*. O recurso a “cunhas”, principalmente no sector público, é assumido como habitual mas uniformemente criticado. Já o ingresso em empresas privadas, através de

conhecimentos, de amigos ou colegas de curso, motiva outras dúvidas éticas. Em ambas as situações os jovens revelam a tensão latente entre criticar um processo corrente mas por vezes aceitá-lo como recurso.

*Então tive a cunha para ir para o centro de saúde de [nome local]. Isto eu digo mesmo assim com as letras todas porque é triste mas é assim: todos os trabalhos que dão um bocadinho de nada de condição melhor, geralmente é porque têm lá um conhecimento qualquer, porque se não houver esse conhecimento dificilmente a gente consegue lá chegar, e mesmo assim essas condições assim um bocadinho melhores já não são assim tão boas quanto isso, mas já são de facto, em comparação com todas as outras, já são muito melhores. Eu consegui aceitar... esta proposta já me tinha sido feita várias vezes e eu sempre tinha recusado porque não queria recorrer a esse tipo de esquema. Primeiro é uma questão até de orgulho, ou seja do que for, mas não gostava de alinhar nisso. E depois de ter passado por essas circunstâncias todas e estar à rasca, que é mesmo assim, aceitei, com aquela ideia, “O.K., se eu me portar mal eles despedem-me, portanto eu tenho que me valer pelo lugar que me estão a dar a oportunidade”, mas no fundo eu tenho consciência de que, de facto, eu entrei ali, não foi por mérito, e isso chateia... porque acho que é muito mais justo as coisas serem por mérito, a gente merece uma coisa, a gente tem aquilo que merece, está tudo bem e, de facto, vejo que todas as pessoas que estão ali a trabalhar é porque, de facto, tiveram... alguém que as ajudou nesse sentido, não é?*

*Secretária, 27 anos, 12.º ano*

As redes de sociabilidade ou familiares podem também ser importantes no fornecimento de informações respeitantes a contratos, declarações de impostos e outras competências necessárias a quem se insere no mercado de trabalho, subsistindo a ideia de que a escola não prepara os jovens para estas competências. Por seu turno, as entidades empregadoras também não parecem esclarecer os jovens a este respeito.

### c) Uma vida (in)dependente

Não é só através de conhecimentos, das ditas “cunhas”, ou de troca de informações que as redes informais em que os jovens se inserem se revelam fundamentais para o seu processo de integração no mercado de trabalho. Com efeito, em todos os grupos de jovens, das diferentes camadas sociais, a relação com o mercado de trabalho é bastante diferente consoante se trate de jovens com encargos familiares (com ascen-

dentes ou descendentes) ou, ao invés, sem encargos e com a possibilidade de pedir ajuda aos pais. Este factor condiciona a necessidade de garantir um trabalho e o tipo de situação laboral a que se está disposto a sujeitar.

Alguns dos entrevistados têm já um conjunto de responsabilidades familiares, quer por viverem sozinhos ou com o cônjuge ou companheiro, quer por já terem filhos. Para estes, parece não haver outra possibilidade senão trabalhar, mesmo que o emprego não seja aliciente.

*Não, vivo com o meu namorado. Mas não temos o apoio dos pais dele que vivem longe, e portanto, é muito complicado estarmos também até para ele estarmos só a ter o apoio dos meus pais... Porque geram-se desigualdades dentro da relação muito complicadas de gerir, apesar de a gente dizer que é do contexto, que é portanto, de facto... Quer dizer, as pessoas... nós estamos neste momento, eu estou condicionada neste momento, não posso deixar o meu emprego porque tenho encargos (...)* Sim, o facto de ter saído de casa dos meus pais... Se tivesse ainda na casa dos meus pais se calhar dizia-lhes, “vou deixar o emprego, vou des-pedir-me, alguma coisa há-de aparecer”.

*Técnica de intervenção (licenciada em Sociologia), 25 anos*

Alguns dos jovens entrevistados também se viram condicionados, na sua entrada no mercado de trabalho, por responsabilidades em relação aos seus ascendentes.

*Portanto, eu sinto que fui realmente condicionada a nível de poder saltitar de emprego, eventualmente até escolher outras opções, ou eventualmente tirar algum outro curso complementar ou algum assim... Porque de facto vivia com a minha avó era muito importante que eu trabalhasse, até mesmo porque fui para uma faculdade privada e isso era essencial. Agora então, também já deu para notar que eu também não estou muito satisfeita como tou, mas portanto agora sou só eu e tenho que tratar também da minha irmã...*

*Assessora, 26 anos, licenciada*

*Achei que era melhor trabalhar para ajudar a minha mãe, que a minha mãe era viúva.*

*Mecânico, 18 anos, ensino profissional*

Para os jovens cuja situação financeira está assegurada pelos pais, a relação para com o mercado de trabalho define-se também em função do desejo de independência: alguns destes jovens apostam na obtenção

de um emprego compensador, adiando a independência financeira, enquanto outros se mostram dispostos a fazer qualquer tipo de trabalho, para obter independência.

*Já tava farto, despedi-me daquilo e agora estou novamente (risos)... Ali o problema é que o trabalho é muito monótono e tem lá outros pormenores que mais tarde posso abordar. Pronto, e agora estou desempregado e pronto... e não estou à procura de nada, antes que me perguntem (risos). Ainda estou naquela fase em que vivo na casa dos pais, portanto, há que ser com calma, tenho que procurar algo que goste de fazer.*

*Desempregado, licenciado em Informática, 25 anos*

*É bom estar dependente dos pais. Acho que sim, até aos 30... eu falo por mim, assim não tenho encargos...*

*Formador de Artes Gráficas, 19 ano, ensino profissional*

Muitos dos jovens entrevistados planeiam viver sozinhos, mas torna-se difícil programar o momento em que esta meta se tornará possível, principalmente para os jovens com menos qualificações escolares. A articulação da integração no mercado de trabalho com projectos pessoais (como casar e ter filhos) é vista na maior parte dos casos como muito problemática, pela instabilidade laboral que caracteriza o mercado de trabalho, principalmente nos primeiros anos.

*[E1] Ah, eu quero viver por minha conta própria mas neste momento com uma bolsa não dá para viver por conta própria, nem num quarto, quanto mais numa casa. A gente quer sempre ser independente, acho que toda a gente quer ser independente, ter a sua casa e dizer “ah isso é meu... fui eu que comprei” não é, mas neste momento da minha vida, não dá... mas vou ter.*

*[E2] Eu concordo com ela. Uma pessoa pode não viver individualmente, mas é assim, aquilo que a gente recebe não dá para sustentar uma casa, se tiver um carro, carregamentos de telemóvel, despesas com comida e roupa, não dá mesmo.*

*Jovens sem escolaridade obrigatória*

*É pena em Portugal não haver, como há lá fora, eu conheço o caso da Dinamarca, e o estado dinamarquês financia a todos os estudantes universitários, 500 euros. Sou plenamente apologista desse tipo de política social. As taxas podem ser elevadas mas eles têm esse tipo de contrapartidas. E assim as pessoas podem sair de casa. (...) aqui em*

*Portugal é exactamente o contrário, em vez de haver algum incentivo para as pessoas se tornarem independentes, o que é totalmente vantajoso em termos económicos para os pais, não é completamente ao contrário...*

*Professor/freelancer, 27 anos, pós-graduado em Física (acústica)*

### **3.5. Culturas e valores no mercado de trabalho**

Finalmente, neste último tópico, procurar-se-á discutir de que modo os valores dos jovens – e a sua maior ou menor integração nas chamadas culturas juvenis – se reflectem e repercutem no processo de entrada no mercado de trabalho. Por outras palavras, quais são as especificidades do (des)emprego juvenil, e de que modo as poderemos relacionar com valores culturais, práticas e representações particulares a esta faixa etária.

#### a) Valores face ao trabalho

***Agora outra questão, o que é para vocês um bom emprego? O que é que vocês acham mais importante, por exemplo, se pudessem escolher?***

*[E1] Uns bons colegas, um bom patrão...*

*[E2] Um bom ordenado...*

*[E3] Ser efectivo mesmo...*

*[E2] Sim, um bom trabalho é ser-se efectivo, e poderes fazer aquilo que tu gostas... Teres colegas fixes... principalmente.*

*Jovens sem escolaridade obrigatória*

O excerto com que se inicia este tópico é particularmente exemplificativo daquilo que parece ser a atitude prevalecente entre os jovens entrevistados, face ao que é um bom trabalho. Interrogados sobre este assunto, os jovens tendem a dar conta de um todo integrado de requisitos que deveriam ser concomitantes e que incluem a oportunidade para se fazer o que se gosta, mas também um bom ambiente de trabalho, uma retribuição adequada e um contrato que implique segurança. Pelos testemunhos dos jovens perpassa ainda uma contradição latente: se por um lado é consensual a convicção de que é muito difícil encontrar o emprego perfeito (pelo que será necessário abdicar de alguns destes requisitos), por outro lado, alguns destes aspectos por si sós não chegam, e se o trabalho não satisfaz globalmente, então mais vale procurar outro, principalmente se se tiver condições para isso.

*A gente não ganha mal, mas só o stress dos chefes andarem atrás da gente a sobrecarregar o pessoal é uma desorientação do caraças... é muita desorientação.*

*Mecânico, 18 anos, ensino profissional*

*Mas o que também me levou a sair é que não existe trabalho para tanta gente que tava lá e então, a maior parte do tempo, há pessoas que passam, como eu... Eu passava dias em que não fazia quase nada, mesmo quase nada (...) É assim, se calhar eu olho para colegas mais velhos, já com família e assim, as pessoas estão ali e fazem as coisas devagar, porque já sabem que não tão depressa vai aparecer trabalho, portanto as pessoas fazem aquilo devagar. Eu é que era jovem, não é? E despachava aquilo tudo e depois não havia mais...*

*Desempregado, licenciado em Informática, 25 anos*

Para além da natureza do trabalho, a interacção entre pares e as condições materiais, ressaltou das entrevistas a importância das relações de poder estabelecidas dentro do local de trabalho e do modo como se lida com uma posição subalterna (à qual a maior parte dos jovens recém-integrados no mercado de trabalho está confinada). Entre os jovens que ocupam lugares menos qualificados, a relação com as chefias parece uma questão central. O tipo de trabalhos por estes desempenhados parece ser regulado por um poder discricionário das chefias directas, que assim se assumem como mediadores centrais na relação que estes jovens estabelecem com o mercado de trabalho.

Por outro lado, entre os jovens mais qualificados, é a (im)possibilidade de autonomia e a consciência de se poder fazer mais do que aquilo que é permitido que constitui base para as maiores frustrações. O excerto que se segue, de uma jovem socióloga que trabalha junto de populações sem-abrigo é bastante exemplificativo desta frustração:

*Sim, sim, eu gosto muito do trabalho que faço e tenho muita pena de me ir embora, mas eu não aguento mais um ano, eu não aguento até às próximas eleições.*

*Mas não aguentas economicamente?*

*Não, não aguento aquele trabalho, não aguento aquela frustração de não poder fazer nada...*

*Técnica de intervenção (licenciada em Sociologia), 25 anos*

Como já foi referido ao longo deste trabalho, há um aspecto transversal à integração no mercado de trabalho das camadas mais jovens, que se prende com a situação de flexibilização do mercado de trabalho

contemporâneo, marcado por processos de instabilidade, mobilidade e precarização. Este aspecto, fulcral quando se pretende analisar o emprego nas sociedades europeias contemporâneas, é usualmente associado a diversos factores, englobando, por um lado, a instabilidade do emprego, consubstanciada na ideia de que, quando se arranja emprego, “já não é para toda a vida”, e por outro, a própria modalidade de trabalho, mais flexível, organizada em torno de objectivos e projectos e menos em termos de horários.

*Mas isso estamos sempre, nesta altura as pessoas apesar de estarem empregadas têm de estar constantemente à procura de emprego, porque estagnar... (...) Antigamente os bons faziam uma carreira numa empresa, hoje os bons andam sempre a saltar de uma empresa para a outra... É a chamada mobilidade...*

*Eng. Agrónomo, 26 anos, bolseiro*

Quase todos os jovens entrevistados reconheceram imediatamente esse axioma dos tempos modernos: a ideia de que o emprego já não é para toda a vida. O modo como este facto é encarado é todavia bastante diferenciado. Entre os jovens com menos qualificações, habituados desde sempre a uma economia parcialmente informal, à sucessão de ‘biscates’, esta situação é integrada nos projectos profissionais dos jovens quer enquanto principal entrave ao projecto de estabilização do futuro, quer enquanto garantia de um dinheiro extra que pode surgir mais facilmente, porque alguns dos trabalhos esporádicos são mais bem pagos.

Entre os jovens com qualificações médias e altas, esta situação, apesar de reconhecida como inevitável, é frequentemente atacada como um dos piores sintomas dos tempos modernos. A mobilidade, afirmam, não passa de uma maneira disfarçada de designar a precarização e instabilidade do sistema. A insegurança, a ilegalidade ou semi-legalidade de certos contratos, a impossibilidade de arranjar trabalho fixo são claramente denunciados por muitos dos jovens entrevistados, que parecem bastante cientes do impacto que isso virá a ter na sua vida não apenas profissional mas também familiar.

Todavia, este sistema desencadeia por seu turno uma reacção, permitindo a certos jovens, com capacidades para tal, aproveitarem esta mobilidade e precarização em seu favor.

*Eles na altura viram que eu andava a sonhar com um contrato, não é? (risos) Toda a gente... Então quando fiz... quando fizer um ano de trabalho aqui vou lá falar com o chefe e tal... É claro que o chefe disse que não, que não podiam fazer contratos, que não tavam a fazer*

*contratos a ninguém e não sei quê, não sei que mais... mas disse que podíamos falar disso mais tarde e tal... E eu entretanto comecei a falar com colegas meus e com colegas minhas e comecei a achar que era melhor ficar só pelos recibos verdes. Porque, provavelmente o que ia acontecer é que ia ficar com um salário fixo, não é? Com aumentos inexistentes e... mas com uma carga de trabalho cada vez maior. Era o que eu via, foram os meus próprios colegas a contar-me e a dizer “vê lá, pensa bem nisso, porque se calhar não é o ideal para ti”.*

*Jornalista, 25 anos, licenciada*

Note-se ainda que, entre alguns dos jovens com maiores qualificações, a mobilidade pode aparecer como valor, e a ideia do emprego para toda a vida é associada à estagnação da carreira. Todavia, muitos reconhecem que, embora gostassem de mudar mais vezes de emprego, têm de se esforçar por manter aquilo que já conseguiram atingir, face à instabilidade vigente.

*Pois, também não gostava de fazer um contrato com o centro de saúde a dizer que vou lá trabalhar durante os próximos 10 anos, também não gostaria disso. Lá está, porque eu acho importante a pessoa ir-se adequando às coisas. Eu agora sou jovem e tenho energia e capacidade para determinadas tarefas, quando eu for mais velha, as minhas aptidões também mudam, eu posso desenvolver aptidões noutras sentidos e ter necessidade de fazer outro tipo de coisas.*

*Secretária, 12.º ano, 27 anos*

## b) Discriminação no mercado de trabalho

Quando uma determinada entidade empregadora acolhe um novo trabalhador, jovem, a que tipo de valores associa a juventude? A novos conhecimentos, novas dinâmicas? A uma menor responsabilidade, ou a determinados défices culturais (apreço por culturas marginais, fraca adesão a culturas organizacionais)? Ou ainda, a uma maior maleabilidade, que implicará eventualmente menos responsabilidade por parte da entidade empregadora?

Os jovens entrevistados tendem a reconhecer a sua especificidade enquanto parte da força de trabalho. A maior parte considera que a falta de experiência é um problema no momento de obtenção de um emprego. Afirma-se também que não é fácil entregar responsabilidades a um jovem, muitas vezes visto com alguma condescendência. Todavia, alguns dos entrevistados reconhecem que este problema também está relacionado com alguma lacuna na sua própria auto-confiança.

*Exige-se muitíssimo à pessoa que acabou o curso, que começou a trabalhar. Se comete um erro, é porque é incompetente e é substituída, ao passo que a pessoa que tem experiência e trabalho comprovado, se comete um erro... pronto, desculpa-se.*

*Técnico audiovisual, 9.º ano + curso profissional, 26 anos*

Ao mesmo tempo, os entrevistados reconhecem que, muitas vezes, mais tarde é ainda mais difícil arranjar emprego, a não ser que se tenha excelentes qualificações.

*Eu acho que depende, depende da situação, depende do tipo de profissão que se calhar a pessoa também está interessada, por exemplo, um artista, o facto de ser novo, às vezes pode prejudicar imenso porque está a começar, ninguém o conhece, tem uma série de dificuldades pela frente, lá está se tiver uma mãozinha de alguém, alguém quê? Conhecido, mais velho, com experiência que já fez pela sua vida. Mas o ser novo é isso mesmo, não é? A gente estamos a ser novos, só temos é que ser novos agora, não vamos querer ser velhos porque isso dava mais jeito, não. Eu acho que tudo tem o seu tempo e o ser novo, realmente, em algumas áreas acho que prejudica, porque por exemplo, em cargos de chefia, se a pessoa quiser ser chefe, quiser mandar, vai ter que esperar, não é? Dificilmente vai ser novo e vai conseguir ter um lugar mais proeminente e de chefia, em determinadas coisas, as coisas têm um caminho a percorrer e pode dificultar, mas acho que o ser mais velho é pior, nesta sociedade de hoje em dia. Acho que hoje em dia uma pessoa que tenha o azar de ir para a rua aos 40 e tal anos está com um problema, não é? A não ser que tenha um currículo excelente, porque se não, acho que tem grandes dificuldades.*

*Secretária, 12.º ano, 27 anos*

Alguns dos jovens entrevistados mencionam a existência de uma certa tensão entre a necessidade que os superiores hierárquicos dos jovens têm de pessoal mais apto para lidar com novas tecnologias e formas inovadoras de trabalho e o receio, principalmente entre os colegas mais velhos, face a estas inovações, personificadas pelos jovens recém-integrados.

*[E1] onde eu estou as pessoas superiores começam a pensar que os novos são precisos... É preciso haver um bocado de agitação, porque as pessoas que estão lá, já estão lá há imenso tempo, pra aí há quarenta anos. (...) as pessoas vão-se arrastando e eles têm esperança que os novos que entrem mudem um bocado isso. Só que depois não somos muito bem aceites por essas pessoas mais antigas, que depois nos dificultam bastante*

*o trabalho, porque nos escondem as informações, e isto é aquilo... Não são muito receptivas a que a gente mude, pois podemos ultrapassá-las. [E2] Conforme a idade, os tipos de emprego, eles não confiam num jovem para ter um emprego com muita responsabilidade. Se tivermos assim um emprego em que é preciso a pessoa dominar aquela área, eles não querem um jovem, mesmo que um jovem tenha, pronto... Mesmo que já tenha projectos com alguém no estrangeiro, eles nem olham pra isso, e têm já alguém em vista. Portanto os jovens têm que se contentar com as novas tecnologias, que é, isto acabou de aparecer, ninguém domina isto e portanto os jovens sabem dominar. Há só separação de empregos, o que é muito mau...*

*Jovens com qualificações intermédias*

Uma outra questão discutida nas entrevistas prende-se com o desfazamento entre a cultura cultivada na maior parte das organizações e o estilo de vida mais usual entre as faixas etárias mais jovens. Muitos dos entrevistados reconhecem que, a partir do momento de entrada no mercado de trabalho torna-se necessário fazer uma série de alterações na aparência, linguagem e postura corporal, de modo a transmitir confiança enquanto profissional, adaptando-se, deste modo, aos códigos vigentes no mercado laboral.

*A mim falaram-me para tomar um bocadinho de atenção a isso... na maneira de vestir... mas nunca liguei muito...*

*Formador em Artes Gráficas, 19 anos, ensino profissional*

*Agronomia é complicado. Principalmente as empresas que lidam com agricultores, porque por um lado as pessoas não podem ir com aquele aspecto de jovens, têm que ir com um aspecto já de homenzinhos... E é engraçado vermos lá na faculdade não há um estilo coerente, era um estilo completamente diferente, e que hoje tiveram que se render ao sistema, porque o sistema exige deles uma imagem... E na agricultura é engraçado porque nem querem uma pessoa engravatada perante o agricultor, como também não querem que seja uma pessoa o oposto, é mais complexo ainda... querem um meio termo. Tenho o exemplo de um amigo que é do Alentejo, e quando fala normalmente não tem qualquer pronúncia, mas dizia-me que quando chegava junto dos agricultores fazia questão de ter pronúncia alentejana, ele dizia mesmo que os agricultores o associavam a uma pessoa do campo, tinham mais confiança nele, maior liberdade, conseguia assim uma maior aproximação.*

*Eng. Agrónomo, 26 anos, bolseiro*

Durante as entrevistas foi ainda possível discutir os problemas associados não apenas à juventude, mas à inserção em determinadas faixas sócio-culturais, étnicas e de género. Alguns dos jovens entrevistados viveram situações de discriminação, relacionadas principalmente com género e pertenças étnicas. Outra situação de discriminação vigente no mercado de trabalho e associada à faixa etária juvenil diz respeito à maternidade, tendo sido reportado, por algumas das entrevistadas com filhos, dificuldades junto dos patrões durante a gravidez. A maior parte dos entrevistados considera que a discriminação varia consoante o sector de actividade, tendo sido entrevistada uma jovem técnica de manutenção electrónica, que embora fosse a única rapariga a exercer esse tipo de funções no seu local de trabalho, considerava ser notada mas não discriminada.

*[E1] Os homens têm mais sorte em todo o lado infelizmente... Se a mulher for bem apresentada, com um bom sorriso, com uma boa postura... (risos na sala) Mas é verdade, uma mulher com uma boa postura, normalmente consegue sempre trabalho...*

*[E2] Quando for, vou mesmo de gravata...*

*[E1] Já, mas é mesmo verdade, nós os pretos temos que ir sempre bem apresentados, se não, não vamos conseguir trabalho... é verdade... Tu numa discoteca tu não entras à toa, penteia-te o teu cabelo e apresenta-se bem senão... claro que não vais ficar lá. (...) por acaso o senhor [patrão] punha-me sempre no bar, punha-me lá no bar, à frente e não sei que, porque eu era jovem, e punha-me, por acaso, mas normalmente ele punha-nos a nós, as pretas todas nos quartos...*

*[E3] Depende também do patrão que apanhássemos... Se apanhássemos um bom patrão...*

*[E4] Nesse aspecto ela era privilegiada... Para o chefe dela ela não era preta.*

*Jovens sem a escolaridade obrigatória*

*Há situações em que seria uma mais-valia ser-se rapariga e outras rapaz. (...) acho que é consoante o trabalho. Ainda há muitos preconceitos daqueles papéis do homem e da mulher.*

*Técnico audiovisual, 9.º ano + curso profissional, 26 anos*

### c) Futuros em aberto

Terminámos as entrevistas inquirindo os jovens sobre as seus desejos quanto ao futuro, por um lado, e as suas expectativas em concreto, por outro. Em todos os quadrantes, o futuro assume-se como uma

incógnita, num mundo onde há demasiadas trajectórias possíveis e demasiado poucas oportunidades. Entrar no mercado de trabalho, é assim, também, deixar de ter um caminho planeado.

*[E1] Isto até à faculdade era tudo muito simples, entrávamos na faculdade, tirávamos um curso, arranjávamos trabalho... e agora? Quer dizer, não sei, porque na minha vida as coisas sempre aconteceram degrau a degrau, e sem eu dar por ela acabei mesmo por construir qualquer coisa, então eu acho que é mesmo opção, escolher na altura, eu sou mesmo assim, é da minha personalidade. Mas sei que gostava de casar, ter um filho, e tal, mas quer dizer... daqui a dois anos? Eu nem sei como é que vou tar daqui a dois anos, não faço ideia, nem sei se quero ficar onde estou.*

*[E2] Quando eu souber, informo-me a mim próprio... (risos).*

*[E3] Eu concordo com a [nome]. Até à faculdade é tudo bem, porque nós somos colocados num carrinho que vai andando até à faculdade e depois a partir daí descarrilamos pra onde quisermos, é um bocado isso.*

*Jovens licenciados*

Os projectos concretos surgem geralmente como que adiados, associados a um determinado momento futuro, em que poderão entrar na carreira, após estes anos iniciais no mercado de trabalho, que muitas vezes são encarados como anos de preparação. Por outro lado, alguns dos jovens interrogam-se: Será que ainda há carreiras?..

*No meu caso, a longo prazo... o que eu quero é continuar no ensino. Espero um dia ter um vínculo ao estado. Até lá... sei que isso vai demorar talvez 10 anos... quero tirar o mestrado, mais por realização pessoal, mas também vai ser difícil, devido à situação laboral que tenho agora.*

*Professora de Línguas, 28 anos*

*Professora já não é assim tão linear, mas acaba por ser uma carreira, vai evoluindo aos poucos, até chegar ao topo, que é muito bom. No privado é mais difícil porque uma pessoa se fica competente, começa a receber convites. Alguns a ver com a função que tinha, outros nem tanto. Quebra ali, vai para outra carreira... às vezes temos trambolhões por outros motivos. No sector privado é mais complicado, não é linear. Mas no sector público ainda há carreira.*

*Desempregado, licenciado em Gestão Financeira, 31 anos*

Alternativamente, muitos dos jovens dirigem as suas expectativas para o momento onde poderão iniciar projectos individuais de criação de auto-emprego ou como profissionais liberais, fuga lateral face aos receios que o futuro parece trazer. Note-se ainda que, tanto nos segmentos menos qualificados como entre os mais qualificados são estabelecidas comparações com outros países, havendo, nalguns casos, projectos de emigração.

### **3.6. Em síntese...**

As entrevistas de grupo a 32 jovens com perfis muito diferenciados forneceram indicações importantes sobre os seus trajectos e projectos de entrada no mercado de trabalho, um processo tão complexo como crucial na estruturação quer das vidas individuais quer das sociedades no seu todo. Em particular, os obstáculos à integração efectiva no mercado de trabalho foram explorados. Os principais aspectos a destacar são os seguintes.

1. A integração no mercado de trabalho tende a alongar-se no tempo, deixando de ser uma passagem simples do estatuto de “não-activo” para o de “activo”, mas não sendo também uma circulação aleatória entre ocupações, períodos de desemprego e de formação. Passa, pois, pela conquista de rendimentos que permitam uma vida independente, cuja urgência varia muito consoante os projectos dos jovens e, obviamente, os constrangimentos impostos pela sua condição social.
2. Essa integração tende também a complexificar-se, não sendo dominada por dois pólos claramente distintos: integração total versus desintegração total. Pelo contrário, a grande maioria dos jovens encontra-se hoje em situação de integração parcial no mercado de trabalho, em modalidades semi-formais, temporárias ou a tempo parcial.
3. Esta integração parcial reflecte duas situações claramente diferenciadas, mas que se tendem a confundir no debate público: a) os jovens que estão simultaneamente integrados em sistemas de formação valorizantes, ocupando trabalhos temporários por necessidade ou vontade; b) os jovens que já consideram ter finalizado o seu trajecto formativo e anseiam pela plena integração no mercado de trabalho.

4. O principal problema no processo de integração dos jovens no mercado de trabalho tende a ser, não a falta generalizada de trabalho, mas sim a incapacidade de transitar de uma situação de vínculos informais ou precários para uma situação de pleno emprego, com vínculos formais e de longa duração. Esta incapacidade estende-se, hoje, ao sector público. É, pois, significativo que dos 32 jovens entrevistados, apenas 5 estejam em situação de contrato sem termo, todos no sector privado.
5. Os jovens distinguem claramente um ideal de mobilidade, associado ao trabalho por projectos, gerador de experiências de auto-realização e de valorização futura, de uma prática massiva da mobilidade, enquanto desresponsabilização patronal, geradora de enorme insegurança e desestruturante de projectos de futuro. Esta distinção deriva de a) a natureza do trabalho e de b) a abundância ou escassez de empregos.
6. Existe uma clara distinção entre a) um segmento de emprego privilegiado, criativo e altamente qualificado, em que a mobilidade e informalidade dos vínculos se converte efectivamente numa carreira de valorização progressiva e ascensão social e profissional; b) um segmento de emprego maioritário em que a circulação entre ocupações temporárias e precárias não reflecte qualquer carreira de ascensão progressiva, o que os deixa numa situação de enorme incerteza e insegurança relativamente ao futuro.
7. A insegurança tende a ser fortemente estruturada por factores sociais, como a classe social de origem, o nível e área de qualificações ou o sexo. A uma insegurança relativa, para os jovens (e respectivas famílias) com mais capitais económico, cultural e social, opõe-se uma insegurança geral dos jovens mais desfavorecidos, potenciadora de trajectórias desestruturantes ou marginais. Esta desigualdade parece maior em momentos, como o actual, de escassez de emprego.
8. O acesso ao emprego tende a processar-se por duas vias, uma demasiado formal e outra demasiado informal. No primeiro caso, a escassez, morosidade e pouca clareza dos concursos afasta a grande maioria dos jovens, sobretudo aqueles que têm urgência na obtenção de trabalho. No segundo caso, não fornecem qualquer dispositivo de igualdade de oportunidades, deixando totalmente à entidade patronal (pública e privada) o uso de critérios legítimos e ilegítimos de selecção de candidatos.

9. Os programas formais de apoio à inserção dos jovens no mercado de trabalho tiveram um impacto reduzido na criação de empregos efectivos, embora tenham sido uma via de acesso para muitos jovens obterem formação (e qualificação) profissional. Se no caso dos jovens licenciados, estas formações se encontravam muito desadaptadas e desvalorizadas no mercado de trabalho, para os jovens com a escolaridade mínima, estes cursos significam uma valorização no contexto profissional e a construção de projectos de mobilidade social de curto-alcance (só em parte dos casos esses projectos se convertem em realidades).
10. A articulação entre os sistemas de formação e o mercado de trabalho é uma questão complexa e que está longe de ser resolvida com a constituição de gabinetes especializados (tipo UNIVA). Foram identificados casos muito minoritários em que parece existir esta articulação. A investigação sugere que essa articulação exige uma mobilização quer dos responsáveis dos cursos (professores/formadores) quer do próprio mercado de trabalho (patronato/gestores), de modo a criar currículos, estágios, qualificações específicos.
11. Os estágios profissionais respeitam também a lógica do tópico anterior. Os casos em que contribuem, de facto, para a inserção profissional dos jovens parecem ser aqueles em que existe uma real articulação entre entidades formadoras e empregadoras. Por outro lado, a sua criação “artificial” tende a ser apropriada como forma de trabalho precário, temporário e mal remunerado, sem promover a integração profissional efectiva.
12. Dados os efeitos circunscritos da política de apoios formais, a integração dos jovens no mercado de trabalho continua a basear-se, predominantemente, numa rede de apoios informais, geradora de inúmeras desigualdades de recursos e oportunidades. Mesmo nos segmentos mais qualificados de trabalho (e no sector público), esta prevalência das redes informais foi observada, sobrepondo-se, até, aos mecanismos mais formais.
13. A discriminação no mercado de trabalho é uma realidade vivida e documentada pela maioria dos jovens, embora pareça consensual que a categoria etária (geradora de efeitos positivos e negativos) não é o critério de maior discriminação. A divisão

do mercado de trabalho em função do sexo continua a ser uma realidade. A sobreposição tendencial de elementos de exclusão como a origem étnica, a classe social, o local de residência e a falta de recursos qualificacionais é um factor claro de discriminação, sobretudo no acesso a empregos em que se lida directamente com clientes, utentes ou público em geral.

#### 4. POLÍTICAS PARA A INSERÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO

Procurando responder a dois objectivos centrais do presente estudo, os três pontos que integram este capítulo são orientados para a análise crítica da eficácia das políticas dirigidas à inserção dos jovens no mercado de trabalho, tendo em conta os problemas com que os jovens se defrontam, tal como foram diagnosticados a partir do levantamento e sistematização de informação estatística, das entrevistas de grupo realizadas junto de jovens com diferentes perfis qualificacionais e das entrevistas a interlocutores privilegiados.

Num primeiro momento apresentamos, pois, uma síntese das dificuldades, problemas e bloqueios à inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Em segundo lugar, debruçamo-nos sobre o que têm sido as orientações e objectivos das políticas para a integração dos jovens no mercado de trabalho, tal como têm vindo a ser apresentados nas sucessivas versões do Plano Nacional de Emprego em Portugal.

Procuramos também, a partir de um levantamento com base num conjunto de documentos e fontes diversos relativos a políticas nos sectores da educação, formação, emprego e segurança social, apurar e sistematizar o conjunto de medidas que se encontram em vigor, e que, em Portugal, se dirigem, de forma mais ou menos directa, à promoção da integração dos jovens no mercado de trabalho.

Tal levantamento orientou-se para a identificação dos instrumentos especificamente ou sobretudo direccionados para os jovens, não incluindo o vasto conjunto de medidas de promoção de emprego da população em geral de que os jovens também poderão beneficiar. Do mesmo modo, optámos por não apresentar as medidas que se dirigem especificamente à promoção do emprego de grupos sociais desfavorecidos onde se inclui também a população jovem – como por exemplo, os beneficiários do Rendimento Social de Inserção, os ex-toxicodependentes, as pessoas com deficiência, etc. –, dado que se considerou implicarem o tratamento de questões – nomeadamente a integração e exclusão social – que ultrapassam os objectivos e limites deste estudo.

O cruzamento do que têm sido os objectivos traçados para as políticas de integração dos jovens no mercado de trabalho e as medidas

efectivamente implementadas permite, desde logo, avaliar a coerência interna destas políticas – ou seja, em que medida os instrumentos disponíveis traduzem os objectivos definidos –, identificando os domínios de actuação cobertos, eventuais áreas menos abrangidas, bem como lacunas e sobreposições.

Por sua vez, o exercício de cruzamento dos objectivos e medidas, tal como foram concebidas, com os problemas/obstáculos identificados, que efectuamos, remete para a avaliação da pertinência das políticas.

Num terceiro momento, pretendemos dar conta dos resultados obtidos através da implementação das medidas, nomeadamente face aos objectivos que visam e aos problemas que pretendem atacar, avaliando a eficácia das políticas que têm estado na sua base.

Entre os documentos e fontes consultados para a redacção deste capítulo são de destacar: os Planos Nacionais de Emprego; os Planos Nacionais de Acção para a Inclusão; os textos dos Programas Operacionais do Quadro Comunitário de Apoio III mais relevantes (designadamente, o PRODEP, o POEFDS e o PRIME); a legislação laboral; o Instituto de Emprego e Formação Profissional; os resultados dos inquéritos a formandos que concluíram acções de formação profissional no IEFP e dos indivíduos que realizaram estágios profissionais (produzidos no âmbito do Observatório de Entradas na Vida Activa); os resultados dos estudos de percurso dos diplomados do ensino profissional; o Ministério da Educação; as estatísticas da educação; o Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar; o Relatório de Execução e o Relatório de Avaliação Intercalar do PRODEP e do POEFDS; a Segurança Social; o IAPMEI; o inquérito do Observatório da Criação de Empresas; a Associação Nacional de Jovens Empresários.

Foram também realizadas entrevistas a um conjunto alargado de interlocutores, com um duplo objectivo: o da identificação dos problemas e potencialidades, desafios e bloqueios à inserção dos jovens no mercado de trabalho e o levantamento de propostas de actuação, do ponto de vista daqueles que, de uma forma ou de outra, estão envolvidos na execução ou são beneficiários das medidas. Assim, foram entrevistados representantes das seguintes entidades: Direcção-Geral de Formação Vocacional do Ministério da Educação, Departamento de Formação Profissional do IEFP, Departamento de Emprego do IEFP, CGTP, UGT, Associação Nacional de Jovens Empresários (ANJE), Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP), Escola de Comércio de Lisboa e Confederação da Indústria Portuguesa (CIP).

#### 4.1. Constrangimentos e problemas na integração profissional

As componentes de trabalho desenvolvidas neste estudo permitiram um diagnóstico alargado das dificuldades, problemas e obstáculos à inserção dos jovens no mercado de trabalho. Tais aspectos têm vindo a ser abordados, de forma mais ou menos explícita, ao longo dos três capítulos precedentes. Importa agora proceder à sistematização desses problemas, de modo a poder, por um lado avaliar as políticas tendo em conta os problemas que pretendem (ou deveriam) atacar – ou seja, a sua pertinência – e, por outro lado, produzir recomendações que vão no sentido da sua resolução.

Tal como observámos num capítulo anterior (Cf. Cap. 2), os jovens têm sido mais penalizados do que a população adulta por situações de desemprego. De facto, constatou-se que as taxas de desemprego juvenil são superiores à média nacional e que o crescimento do desemprego verificado no período de recessão é superior entre a população jovem. Além disso, tem aumentado o desemprego de longa duração, já que tem vindo a crescer o peso dos jovens que procuram novo emprego. Não se trata, pois, apenas de um problema de transição de uma situação de inactividade – muitas vezes correspondente à frequência escolar – para a vida activa, mas, cada vez mais, de permanência, com a devida qualidade, no mercado de trabalho. O que se verificou, nomeadamente com o estudo qualitativo através de entrevistas de grupo a jovens, foi que as suas trajectórias são muito marcadas por alternância entre situações de emprego – ou, talvez mais acertadamente, “trabalho” –, de curta duração, e desemprego.

No interior da população jovem (15-29 anos), são ainda de salientar os perfis mais vulneráveis a situações de desemprego. Os dados estatísticos e a informação de carácter qualitativo mostram-nos serem as mulheres em geral, principalmente o grupo etário dos 15 aos 19 anos, seguido dos que têm entre 20 e 24 anos, e os que possuem as habilitações mais baixas, seguidos depois pelos que concluíram cursos superiores, os mais afectados pelo desemprego.

Dada a variedade e multidimensionalidade dos factores que podem constituir obstáculo à inserção (e permanência) dos jovens na vida activa, procurámos agrupá-los em três domínios: 1) qualificações, escolares e profissionais; 2) relação entre a escola e o mercado de trabalho; 3) relações laborais.

##### 1) Qualificações escolares e profissionais

- Elevada taxa de abandono escolar precoce (sem cumprir a escolaridade obrigatória);

- Elevada taxa de saída precoce do sistema de ensino (sem cumprir o ensino secundário);
- Existência de uma faixa da população jovem, reduzida mas persistente, que não conclui qualquer grau de qualificação formal;
- No caso dos que não prosseguem estudos ao nível superior, saída do sistema de ensino de muitos jovens sem qualquer qualificação profissional, já que os cursos que conferem certificação profissional continuam a ter um peso, que, embora crescente, fica bastante aquém do desejável;
- Peso dos jovens com ensino superior com evolução positiva, mas ainda muito reduzido face à média europeia;
- Existência de uma faixa significativa de inactivos não estudantes, crescente entre os 15 e os 19 anos, que abandonaram o sistema de ensino e não se encontram à procura de emprego;
- Existência da maior percentagem a nível europeu de jovens não estudantes empregados entre os 15 e os 19 anos, indicando a falta de atractividade da oferta escolar e formativa;
- Falta de articulação entre o ensino secundário e o ensino superior.

## 2) Relação entre a escola e o mercado de trabalho

- Desequilíbrio entre a oferta e a procura no mercado de trabalho (falta de profissionais para determinadas áreas e excesso para outras);
- O desemprego entre os licenciados atinge quase todas as áreas de formação, mas destacam-se os professores, as ciências sociais e do comportamento, o comércio e administração;
- Desprestígio e baixa remuneração de algumas profissões (como, por exemplo, as ligadas ao comércio) onde há grandes necessidades no mercado de trabalho;
- Tecido empresarial pouco qualificado, com formas de organização do trabalho arcaicas, incapaz de absorver os jovens mais qualificados e de tirar partido das qualificações produzidas;
- Sistema educativo ainda muito “voltado para si mesmo”, pouco activo na procura de articulações com o mercado de trabalho;
- Ao contrário de outros países da União Europeia, fraca tradição de acumulação da situação de estudante e de trabalhador. O reduzido peso do trabalho a tempo parcial, bem como a fraca oferta de cursos, de especialização profissional e superiores, pós-laborais desincentivam essa situação;

- Volume ainda diminuto de estágios curriculares e profissionais, nomeadamente tendo em conta a média europeia.

### 3) Relações laborais

- A inserção dos jovens no mercado de trabalho faz-se cada vez mais de uma forma precária, através de contratos a termo – com incidência nos jovens sem qualificação formal e nos que possuem qualificação secundária ou superior –, trabalho temporário ou outras formas de prestação de serviços temporárias. As trajectórias de precariedade tendem a ser cada vez mais prolongadas;
- Sub-beneficiação dos sistemas de protecção no desemprego por parte de jovens até aos 19 anos;
- Desajustamentos entre as qualificações escolares adquiridas e as qualificações necessárias às funções desempenhadas no mercado de trabalho (sobrequificação);
- Os sectores de emprego que mais concorrência fazem à experiência escolar são aqueles onde as qualificações exigidas são menores, a precariedade se faz sentir com mais intensidade, e menos oportunidade parece existir para a formação contínua, nomeadamente a indústria transformadora, a construção, o comércio e a reparação de veículos e bens.

## 4.2. Objectivos das políticas e identificação de medidas

Um olhar sobre as sucessivas versões do Plano Nacional de Emprego (desde 1998 a 2003), sobre o texto da estratégia para a Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV), bem como sobre os textos dos dois Programas Operacionais do Quadro Comunitário de Apoio III estratégicos para a execução do Plano – o PRODEP e o POEFDS – permite identificar, em traços muito gerais, os objectivos que têm vindo a ser definidos com vista à promoção da inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Embora esses objectivos possam estar presentes de forma mais ou menos explícita em várias das directrizes dos Planos, consideramos particularmente relevantes as Directrizes 1 “Medidas activas e preventivas dirigidas aos desempregados e aos inactivos”, 2 “Criação de emprego e espírito empresarial”, 4 “Promover o desenvolvimento do capital humano e a aprendizagem ao longo da vida” e 7 “Promover a inserção no mercado de trabalho de pessoas desfavorecidas e combater a discriminação de que são alvo”, tal como formuladas no mais recente PNE em análise (2003).

Correndo o risco de alguma sobreposição ou repetição, dado que alguns dos objectivos se encontram fortemente interligados, julgamos que, para fins analíticos, eles podem ser elencados do seguinte modo: 1) a prevenção e o combate ao desemprego juvenil<sup>20</sup>; 2) o combate ao abandono escolar; 3) a diversificação das ofertas de formação inicial de jovens; 4) a promoção de ofertas de formação qualificante, de dupla certificação, escolar e profissional; 5) o apoio à transição para a vida activa; 6) o apoio à criação de emprego; 7) e o fomento do espírito empresarial.

Por sua vez, as medidas de política identificadas encontram-se aqui organizadas em cinco domínios: 1) orientação escolar e profissional; 2) educação e formação inicial qualificante, incluindo quer as ofertas formativas que conferem dupla certificação, escolar e profissional, quer as que não têm equivalência escolar; 3) transição para a vida activa; 4) apoio à criação de emprego, quer via contratação, quer próprio emprego; 5) apoio aos desempregados.

Na matriz que se segue apresenta-se uma listagem das medidas que integram cada um dos domínios<sup>21</sup> e procura-se avaliar o grau em que as medidas contribuem potencialmente para os objectivos traçados. Deve sublinhar-se que esta avaliação se situa apenas no nível da concepção das medidas, ou seja, é efectuada com base nas potencialidades que, no seu desenho, elas encerram para o cumprimento dos objectivos, e não no que tem sido o seu efectivo desempenho face a esses mesmos objectivos, matéria que nos ocupará no ponto subsequente.

---

<sup>20</sup> O entendimento deste objectivo é em sentido restrito, ou seja, a prevenção e combate directos ao desemprego e não todas as iniciativas que possam contribuir para diminuir o desemprego, que estão implícitas nos outros objectivos.

<sup>21</sup> Em anexo encontra-se uma descrição detalhada de cada uma das medidas.

Matriz de cruzamento objetivos/medidas, ao nível da concepção

Objectivos	Prevenção e combate do desemprego juvenil	Combate ao abandono escolar	Diversificação das ofertas de formação inicial	Promoção de ofertas de formação qualificante	Apoio à transição para a vida activa	Apoio à criação de emprego	Fomento do espírito empresarial
<b>Medidas</b>							
<b>1) Informação e orientação escolar e profissional</b>							
• Serviços de Psicologia e Orientação, Ministério da Educação;	0	3	3	3	2	0	2
• Programa de Orientação e Informação (PRODEP)	0	3	3	3	2	0	2
• Informação e Orientação Profissional do IIEFP	3	0	2	3	3	2	3
<b>2) Educação e formação inicial qualificante</b>							
<i>Dupla certificação:</i>							
• Cursos Tecnológicos do Ensino Secundário	1	2	3	3	1	0	0
• Cursos Artísticos Especializados do Ensino Secundário	1	1	3	3	1	0	0
• Ensino profissional	1	2	3	3	3	0	0
• Ensino Secundário Recorrente (Cursos Técnicos e Cursos Tecnológicos)	1	2	3	3	1	0	0
• Cursos do Sistema de Aprendizagem;	1	3	3	3	3	0	0
• Cursos de Educação-Formação para jovens	1	3	3	3	3	0	0
• Cláusula de Formação	0	0	0	3	0	0	0
<i>Certificação escolar:</i>							
• Currículos alternativos <sup>22</sup>	0	3	3	0	1	0	0
<i>Certificação profissional:</i>							
• Cursos de qualificação inicial	1	0	1	3	3	0	0

(continua)

<sup>22</sup> Os currículos alternativos são a única medida que apenas atribui certificação escolar. Consideramos, no entanto, que deve ser incluída neste quadro de medidas, pelo seu papel no combate ao abandono escolar precoce e porque, mesmo não certificando, proporciona a aquisição de competências profissionais, que podem ser facilitadoras na inserção do mercado de trabalho.

Matriz de cruzamento objectivos/medidas, ao nível da concepção (continuação)

Objectivos	Prevenção e combate do desemprego juvenil	Combate ao abandono escolar	Diversificação das ofertas de formação inicial	Promoção de ofertas de formação qualificante	Apoio à transição para a vida activa	Apoio à criação de emprego	Fomento do espírito empresarial
<b>Medidas</b>							
• 10.º ano profissionalizante (ano qualificante pós-básico)	1	3	3	3	3	0	0
• Cursos de Especialização Tecnológica (CET)	1	0	3	3	3	0	0
• Programa Formação/Emprego	1	0	1	3	3	0	0
<b>3) Transição para a vida activa</b>							
• Estágios profissionais	3	0	0	0	3	1	0
• Programa de estágios nos cursos tecnológicos do ensino secundário	1	0	0	0	3	0	0
• Programa de estágios no ensino superior	2	0	0	0	3	1	0
• Programa FORDESQ/GESTIC	3	0	0	3	3	1	2
• Unidades de Inserção na Vida Activa (UNIVA)	3	0	0	0	3	2	2
<b>4) Apoio à criação de emprego</b>							
• Apolos à contratação	3	0	0	0	3	3	0
• Dispensa de contribuições para a Segurança Social	3	0	0	0	3	3	0
• Benefícios fiscais na contratação de jovens	3	0	0	0	3	3	0
• Programa Iniciativas Locais de Emprego (ILE)	3	0	0	0	3	3	3
• Programa Iniciativas Locais de Emprego de Apoio à Família	3	0	0	0	3	3	3
• Criação de emprego por beneficiários das prestações de desemprego	3	0	0	0	3	3	3
• PRIME Jovem – Programa de Apoio à Iniciativa Empresarial de Jovens	3	0	0	0	3	3	3
<b>5) Apoio aos desempregados</b>							
• INSERJOVEM	3	0	0	0	3	2	2

Legenda: 1 – contribuição de intensidade reduzida; 2 – contribuição de intensidade média; 3 – contribuição de intensidade elevada.

A leitura desta matriz permite proceder a uma avaliação a dois níveis, um respeitante às medidas em si e outro à sua articulação com os objectivos.

Quanto ao primeiro nível, da observação da lista de medidas ressalta desde logo a sua dispersão e elevada quantidade (28, embora, obviamente, de âmbitos muito variados). Se a multiplicação de medidas acaba por permitir a cobertura dos vários domínios relativos à inserção dos jovens no mercado de trabalho, a verdade é que corresponde à ausência de um programa integrado e coerente em que os vários domínios de intervenção estejam bem definidos e traduzidos em medidas específicas<sup>23</sup>.

Além disso, colocam-se algumas dúvidas quanto a sobreposições que parece estarem a verificar-se, ou seja, existem medidas muito semelhantes, sobretudo no domínio da formação inicial qualificante, como é por exemplo o caso dos cursos do sistema de aprendizagem e dos cursos de educação-formação para jovens. Estes cursos proporcionam os mesmos níveis de qualificação escolar e profissional, residindo a diferença na sua duração, sendo que os segundos têm uma duração bastante inferior, o que, de facto, não parece fazer muito sentido. Esta observação remete, pois, para a necessidade de racionalização das medidas.

No que se refere ao segundo nível, as medidas/instrumentos existentes cobrem, na generalidade os objectivos explícitos das políticas para a inserção profissional dos jovens. Tal não significa que o seu conteúdo não possa sofrer alterações no sentido de aumentar a sua pertinência e a sua eficácia, como veremos mais à frente, nas recomendações. Não significa, ainda, que num ou noutro domínio não seja desejável criar novos instrumentos de política.

Por fim, do cruzamento dos objectivos e medidas com os factores que constituem obstáculos/problemas à inserção dos jovens na vida activa, é de salientar que a actuação no domínio da articulação entre a escola e o mercado de trabalho – aos mais variados níveis – tem constituído, definitivamente, uma das maiores lacunas das políticas educativas e do emprego.

---

<sup>23</sup> O Programa para a Integração dos Jovens na Vida Activa, criado em 1997 e desactivado em 2002, visava precisamente esse objectivo, integrando as várias áreas aqui trabalhadas e respectivas medidas.

### 4.3. Desempenho das políticas

Procura-se, de seguida, dar conta dos resultados obtidos pelas medidas identificadas, com vista à avaliação da sua eficácia, do ponto de vista da sua execução física e da sua capacidade para o cumprimento dos objectivos. Uma vez que este exercício tem como informação de base os indicadores disponíveis para cada uma das medidas nas fontes já citadas, nem sempre é possível retirar conclusões devidamente fundamentadas sobre a sua eficácia, devido à inexistência ou indisponibilidade de indicadores adequados. Esta será, pois, uma questão a retomar mais à frente em sede de recomendações.

#### 1) Informação e orientação escolar e profissional

Este domínio compreende os serviços de psicologia e orientação escolar (SPO) dirigidos aos alunos do ensino básico e secundário existentes nas escolas, o Programa de Orientação e Informação apoiado pelo PRODEP, bem como a informação e orientação profissional do IEFP, dirigida aos utentes inscritos nos Centros de Emprego.

Os **Serviços de Psicologia e Orientação** têm vindo a cobrir progressivamente as escolas do ensino básico e do ensino secundário. Até ao momento, os dados sobre a cobertura destes serviços não têm estado disponíveis nas Estatísticas da Educação. Esta lacuna deverá vir a ser colmatada, já que o Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo está a empreender esforços no sentido de passar a apresentar informação sistematizada sobre os SPO nas estatísticas anuais.

Se em termos do que deve ser o seu papel, estes serviços revelam fortes potencialidades de resposta a objectivos como o combate ao abandono escolar, a diversificação das ofertas de formação, a promoção de formações qualificantes e, também, em menor grau, a transição para a vida activa e o fomento do espírito empresarial, a verdade é que, na prática, colocam-se fortes dúvidas à sua eficácia nestes domínios. Não sendo conhecidos estudos extensivos sobre a actuação destes serviços, o que desde já se recomenda, o conhecimento sobre o seu funcionamento, que advém de estudos de caso realizados noutros âmbitos, leva a crer que a sua intervenção é pouco sistemática, casuística e, sobretudo, orientada para os alunos do 9.º ano nas escolhas dos agrupamentos do ensino secundário. Se a procura destes serviços parte da iniciativa dos alunos, como julgamos acontecer na maioria dos casos, aqueles que estão em risco de abandono escolar precoce acabarão por não ser abrangidos. No caso dos alunos do ensino secundário, as dúvidas sobre a eficácia dos SPO são ainda maiores.

É necessário, pois, reequacionar o papel que estes serviços poderão desempenhar, tornando-o mais activo e alargando-o para além do que tradicionalmente tem sido entendido como orientação vocacional. Por exemplo, nas escolas do ensino secundário, os SPO poderão ser estratégicos na desejável articulação com o ensino superior. Além disso, podem também constituir-se como actores estratégicos na articulação entre a escola e o meio, nomeadamente com o tecido empresarial envolvente.

**O Programa de Orientação e Informação** – Acção 1.4. do PRODEP III<sup>24</sup> – tem como objectivo o apoio aos alunos do 9.º ao 11.º ano de escolaridade na construção do seu percurso escolar, bem como o apoio aos órgãos de gestão das escolas na definição de estratégias conducentes à divulgação e concepção das ofertas educativas, incluindo: organização de espaços de auto-informação com recurso a meios multi-média; criação e divulgação de materiais de orientação escolar, vocacional e profissional, destinados aos jovens, encarregados de educação, professores e formadores; realização de actividades de contacto com o mundo das profissões e com o mercado de trabalho; e o desenvolvimento de acções de cooperação entre profissionais de orientação educativa e profissional e os outros agentes e serviços do sistema educativo.

Na avaliação intercalar do Programa realizada em 2003, esta Acção foi considerada eficaz do ponto de vista das realizações, ou seja, o número de projectos apoiado foi muito superior à meta que estava definida, mas pouco eficaz no cumprimento dos objectivos. A Acção deveria apoiar, no caso das escolas, projectos inovadores a desenvolver pelos serviços de psicologia e orientação já existentes. Porém, até 2003, verificou-se que foi usada com frequência para a implementação do serviço de psicologia e orientação por parte de entidades que o não possuíam, sem continuidade assegurada.

A medida foi revista em 2003, altura em que se vem reconhecer a necessidade de privilegiar o apoio aos alunos em risco de abandono ou insucesso escolar, situações de risco e pouca informação, agravadas no caso dos alunos que não acedem aos Serviços de Psicologia e Orientação.

---

<sup>24</sup> Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal, acordado com a Comissão Europeia e que vigora, no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio III, no período de 2000 a 2006. Depende do Ministério da Educação e é co-financiado pelo FSE e pelo FEDER. Relativamente a este Programa são usadas as seguintes referências: PRODEP (2004), *Relatório de Execução do PRODEP III – 2003*, <http://www.prodep.min-edu.pt/menu/novidades.htm>; e Imaginário, L. (coord.) (2003), *Avaliação Intercalar da Intervenção Operacional da Educação do Q.C.A. 2000-2006*, Lisboa, CIES/IESE (Relatório final).

Relativamente ao concurso aberto em 2003, e tendo apenas em conta o solicitado nas candidaturas<sup>25</sup>, foram apresentados 191 pedidos de financiamento para o desenvolvimento de 859 acções. A vasta maioria destes pedidos pertencia a escolas do ensino básico e secundário (185). Os restantes 6 pedidos pertenciam às Direcções Regionais de Educação e às Direcções Gerais do Ministério da Educação.

A região mais representativa, quer em número de projectos registados, quer em valor solicitado, foi a região Norte, seguida muito de perto pela região Centro. Seguem-se o Alentejo e o Algarve, este último com apenas 10 pedidos propostos, para desenvolvimento de 45 acções.

A população directa e indirecta abrangida pelo conjunto das acções propostas apresenta valores muito significativos, num total de 7 998 169 indivíduos. Para tal contribuem fortemente os projectos de âmbito nacional das Direcções Gerais do Ministério da Educação. A produção e/ou divulgação de informação, especialmente no que toca à educação e formação, constituíram a actividade privilegiada no conjunto das acções propostas, seguida das iniciativas de cooperação de curta duração entre os técnicos de orientação.

Face às metas definidas para este programa de orientação (1 400 projectos nas escolas do ensino básico e secundário até ao ano de 2006, dirigidos a cerca de 250 000 alunos), e tendo agora em conta o período desde a abertura do primeiro concurso (em 2000), verifica-se que a taxa de execução, no final de 2003, já excedeu em 110% o número de projectos inicialmente previstos, correspondendo a 2 943 projectos. Também o objectivo, em termos de número de alunos, foi já largamente ultrapassado.

Um outro indicador relevante refere-se à taxa de cobertura dos alunos do ensino básico e do ensino secundário, que se encontravam no Sistema no ano lectivo de 2000/2001, ou seja, 1 471 910 alunos. De acordo com os dados de execução apurados, 9,2% dos mesmos beneficiou de acções de orientação desenvolvidas ao abrigo da medida em causa. Espera-se um possível aumento desta percentagem com a fase de relançamento deste programa.

**A informação e orientação profissional do IIEFP** abrange utentes inscritos nos Centros de Emprego, desde os desempregados, os empre-

---

<sup>25</sup> No contexto da nova regulamentação da medida, foi aberto em 2003 um período de candidatura que se estendeu até ao final do ano, pelo que o processo de aprovação dos pedidos de financiamento foi levado a cabo apenas em 2004. Assim, os dados referidos dizem respeito apenas ao solicitado. O concurso em causa foi aberto para todas as regiões, com excepção de Lisboa e Vale do Tejo, devido à sua situação de “phasing-out”.

gados que procuram outro emprego, os ocupados, e os meros utentes deste serviço. Também aqui se sente necessidade de estudos aprofundados que permitam conhecer o conteúdo desta intervenção tendo em conta os diversos perfis de públicos abrangidos e os resultados alcançados.

## 2) Educação e formação inicial qualificante

### *Ofertas formativas de dupla certificação*

Segundo o Plano Nacional de Emprego 2004<sup>26</sup>, a aposta reforçada nas modalidades de dupla certificação é fundamental para o aumento da proporção de pessoas com 22 anos que atingem o nível secundário de educação e para possibilitar o cumprimento de uma futura escolaridade obrigatória de 12 anos.

O PRODEP III, no âmbito do seu Eixo 1, que tem em vista a expansão e diversificação da formação inicial qualificante dos jovens, tem vindo a apoiar algumas das medidas mais importantes identificadas neste domínio. Tal é o caso dos **Percursos Diferenciados no Ensino Básico**, que compreendem os **currículos alternativos**, os  **cursos de educação-formação** e outras ofertas profissionalizantes.

Relativamente a estas ofertas alternativas, ressalta-se a formação, em 2003, de aproximadamente 9 000 jovens. No que respeita à situação dos formandos face à formação, distinguem-se duas situações: aquela em que os formandos já concluíram o seu percurso formativo, que se traduz numa taxa anual de conclusão de 45,4% (peso dos alunos que terminaram a formação com sucesso face ao total dos alunos que a frequentaram) e, uma segunda, relativa ao fluxo de alunos que continuam em formação até 2004. Destaca-se ainda a baixa percentagem de formandos desistentes e reprovados (7,2%), que desceu face ao valor registado em 2002.

Esta medida conheceu uma aceleração importante, quanto ao ritmo de execução, de 2002 para 2003. A sua taxa de execução, reportada ao número de formandos, passa de 97% para 126%.

Analisando a execução física acumulada desde o início do período de programação, esta medida já aprovou 849 pedidos de financiamento por parte das escolas, visando a formação de 18 835 formandos, dos quais 12 473 já terminaram a sua formação com êxito e 4 087 prosseguem os seus estudos.

---

<sup>26</sup> DEEP (2004), *Plano Nacional de Emprego 2004*, <http://www.deep.msst.gov.pt/estudos/pne/pne2004.pdf>.

Sendo identificadas no Programa Operacional, como indicadores de realização física, as metas de 15 000 formandos até 2006 e de 8 500 formandos até 2003, assinala-se que, em três anos de execução, a meta estabelecida para o final do Programa já se encontrava praticamente atingida, tendo já sido ultrapassada a de 2003. Em relação ao ano lectivo de 2002/2003, a taxa de cobertura face ao número de escolas com 3.º ciclo do ensino básico e secundário era de 14,6%. No entanto, se compararmos o número de alunos envolvidos nos percursos diferenciados no ensino básico e o total de alunos que frequentaram o 3.º ciclo do ensino básico, constatamos a existência de uma taxa de cobertura bem mais reduzida, da ordem dos 1,3%, no mesmo ano lectivo.

Comparando, ao longo dos últimos quatro anos, os alunos envolvidos nos percursos diferenciados no ensino básico e o total de alunos que frequentaram o 3.º ciclo do ensino básico, constata-se um crescimento contínuo do peso percentual dos primeiros até 2002, tendo-se verificado em 2003 um ligeiro retrocesso, devido à não existência de pedidos de financiamento da região de Lisboa (em virtude desta região se encontrar em regime de “phasing-out”, por já não ser considerada uma região deprimida, não havendo assim dotação financeira disponível), o que provocou um decréscimo da taxa de cobertura nacional, que se situou nos 1,2%.

Da análise desta medida, em avaliação intercalar, ressalta a positividade da mesma, quer em termos de realizações, quer de capacidade para cumprir objectivos. Verifica-se também, por exemplo, uma boa capacidade de promover a inserção profissional e uma razoável capacidade para a mobilização dos alunos para o prosseguimento de estudos. Ainda assim, embora a sua eficácia seja incontestável, coloca-se um problema importante a esta Acção: a sua tendência para descoincidir com os territórios de maior abandono escolar precoce, o que de certa forma limita o objectivo de um combate mais forte a esta realidade.

Refira-se que indicadores como o abandono escolar<sup>27</sup>, a saída antecipada<sup>28</sup> e a saída precoce<sup>29</sup> do sistema de ensino, registavam, em 2001,

---

<sup>27</sup> Total de indivíduos, no momento censitário, com 10-15 anos que não concluíram o 3.º ciclo e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário.

<sup>28</sup> Total de indivíduos, no momento censitário, com 18-24 anos que não concluíram o 3.º ciclo e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário.

<sup>29</sup> Total de indivíduos, no momento censitário, com 18-24 anos que não concluíram o ensino secundário e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário.

os seus valores mais elevados na região Norte, com particular destaque para a zona do Tâmega<sup>30</sup>. A maioria dos alunos aprovados, em 2003, para os percursos diferenciados no ensino básico provém da região Norte. Ainda assim, deveriam ser estudadas as escolas-problema e as áreas mais problemáticas dentro de cada região.

O perfil-tipo do formando destas ofertas, no que concerne a 2003, é o jovem do sexo masculino, na faixa etária dos 15-19 anos, residente na região Norte, possuidor de um baixo nível de escolaridade (entre o 6.º e o 8.º anos) e que opta por um curso de educação e formação profissional.

Passamos agora à análise dos resultados de uma outra medida, inserida no domínio da educação e formação inicial qualificante de jovens: o **Ensino Secundário Tecnológico**. Os cursos tecnológicos do ensino secundário regular contavam com um total de 50 019 alunos matriculados no ano lectivo 2003/2004, tendo registado um decréscimo do seu efectivo estudantil de cerca de 4 000 alunos, comparativamente ao ano lectivo anterior, generalizado por todo o território nacional. Os alunos matriculados nos cursos tecnológicos do ensino secundário representavam, em 2003/2004, 18% do total de alunos deste grau de ensino<sup>31</sup>.

A diminuição verificada no número de alunos dos cursos tecnológicos reflecte a redução que também se faz sentir ao nível do número total de alunos matriculados no ensino secundário regular. Este número sofreu uma redução de 6 413 alunos, de 2002/2003 para 2003/2004, correspondendo a uma variação negativa de cerca de 2%. Trata-se portanto de uma questão demográfica, mas não só, já que a percentagem de alunos nos cursos tecnológicos sofreu uma variação negativa de cerca de 7%, relativamente ao ano lectivo anterior, percentagem que fica significativamente acima da variação registada nos cursos gerais (cerca de 2%). Este dado é, pois, pouco favorável, quando se pensa no objectivo de aumentar o peso dos cursos tecnológicos no sistema de ensino.

As regiões Norte e Lisboa e Vale do Tejo assumem preponderância no número de alunos do ensino tecnológico, representando por si só 2/3 do total de estudantes. Quanto à área de formação, para os dois anos lectivos considerados, podemos concluir que os cursos de Administração e Informática representam mais de metade dos alunos matriculados e das turmas no ensino tecnológico.

<sup>30</sup> ME (2003), *Cartografia do Abandono e Insucesso Escolares*, [http://www.min-edu.pt/Scripts/ASP/destaque/estudo01/estudo\\_01.asp](http://www.min-edu.pt/Scripts/ASP/destaque/estudo01/estudo_01.asp).

<sup>31</sup> GIASE (ME) (2005), *Estatísticas da Educação*, <http://www.dapp.min-edu.pt/stats01.asp?auxID=stats>.

Em termos de evolução global, desde a integração do ensino tecnológico em todas as escolas do ensino secundário regular (ano lectivo de 1993/1994), até ao ano lectivo de 2003/2004, o número de alunos matriculados registou uma taxa de crescimento média anual de 5,1%.

Regionalmente podemos observar que, ao longo da última década, foram as regiões Norte e Centro as que apresentaram ritmos de crescimento mais elevados do número de alunos matriculados nos cursos tecnológicos. Apenas a região do Alentejo registou um decréscimo do número de alunos matriculados naqueles cursos.

Face à importância dos cursos tecnológicos para o objectivo de promoção de qualificações duplamente certificadas, lamenta-se a inexistência de dados sobre os percursos dos diplomados destes cursos, de modo a possibilitar a análise da sua eficácia ao nível da empregabilidade e do prosseguimento da escolarização, à semelhança dos estudos anualmente realizados para os diplomados do ensino profissional.

Refira-se também a existência dos **Cursos Artísticos Especializados do Ensino Secundário**, semelhantes aos Cursos Tecnológicos do Ensino Secundário mas no domínio das Artes Visuais e dos Audiovisuais. Pelo seu carácter muito específico, o número de alunos matriculados nestes cursos é muito reduzido, rondando os 2 300 no ano lectivo de 2004/2005<sup>32</sup>.

No que refere ao **Ensino Profissional**, começa-se por verificar o registo de uma trajectória de crescimento no número de escolas profissionais, desde o ano lectivo em que estas entraram em funcionamento – 1989/1990.

Em 2003/2004, encontravam-se em funcionamento 223 estabelecimentos de escolas profissionais<sup>33</sup>. Na sua grande maioria de natureza privada, muitas destas escolas localizavam-se na região Norte. É de assinalar ainda o pequeno número de escolas existentes no Algarve, que é, simultaneamente, a única região do país em que não existem escolas profissionais públicas.

Em 2003, registou-se a formação de cerca de 18 000 jovens através do ensino profissional<sup>34</sup>. No entanto, já que a análise dos formandos abrangidos por esta Acção durante o ano de 2003 tem em conta duas

---

<sup>32</sup> Nas estatísticas da educação preliminares dos anos anteriores, não constam dados específicos sobre o número de alunos matriculados nestes cursos, estando incluídos nos cursos gerais.

<sup>33</sup> No ano lectivo de 2003/2004 foram também ministrados, pela primeira vez, alguns cursos profissionais em escolas secundárias públicas.

<sup>34</sup> PRODEP – Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal (2004), *Relatório de Execução do PRODEP III – 2003*, <<http://www.prodep.min-edu.pt/menu/novidades.htm>>.

candidaturas, verifica-se que, do ano lectivo de 2002/2003 para 2003/2004, a I.O. da Educação registou um decréscimo de 19 escolas no total de escolas profissionais apoiadas, implicando uma redução do número de formandos apoiados: para o ano lectivo de 2003/2004 regista-se um apoio a 10 143 formandos.

Desistiram e/ou reprovaram durante o ano de 2003 cerca de 1 611 formandos, correspondendo a uma taxa anual de desistência/reprovação de cerca de 10%. No mesmo ano, concluíram a formação com aproveitamento cerca de 3 400 formandos.

O Ensino Profissional é das medidas mais igualitárias em termos de género, com uma distribuição de homens e mulheres muito semelhante, ainda que internamente aos cursos se encontrem diferenças, nomeadamente uma maior concentração dos rapazes nas áreas tecnológicas, como a engenharia ou a informática, e um maior número de raparigas em áreas como os serviços sociais, os serviços pessoais e a saúde. Relativamente à distribuição dos formandos abrangidos por grupo etário, observa-se em 2003, tal como nos anos anteriores, uma predominância da faixa etária dos 15 aos 19 anos (84,5%), grupo-alvo desta Acção.

A maior parte dos jovens apoiados por esta medida reside na região Norte, seguindo-se Lisboa e a região Centro. Quanto às habilitações dos formandos à entrada dos cursos, verifica-se que, em 2003, 94% dos mesmos possuíam habilitações entre o 6.º e o 9.º ano, enquanto apenas os restantes 6% possuíam entre o 10.º e o 12.º ano de escolaridade. Tal situação poderá significar uma afirmação deste subsistema no ensino secundário.

O ensino profissional integra o conjunto das Acções da I.O. da Educação que foram seleccionadas para a atribuição da Reserva de Eficiência em 2004, através da definição de metas quantificadas específicas para 2003.

De acordo com o indicador de realização física – número de formandos – ultrapassou-se, em 2003, em 55% a meta estabelecida para esse mesmo ano. Em relação à meta estabelecida para 2006, verificou-se uma execução de 70%, relativamente ao mesmo indicador. Foram apoiados, de 2000 a 2003, 63 856 jovens.

Relativamente ao indicador de resultado – número de formandos que obtiveram qualificação de nível 3 – verifica-se que até 2003 o nível de execução se situa nos 56% da meta definida para 2006, ultrapassando em 11% a meta definida para 2003.

Segundo o Relatório de Avaliação Intercalar, o ensino profissional é uma oferta estabilizada, de qualidade reconhecida junto dos alunos e entidades empregadoras, com pertinência formativa e taxas de empregabilidade bastante boas. No âmbito desta avaliação, é assim recomen-

dado que se alargue o leque de entidades beneficiárias e que se privilegie o apoio a promotores que evidenciam maiores taxas de empregabilidade.

Dada a conjuntura económica desfavorável registada nos anos mais recentes, o crescimento do número de alunos matriculados nas escolas profissionais traduzirá a resposta dos jovens a uma conjuntura de retracção da oferta de emprego, mas caracterizada por baixos níveis de desemprego entre os jovens com cursos técnicos ou profissionais.

A identificação e a avaliação do potencial de empregabilidade e pertinência formativa das escolas profissionais são efectuadas pela análise do percurso dos diplomados dos cursos destas escolas. A análise que se segue diz então respeito ao Estudo do Percurso dos Diplomados das Escolas Profissionais, nos anos lectivos 2001/2002 e 2002/2003<sup>35</sup>.

Em termos de opção de vida, após a conclusão do curso profissional, cerca de dois terços dos diplomados inquiridos escolheram a inserção no mercado de trabalho. No entanto, encontravam-se efectivamente no emprego cerca de 53% e 44% dos diplomados, por respectivo ano lectivo.

O tempo de procura de emprego, para os diplomados actualmente integrados no mercado de trabalho, empregados ou desempregados à procura de novo emprego, foi relativamente reduzido, uma vez que perto de 30% dos diplomados demoraram menos de um mês e mais de 60% menos de seis meses até à sua obtenção.

A nível regional é de salientar, por um lado, o Algarve, com cerca de metade dos diplomados a integrarem-se no mercado de trabalho no período de um mês e, por outro, o Alentejo, em que apenas 20% dos diplomados conseguiram obter emprego nesse período. Existe também uma clara segmentação entre o tempo de integração dos diplomados do sexo feminino e os do sexo masculino, o qual é superior no caso dos primeiros.

A maioria dos diplomados das escolas profissionais encontra-se a trabalhar por conta de outrem, como independente ou para familiares. A proporção de diplomados que se encontra a trabalhar por contra própria (empresários) é residual, embora o curto período entre a conclusão

---

<sup>35</sup> PRODEP (2004), *Estudo de Percurso Pós-formação dos Diplomados do Ensino Profissional – 2001/2002 e 2002/2003*, <http://www.prodep.min-edu.pt/menu/4.htm> (Relatório final). É de salientar a necessidade de levar em conta a existência de metodologias de inquirição diferenciadas nos dois anos lectivos, sendo a análise comparativa suportada em valores relativos. São de destacar ainda os desfasamentos temporais do percurso, uma vez que os diplomados do ano lectivo 2001/2002 têm uma trajectória acrescida de um ano, comparativamente aos restantes. Este processo de inquirição foi efectivado durante o mês de Maio de 2004 e a amostra é composta por 1 893 diplomados do ano lectivo 2001/2002 e 1 039 do ano lectivo seguinte.

do curso e a altura do inquérito permita constatar o desempenho positivo da formação profissional na dinamização do empreendedorismo e das competências que lhe estão associadas.

Cerca de um quinto dos diplomados empregados encontra-se a trabalhar em empresas nas quais realizou o estágio do curso profissional, o que confirma a importância da inclusão de estágios na formação profissional, enquanto instrumento de promoção da empregabilidade.

A maioria dos diplomados colocados no mercado de trabalho encontra-se com vínculo contratual precário: metade dos diplomados de 2001/2002 e 62,2% de 2002/2003 estão contratados a termo certo, por contraponto com a diminuição dos contratos sem termo (de 36,0% para 13,7%). Mais de 60% dos diplomados auferem rendimentos entre os 360 e os 519 euros. Ainda assim, os inquiridos consideram-se, de uma maneira geral, satisfeitos com a sua situação actual face ao emprego e afirmam que o seu curso profissional contribuiu “muito” ou “em parte” para a obtenção do emprego em que se encontram.

A percentagem de diplomados que se encontra em prosseguimento de estudos ronda um quarto do total dos inquiridos e é, para os dois anos, ligeiramente inferior à proporção de diplomados que, tendo concluído o curso profissional, optaram por esta via, o que sugere que um valor residual dos diplomados terá sido “empurrado” para percursos alternativos, face à sua vontade inicial.

Do conjunto dos diplomados que estudam, 80% são exclusivamente estudantes e, de uma forma global, constata-se que estão maioritariamente a frequentar uma licenciatura. Em paralelo, os Cursos de Especialização Tecnológica de Nível 4, que serão analisados mais à frente, são outra das opções que adquiriu alguma relevância nos anos considerados, nomeadamente para os estudantes integrados no mercado de trabalho.

Importa salientar, porém, o crescimento do peso dos diplomados à procura de emprego, de 17,9% para 28,5%. A esta evolução não será alheio o comportamento da conjuntura económica nacional, bem como o menor espaço de tempo decorrido desde a conclusão do curso. Os próprios diplomados atribuem responsabilidades à evolução económica desfavorável para explicar as situações de desemprego, assim como à inexistência de oportunidades de trabalho na sua área de formação na região onde residem (os diplomados da região do Alentejo parecem sentir com maior intensidade essa dificuldade). Dado que as escolas profissionais assumem uma orientação regional, este é um aspecto que sugere haver algum enviesamento da oferta formativa em relação às necessidades de trabalho das regiões.

A trajectória dos diplomados após a conclusão do curso profissional inicia-se precisamente pelo desemprego, categoria que apresenta valores

particularmente elevados no primeiro momento de análise, resultado do período ainda curto desde a conclusão do curso (um mês). Esta situação vai regredindo com o decorrer do tempo, por contraponto com o aumento do número de empregados e empresários.

Outro aspecto merecedor de atenção é o dos estágios<sup>36</sup>, que fazem parte do currículo dos cursos profissionais, sendo obrigatórios. O facto de o Ministério da Educação ter tornado obrigatória a formação em contexto de trabalho é reflexo da grande preocupação em aproximar a escola das empresas. Também o facto de nessa formação ser obrigatório haver um professor acompanhante e um tutor da empresa e o facto de ter de haver um programa de estágio são identificados como estratégias que procuram que essa aproximação seja consistente. Pretende-se, deste modo, que os estágios sejam não só uma oportunidade de execução das competências adquiridas numa dada área profissional, mas também uma oportunidade de contacto com as regras do mundo do trabalho, e que os jovens possam simultaneamente desenvolver competências de gestão da suas próprias carreiras.

Sendo os estágios desenvolvidos em empresas, é requerido às escolas, quando estas se candidatam a um curso, a apresentação de um projecto pedagógico, do qual faz parte obrigatoriamente um protocolo de colaboração com as empresas onde se vai realizar a formação em contexto de trabalho. Segundo a Direcção-Geral de Formação Vocacional do Ministério da Educação, tem-se vindo a registar um crescendo de participação das empresas desde 1997.

Exemplo disso é a relação estreita mantida entre a Escola de Comércio de Lisboa e as empresas, com quem são estabelecidas parcerias: as empresas apoiam a escola de alguma forma, normalmente com um valor anual ou com material, e, em troca, acolhem alunos para estagiarem, fazendo também a divulgação da empresa nomeadamente no espaço da escola. As empresas entendem também que, assim, recrutam profissionais mais qualificados.

Segundo informação recolhida através de entrevista a uma responsável da Escola de Comércio de Lisboa, os alunos tomam conhecimento desta escola através dos amigos, de familiares, dos serviços de psicologia e orientação das escolas, ou através da Internet. Na perspectiva desta entrevistada, os jovens estão cada vez mais conhecedores do ensino profissional e o estereótipo do insucesso escolar, de que quem não é bem sucedido na escola vai para o ensino profissional, está a desaparecer.

---

<sup>36</sup> Os estágios serão analisados mais pormenorizadamente, em termos de resultados, no domínio seguinte: 3) Transição para a vida activa.

As escolas profissionais parecem também estar a apostar fortemente no campo da divulgação, nomeadamente através da participação em “feiras de profissões”.

Analisemos agora uma outra modalidade do ensino secundário: o **Ensino Secundário Recorrente**. Este tipo de ensino apresenta-se como uma alternativa do sistema educativo aos cursos gerais e tecnológicos do ensino secundário regular, ao ensino artístico e aos cursos profissionais. Trata-se de uma modalidade que proporciona uma segunda oportunidade de formação e que permite conciliar a frequência de estudos com uma actividade profissional.

No ano lectivo 2003/2004 estavam matriculados no Ensino Secundário Recorrente 68 109 alunos<sup>37</sup>. 76% destes alunos optaram por um curso geral, em detrimento dos cursos tecnológicos e técnicos, que têm vindo a verificar uma redução mais acentuada a este respeito. Tal como no caso do ensino regular já referido, esta distribuição não abona em favor do objectivo de aumentar o peso dos cursos tecnológicos, que proporcionam qualificação profissional. Aliás, dado que boa parte dos alunos do ensino recorrente estarão provavelmente a desempenhar uma actividade profissional, seria desejável a obtenção de uma certificação profissional capaz de garantir a mobilidade no mercado de trabalho.

Também o POEFDS (Programa Operacional do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social)<sup>38</sup> adopta um Eixo destinado à “Promoção da Formação Qualificante e da Transição para a Vida Activa”, que tem o seu enfoque principal nos jovens<sup>39</sup>. Abrangidas pelo referido eixo do POEFDS encontram-se algumas medidas de formação inicial que

---

<sup>37</sup> GIASE (ME) (2005), *Estatísticas da Educação*, <http://www.dapp.min-edu.pt/stats01.asp?auxID=stats>.

<sup>38</sup> Intervenção Operacional actualmente da dependência do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e co-financiada pelo FSE e pelo FEDER. Relativamente a este Programa são usadas as seguintes referências: POEFDS (2004), *Relatório de Execução do POEFDS – 2003*, [CD-ROM]; e Figueiredo, A. (coord.) (2003), *Avaliação Intercalar do POEFDS*, Lisboa, Quaternaire/CIES (Relatório final).

<sup>39</sup> Este Eixo do POEFDS apresenta uma vincada relação de complementaridade com as medidas de política dirigidas à formação inicial de jovens incluídas no PRODEP III, designadamente os Cursos de Educação-Formação e os Cursos de Especialização Tecnológica. Estas ofertas acolhem-se em ambos os Programas, reflectindo a distinção entre a formação profissional inserida no sistema educativo e a formação profissional inserida no mercado de trabalho. Assim, enquanto o POEFDS apoia as intervenções promovidas no sub-sistema do mercado de emprego, no PRODEP acolhem-se as acções que, assumindo o mesmo perfil “profissionalizante”, são promovidas em estabelecimentos do Sistema Educativo. Existe assim uma parceria e um trabalho conjunto entre o IIEFP e o ME.

conferem dupla certificação, profissional e escolar. Dentro destas medidas encontram-se, por um lado, aquelas que para além da dupla certificação, proporcionam aos formandos uma formação em alternância nas empresas, quer através do **Sistema de Aprendizagem**, quer da formação realizada pelo Instituto de Formação Turística. E, por outro lado, a formação desenvolvida fora do regime de alternância, como sejam os **Cursos Sócio Profissionais** e os **Cursos de Educação-Formação para jovens**.

No ano de 2003, as ofertas de dupla certificação abrangeram um total de 25 154 formandos. Estas medidas apresentam, em termos de número de formandos e face ao ano transacto, um crescimento da ordem dos 23%.

A formação inicial com dupla certificação mas fora do regime de alternância apresenta um peso residual no conjunto das ofertas (6%), tendo abrangido apenas 1 652 formandos. Os restantes 23 502 formandos, enquadrados na formação em alternância, encontram-se na sua grande maioria a frequentar cursos do Sistema de Aprendizagem (21 797).

A meta estabelecida para 2006 situa-se nos 21 500 formandos em formação em alternância e nos 703 formandos em outras acções de formação inicial com dupla certificação. Verifica-se assim que, em ambos os casos, as metas já foram ultrapassadas.

Considerando ainda a globalidade das Medidas, verifica-se a grande supremacia da Região Norte, que supera o número total de formandos das três restantes regiões<sup>40</sup>. Tal situação deve-se fundamentalmente à repartição regional do Sistema de Aprendizagem, que reflecte a estrutura empresarial do país. É na região Norte que se encontra um grande número de empresas, as quais servem de entidades acolhedoras dos aprendizes, na fase de alternância da formação.

No que concerne ao ano de 2003, o perfil-tipo do formando das ofertas de dupla certificação é o jovem do sexo masculino (61%), no escalão etário entre os 15 e os 19 anos (72%) (o escalão seguinte, dos 20-24 anos, contempla 20% dos formandos, ou seja, 92% têm entre 15 e 24 anos) e possuidor, à entrada da formação, de habilitações ao nível do 3.º ciclo (75%). A juvenilidade verificada ajusta-se à direcção tomada pelos cursos do Sistema de Aprendizagem, que se constituem como uma alternativa ao sistema formal de ensino.

As acções de formação que conferem dupla certificação foram consideradas das mais centrais do Programa, conforme expresso no

---

<sup>40</sup> Excluindo a região de Lisboa e Vale do Tejo, por se encontrar em “phasing-out”.

Relatório de Avaliação Intercalar. Conclui-se também da sua importância, não só enquanto resposta alternativa ao sistema formal de ensino, como enquanto medida facilitadora de integração dos jovens no mercado de trabalho, com uma taxa muito favorável de emprego dos jovens oriundos destas acções, designadamente do Sistema de Aprendizagem.

De um inquérito realizado aos ex-formandos da Formação Inicial<sup>41</sup>, que terminaram acções de formação até ao final de 2002, verifica-se que a grande maioria destes possuía o 3.º ciclo de escolaridade à entrada da formação. Os níveis de escolaridade destes formandos foram significativamente alterados à saída da formação, sendo que a maioria dos formandos obteve o Nível 3 de qualificação, associado ao 12.º ano de escolaridade. Tal situação evidencia o contributo das ofertas de dupla certificação para a escolarização dos jovens.

Em termos de impacto da formação ao nível da empregabilidade dos formandos, refira-se que apenas 10% dos formandos inquiridos estava empregado à entrada para o curso, sendo que 60% estava a estudar e 30% eram desempregados. Verifica-se que, imediatamente após a conclusão do curso, cerca de 45% dos formandos inquiridos conseguiu obter emprego. Ainda assim, 37% ficaram no desemprego. Apenas cerca de 5% voltou a estudar ou iniciou outro curso de formação profissional.

Note-se ainda que, e mais uma vez reflectindo as características do mercado de trabalho português, a taxa de empregabilidade imediatamente após a conclusão do curso é significativamente superior entre os que concluem apenas a escolaridade obrigatória do que entre aqueles que cumprem o ensino secundário. Estes últimos, por outro lado, assumem maior representatividade no conjunto daqueles que prosseguiram os estudos.

O conjunto dos 37% de formandos desempregados imediatamente após o término dos cursos, reduz para 20% na situação actual (em 2003). A principal razão explicativa apontada por aqueles que não conseguiram obter emprego remete para a escassez de oferta de emprego e para o facto de não terem considerado aliciantes as condições de trabalho oferecidas.

Entre os ex-formandos que obtiveram emprego, é maioritária (59%) a percentagem dos que estabelecem uma relação de causalidade entre esse facto e a realização da formação.

---

<sup>41</sup> Inclui não só os formandos da Formação Inicial com dupla certificação, através das ofertas enunciadas anteriormente no âmbito do POEFDS, como os formandos da Formação Inicial com certificação profissional, que será referida mais à frente. A amostra situou-se nos 486 formandos. Inquérito referido em Figueiredo, A. (coord.) (2003), *Avaliação Intercalar do POEFDS*, Lisboa, Quaternaire/CIES (Relatório final).

Um dos aspectos precisamente mais determinante na opção de frequentar um curso de formação inicial de natureza profissional é a expectativa de obter um emprego, seguido de “aprender uma profissão” e “querer continuar a estudar mas fora da via normal de ensino”. Estes resultados parecem assim valorizar a componente profissionalizante destas ofertas e o seu valor instrumental no acesso ao mercado de trabalho.

Uma medida tomada ainda recentemente e que é de alguma forma inovadora é a **Cláusula de Formação**, em vigor desde 2002. Esta medida prevê a obrigatoriedade das entidades empregadoras contemplarem, no contrato de trabalho com jovens entre os 16 e os 18 anos sem a escolaridade obrigatória ou sem qualificação profissional, uma cláusula que preveja a formação com vista à obtenção dessa qualificação, a qual deverá cobrir 40% do tempo de trabalho. A medida prevê que as empresas sejam compensadas financeiramente e obtenham apoio técnico.

Contudo, segundo o IIEFP, entidade responsável pela Cláusula de Formação, e em entrevista realizada, esta medida ainda não tem expressão em termos de resultados. Embora seja reconhecida como extremamente positiva, e agora segundo os sindicatos, esta cláusula não está a ser cumprida pelas empresas. Tanto a CGTP como a UGT chamam a atenção para a necessidade de um trabalho de fiscalização e aprofundamento desta matéria, já que os dados disponíveis apontam para o facto de, desde a entrada em vigor da medida e até 2004, apenas 12 empresas terem comunicado ao IIEFP a contratação de 14 menores.

O Plano Nacional de Emprego 2004 e o Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar<sup>42</sup> reconhecem precisamente a necessidade de desenvolver condições para a operacionalização da Cláusula de Formação.

### *Ofertas formativas de certificação profissional*

Passando agora para o nível das medidas de formação inicial que conferem certificação profissional, sem equivalência escolar, analisamos o **Ano Qualificante Pós-Básico**, oferta apoiada pelo PRODEP III. Tendo em conta a meta definida para o período 2000-2006, que se situa nos 28 500 formandos, foram apoiados, entre 2000 e 2003, 7 189 formandos. Esta Acção apresentou assim um nível de cumprimento das metas

---

<sup>42</sup> ME/MSST (2004), *Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar*, [http://www.min-edu.pt/ftp/docs\\_stats/Plano\\_CBR-Pupload.pdf](http://www.min-edu.pt/ftp/docs_stats/Plano_CBR-Pupload.pdf) (Relatório).

de cerca de 25%, relativamente ao que estava estabelecido para 2006, sendo portanto potencialmente reveladora de dificuldades no cumprimento dos objectivos fixados. Os motivos encontrados para tal situação dizem respeito a atrasos no lançamento da oferta, bem como a uma fraca adesão das escolas profissionais.

Apesar da fraca aproximação ao objectivo fixado, regista-se um acréscimo percentual de cerca de 5%, em 2003, face ao ano de 2002. No âmbito desta medida, destaca-se ainda a baixa taxa de desistência e reprovações, a qual representa em 2003 um peso relativo de cerca de 11,6%.

O peso percentual dos alunos envolvidos no 10.º ano qualificante pós-básico, versus os alunos que frequentaram o 10.º ano, dos cursos gerais e tecnológicos, no ano de 2003, representa cerca de 5% e 17%, respectivamente. Esta poderá ser então uma resposta válida para os jovens que, não pretendendo prosseguir os estudos, procuram uma inserção qualificada no mercado de trabalho.

Como realça a Avaliação Intercalar do PRODEP III, trata-se de uma oferta formativa negativa em termos de realizações, estando aquém das expectativas. Ainda assim, não deixou de contribuir para aumentar o número de jovens saídos do sistema com qualificação de nível 2.

Esta oferta formativa mostra predominância da representação masculina e, como seria de esperar, da faixa etária dos 15-19 anos, atendendo ao público-alvo e à idade mínima de entrada para estes cursos. Ainda segundo esta lógica, verifica-se uma tendência natural para a predominância de alunos com o 9.º ano de escolaridade.

Quanto à distribuição dos formandos por região, verifica-se que a região responsável pela maior percentagem dos alunos apoiados é a região Norte, seguida da região Centro e da região de Lisboa.

Os **Cursos de Especialização Tecnológica Pós-Secundários**<sup>43</sup>, no âmbito do PRODEP III, apresentam também um baixo nível de execução, quanto ao número de formandos abrangidos. Sendo a meta definida para 2006 de 9 000 formandos, atingiu-se até final de 2003 cerca de 23% desse objectivo, correspondendo aos 2 064 formandos apoiados no período de 2002 a 2003.

O principal motivo apontado para tal situação prende-se com o arranque tardio desta medida, que só se iniciou em 2002, devido à necessidade de estruturação de um sistema regulamentar e operacional específico, circunstância que é alheia ao PRODEP III.

---

<sup>43</sup> Os Cursos de Especialização Tecnológica são apoiados pelo PRODEP ou pelo POEFDS consoante as entidades promotoras sejam do sistema educativo ou fora desse sistema.

Ainda assim, embora o valor de execução se mantenha inferior ao esperado, regista-se uma recuperação significativa em 2003, face a 2002, quando apenas havia sido cumprida cerca de 8% da meta estabelecida para 2006. Refira-se que, segundo dados preliminares das estatísticas da educação relativas ao ano lectivo 2004/2005, encontram-se matriculados nestes cursos 2040 alunos, o que revela um aumento considerável face ao ano anterior (com 1591 alunos), mas ainda assim bastante abaixo do desejável. Será, pois, necessário, encontrar vias que promovam o reforço do peso desta medida.

A taxa de desistência/reprovação, em 2003, era da ordem dos 15% (291 formandos), enquanto a taxa de conclusão se situava nos 23% (469 formandos). Há a assinalar que, destes formandos que já terminaram o curso, a maioria prosseguiu estudos ou encontra-se a trabalhar, o que parece evidenciar uma boa capacidade de oferta de formação especializada com potencial de absorção por parte do mercado de trabalho.

A Avaliação Intercalar do PRODEP III aponta esta oferta como dotada de grandes potencialidades, mas cujas metas deverão ser ajustadas, tendo em conta o seu arranque tão recente. As ofertas deverão ser também muito especializadas e resultantes de uma forte articulação com o mundo empresarial, para além de mais fortemente divulgadas junto dos jovens e das potenciais entidades promotoras.

O perfil-tipo do formando dos cursos de especialização tecnológica pós-secundários, tendo por base o ano de 2003, é o do jovem do sexo masculino (maior tendência nos homens, do que nas mulheres, de procura de cursos de âmbito técnico ou tecnológico), na faixa etária dos 20-24 anos, residente na região Norte e possuidor do 12.º ano de escolaridade, que opta por este tipo de cursos em detrimento do ingresso no ensino superior, embora com algum tempo de espera entre o fim do ensino secundário e o início da sua frequência.

Em termos de medidas de formação inicial, o POEFDS apoia também algumas acções de certificação profissional, promovidas no subsistema do mercado de emprego. Estas medidas visam a formação inicial de jovens sem qualificações ajustadas ao mercado de trabalho, de forma a proporcionar-lhes uma formação qualificante que promova a sua inserção profissional e reforce a sua empregabilidade.

As medidas abarcadas neste contexto são os **Cursos de Qualificação Inicial**, os **Cursos de Formação-Emprego** e os **Cursos de Especialização Tecnológica**.

A execução desta vertente, no que se refere ao número de formandos abrangidos no ano de 2003, quase se esgota nas acções de Qualificação Inicial, as quais representam 92% de um total de 6 676 formandos apoiados. Sendo a meta estabelecida para 2006 de 10 000 participantes

em acções de qualificação inicial, revela-se a este respeito um bom ritmo de execução.

O número de abrangidos pelas diversas ofertas de formação inicial para qualificação profissional sofreu, relativamente ao ano transacto, um ligeiro decréscimo (cerca de 4%), que se deve à redução do número de formandos dos cursos de Qualificação Inicial. Regista-se, por outro lado, um crescendo de participação nos cursos de Especialização Tecnológica, passando de 136 formandos em 2002 para 505 formandos em 2003.

Neste tipo de cursos a distribuição em termos de sexo encontra-se praticamente equilibrada. Já em termos de representatividade regional, a região Norte abrange mais de metade dos formandos.

A repartição dos formandos apoiados por escalão etário mostra-se coerente com a natureza das intervenções apoiadas no âmbito do tipo de cursos referido. Desta forma, constata-se que os jovens com idade inferior a 24 anos representam 86% do total de formandos (54% entre os 20 e os 24 anos e 32% no grupo entre os 15 e os 19 anos). É assim compreensível que, à data de início da formação, cerca de 96% dos matriculados fossem jovens à procura do primeiro emprego. A maioria destes jovens apresentava, à entrada da formação, um nível habilitacional de ensino secundário (56%, contra 38% com o 3.º ciclo).

Com vista a acompanhar a integração efectiva dos beneficiários das medidas de emprego, formação e da colocação no mercado de trabalho, foi recentemente implementado um sistema global e permanente de observação das medidas activas de emprego desenvolvidas pelo IEFP. Este processo, destacado no Plano Nacional de Emprego 2004, é produzido no âmbito do Observatório de Entradas na Vida Activa (OEVA) e baseia-se numa metodologia de inquirição, depois de decorridos três meses, quanto à situação dessas pessoas face ao emprego, ao nível de satisfação com o emprego e à qualidade do mesmo.

No âmbito das medidas de formação, foram inquiridos os formandos que no IEFP terminaram acções de **formação profissional**<sup>44</sup>, com duração igual ou superior a 100 horas.

No 1.º semestre de 2004, dos 5 192 formandos inquiridos, 46,5% têm até 24 anos<sup>45</sup>, 58,3% são mulheres e as habilitações escolares oscilam

---

<sup>44</sup> Formação inicial (Sistema de Aprendizagem e Cursos de Qualificação) ou Formação Contínua. OEVA / IEFP (2004), *Processos de Integração no Mercado de Trabalho dos Utentes que Participaram em Formação no IEFP*, <http://www.iefp.pt/> (Informação Semestral de Acompanhamento – 1.º semestre de 2004).

<sup>45</sup> Há que ter em conta que esta amostra engloba formandos de todos os escalões etários, pelo que serão destacadas as respostas relativas aos jovens, objecto de estudo deste trabalho.

entre o 2.º (20,5%) e o 3.º (39,4%) ciclos do ensino básico, e o ensino secundário (24,9%). Verifica-se ainda que 30% deste público detém escolaridade inferior ao 3.º ciclo. Os inquiridos que responderam residem predominantemente no Norte e em Lisboa e Vale do Tejo.

A motivação padrão que leva os inquiridos a frequentar um curso de formação profissional é a aspiração a uma profissão qualificada, ou mesmo o mero objectivo de conseguirem um emprego. Surgem ainda motivações representativas, como a obtenção de certificado e o reconhecimento da importância da formação prática.

A análise das trajectórias dos inquiridos jovens entre o desemprego anteriormente à formação e o emprego/desemprego após a formação revela que, de entre 2 088 desempregados antes da frequência do curso, 44,1% conseguiram um emprego após conclusão do mesmo (esta taxa de influxo no emprego é, aliás, mais significativa nesta população jovem). Em contrapartida, 38,4% permaneceram desempregados.

Verifica-se, pois, que os jovens oriundos de uma situação de desemprego inserem-se mais facilmente no mercado de trabalho do que os adultos nessas condições, observação que é válida para todas as regiões.

As maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho para os jovens encontram-se no Alentejo, onde se verifica o predomínio de formandos deste escalão etário desempregados em relação aos que conseguiram um emprego. Tal situação encontra o seu maior contraponto no Algarve e em Lisboa e Vale do Tejo.

Para aqueles que não se encontram empregados no momento de inquirição e que têm efectuado diligências no sentido de procurar emprego, destacam-se a falta de emprego na região e a falta de emprego na área do curso de formação como principais dificuldades, aspectos que poderão mais uma vez indiciar um desajustamento da oferta/procura de emprego e uma fraca mobilidade a nível de mão-de-obra entre as regiões.

### 3) Transição para a vida activa

No âmbito das medidas de apoio à transição dos jovens para a vida activa sobressaem os programas de estágios. No caso dos **Estágios Profissionais** e, na continuidade da política recentemente implementada de observação das medidas activas de emprego desenvolvidas pelo IIEFP, foi levado a cabo pelo OEVA um processo de inquirição aos indivíduos que realizaram este tipo de estágios, de que se passam a referir os resultados mais importantes<sup>46</sup>.

<sup>46</sup> OEVA/IEFP (2004), *Processos de Integração no Mercado de Trabalho dos Utentes que Participaram em Estágios Profissionais*, <http://www.iefp.pt/> (Informação Semestral de Acompanhamento – 1.º semestre de 2004).

Relativamente ao 1.º semestre de 2004, dos 992 estagiários inquiridos no âmbito do Programa Estágios Profissionais, 69,1% são do sexo feminino. O Programa dirige-se a jovens até aos 30 anos e, no período em observação, mais de metade (52,1%) situa-se no escalão etário compreendido entre os 16 e os 24 anos.

Vocacionado para um público com qualificações de nível superior ou intermédio, quase 94% dos inquiridos possui o ensino secundário (30,0%) e o superior (63,8%) completos. Habilitações escolares inferiores ao 9.º ano são residuais. A maioria dos abrangidos reside nas regiões do Norte (28,2%) e Centro (28,6%) do país.

Os principais motivos que levam os inquiridos a candidatar-se a este tipo de estágios prendem-se com a aquisição de experiência profissional e o exercício de uma actividade profissional. Foram precisamente estes motivos, ligados a uma maior facilidade na entrada no mundo do trabalho, complementando as competências escolares adquiridas, que levaram a esmagadora maioria dos inquiridos (89,7%) a afirmar que o Programa foi ao encontro das suas expectativas, revelando também grande parte deles a esperança de integração na empresa/entidade onde fizeram o estágio.

Antes da frequência do estágio, 75,1% procuravam emprego pela primeira vez. Três meses após a sua conclusão, a trajectória sócio-económica dos inquiridos é francamente positiva, com 71,0% de empregados, por contraponto a 23,8% que mantêm uma situação de desemprego. Tal situação reforça a importância do Programa enquanto facilitador de empregabilidade e potenciador de competências complementares.

Algarve, Lisboa e Vale do Tejo e Norte são as regiões que apresentam uma maior facilidade de inserção no mercado de trabalho para este público, enquanto no Alentejo as dificuldades em obter um emprego são maiores.

A opinião dos inquiridos é clara quanto ao impacto positivo do Programa na obtenção do emprego actual, quando 75,5% dos inquiridos afirmam que foi muito decisivo para se inserirem na vida activa. Tal impacto é fácil de compreender se tivermos em conta que o principal meio de obtenção do emprego actual foi a integração na empresa/entidade onde foi realizado o respectivo estágio profissional (58,8%). Esta importância será tanto maior quanto maior for a evidência de que os estágios, mesmo nos casos em que os diplomados não ficaram integrados nas empresas/organizações acolhedoras, servem para desenvolver competências adicionais altamente valorizadas pelos empregadores.

No caso dos empregados, verifica-se o predomínio, relativamente ao vínculo laboral, de contratos de trabalho a termo (49,0%) sobre vínculos laborais mais estáveis (34,0%). Contudo, não se deve esquecer

que a passagem para a vida activa representou para a maior parte dos inquiridos a obtenção do primeiro emprego.

No grupo dos que procuram emprego três meses após o fim do Programa, a principal dificuldade apontada prende-se com a falta de emprego na região (31,5%) e na área da formação académica (20,1%).

Refira-se que foram abrangidos pelos Estágios Profissionais, em 2002, 13 971 indivíduos e, em 2003, 14 675, na maioria mulheres. Segundo o IEFP, entidade promotora deste tipo de estágios, co-financiados pelo Fundo Social Europeu, a maioria dos estagiários (cerca de 60/70%) possui o ensino superior. O programa acabou assim por se vir a especializar nesse segmento de público.

Em termos de candidatura das empresas aos estágios, esta pode ser promovida por interesse directo das mesmas ou ser suscitada com base numa intervenção dos centros de emprego. Segundo o IEFP, neste momento são talvez em maior número as candidaturas espontâneas, sendo que as empresas já parecem estar familiarizadas com o programa, existente no actual formato desde 1997. Este programa é mais interessante, em termos de subsídio concedido, para as empresas com menos de 100 trabalhadores ou autarquias e associações sem fins lucrativos. Parece também existir uma maior atracção das empresas das áreas mais tecnológicas.

Relativamente aos Programas de Estágios nos Cursos Tecnológicos do Ensino Secundário e no Ensino Superior, estes são apoiados pelo PRODEP III, estando englobados no seu Eixo 2, mais propriamente na Medida 3 – Apoio à Transição para a Vida Activa.

Na análise dos resultados obtidos pelo **Programa de Estágios nos Cursos Tecnológicos**, tenhamos em conta a meta definida para o período de 2000 a 2006, que se situa nos 111 000 estágios, para um volume de formação de 388 500 horas. Relativamente ao primeiro indicador, observa-se, no período de 2000 a 2003, uma taxa de execução muito baixa, de apenas 5% (5 506 estágios), ao mesmo tempo que a meta referente ao segundo indicador já foi ultrapassada, em cerca de 124% (871 443 horas de formação). Esta medida regista assim uma discrepância entre os indicadores utilizados para aferir o seu grau de execução, o que resulta essencialmente de uma distorção inicial dos mesmos<sup>47</sup>.

---

<sup>47</sup> Esta distorção resulta da configuração de uma média de 3,5 horas por formando, não compatível com o valor proposto em sede de Regulamento Específico da Acção, que aponta para uma média igual ou superior a 360 horas por formando. Deste modo, compreende-se que o cumprimento da meta no que concerne ao volume de formação seja alcançado com um número de formandos menor do que o esperável face ao valor definido em sede de Programação. Refira-se também que o número de estágios considera apenas os alunos com estágios aprovados e concluídos.

Ainda assim, considera-se uma baixa execução para este Programa, cujos estágios, não sendo obrigatórios, não têm tido uma grande adesão por parte dos alunos, seja por ingresso no ensino superior ou no serviço militar, inexistência de contrapartida financeira ou elevado número de desistências. Segundo a Avaliação Intercalar, esta é uma oferta que apresenta um desempenho negativo do ponto de vista das realizações, revelando, no entanto, capacidade para cumprir os objectivos, efectivada com a continuação da execução.

Em 2003, foram 1 900 os estagiários dos cursos tecnológicos apoiados por esta medida, verificando-se nesse mesmo ano uma taxa de conclusão de 81%, valor que revela uma acentuada melhoria face ao resultado relativo ao período 2000-2003, que conta com uma taxa de conclusão de 61%. Em termos absolutos, não obstante o aumento do número de alunos com estágios concluídos, aumenta também o número de alunos desistentes.

Neste tipo de oferta, as raparigas encontram-se em maior número (66,5%, em 2003), predominando também o escalão etário dos 15-19 anos, facto que não surpreende se atendermos à população alvo desta medida. Mais uma vez destaca-se a região Norte, seguida pela de Lisboa e Vale do Tejo, como as que apresentam um maior número de acções e formandos.

Considerando a natureza das acções passíveis de apoio pelo Programa de Estágios nos Cursos Tecnológicos – estágios durante o curso, estágios no final do curso e módulos de complemento de formação de curta duração – é possível concluir que a modalidade por excelência apoiada é a dos estágios realizados no termo do curso.

Finalmente, no que respeita ao **Programa de Estágios no Ensino Superior**, registou-se, até 2003, a conclusão de 16 196 estágios curriculares do ensino superior, para uma meta de apoio, no período 2000-2006, a um total de 21 380 estagiários. Em termos de volume de formação e face à meta definida (96 210 meses), a execução até ao final de 2003 representa 75% deste objectivo, o que corresponde a 72 471 meses de formação.

Este Programa conheceu em 2003, face aos resultados de 2002, uma aceleração significativa quanto ao ritmo de execução, passando esta de 46% para 76%. No que se refere aos resultados da formação, em 2003, verifica-se uma taxa de conclusão situada nos 52%, correspondente, em termos absolutos, a 4 779 estágios concluídos. O número de formandos desistentes representa um peso reduzido no total dos estágios.

O Programa de Estágios no Ensino Superior parece ser assim uma oferta dotada de sucesso, prevendo-se que, a manter o actual ritmo, seja possível atingir as metas estabelecidas antes do final do período. Em

avaliação intercalar da Intervenção Operacional, verifica-se que esta é uma oferta com desempenho positivo, tanto nas realizações como na capacidade para cumprir os objectivos definidos, contribuindo de forma muito clara para a eficácia da medida de apoio à transição para a vida activa do PRODEP III. Também ao nível da empregabilidade, esta Acção é geralmente tida por muito positiva. O seu ponto menos positivo é a sua relativa incapacidade para fomentar as interacções do ensino superior com o tecido empresarial.

Mais uma vez, verifica-se a predominância do sexo feminino nos estágios, desta vez no que concerne ao ensino superior, representando 64% do total de formandos em 2003. Saliente-se ainda que o peso dominante das mulheres nesta oferta é sentido praticamente em todas as áreas científicas. Tal situação poderá reflectir a maior proporção de mulheres diplomadas no ensino superior, as quais representavam, no ano lectivo de 2002/2003, 67% do total dos diplomados do ensino superior<sup>48</sup>.

A maioria dos estagiários provém do ensino universitário e do ensino superior público e tem menos de 25 anos (69%), correspondendo, portanto, conforme o previsto, a jovens finalistas ou recém-licenciados. Ainda segundo dados de 2003, a região Norte é a que apresenta um maior peso relativo de estágios realizados (41%), seguida das regiões Lisboa e Vale do Tejo (28%) e Centro (26%). Ainda assim, Lisboa e Vale do Tejo fica em primeiro lugar no que refere a estágios concluídos.

Para além dos programas de estágios, destaca-se ainda, no domínio das políticas de transição para a vida activa dos jovens, o programa **FORDESQ/GESTIC**. Este programa, dinamizado pelo IEFP, é um programa de formação profissional, mas não uma formação inicial qualificante. O seu objectivo é promover a transição para a vida activa dos jovens já qualificados.

A medida FORDESQ (Formação de Activos Qualificados Desempregados) visa potenciar a formação de base de desempregados, com qualificações de níveis 4 e 5, inscritos nos Centros de Emprego, através da aquisição de novas competências em domínios potencialmente geradores de emprego. A medida GESTIC (Formação e Inserção de Jovens em Gestão Empresarial e Tecnologias de Informação e Comunicação) tem por objectivo fomentar a preparação dos jovens diplomados em áreas académicas com maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho, através de formação em gestão empresarial e em tecnologias

---

<sup>48</sup> Segundo dados do OCES (2004), em <http://www.oces.mcies.pt/docs/ficheiros/SistemaESPTSet04.pdf>.

da informação e comunicação, potenciando as capacidades e as competências específicas facilitadoras da integração no mundo do trabalho e complementando as competências sócio-profissionais dos jovens qualificados, possibilitando uma maior articulação entre a saída do sistema educativo e a inserção no mundo do trabalho. O GESTIC dirige-se a jovens desempregados inscritos nos Centros de Emprego, com idade máxima de 30 anos, inclusive, com qualificação de nível superior – 4 ou 5, ou os que, mesmo sem esta qualificação, estejam inscritos como docentes do ensino básico e secundário, educadores de infância ou docentes de educação especial.

A partir da inquirição efectuada, durante o primeiro semestre de 2004, aos utentes que terminaram acções de formação enquadradas no programa “Formação para Desempregados Qualificados” FORDESQ/GESTIC<sup>49</sup>, verifica-se que dos 354 indivíduos que compõem a amostra, 112 são jovens até 25 anos, a grande maioria licenciados e mulheres.

Três meses após a conclusão do Programa, pode constatar-se que para cerca de metade dos jovens a situação inicial de desemprego continuou a verificar-se. Tal expressa-se em 54 formandos desempregados, 34 empregados e 21 com outra situação equiparada à inactividade.

As principais dificuldades identificadas na procura de emprego são a falta de emprego na área de formação académica e a falta de emprego na região. Quanto aos inquiridos que se encontram em situação de emprego três meses após a conclusão do programa, a grande maioria apresenta um vínculo laboral precário, através de contrato a termo.

Por fim, no âmbito do domínio em análise, refiram-se as **Unidades de Inserção na Vida Activa**. As UNIVA fazem parte de uma intervenção que visa melhorar o conhecimento da situação e perspectivas do emprego e formação. Estas unidades asseguram um papel de mediação com o mercado de trabalho, revelando a crescente centralidade da problemática da inserção no quadro das intervenções em favor do emprego, neste caso especialmente de jovens à procura do primeiro emprego.

As UNIVA são financiadas pelo IEFP, no contexto do POEFDS<sup>50</sup>, durante os seus três primeiros anos de existência. O objectivo é que

<sup>49</sup> OEVA / IEFP (2004), *Processos de Integração no Mercado de Trabalho dos Utes que Participaram no FORDESQ/GESTIC*, <http://www.iefp.pt/> (Informação Semestral de Acompanhamento – 1.º semestre de 2004).

<sup>50</sup> A criação de UNIVA insere-se no eixo do POEFDS relativo à “Promoção da Eficácia e da Equidade das Políticas de Emprego e Formação”, mais propriamente na medida “Desenvolvimento e Modernização das Estruturas e Serviços de Apoio ao Emprego e Formação”.

depois dessa altura passem a funcionar na dependência da própria instituição que as acolhe e se tornem autónomas, nomeadamente em termos financeiros.

Durante o ano de 2003 foram apoiadas 231 unidades de apoio à inserção, das quais 44 foram construídas de raiz. A meta para 2006 estabelece o apoio anual a 250 unidades de inserção profissional.

A região Norte representa uma parcela significativa dos apoios neste âmbito, com 132 UNIVA apoiadas e com 34 novas unidades criadas. A região Centro, por sua vez, viu apoiada a criação de 6 novas UNIVA, num total de 46 unidades apoiadas. Seguem-se as regiões do Alentejo e Algarve, onde foram apoiadas 45 e 8 UNIVA, respectivamente, das quais 4 constituídas de raiz<sup>51</sup>.

As UNIVA apoiadas no ano em apreço estão sediadas em entidades de natureza diversa, com destaque para as autarquias (40%) e estabelecimentos de ensino e outras associações (ambos representando 20% do total).

As 231 Unidades de Inserção na Vida Activa receberam, durante o ano de 2003, 68 314 utentes. Destacam-se mais uma vez as UNIVA localizadas na região Norte, às quais recorreram 30 917 utentes, e no Algarve, onde apenas acorreram 1.936 utentes.

No Plano Nacional de Emprego 2004 refere-se a intenção de promover um relacionamento cada vez mais estreito entre este tipo de estruturas e as equipas técnicas dos Centros de Emprego, nomeadamente com a divulgação das ofertas de emprego e de formação existentes. Para além disso, segundo o Relatório de Avaliação Intercalar do POEFDS, verifica-se a necessidade de emergência de uma dinâmica de mais forte interrelação entre os instrumentos implementados, de maior interdependência entre a vertente formativa e as vertentes de funcionamento de novos equipamentos, como as UNIVA.

#### 4) Apoio à criação de emprego

O domínio das medidas de apoio à criação de emprego é aquele para o qual foi mais difícil encontrar informação estatística ou dados relativos a resultados concretos e a indicadores de execução. Em alguns casos, que se assinalam, foi mesmo impossível aceder a qualquer informação sobre níveis de realização, o que invalidou a avaliação da eficácia. Ainda assim,

---

<sup>51</sup> Mais uma vez a região de Lisboa e Vale do Tejo foi excluída, pela situação já referida de “phasing-out”.

podemos começar por referir o sucesso que este tipo de medidas parece surtir junto dos seus potenciais beneficiários.

Convém no entanto distinguir as medidas incentivadoras de contratação de jovens pelas entidades empregadoras, nomeadamente o incentivo à contratação não precária, e, por outro lado, as medidas que estimulam a criação de novas empresas e o empreendedorismo dos jovens.

No conjunto do primeiro tipo de medidas encontram-se os **Apoios à Contratação**. Esta medida, inserida no Programa de Estímulo à Oferta de Emprego (PEOE), consiste em apoio financeiro às empresas que celebrem contratos de trabalho sem termo, a tempo inteiro, com grupos propensos a uma maior dificuldade de integração no mercado de trabalho, em que se incluem os jovens à procura de primeiro emprego. De acordo com dados fornecidos pelo IEFP para os anos de 2002, 2003 e 2004, o número de entidades que beneficiaram desta medida é relativamente baixo, tendo decrescido de 897 para 843. O número de jovens (entre 15 e 29 anos) contratados era de 910 em 2002, tendo sofrido uma ligeira diminuição em 2004 (-3,5%). O apoio financeiro à contratação não parece, pois, ter um alcance significativo na promoção do emprego dos jovens.

Destaca-se ainda a **dispensa de contribuições para a Segurança Social**. Este princípio é previsto em termos de isenção do pagamento, durante um período de tempo, no caso da admissão de jovens entre os 16 e os 30 anos à procura de primeiro emprego através de contrato sem termo, ou de redução da contribuição no caso dos contratos a termo.

Segundo dados fornecidos pela Segurança Social relativos ao período de 2000 a 2004, o número de entidades empregadoras que beneficiaram da isenção tem vindo a decrescer moderadamente entre 2000 e 2002 (de 71 082 para 69 255), sofrendo nos dois anos seguintes quebras bastante mais acentuadas (respectivamente 61.641 e 52.241 entidades). O mesmo acontece com o número de trabalhadores abrangidos, que eram 139 761 em 2000, 137 776 em 2002, para descer aos 95 230 em 2004. A esta redução não será alheio um período económico recessivo, que terá levado a um menor número de contratações.

Face aos quantitativos das isenções, os relativos à redução de contribuições (em 50%) para as contratações a termo são incipientes. Ao longo do período em questão, a média anual de entidades é de 79, cifrando-se em apenas 52 no ano mais recente, sendo os números equivalentes para os trabalhadores de 428 e 112. Tal panorama leva-nos a questionar a pertinência desta segunda modalidade e o modo como está de facto a ser utilizada.

Um terceiro instrumento de incentivo à contratação corresponde aos **benefícios fiscais** às empresas que recrutem com contratos sem termo jovens até aos 30 anos<sup>52</sup>.

No que respeita ao segundo conjunto de medidas, existem actualmente dois tipos de programas de apoio à criação de novas entidades, que podem ser considerados como especialmente direccionados aos jovens.

Primeiro, no âmbito do PEOE, existe o **Programa Iniciativas Locais de Emprego** e o **Programa Iniciativas Locais de Emprego de Apoio à Família**, da responsabilidade do IEFP. Estes programas, para além de apoiarem a criação de novas entidades, obrigam ao preenchimento dos postos de trabalho criados por jovens à procura de primeiro emprego ou trabalhadores desempregados, atribuindo um subsídio por cada caso. Os dados disponibilizados pelo IEFP para o período 2002-2004 revelam que o número de entidades criadas no âmbito das ILE aumentou significativamente (de 1167 para 2003). Se observarmos a idade dos promotores destas iniciativas, verificamos que, embora o peso dos que têm mais de 29 anos seja superior, há uma percentagem significativa de jovens até aos 29 anos (cerca de 40%), sobretudo dos que têm entre 25 e 29 anos. Esta percentagem cresce quando deslocamos o olhar, não apenas para os promotores, mas para o conjunto de trabalhadores abrangidos no âmbito das ILE, em que a população jovem passa a representar quase 50% do total, com uma evolução muito significativa de 2002 para 2004, que corresponde à quase duplicação do número de jovens (939 e 1709, respectivamente). Embora em termos absolutos os números não sejam muito elevados, o papel desta medida na promoção do empreendedorismo e a evolução positiva na sua execução levam-nos a considerá-la globalmente eficaz.

Ainda no IEFP, são de referir os apoios à criação do próprio emprego, através do **apoio a projectos de emprego promovidos por beneficiários das prestações de desemprego**, que consistem em apoios quer de carácter técnico – na selecção e recrutamento de trabalhadores desempregados, formação na área empresarial para dirigentes e consultoria especializada –, quer de carácter financeiro, mediante o pagamento, de uma só vez, do montante global das prestações de desemprego devidas. Não se dirigindo especificamente a jovens, é, porém, uma medida que importa referir no âmbito do apoio à criação de empresas. A análise dos dados sobre a execução desta medida permite constatar que os jovens têm uma expressão muito diminuta, representando em 2004

---

<sup>52</sup> Foram solicitados dados sobre a execução desta medida à Direcção-Geral dos Impostos, mas, até à data de conclusão deste relatório, não foram disponibilizados.

17% do total de indivíduos apoiados. Os valores absolutos (290 jovens no mesmo ano) revelam igualmente um papel diminuto deste instrumento de política na criação de emprego juvenil.

Destaca-se também o **PRIME Jovem – Programa de Apoio à Iniciativa Empresarial dos Jovens**, criado recentemente (em 2004)<sup>53</sup> no âmbito do Programa de Incentivos à Modernização da Economia (Programa Operacional do QCA III), com o objectivo de fomentar a iniciativa empresarial dos jovens. De entre os instrumentos criados neste contexto, releva-se a criação de uma reserva de dotação de 15 milhões de euros, no âmbito do Fundo Sindicação de Capital de Risco (FSCR) do PRIME, destinada exclusivamente a apoiar projectos promovidos por jovens empresários.

Se, obviamente, este Programa revela fortes potencialidades quer para o fomento do espírito empreendedor, quer para a criação de emprego, dada a sua recentividade não se encontram ainda disponíveis indicadores sobre a sua execução. Na tentativa de conhecer o peso dos projectos de criação/modernização de empresas promovidos por jovens no âmbito do PRIME – Programa de Incentivos à Modernização da Economia (ex-Programa Operacional da Economia), foram consultados os seus relatórios de execução, mas, lamentavelmente, os dados apresentados não segmentam os promotores de projectos segundo o escalão etário.

Relacionada com o objectivo de estímulo do empreendedorismo dos jovens, e com um papel prioritário neste domínio, surge a Associação Nacional de Jovens Empresários (ANJE), constituída em 1986. Esta associação, que tem como principal objectivo promover a reunião de jovens empresários<sup>54</sup> com vista à satisfação dos seus interesses específicos e ao desenvolvimento das suas actividades profissionais, nomeadamente nos aspectos de formação e informação, dispõe, actualmente, de 17 núcleos e delegações em todo o país, incluindo na Madeira e nos Açores e uma delegação em Bruxelas.

Os *road-shows* são um exemplo de uma actividade desenvolvida pela ANJE, com o apoio do IIEFP, no âmbito do seu projecto Academia dos Empreendedores. Esta iniciativa visa promover o contacto dos jovens com o empreendedorismo, com empresários e também com entidades que os possam auxiliar na criação de uma solução de emprego por

---

<sup>53</sup> O PRIME Jovem veio substituir o Sistema de Apoio a Jovens Empresários (SAJE 2000). Informações disponíveis em PRIME (2004), “PRIME-Jovem – Programa de Apoio à Iniciativa Empresarial dos Jovens”, [http://www.prime.min-economia.pt/PresentationLayer/ResourcesUser/Publicacoes/PRIMEjovem\\_net.pdf](http://www.prime.min-economia.pt/PresentationLayer/ResourcesUser/Publicacoes/PRIMEjovem_net.pdf).

<sup>54</sup> Um empresário é considerado “jovem empresário” pela ANJE se tiver até 40 anos. Informações em <http://www.anje.pt/>.

esta via. A maioria dos estabelecimentos de ensino que solicitam os *road-shows* são instituições do ensino superior. Nestas instituições é apresentada uma exposição sobre a temática do empreendedorismo e é promovido um seminário, no qual está presente pessoal especializado do IEFP, uma entidade do sistema bancário, uma entidade ligada aos sistemas de incentivo, geralmente o IAPMEI, e ainda um jovem empresário, que dá o seu testemunho.

Um outro projecto a destacar é a Escola dos Empreendedores. Durante dez dias, um potencial jovem empresário tem a possibilidade de fazer uma formação *outdoors*, uma formação técnica nas áreas-chave de uma empresa, testando as suas capacidades, nomeadamente em termos de trabalho de equipa, de liderança ou de gestão do tempo. É também possibilitado o contacto com empresários. Esta metodologia tem como objectivo principal permitir ao jovem a auto-análise do seu perfil face ao que é pretendido de um jovem empreendedor.

Para além disso, é naturalmente fornecido apoio aos jovens que pretendem criar a sua empresa. E neste domínio, segundo entrevista realizada a uma interlocutora da ANJE, são maioritariamente os diplomados da área das engenharias que se dirigem a esta associação. São também maioritários os jovens do sexo masculino. Recentemente, no entanto, verifica-se também uma procura desta solução de emprego por parte de diplomados noutras áreas formativas, nomeadamente na educação, com um número significativo de mulheres, que têm como objectivo a criação de empresas de apoio domiciliário, de ocupação de tempos-livres, de creches e jardins de infância, e também de empresas de organização de eventos.

Ainda segundo a interlocutora da ANJE, são criados muitos projectos ligados à área dos serviços, e também do turismo/hotelaria e da construção civil, mas são na verdade os projectos na área das novas tecnologias, apresentados por jovens muito promissores, os que mais se destacam internacionalmente.

A ANJE lamenta, no entanto, verificar o fracasso de alguns dos projectos que ajuda a criar. Ao fim de três anos da implementação do plano de negócio, verifica-se que muitas empresas ainda não conseguiram construir uma estrutura que permita pagar os custos. Para além da fase embrionária do projecto, a ANJE reconhece a necessidade de deslocar cada vez mais o seu campo de actuação para a fase posterior de desenvolvimento do mesmo.

Analisando algumas das políticas que têm sido levadas a cabo pelo Governo, como a discriminação positiva a favor dos jovens ao nível dos principais sistemas de incentivo, verifica-se que estas parecem estar a conseguir uma proporção significativa de jovens nos projectos de empreendedorismo. Senão vejamos, segundo o Relatório de activida-

des do IAPMEI<sup>55</sup>, das candidaturas seleccionadas até final de 2002, para o SIPIE – Sistema de Incentivos a Pequenas Iniciativas Empresariais, 39% foram apresentadas por jovens empresários (até 35 anos), o que revela o particular dinamismo dos jovens no tecido empresarial português, nomeadamente ao nível das empresas de mais pequena dimensão.

Relativamente ao serviço de atendimento prestado pelo IAPMEI<sup>56</sup>, registaram-se 21 392 pedidos de informação, em 2003, através dos canais telefónico, electrónico (*e-mail* e *web site*) e presencial. As questões colocadas enquadram-se na maioria na temática “Incentivos” (46% do total), seguido do tema “Criação de Empresas” com 31%. No total de questões colocadas sobre Incentivos, 69% agrega igualmente a vertente Criação de Empresas. Esta tipologia de pedidos de informação de forma isolada e associada às vertentes Incentivos e Formalidades Legais, é responsável por 42% no total de pedidos de informação, sendo maioritariamente colocada por potenciais jovens empresários, cujas motivações decorrem essencialmente da situação de desemprego (indicação da necessidade de criar o próprio emprego) e da conclusão dos estudos superiores (indicação de motivação para o empreendedorismo).

Apesar de não existirem estatísticas oficiais que permitam fazer uma completa caracterização dos empreendedores em Portugal, o IAPMEI, em conjunto com a Rede Nacional dos Centros de Formalidades das Empresas (CFE), lançou, em 1999, com o objectivo de obter mais e melhor informação sobre as novas empresas e os seus empreendedores, o Observatório da Criação de Empresas. A partir da leitura do último relatório produzido no âmbito deste Observatório<sup>57</sup>, o qual teve por base as respostas aos inquéritos realizados durante o ano de 2001, a 1674 empresas e a 3003 empresários, retira-se que a maioria dos empresários (54%) têm entre 25 e 40 anos. Um terço dos empreendedores que recorreram àquele serviço são do sexo feminino e 7% encontravam-se desempregados à data da constituição da empresa.

Recorrendo agora a um estudo elaborado no âmbito do Programa FIVE – Fomento da Inovação e Valorização Empresarial<sup>58</sup>, que tem por base um painel de 501 empreendedores, candidatos ao Concurso de

<sup>55</sup> IAPMEI (2004), *Relatório de actividades do IAPMEI – 2003*, [http://www.iapmei.pt/iapmei-ins-01.php?tema\\_id=3&tema\\_sub\\_id=40](http://www.iapmei.pt/iapmei-ins-01.php?tema_id=3&tema_sub_id=40).

<sup>56</sup> Idem.

<sup>57</sup> Observatório da Criação de Empresas / IAPMEI (2002) *Inquérito do Observatório da Criação de Empresas – 2001*, <http://www.iapmei.pt/iapmei-art-03.php?id=672>.

<sup>58</sup> IAPMEI (2004), *Perfil do Empreendedor FIVE – 2004*, [CD-ROM].

Ideias de Negócio FIVE 2004, verifica-se uma predominância nítida dos candidatos que se enquadram no escalão entre os 20 e os 35 anos, os quais representam 72% da amostra. A média de idades dos Empreendedores FIVE é ligeiramente superior a 32 anos. Talvez por isso um dos aspectos mais relevantes do perfil do empreendedor FIVE seja o generalizado alto nível de formação académica. Com efeito, 78% dos candidatos são licenciados, dos quais 14% têm pelo menos uma pós-graduação, 30% possuem mestrado e 17% são doutorados.

Verifica-se ainda a concentração da opção sectorial dos empreendedores no sector dos Serviços, que acolhe mais de 50% dos empreendedores. Surge em seguida a Indústria, com 24% do total dos candidatos. Salienta-se ainda o facto de 49% das propostas de ideias de negócios surgirem já suportadas em equipas de projecto, sendo as restantes apresentadas em nome individual. Relativamente ao nível de maturidade da iniciativa, 33% revestem a forma mais preliminar, 48% estão nas fases de projecto e pré-projecto, sendo que 1% estão já suportadas por protótipos. Refiram-se ainda os 8% de iniciativas que revestem a forma de empresas recentemente criadas, mas sem actividade significativa.

Este projecto, que tem como co-promotores dois organismos do Ministério da Economia e uma entidade privada, embora não seja identificado como um instrumento especificamente ou sobretudo direccionado para os jovens, parece ser bem sucedido junto desta camada da população, promovendo a indução de um processo interactivo e dinâmico de valorização da tecnologia numa lógica empresarial através da promoção da interacção entre a oferta e a procura tecnológica e da criação de sinergias entre todos os actores que operam no sistema nacional de inovação.

##### 5) Apoio aos desempregados

No domínio da prevenção e combate ao desemprego juvenil, a iniciativa **INSERJOVEM** assume o papel central. Esta metodologia, criada no âmbito do Plano Nacional de Emprego português, e introduzida faseadamente nos Centros de Emprego ao longo do período 1998-2000, tem por base a orientação comunitária de que se deve proporcionar uma resposta num prazo máximo de seis meses a qualquer jovem (até 25 anos) inscrito num Centro de Emprego. Implicando a adopção, por parte dos Serviços Públicos de Emprego, de uma abordagem precoce, preventiva e individualizada (com a construção de planos pessoais de emprego) de combate ao desemprego juvenil, a metodologia obrigou a fortes alterações no modo de funcionamento dos Centros de Emprego, induzindo a sua modernização. Foi considerada uma boa prática no âmbito das medidas activas de emprego pela Comissão Europeia

no processo de avaliação interpares que a Estratégia Europeia para o Emprego promoveu<sup>59</sup>.

Vejam os dados que têm sido o desempenho desta metodologia ao longo dos seus já sete anos de implementação. Segundo dados do IEFP, os indicadores revelam uma evolução favorável no período 1998-2000, para, a partir dessa data, se verificar uma prestação menos positiva da metodologia. Ou seja, os dados sobre o desempenho parecem ser coincidentes com os dos ciclos económicos de sentidos inversos atrás identificados. Tal situação não deixa de ser preocupante, já que é precisamente nas fases de recessão que se espera uma intervenção mais forte e uma resposta mais eficaz dos instrumentos de política direccionados para a prevenção e combate ao desemprego.

Atentemos, pois, de forma mais pormenorizada nesses indicadores, tendo em atenção que a partir de 2003, foram definidos novos indicadores de acompanhamento dos resultados desta intervenção.

A taxa de influxo em DLD<sup>60</sup> desceu de 17,3% em 1998 para 12,1% em 2000, para a partir dessa data subir consecutivamente até atingir em 2004 o valor mais elevado de sempre: 23,7%. Ainda assim, refira-se que os aumentos mais significativos se dão entre 2000 e 2001 (de 12,1% para 17,4%) e entre 2002 e 2003 (de 18,7% para 22,9%).

Em 2004<sup>61</sup> verificou-se um aumento, relativamente a 2003, dos jovens desempregados que, decorridos seis meses, permaneceram inscritos como desempregados e não beneficiaram de aconselhamento intensivo nem de assistência na procura de emprego, ou seja, não foram alvo de uma intervenção de esforço (sessões de informação colectiva, entrevistas de orientação, avaliação psicológica, sessões colectivas de orientação, entrevistas de colocação, etc.) ou de acções de orientação profissional de 3.º nível. Assim, este indicador<sup>62</sup> passa de 5,5%, em 2003, para 7,9%, em 2004. O indicador equivalente para o período 1998-2002 – taxa de não cumprimento<sup>63</sup> – registava valores muito elevados no

<sup>59</sup> IEFP (2000), “Inserjovem and Reage Initiatives: A Preventive Action”, <http://www.peerreview-employment.org/pdf/off-paper-port01.htm>.

<sup>60</sup> De 1998 a 2002 % de jovens que se mantêm desempregados, sem qualquer interrupção, no mês X + 6; em 2003 e 2004 % de jovens desempregados que permanecem inscritos ao fim de seis meses.

<sup>61</sup> IEFP (2004), “Iniciativas INSERJOVEM e REAGE – Informação Síntese 2004”, <http://www.iefp.pt/>.

<sup>62</sup> “Serviços Preventivos”.

<sup>63</sup> % de jovens que ficaram desempregados no mês X, que ainda estão desempregados no mês X + 6 e ainda não iniciaram um plano individual de acção.

primeiro ano (33,4%), com um decréscimo muito acentuado até 2000 (6,8%), nova subida no ano seguinte (23,9%), e, finalmente uma diminuição forte em 2002 (13%), o que parece indiciar oscilações muito significativas no desempenho dos Centros de Emprego.

Tendo agora em conta a percentagem de jovens desempregados que não foram alvo de qualquer intervenção ao fim de seis meses, sob a forma de integração em programas/medidas de criação de emprego, formação e emprego, actividades ocupacionais, reabilitação profissional ou formação profissional, esta expressa-se em 23,4%, no ano de 2004<sup>64</sup>, ligeiramente superior aos 22,4% de 2003.

Associando estes dois tipos de opções de intervenção junto dos jovens à procura de emprego, seja em forma de aconselhamento e orientação, seja por integração em medidas específicas de formação e emprego, verifica-se que 7,8% destes ficaram sem qualquer tipo de resposta, no âmbito da Iniciativa INSERJOVEM, valor de 2004 que reflecte também um considerável aumento face ao ano anterior, que registara 5,5%<sup>65</sup>.

Ao longo de 2004 foram alvo de intervenção no âmbito da Iniciativa INSERJOVEM 150 923 jovens (inscritos nos Centros de Emprego entre Julho de 2003 e Junho de 2004). O total de respostas proporcionadas pelo IEFP aos jovens ascendeu a 40 007, abrangendo 26,5% do público-alvo<sup>66</sup>. A colocação (17 726; 44,3%) e a orientação profissional (13 274; 33,2%) foram as respostas mais significativas.

Relativamente a estes indicadores, constata-se que, entre os jovens, as diferenças entre o sexo masculino e o sexo feminino têm também algum significado no âmbito do INSERJOVEM, sendo elas que possuem as percentagens mais elevadas dos que ficam sem resposta e continuam no desemprego. Os valores em termos de inscritos são também mais elevados para as mulheres. Esta situação estará provavelmente relacionada com a maior proporção de mulheres diplomadas no ensino superior, como já foi referido anteriormente, assim como com os cursos e diplomas obtidos por estas, que tendem a ter uma menor procura por parte das entidades empregadoras. No ano lectivo de 2002/2003, a área formativa que, em termos de diplomados do ensino superior, apresen-

<sup>64</sup> “Novo Início (a)”.

<sup>65</sup> “Novo Início (b)”.

<sup>66</sup> Entre os jovens que não obtiveram resposta estarão possivelmente muitos casos de auto-colocações. Como referiu uma entrevistada do IEFP, acontece que muitos dos inscritos nos Centros de Emprego vão conseguindo entretanto emprego por outra forma que não através do IEFP, embora continuem a constar dos ficheiros.

tava uma maior disparidade entre sexos era a “Educação”, com 87% de mulheres<sup>67</sup>. Tanto os entrevistados do IEFP como da ANJE referem, em entrevista, o elevado número de professores que procuram os seus serviços, com vista à solução do seu problema de desemprego, relacionado com as dificuldades de colocação.

Se analisarmos a distribuição geográfica do público-alvo desta iniciativa, verificamos que é a região Norte que apresenta o maior número de jovens. Apesar disso, é em Lisboa e Vale do Tejo que se verifica o maior volume de abrangidos por intervenções de resposta (33%). A região Norte é também a que apresenta, em 2004, os valores menos favoráveis em todos os indicadores anteriormente referidos, sendo de ressaltar, relativamente a estes, os bons resultados da região do Algarve.

Em termos globais, e tal como é constatado pelo próprio IEFP, todos os indicadores relativos ao INSERJOVEM apresentam uma evolução negativa entre 2003 e 2004, apresentando valores muito aquém das metas estabelecidas para o Plano Nacional de Emprego 2003-2006.

Tendo em conta as exigências decorrentes da situação económica difícil e dos compromissos assumidos, estão a ser actualmente desenvolvidos esforços no sentido do reajustamento do INSERJOVEM, por forma a aumentar a sua eficácia e capacidade de integração efectiva. Conforme expresso no PNE 2003-2006, a metodologia deverá ser reformulada tendo em vista uma maior incidência dos recursos disponíveis em grupos com particulares dificuldades de inserção no mercado de trabalho, através de uma segmentação dos públicos, sendo estabelecidas prioridades em termos de públicos a abranger com base numa grelha de prognóstico que permita aferir as reais dificuldades de inserção profissional.

Refira-se, ainda, que o INSERJOVEM foi objecto de avaliação específica, em 2000, a partir da aplicação de inquéritos por questionário a uma amostra de jovens desempregados abrangidos em 1999 e ao universo dos Centros de Emprego (49) que já tinham implementado a metodologia nesse ano. Dado que este estudo já tem alguns anos, tendo sido realizado num ciclo económico de sinal positivo, ainda numa fase muito inicial de implementação da metodologia, consideramos que seria de toda a conveniência a sua actualização, permitindo abranger a totalidade dos Centros de Emprego (86) e avaliar esta metodologia à luz das alterações de contexto ocorridas, nomeadamente o ciclo económico desfavorável que teve início em 2001.

---

<sup>67</sup> Segundo dados do OCES (2004), em <http://www.oces.mcies.pt/docs/ficheiros/SistemaESPTSet04.pdf>.

A análise detalhada que se procurou empreender ao longo das páginas deste capítulo teve como objectivo a avaliação da eficácia das políticas dirigidas para a inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Concluímos precisamente o capítulo, “arriscando” um exercício de classificação das várias medidas analisadas segundo a sua eficácia no cumprimento dos objectivos para os quais revelam, na sua concepção, capacidade para contribuir, conforme análise desenvolvida no ponto anterior. Tal risco advém do facto de termos procurado fazer uma leitura dessa eficácia na perspectiva em que esta não se deve limitar à óptica das realizações. Aliás, o significado da eficácia de uma intervenção é a medida em que os seus objectivos são atingidos. Ora, no caso das políticas objecto de avaliação, a aferição dessa medida não pode ser efectivada de um modo conclusivo em todos os casos, dada a ausência de indicadores válidos, ou seja, indicadores que traduzam, de modo adequado, os objectivos das medidas, os quais, algumas vezes não se encontram devidamente explicitados.

Uma avaliação deste tipo implica que sejam tomadas opções nem sempre justificadas com recurso a indicadores quantitativos, mas a partir da apreciação qualitativa da medida no terreno, derivada do conhecimento adquirido na realização de outros estudos. De qualquer modo, nos casos em que não existe praticamente informação disponível, optámos por não classificar a medida, utilizando a categoria “eficácia desconhecida”.

## Eficácia das medidas no cumprimento dos objectivos

Medidas	Pouco eficaz	Eficaz	Eficácia desconhecida
<b>1) Informação e orientação escolar e profissional</b>			
• Serviços de Psicologia e Orientação, Ministério da Educação	•		
• Programa de Orientação e Informação (PRODEP)	•		
• Informação e Orientação Profissional do IEPF			•
<b>2) Educação e formação inicial qualificante</b>			
<i>Dupla certificação:</i>			
• Cursos Tecnológicos do Ensino Secundário		•	
• Cursos Artísticos Especializados do Ensino Secundário		•	
• Ensino profissional		•	
• Ensino Secundário Recorrente (Cursos Técnicos e Cursos Tecnológicos)		•	
• Cursos do Sistema de Aprendizagem		•	
• Cursos de Educação-Formação para jovens		•	
• Cláusula de Formação	•		
<i>Certificação escolar</i>			
• Currículos alternativos		•	
<i>Certificação profissional</i>			
• Cursos de qualificação inicial		•	
• 10.º ano profissionalizante (ano qualificante pós-básico)		•	
• Cursos de Especialização Tecnológica (CET)		•	
• Programa Formação/Emprego		•	
<b>3) Transição para a vida activa</b>			
• Estágios profissionais		•	
• Programa de Estágios nos Cursos Tecnológicos do Ensino Secundário		•	
• Programa de Estágios no Ensino Superior		•	
• Programa FORDESQ/GESTIC		•	
• Unidades de Inserção na Vida Activa (UNIVA)		•	
<b>4) Apoio à criação de emprego</b>			
• Apoios à contratação	•		
• Dispensa de contribuições para a Segurança Social		•	
• Benefícios fiscais na contratação de jovens			•
• Programa Iniciativas Locais de Emprego (ILE)		•	•
• Programa Iniciativas Locais de Emprego de Apoio à Família			•
• Criação de emprego por beneficiários das prestações de desemprego	•		
• PRIME Jovem – Programa de Apoio à Iniciativa Empresarial de Jovens.			•
<b>5) Apoio aos desempregados</b>			
• INSERJOVEM		•	

A partir da leitura do quadro, são de destacar três observações. Primeiro, o facto de a maior parte das medidas poderem ser consideradas eficazes no cumprimento dos objectivos para os quais potencialmente contribuem. Isto não significa que os objectivos estejam plenamente cumpridos, pelo que consideramos que algumas dessas medidas podem ser objecto de reorientações no sentido de aumentar essa eficácia. Segundo, a chamada de atenção para o domínio da informação e orientação escolar e profissional, em que a informação disponível mostra não estarem as medidas a potenciar o alcance que delas se esperaria. Terceiro, a existência de algumas medidas para as quais os dados acessíveis são tão escassos que não permitem proceder à sua avaliação.

## 5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Ao longo dos três primeiros capítulos do presente relatório, foi possível fazer um diagnóstico alargado da situação dos jovens portugueses face ao mercado de trabalho, a partir da mobilização de diversas componentes metodológicas – sistematização de estudos já desenvolvidos, análise de fontes estatísticas oficiais e realização de entrevistas de grupo a jovens de diferentes perfis. Com base nesse diagnóstico, foram identificados os principais factores que constituem obstáculos à transição dos jovens para a vida activa. Tendo em conta esses factores, o quarto capítulo debruçou-se sobre a avaliação da eficácia das políticas dirigidas a este público no domínio em análise.

A partir dos problemas identificados e do resultado da avaliação das políticas, impõe-se, neste capítulo final, uma síntese das principais conclusões, bem como uma reflexão sobre as orientações, linhas de actuação e medidas a promover, de modo a combater esses problemas, introduzindo melhorias nos instrumentos de política existentes. O quadro de conclusões, propostas e recomendações que se apresenta de seguida, estruturado segundo diversos domínios, tem precisamente esse objectivo.

### *Qualificações escolares e profissionais*

As qualificações escolares e profissionais foram identificadas como um dos factores cruciais que condiciona a inserção dos jovens na vida activa e a qualidade da integração no mercado de trabalho. A melhoria dos níveis de escolaridade dos jovens portugueses tem sido evidente nas últimas décadas. O seu padrão qualificacional continua, no entanto, muito aquém dos seus congéneres europeus. Persistem elevadas taxas de abandono escolar precoce (sem concluir a escolaridade obrigatória) e de saída precoce do sistema de ensino (sem cumprir o ensino secundário), é ainda insuficiente o número dos que possuem curso superior. Do lado das qualificações profissionais, as ofertas de dupla certificação – escolar e profissional –, tendo registado um crescimento considerável, possuem ainda um peso relativamente reduzido. Parece, além disso, continuar

a estar-lhes associada uma imagem de desprestígio e inferioridade face aos cursos dirigidos apenas ao prosseguimento de estudos, que importa ultrapassar. Outro aspecto a salientar diz respeito às medidas na área da informação e orientação escolar e profissional, designadamente os SPO, que não demonstram estar a potenciar o alcance que deles se esperaria, nomeadamente no combate ao abandono escolar ou na dignificação das ofertas que conferem certificação profissional. A sua intervenção não parece ir para lá da tradicional orientação vocacional dos alunos do 9.º ano para as escolhas dos agrupamentos no ensino secundário. Refira-se ainda o facto da Cláusula de Formação, medida muito pertinente tendo em conta o diagnóstico dos problemas, praticamente não estar a ser executada. Face a estes elementos, recomenda-se:

- Reforçar o combate ao abandono escolar precoce, fazendo com que os Serviços de Psicologia e Orientação desempenhem um papel pró-activo neste campo;
- Continuar a aposta no aumento dos níveis de qualificação dos jovens, designadamente o peso dos que detêm o ensino superior, aproximando-o da média da Europa comunitária; o prolongamento da escolaridade obrigatória até ao 12.º ano poderá ser um contributo nesse sentido;
- Promover a frequência do ensino superior por parte de jovens trabalhadores, nomeadamente através do aumento da oferta de cursos em horário pós-laboral;
- Apostar crescentemente em acções de divulgação das ofertas formativas disponibilizadas, nomeadamente através do reforço dos serviços de orientação escolar;
- Desenvolver medidas com vista a quebrar a tradição de que as ofertas formativas com certificação profissional são socialmente desqualificadas, ou seja, combater a ideia de que são dirigidas àqueles que não têm competências para o prosseguimento dos estudos. É necessário valorizar essas ofertas, deixando suficientemente em aberto, e não como alternativas que se excluem reciprocamente, as possibilidades de inserção no mercado de trabalho e de prosseguimento de estudos;
- Desenvolver mecanismos que incentivem as empresas a cumprir os acordos de formação, nomeadamente a Cláusula de Formação de jovens, e que elaborem, elas próprias, planos de formação profissional para os seus trabalhadores.

*Sistema de formação escolar e profissional*

Os progressos que se têm verificado em termos de articulação entre os sectores da educação e da formação profissional e emprego são positivos. O sistema tem revelado capacidade de implementação de ofertas formativas inovadoras, como por exemplo os cursos de Educação-Formação para jovens, que têm demonstrado eficácia no cumprimento dos objectivos de diversificação de ofertas de formação e de promoção da formação qualificante. O reverso da medalha traduz-se em algumas sobreposições de medidas, que podem fazer concorrência entre si. Além disso, o aumento da escolaridade obrigatória para o 12.º ano obriga a repensar a sua pertinência e a introduzir as alterações necessárias. A articulação entre o ensino secundário e o ensino superior continua a carecer de mecanismos que promovam essa transição, sendo também insuficientes as ofertas formativas pós-secundárias não superiores. Neste campo, recomenda-se pois:

- Continuar a reforçar a articulação entre o Ministério da Educação, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social;
- Proceder à racionalização do vasto conjunto de ofertas formativas existentes ao nível dos Ministérios da Educação e do Trabalho, eliminando sobreposições. Tal racionalização deverá ser feita à luz do aumento da escolaridade obrigatória para o 12º ano, que obrigará a reformulações no conteúdo das ofertas existentes, ou mesmo eliminação de umas e criação de outras. Neste quadro equacionar a possibilidade de:
  - a) estender os actuais percursos diferenciados no ensino básico ao ensino secundário (até 12.º ano);
  - b) eliminar o 10.º ano profissionalizante;
  - c) reforçar as ofertas de ensino profissional e tecnológico no secundário;
  - d) reforçar os Cursos de Especialização Tecnológica pós-secundários;
  - e) eventualmente criar outras ofertas formativas pós-secundárias, que possam simultaneamente conferir certificação profissional e créditos a mobilizar na transição para o ensino superior.
- Criar mecanismos de apoio na passagem do ensino secundário para o ensino superior, por exemplo, através dos Serviços de Psicologia e Orientação das escolas;
- Promover a aproximação entre as escolas e os centros de emprego, a nível local.

*Relação entre a escola/centros de formação e o mercado de trabalho*

Um dos principais problemas diagnosticados neste domínio respeita a algum desajustamento entre a oferta e a procura no mercado de trabalho, factor a merecer o desenvolvimento de estudos específicos. O sistema educativo ainda trabalha “muito voltado para si mesmo”, sendo pouco activo na procura de articulações com o mercado de trabalho. Por sua vez, boa parte do tecido empresarial português é pouco qualificado, com formas de organização do trabalho arcaicas, incapaz de absorver os jovens mais qualificados. As medidas direccionadas para a transição para a vida activa (como as UNIVAs ou os estágios) são positivas e merecem ser reforçadas e alargado o seu âmbito. As políticas para a integração dos jovens no mercado de trabalho revelam lacunas na promoção da condição de estudante-trabalhador ou de trabalhador-estudante; o trabalho a tempo parcial é diminuto, bem como as ofertas formativas de especialização profissional e superiores pós-laborais. Neste quadro, recomenda-se:

- Reforçar as componentes de articulação entre escola e mercado de trabalho através do apoio a projectos direccionados para a empregabilidade de jovens promovidos em parceria por entidades formativas e empresas;
- Introduzir nos *curricula* do ensino secundário geral e do superior a possibilidade de criação de unidades de crédito correspondentes a experiências em contexto laboral;
- Desenvolver trabalho junto das empresas para promover a absorção de profissionais qualificados, procurando criar uma cultura de empresa que encare a mão-de-obra jovem qualificada como um elemento propiciador de inovação e de dinamização;
- Desenvolver acções de marketing profissional junto dos alunos, para a valorização de certas profissões com grande procura no mercado de trabalho;
- Consolidar um contacto mais regular e de maior proximidade entre os centros de emprego e as empresas;
- Alargar o número de estágios, os quais têm repercussões positivas tanto para os jovens, aproximando-os do contexto de trabalho e aumentando a sua empregabilidade, como para as empresas, pelo conhecimento e integração de novas competências;
- Continuar a apoiar as Unidades de Inserção na Vida Activa e aumentar a sua implementação nas escolas do ensino superior;
- Incentivar nos alunos do ensino superior experiências profissionais qualificantes durante a frequência do curso, designadamente em regime de tempo parcial. Esse incentivo poderia passar, por

exemplo, por benefícios fiscais às empresas e aos estudantes-trabalhadores nessa situação e por permitir a cumulatividade do regime de protecção social familiar ou de bolsas de estudo com o exercício de uma actividade profissional de duração inferior a determinado número de horas e/ou com remuneração abaixo de determinado montante.

### *Relações laborais*

A questão da qualidade das inserções profissionais, não sendo específica dos trabalhadores jovens, coloca-se para estes com particular acuidade. Como verificámos, a precariedade tem marcado cada vez com maior incidência a inserção dos jovens no mercado de trabalho, cujas situações contratuais de carácter provisório tendem a ser cada vez mais prolongadas, não garantindo, em muitos casos, a protecção no desemprego. Os apoios à contratação sem termo de jovens são pertinentes, mas não estão, em geral, a ter o alcance desejado. Neste sentido, recomenda-se:

- Continuar a aposta na criação líquida de emprego, através dos apoios à contratação de jovens com contratos sem termo;
- Aumentar a eficácia da fiscalização para a detecção de situações de utilização abusiva da contratação a termo de jovens;
- Implementar mecanismos que garantam a protecção social dos jovens nas suas trajectórias descontínuas (entre emprego, desemprego e trabalho independente) durante a fase inicial – que tende a ser cada vez mais longa – de inserção no mercado de trabalho.

### *Empreendedorismo*

No conjunto dos Estados-membros Portugal apresenta o maior peso de trabalho por conta própria entre os jovens que possuem idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos. No entanto, o número de empregadores é muito baixo, prevalecendo as situações de trabalho independente sem pessoal ao serviço, boa parte das quais corresponderá ao chamado “falso trabalho independente”. Não existindo indicadores suficientemente aprofundados sobre o empreendedorismo juvenil, os únicos dados disponíveis apontam para uma área em que se têm vindo a desenvolver alguns projectos interessantes (como por exemplo na ANJE),

mas ainda de carácter limitado, pelo que deve ser incentivada. Para tal, recomenda-se:

- Retomar o objectivo que constava no Plano Nacional de Emprego, de introduzir nos curricula do sistema educativo componentes formativas promotoras do espírito empreendedor;
- Apresentar aos jovens a hipótese do auto-emprego como uma solução possível para a sua carreira profissional futura e criar oportunidades de contacto frequente dos jovens com o meio empresarial. Ao nível do ensino básico e secundário, os Serviços de Psicologia e Orientação (cuja designação poderia ser alterada), transformando-se em equipas técnicas multidisciplinares de maior dimensão, poderiam ser actores estratégicos neste domínio;
- Centrar o apoio aos jovens empresários não só na fase embrionária do projecto empresarial, mas também, e cada vez mais, na fase posterior de desenvolvimento do mesmo;
- Desenvolver linhas de crédito específicas que apoiem o empreendedorismo juvenil, designadamente os projectos inovadores.

### *Estudos*

O último grupo de recomendações produzidas diz respeito ao domínio dos estudos. Trata-se, pois, de uma questão lateral à da integração dos jovens no mercado de trabalho, mas que se relaciona com a necessidade de implementar medidas pertinentes, a partir de uma identificação rigorosa dos problemas, bem como de proceder à avaliação das respectivas políticas, sobretudo ao nível do seu desempenho e dos seus impactes, de uma forma sustentada. A elaboração do presente estudo permitiu precisamente detectar algumas lacunas em termos da informação existente, quer sobre problemas específicos da integração dos jovens no mercado de trabalho, quer sobre medidas que estão a ser desenvolvidas sem que se conheça efectivamente os resultados que estão a atingir – cuja eficácia não foi por isso possível avaliar. Justifica-se, por isso, em alguns casos, a realização de estudos específicos, de carácter intensivo. Assim, neste domínio recomenda-se:

- Avaliar o impacto de medidas de apoio à criação de emprego juvenil, como benefícios fiscais ou dispensa nas contribuições para a Segurança Social;
- Avaliar, de forma sistemática, o desempenho dos Serviços de Psicologia e Orientação, recorrendo quer a metodologias de carácter extensivo, quer a estudos de caso;

- Desenvolver estudos sobre os factores que estão na base do abandono escolar precoce, por forma a actuar mais eficazmente sobre esse problema;
- Desenvolver estudos sobre o percurso dos diplomados dos cursos tecnológicos e dos Cursos de Especialização Tecnológica pós-secundários, à semelhança do que já acontece para o ensino profissional;
- Realizar novo inquérito de percurso aos diplomados do ensino superior, de forma a obter informação actualizada sobre áreas de maior e menor empregabilidade, desajustamentos entre oferta e procura, fenómenos de sobrequalificação, etc. Os dados disponíveis neste momento encontram-se já desactualizados, correspondendo ao inquérito realizado no âmbito do ODES em 2001, relativo aos diplomados de 1994/95;
- Desenvolver estudos sobre a relação entre a oferta e a procura de qualificações no mercado de trabalho, de modo a poder simultaneamente introduzir ajustamentos ao nível das formações disponíveis e actuar sobre o tecido empresarial;
- Realizar estudos longitudinais a partir de um painel de empresas criadas por jovens para dar conta dos seus percursos e dos factores de sucesso e insucesso;
- Realizar novo estudo de avaliação da iniciativa INSERJOVEM, através de inquéritos por questionário aos jovens abrangidos e aos Centros de Emprego, à semelhança do que foi desenvolvido em 2000.

Importa, por fim, adicionar a este quadro de recomendações duas outras, que não dizem respeito a domínios específicos, mas que se prendem com questões de carácter transversal.

A primeira remete para os públicos das medidas. As propostas aqui lançadas dirigem-se à generalidade dos jovens, não tendo sido contempladas, à excepção dos jovens de baixas qualificações, **medidas específicas direccionadas para jovens com “handicaps” específicos, que enfrentam dificuldades acrescidas de inserção no mercado de trabalho**. Tal não significa que se ignore a existência de fortes diferenciações no interior da categoria juventude, como aliás o diagnóstico efectuado demonstrou. Os estudos têm revelado que, além dos designados “jovens em risco”, parte deles já abrangida por medidas tutelares, os jovens detêm um peso muito significativo, em muitos casos maioritário, no seio de outros grupos socialmente desfavorecidos, como os toxicodependentes e ex-toxicodependentes ou os reclusos e ex-reclusos. Não tendo estes últimos sido objecto do presente trabalho, importa, no entanto, chamar a atenção para a necessidade de desenvolver metodologias de

intervenção diferenciadas para estas categorias, com vista ao aumento da sua empregabilidade.

A segunda refere-se à **coordenação das políticas**. O vasto leque de medidas existente, não sendo em si um problema desde que não haja sobreposições, gera uma dispersão pouco favorável a ganhos de eficácia. Assim, recomenda-se a gestão integrada das medidas em vigor e das que venham a ser implementadas, através da criação de instâncias de coordenação de composição multisectorial. Cremos que, por esta via, se ganharia igualmente na capacidade de produção e disponibilização de informação sistematizada sobre o desempenho das políticas, cujas lacunas foram evidentes na realização do presente estudo.

Para concluir, resta-nos esperar que as propostas agora inventariadas possam funcionar como pistas de reflexão para a discussão alargada de decisores, bem como de todos aqueles que sobre estas matérias se debruçam.

## BIBLIOGRAFIA

- A. A. V. V. (1987), *Juventude Portuguesa: Situações, Problemas e Aspirações*, Lisboa, IPJ/ICS.
- A. A. V. V. (1993), *Estudos de Juventude*, Lisboa, IPJ/ICS.
- Abrantes, Pedro (2003), *Os Sentidos da Escola, Identidades Juvenis e Dinâmicas de Escolaridade*, Oeiras, Celta Editora.
- Abrantes, Pedro (2004) *Sociologia e ciências de educação, a distância entre nós*, Sociologia, Problemas e Práticas, n.º 45, pp. 117-130.
- Albuquerque, J. L. (1999). *Desigualdades salariais e trabalhadores de baixos salários*, Sociedade e Trabalho, 4, pp. 55-66.
- Almeida, Ana Nunes de, Maria das Dores Guerreiro, e outros (1998), *Relações familiares: mudança e diversidade*, em J. M. L. Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?* Oeiras, Celta Editora, pp. 45-78.
- Almeida, Filipe (2001), *A Adesão Organizacional às Novas Tecnologias de Informação e de Comunicação: percepções individuais face à tecnologia e determinantes do nível de informatização das empresas em Portugal*, Coimbra, Faculdade de Economia.
- Almeida, J. F. (1995), *As Mulheres Sindicalistas como Agentes para a Igualdade. A mulher face ao mercado de trabalho na região de Lisboa e Vale do Tejo*, Lisboa, ISCTE.
- Almeida, J. F. d. (1990), *Valores e Representações Sociais*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Almeida, J. F. e outros (1996), *Jovens de Hoje e de Aqui: resultados do inquérito à juventude do Concelho de Loures*, Oeiras, Celta Editora.
- Almeida, J. F. de, P. Ávila, J. L. Casanova, A. F. da Costa, F. L. Machado, S. da C. Martins, e R. Mauritti (2003), *Diversidade na Universidade – Um inquérito aos estudantes de licenciatura*, Colecção Estudos sobre Juventude, n.º 6, Oeiras, Celta/IPJ.

- Almeida, P. P. d. (1999). *1.º Diagnóstico à Situação Contratual e Expectativas dos Bancários Portugueses*, Lisboa, CIES/ISCTE.
- Alves, Natália (1998), *Escola e trabalho: atitudes, projectos e trajectórias*, em Manuel Vilaverde Cabral e José Machado Pais (orgs.), *Jovens Portugueses de Hoje*, Oeiras, Celta Editora, cap. 2, pp. 53-133.
- Alves, N. e R. Canário (2004), *Escola e exclusão social: das promessas às incertezas*, *Análise Social*, Número 169, Volume XXXVIII, pp. 981-1010.
- Alves, P. (1993), *Crise e Mudança em Portugal – dilemas sindicais face à inovação tecnológica e organizacional*, Tese de Mestrado em Sociologia, Lisboa, ISCTE.
- Amâncio, L. (1994), *Masculino e Feminino: a Construção Social da Diferença*, Porto, Edições Afrontamento.
- ANJE, *Informação sobre a Associação Nacional de Jovens Empresários*, <<http://www.anje.pt/>>
- Arroteia, Jorge e outros (2000), *Gafanha da Nazaré: Escola e Comunidade numa Sociedade em Mudança*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional.
- Azevedo, Joaquim (2002), *O Fim de um Ciclo? A Educação em Portugal no Início do Século XXI*, Porto, Asa.
- Balancho, M. L. (2001), *O Novo Papel do Pai na Educação dos Filhos: coparentalidade e diferenciação*, Tese de Mestrado em Psicologia Educacional, Lisboa, ISPA.
- Bastos, José Gabriel e Susana Bastos (1999), *Portugal Multicultural*, Lisboa, Fim de Século.
- Bebiano, R. (2002), *Geografia Instável de uma Cultura Juvenil de Oposição*, Lisboa, ICS.
- Benavente, A., A. Rosa, e outros. (1996), *A Literacia em Portugal: resultados de uma pesquisa extensiva e monográfica*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Blass, L. (2002), *Mulheres fora do lugar*, *Análise Social*, XXXVII (164), pp. 833-855.
- Bourdieu, Pierre (1984), *La jeunesse n'est qu'un mot*, *Questions de Sociologie*, Paris, Éditions de Minuit.

- Cabral, M. V. e J. M. Pais (coord.), Pedro Moura Ferreira, Vitor Sérgio Ferreira, Rui Telmo Gomes (2003), *Condutas de Risco, Práticas Culturais e Atitudes perante o Corpo – Resultados de um inquérito aos jovens portugueses*, Colecção Estudos Sobre Juventude, n.º 5, Oeiras, Celta/IPJ.
- Caetano, A. e S. Tavares (2000). *Tendências na mudança organizacional e tensões na gestão de pessoas*, em A. D. Gomes, A. Caetano, J. Keatin e M. P. C. (orgs.) *Organizações em Transição*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 151-170.
- Caetano, A. e J. Vala (1994), *Atitudes face às novas tecnologias de informação*, em J. Vala, M. B. Monteiro, L. Lima e A. Caetano (orgs.), *Psicologia Social das Organizações*, Oeiras, Celta Editora, pp. 139-166.
- Caetano, António e Margarida Garrido (2003), *Avaliação da Formação Contínua de Professores da Península de Setúbal*, Lisboa, ISCTE.
- Campos, Joana e Sandra Mateus (2002), *A nossa escola e o meu bairro*, em Magda Pinheiro, Luís Baptista e Maria João Vaz (orgs.), *Cidade e Metrópole, Centralidades e Marginalidades*, Oeiras, Celta, cap. 19, pp 253-259.
- Capucha, L. (1998), *Pobreza, exclusão social e marginalidades*, em J. L. Viegas e A. F. Costa (orgs), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, pp. 209-242.
- Cardoso, Gustavo (1999), *As causas das questões ou o estado à beira da sociedade de informação*, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 30, pp. 111-140.
- Cardoso, Gustavo, António Firmino da Costa, Cristina Palma Conceição e Maria do Carmo Gomes (2005), *A Sociedade em Rede em Portugal*, Porto, Campo das Letras.
- Carvalho, A. (1998), *Da Escola ao Mundo do Trabalho: uma Passagem Incerta*, Lisboa, IIE.
- Casaca, Augusto e Orlando Martins (2004), *Diploma de Especialização em Sociedade da Informação e Inovação na Administração Pública*, Oeiras, INA-Instituto Nacional da Administração.
- Casaca, S.F. (2004), *Flexibilidade e Emprego, Novas Temporalidades de Trabalho e Relações de Género*, Tese de Doutoramento, Lisboa, ISEG.

- Castells, Manuel (2000), *The Information Age: Economy, Society and Culture, Volume I – The Rise of the Network Society*, Oxford, Blackwell.
- Chaves, Miguel (1996), *Da Gandaia ao Narcotráfico: marginalidade económica e dominação simbólica num bairro de Lisboa*, Lisboa, Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- Comissão Europeia (2000), *Números-chave sobre a formação profissional na União Europeia*, União Europeia. Direcção-Geral XXII da Comissão Europeia. Educação, Formação e Juventude; Comunidade Europeia. Serviço de Estatística; Cedefop.
- Conde, Idalina (1998), *Contextos, culturas, identidades*, em J. L. Viegas e A. F. Costa (orgs), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, pp. 79-118.
- Contador, António Concorde (2001), *Cultura Juvenil Negra em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- Cordeiro, S. d. S. (1997), *Mudança organizacional – participação e avaliação de desempenho*, Cadernos do Noroeste 10 (1), pp. 477-496.
- Correia, António Damasceno (2001), *O Paradigma da Flexibilidade: a sua influência nas organizações e na política legislativa laboral*, Lisboa, ISCTE.
- Correia, J. A. e M. Matos (orgs.) (2003), *Violência e Violências da e na Escola*, Porto, Edições Afrontamento.
- Costa, António Firmino da, Fernando Luis Machado e João Ferreira de Almeida (1990) *Estudantes e amigos: trajectórias de classe e redes de sociabilidade*, *Análise Social* Vol. 25, n.ºs 105/106, pp. 193-221.
- Costa, António Firmino da, Rosario Mauritti, Susana Martins, Fernando Luís Machado e João Ferreira de Almeida (2000), *Classes sociais na Europa*, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 34, pp. 9-46.
- Cunha, V. (2000). *O Lugar da Criança nas Famílias Portuguesas: uma análise sociológica da fecundidade*, Tese de Mestrado, Lisboa, ICS-UL.
- DiMaggio, Paul (2001), *The Twenty-First-Century Firm. Changing Economic Organization in International Perspective*, Princeton and Oxford, Princeton University Press.

- DEEP/MSST (2003), *Avaliação do Impacto da Estratégia Europeia para o Emprego em Portugal – Políticas Activas para a Empregabilidade*, Lisboa, Colecção Cogitum, n.º 2, Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento (DEEP)/Ministério da Segurança Social e do Trabalho (MSST).
- Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento (DGEEP), do Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança (MSSFC) (2004), *Plano Nacional de Emprego* <<http://www.deep.msst.gov.pt/estudos/pne/pne2004.pdf>>.
- Estanque, E. e J. A. Nunes (2003), *Dilemas e desafios da Universidade: recomposição social e expectativas dos estudantes na Universidade de Coimbra*, Revista Crítica de Ciências Sociais, (66), pp. 5-44.
- Esteves, Bruno (2001), *Tecnologias de Informação e Comunicação, Externalização e Novas Formas de Emprego*, Tese de mestrado em Sociologia Económica e das Organizações, Univ. Técnica de Lisboa.
- European Commission-DG-EMPL (2000), *Inserjovem e Reage initiatives: a preventive action, Portugal. Final Report*, European Commission-DG-EMPL – Peer Review Programme, em <[http://www.oecd.org/document/5/0,2340,en\\_2649\\_201185\\_2465989\\_1\\_1\\_1\\_1,00.html](http://www.oecd.org/document/5/0,2340,en_2649_201185_2465989_1_1_1_1,00.html)>.
- Fernandes, António Teixeira e outros (2001), *Estudantes do Ensino Superior no Porto: Representações e Práticas Culturais*, Porto, Afrontamento.
- Fernandes, S. (2000), *A Conciliação entre Vida Familiar e Vida Profissional*, Tese de mestrado em Políticas de Desenvolvimento dos Recursos Humanos. Lisboa, ISCTE.
- Ferreira, P. M. (1999), *Desvio e Juventude: Causas Sociais da Delinquência Juvenil*, Lisboa: Tese de Doutoramento, ISCTE.
- Ferreira, P. M. (2003), *Juventude, Gerações e Valores*, Lisboa, ICS.
- Ferreira, V. (1999), *A segregação sexual do mercado de trabalho*, Sociedade e Trabalho (6), pp. 39-56.
- Ferreira, V. (2000), *Inovação empresarial e emprego*, Sociedade e Trabalho, (11), pp. 63-72.
- Ferreira, V. (2002), *O efeito Salieri: o sindicalismo perante as desigualdades entre mulheres e homens no emprego*, Revista Crítica de Ciências Sociais, (62), pp. 121-148.

- Ferreira, V. (2003), *Relações Sociais de Sexo e Segregação do Emprego*, Tese de Doutoramento, Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Ferreira, P. M. and S. Aboim (2002), *Modernidade, laços conjugais e fecundidade: a evolução recente dos nascimentos fora do casamento*, *Análise Social*, XXXVII (163), pp. 411-446.
- Figueiredo, A. (coord.), A. Moura, C. Fontes, C. Quintão, I. Leal, J. Lopes, J. Varejão, L. Capucha, L. Cunha, P. Feliciano e S. Saleiro (2003), *Avaliação Intercalar do Programa Emprego, Formação e Desenvolvimento Social – POEFDS*, Relatório final, Lisboa, Quaternaire/CIES.
- Figueiredo, A. L., C. L. da Silva, V. S. Ferreira (1999), *Jovens em Portugal: Análise Longitudinal de Fontes Estatísticas (1960-1997)*, Coleção Estudos Sobre Juventude, n.º 3, Oeiras, Celta/SEJ.
- Figueiredo, E. (2001), *Valores e Gerações: anos 80 anos 90*, Lisboa, ISPA.
- Fradique, Teresa (2003), *Fixar o Movimento: Representações da Música RAP em Portugal*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Freire, J. (1998), *Empresas e organizações: mudanças e modernização*, em J. L. Viegas e A. F. Costa (orgs), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, pp. 285-309.
- Frias, Aníbal (2003), *Praxe académica e culturas universitárias em Coimbra*, *Revista Critica de Ciências Sociais*, (66), pp. 81-116.
- Garcia, J. L., H. M. Jerónimo, e outros (2000), *Estranhos: Juventude e Dinâmicas de Exclusão Social em Lisboa*, Oeiras, Celta Editora.
- Godinho, M. M. (1999), *Os recursos humanos em ciência e tecnologia: evidência de uma fragilidade estrutural*, *Sociedade e Trabalho* (7), pp. 115-133.
- Gonçalves, Alda (1995), *Construção Social de Identidades Juvenis em Contexto de Exclusão Social*, Tese de Mestrado, Lisboa, ISCTE.
- Grácio, Sérgio (1997), *Dinâmicas de Escolarização e das Oportunidades Individuais*, Lisboa, Educa.
- Guerreiro, M. d. D. (1996), *Famílias na Actividade Empresarial: PME em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- Guerreiro, M. d. D. (1998), *A conciliação entre trabalho e vida familiar em Portugal*, em M. d. D. Guerreiro (org.), *Trabalho, Família e Gerações*, Lisboa, CIES/ISCTE, pp. 33-38.

- Guerreiro, M. d. D. (coord.), Elsa Pegado, Sandra Saleiro, e Nuno Rodrigues (2001a). *Relações Sócio-Laborais em Micro e Pequenas Empresas*, Lisboa, OEFP
- Guerreiro, M. d. D. (2001b), *Reconciliation of Work and Family Life: Best Practices around Europe – Portugal*, Lisboa, CIES/ISCTE.
- Guerreiro, Maria das Dores (coord.) e outros (2002), *Empresas com Boas Práticas de Formação Contínua*, Lisboa, CIES/ISCTE.
- Guerreiro, Maria das Dores (coord.) e outros (2003), *Conciliação entre Vida Profissional e Familiar – políticas públicas e práticas dos agentes em contexto empresarial*, Lisboa, CIES/ISCTE.
- Guerreiro, Maria das Dores e Pedro Abrantes (2004), *Transições Incertas: Os Jovens Perante o Trabalho e a Família*, Lisboa, CITE.
- IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (2004), *Relatório de actividades do IAPMEI – 2003*, em <[http://www.iapmei.pt/iapmei-ins-01.php?tema\\_id=3&tema\\_sub\\_id=40](http://www.iapmei.pt/iapmei-ins-01.php?tema_id=3&tema_sub_id=40)>.
- IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (2004), *Perfil do Empreendedor FIVE – 2004*, [CD-ROM].
- IAPMEI, (2001) *Inquérito do Observatório da Criação de Empresas – 2001* <<http://www.iapmei.pt/>>.
- IDS (2000), *Lares de Crianças e Jovens: Caracterização e Dinâmicas de Funcionamento*, Ministério do Trabalho e da Solidariedade, Instituto para o Desenvolvimento Social.
- IEFP, *Resultados dos inquéritos a formandos que concluíram acções de formação profissional, inicial ou contínua, com duração igual ou superior a 100 horas*, (produzidos no âmbito do Observatório de Entradas na Vida Activa) <<http://www.iefp.pt/>>.
- IEFP, *Resultados dos inquéritos a formandos que realizaram estágios profissionais do IEFP (produzidos no âmbito do Observatório de Entradas na Vida Activa)* <<http://www.iefp.pt/>>.
- IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional (2004), *Iniciativas INSERJOVEM e REAGE – Informação Síntese 2004*, em <<http://www.iefp.pt/>>.
- Imaginário, L. (coord.), E. Pegado, L. Capucha, J. Santandré, P. Amaral e T. Evaristo (2003), *Avaliação Intercalar da Intervenção Operacio-*

*nal da Educação do Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006*, Relatório final, Lisboa, CIES/IESE.

José, L. Q. G. S. (1997), *Cultura Organizacional em Estabelecimentos Hoteleiros*, Tese de Mestrado, Lisboa, ISCTE.

Kovacs, I. (1997), *Mudança tecnico-organizacional do trabalho e participação*, Cadernos do Noroeste 10 (1), pp. 189-202.

Lalanda, P. (2002), *Casar pelo civil ou na igreja*, Sociologia, Problemas e Práticas, (39): pp. 69-83.

Leite, Emanuel Ferreira (1998), *O Processo de Criação de Empresas de Base Tecnológica, Via Incubadora: O Perfil do Empreendedor do Norte de Portugal e do Brasil*, Dissertação apresentada na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto (Cedido pela ANJE).

Lewis, Susan, Janet Smithson, Julia Brannen Maria das Dores Guerreiro, Clarissa Kugelberg, Ann Nilsen e Pat O'Connor (1999), *Futuros em Suspensão: Jovens Europeus Falam Acerca da Conciliação entre Trabalho e Família*, Lisboa, ISCTE.

Lima, Maria da Paz (1992), *Inserção na Vida Activa, Emprego e Desemprego em Portugal e na Comunidade Europeia*, Lisboa, ICS/IPJ.

Lopes, João Teixeira (1996), *Tristes Escolas: Práticas Culturais Estudantis no Espaço Escolar Urbano*, Porto, Edições Afrontamento.

Lopes, M. C. (1999), *A igualdade de oportunidades como estratégia empresarial*. Sociedade e Trabalho, (6), pp. 17-22.

Lopes, M. C. e H. Perista (1999), *Práticas Laborais e Igualdade de Oportunidades*, Lisboa, MST.

Machado, Fernando Luís e António Firmino da Costa (1998), *Processos de uma modernidade inacabada*, em José Manuel Leite Viegas, António Firmino da Costa (orgs), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, pp. 17-44.

Machado, Fernando Luís, António Firmino da Costa, Rosário Mauritti, Susana da Cruz Martins, José Luís Casanova e João Ferreira de Almeida (2003), *Classes sociais e estudantes universitários: origens, oportunidades e orientações*, Revista Crítica de Ciências Sociais (66), pp. 45-80.

Madureira, C. (2000), *A formação profissional contínua no contexto de modernização da Administração Pública em Portugal – limitações de uma abordagem institucional*, Sociedade e Trabalho, (11), pp. 73-86.

- Marques, A. P. (2003), *Outras transições?: configurações e problemáticas de socialização juvenil*, Cadernos do Noroeste, Vol. 21 (1-2), pp. 141-161.
- Mateus, Sandra (2002), *Futuros prováveis: um olhar sociológico sobre os projectos de futuro no 9.º ano*, Sociologia, Problemas e Práticas (39), pp. 117-150.
- Matias, Nelson (s/d), *A Juventude Portuguesa: Situações, Problemas, Aspirações – A Educação e a Escola*, vol. II, Lisboa, ICS/UL.
- Mauritti, Rosário (2002), *Padrões de vida dos estudantes universitários nos processos de transição para a vida adulta*, Sociologia, Problemas e Práticas, n.º 39, pp. 85-116.
- Mead, Margaret (1928, 1978), *Coming of Age in Samoa: A Study of Adolescence and Sex in Primitive Societies*, Middlesex, Penguin Books.
- Ministério da Educação/Ministério da Segurança Social e do Trabalho (2004), *Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar*, <[http://www.min-edu.pt/ftp/docs\\_stats/Plano\\_CBR-Pupload.pdf](http://www.min-edu.pt/ftp/docs_stats/Plano_CBR-Pupload.pdf)>.
- Ministério da Educação (2003), *Cartografia do Abandono e Insucesso Escolares*, <[http://www.min-edu.pt/Scripts/ASP/destaque/estudo01/estudo\\_01.asp](http://www.min-edu.pt/Scripts/ASP/destaque/estudo01/estudo_01.asp)>.
- Ministério da Educação, *Estatísticas da Educação*, Site do Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo, do Ministério da Educação, <<http://www.dapp.min-edu.pt/>>
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade (2000) *Crianças e Jovens que Vivem em Lar: Caracterização Sociográfica e Percursos de Vida*, Lisboa, Instituto para o Desenvolvimento Social.
- MTS (2000), *Avaliação das Iniciativas Inerjovem e Reage*. Relatório Final, Instituto de Emprego e Formação Profissional/Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento.
- Moniz, A. B. (1998), *Políticas de emprego e sociedade de informação: para uma sociedade do conhecimento*, Sociedade e Trabalho (2), pp. 56-65.
- Moniz, A. B. and I. Kovacs (1997), *Evolução das Qualificações e das Estruturas de Formação em Portugal*, Lisboa, IEFP.
- Neves, A. O. d. (2000), *Formação profissional para a administração local*, Sociedade e Trabalho, (11), pp. 87-99.

- Nunes, Adérito Sedas (1967), *Situação e Opinião dos Universitários: inquérito promovido pelas Direcções-Gerais da Juventude Universitária Católica*, Lisboa, Estudos e Projectos de Desenvolvimento Socio-Económico-CODES.
- Observatório da Criação de Empresas / IAPMEI (2002), *Inquérito do Observatório da Criação de Empresas – 2001*, <<http://www.iapmei.pt/iapmei-art-03.php?id=672>>.
- Observatório da Ciência e do Ensino Superior (2004), *O Sistema do Ensino Superior em Portugal 1993-2003*, <<http://www.oces.mcies.pt/docs/ficheiros/SistemaESPTSet04.pdf>>.
- Observatório de Entradas na Vida Activa/IEFP (2004), *Processos de Integração no Mercado de Trabalho dos Utentes que Participaram em Estágios Profissionais, Informação Semestral de Acompanhamento – 1.º semestre de 2004*, <<http://www.iefp.pt>>.
- Observatório de Entradas na Vida Activa/IEFP (2004), *Processos de Integração no Mercado de Trabalho dos Utentes que Participaram em Formação no IEF, Informação Semestral de Acompanhamento – 1.º semestre de 2004*, <<http://www.iefp.pt>>.
- Observatório de Entradas na Vida Activa / IEF (2004), *Processos de Integração no Mercado de Trabalho dos Utentes que Participaram no FORDESQ/GESTIC, Informação Semestral de Acompanhamento – 1.º semestre de 2004*, <<http://www.iefp.pt>>.
- OCDE (2002), *Employment Outlook: 2002 Edition*, Paris, OCDE.
- Pais, José Machado (1985), *A Prostituição e a Lisboa Boémia do séc. XIX aos inícios do séc. XX*, Lisboa, Editorial Querco.
- Pais, J. M. (1993), *Culturas Juvenis*, Lisboa, Imprensa Nacional da Casa da Moeda.
- Pais, José Machado (1996), *Levantamento bibliográfico de pesquisas sobre a juventude portuguesa: tradições e mudanças (1985-1995)*, Sociologia – Problemas e Práticas, n.º 21, pp. 197-221.
- Pais, J. M. e M. V. Cabral (coord.), N. Alves, A. A. Fernandes, J. S. Nunes, P. Vasconcelos (1998), *Jovens Portugueses de Hoje. Resultados do Inquérito de 1997*, Colecção Estudos Sobre Juventude, n.º 1, Oeiras, Celta/SEJ.
- Pais, J. M. (1998), *Transitions to adult life: the games and the thrills*, Leisure Studies, vol. 1, n.º 1: 2-8.

- Pais, J. M. (coord.), M. Antunes, G. C. Borges, P. A. Ferreira, V. S. Ferreira, M. L. Pires, P. Vasconcelos (1998), *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*, Lisboa, Secretaria de Estado da Juventude.
- Pais, J. M. (1999a), *Consciência Histórica e Identidade: Os Jovens Portugueses num Contexto Europeu*, Coleção Estudos Sobre Juventude, n.º 2, Oeiras, Celta/SEJ.
- Pais, J. M. (1999b). *Young adults in Europe. New trajectories between youth and adulthood. An intercultural outline of the European Research Network*, EGRIS, CYRCE (orgs.), *European Yearbook for Youth and Research*, Vol. 2, Berlim/New York, De Gruyter: pp. 61-88.
- Pais, J. M. (2000), *Transitions and youth cultures: forms and performances*, *International Social Science Journal*, (164), UNESCO, pp. 219-232.
- Pais, José Machado (2001), *Ganchos, Tachos e Biscates: Jovens, Trabalho e Futuro*, Porto, Ambar.
- Pais, J. M. (2001), *Portuguese research into youth and schooling. Tradition and findings since 1985*, em Hans Merckens e Jürgen Zinnecker (orgs.), *Jahrbuch Jugendforschung*, Leske & Budrich, pp. 313-342.
- Pais, J. M. (2003), *Of roofs and knives: dilemmas of recognising informal learning*, em A. Walther e B. Stauber (orgs.), *Lifelong Learning in Europe. Differences and Divisions*, vol. 2, Tübingen, Neuling, pp.145-171.
- Pais, J. M. (coord.) e L. Blass (2004), *Tribos Urbanas: Produção Artística e Identidades*, Lisboa, ICS.
- Pais, J. M. (no prelo), *Entre tradition et modernité: L'insertion professionnelle des jeunes portugais a l'épreuve du changement social*, em Marc Molgat e Emmanuelle Maunaye (coord.), *Les Transformations des Rapports entre les Jeunes et leurs Parents*, Presses de l'Université Laval e Harmattan.
- Patrício, I. (2002), *Competências e Qualificações no Contexto da Actual Revolução Tecnológica - o estudo de caso de uma empresa de telecomunicações móveis*, Tese de Mestrado, Lisboa, ISCTE.
- Pereira, E. (2000), *Jovens em Portugal: abordagem quantitativa ao grupo etário dos 0 aos 19 anos – evolução 1991-1998*, Lisboa, Instituto para o Desenvolvimento Social.

- Perista, H. (2002), *Género e trabalho não pago: os tempos das mulheres e os tempos dos homens*, *Análise Social*, XXXVII (163), pp. 447-474.
- Pimentel, M. B. (1999), *A “Outra Face” das Organizações – Rumo ao Humanismo*, AESE.
- Pinto, Manuel e outros (2000), *As Pessoas que Moram nos Alunos: ser jovem, hoje, na escola portuguesa*, Porto, Asa Editores.
- Powell, Walter W. e Paul J. DiMaggio (1991), *The New Institutionalism in Organizational Analysis*, Chicago, The University of Chicago Press.
- POEFDS – Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (2004), *Relatório de Execução do POEFDS – 2003* [CD-ROM].
- PRIME – Programa de Incentivos à Modernização da Economia (2004), *PRIME-Jovem – Programa de Apoio à Iniciativa Empresarial dos Jovens*, em <[http://www.prime.min-economia.pt/Presentation/Layer/ResourcesUser/Publicacoes/PRIMEjovem\\_net.pdf](http://www.prime.min-economia.pt/Presentation/Layer/ResourcesUser/Publicacoes/PRIMEjovem_net.pdf)>.
- PRODEP – Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal (2004), *Estudo de Percurso Pós-formação dos Diplomados do Ensino Profissional – 2001/2002 e 2002/2003* (Relatório final), em <<http://www.prodep.min-edu.pt/menu/4.htm>>.
- PRODEP – Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal (2004), *Relatório de Execução do PRODEP III – 2003*, <<http://www.prodep.min-edu.pt/menu/novidades.htm>>.
- Ramalho, N. (2001), *Preditores da Eficácia do Outplacement*, Tese de Mestrado em Psicologia Social e das Organizações, Lisboa, ISCTE.
- Rebello, G. (1999), *A (In)Adaptação ao Trabalho*, Oeiras, Celta Editora.
- Rebello, G. (2002), *Trabalho e Igualdade: mulheres, teletrabalho e trabalho a tempo parcial*. Oeiras, Celta Editora.
- Rego, M. d. C. C. (1999), *A igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no trabalho, no emprego e na formação profissional*, *Sociedade e Trabalho*, (6), pp. 75-88.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2005 de 18 de Janeiro, *Diário da República* n.º 12-Série I-B, Presidência do Conselho de Ministros, <<http://www.iapmei.pt/iapmei-leg-03.php?lei=3236>>.
- Rodrigues, Ricardo, (1998) *Organizações, Mudança e Capacidade de Gestão*, Cascais, Principia.

- Rosa, M. T. (coord.) Elsa Pegado, Sandra Palma Saleiro, Fortunata Gonçalves e Rosa Duarte (2003), *Trabalho Precário: Perspectivas de Superação*, Lisboa, Observatório do Emprego e Formação Profissional.
- Sampaio, J. J. (1998), *A Nova Relação Laboral e o Futuro do Sindicalismo. Sistemas sócio organizacionais da actividade económica*, Lisboa, ISEG.
- Santana, V., L. Centeno, e outros (2001), *Trabalho a tempo parcial: voluntariedade ou involuntariedade?*, Sociedade e Trabalho (14/15), pp. 57-68.
- Santos, M. d. (1997), *As mulheres e o mundo do trabalho – formação profissional para as mulheres (oportunidades e expectativas)*, Cadernos do Noroeste, 10 (1), pp. 579-592.
- Santos, A. (1999), *Inter-Rail. A Odisseia em Comboio*, Colecção Estudos sobre Juventude, n.º 4, Oeiras, Celta/SEJ.
- Santos, M. de Lourdes. Lima dos (coord.), V. S. Ferreira, T. D. Martinho, J. S. Nunes (2003). *O Mundo da Arte Jovem: Protagonistas, Lugares e Lógicas de Acção*, Colecção Estudos Sobre Juventude, n.º 7, Oeiras, Celta / IPJ.
- Seabra, Teresa (1999), *Educação nas Famílias: Etnicidade e Classes Sociais*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional.
- Seabra, T. e S. Mateus (2003), *Os descendentes de imigrantes na escola portuguesa: contingente, localização e resultados*, Revista de Estudios e Investigación en Psicología e Educación, n.º 8 (vol.10), ano 7, pp. 820-833.
- Sebastião, João (1998), *Os dilemas da escolaridade*, em José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta, pp. 311-328.
- Sebastião, J. (1999), *Crianças de Rua*, Oeiras, Celta Editora.
- Sebastião, João, Mariana Gaio Alves e Joana Campos (2003), *Violência na escola: das políticas aos quotidianos*, Sociologia, Problemas e Práticas, n.º 41, pp. 37-62.
- Silva, Cristina Gomes da (1999), *Escolhas Escolares, Heranças Sociais*, Oeiras, Celta.
- Silva, José Augusto (2001), *Câmara Municipal de Oeiras: um diagnóstico de satisfação no trabalho no grupo de pessoal administrativo*, Tese de Licenciatura em Sociologia, ISCTE.

- Smithson, J., S. Lewis, e outros. (1998), *Percepções dos jovens sobre a insegurança no emprego e suas implicações no trabalho e na vida familiar*, Sociologia, Problemas e Práticas (27), pp. 97-116.
- Soares, M. C. (1986), *Emprego, formação profissional e condições de trabalho*, Portugal Contemporâneo: problemas e perspectivas, Oeiras, Instituto Nacional de Administração: pp. 127-146.
- Stoer, Stephen R., Helena Costa Araújo (2000), *Escola e Aprendizagem para o Trabalho num País da (semi)Periferia Europeia*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional.
- Stoleroff, A. (1994), *Uma Pesquisa Inter-Sectorial sobre a Produção e Aplicação da Inovação em Portugal*, Lisboa, CIES/ISCTE.
- Stoleroff, A. (1995), *Elementos do Padrão de Relações Industriais nas Médias e Grandes Empresas Portuguesas. Resultados seleccionados de um inquérito a gestores de recursos humanos*, Lisboa, CIES/ISCTE.
- Supiot, Alain (2001), *Au-delà de l'Emploi: Transformations du Travail et Devenir du Droit du Travail en Europe*, Rapport pour la Commission des Communautés Européennes avec la collaboration de l'Université Carlos III de Madrid.
- Teixeira, C. (2002), *Atitudes dos Funcionários face à Modernização da Administração Pública*, Lisboa, ISCTE.
- Teixeira, M. M. (2001), *Jovens licenciados no mundo do trabalho: expectativas e problemas, Da Universidade para o Mundo do Trabalho: Desafios para um Diálogo*. Braga, Universidade do Minho, pp. 131-139.
- Torres, A. (1995), *Trajectos e Dinâmicas Conjugais*, Lisboa, CIES/ISCTE.
- Torres, A. C. (2001), *Sociologia do Casamento: a família e a questão feminina*, Oeiras, Celta Editora.
- Torres, A. (2002), *Casamento em Portugal: Uma análise sociológica*, Oeiras, Celta Editora.
- Torres, A. C. e F. V. d. Silva (1998), *Guarda das crianças e divisão de trabalho entre homens e mulheres* em Maria das Dores Guerreiro (org.), Trabalho, Família e Gerações, Lisboa, CIES/ISCTE, pp. 193-204.
- Torres, A. C. e F. V. d. Silva (1998), *Guarda das crianças e divisão do trabalho entre homens e mulheres*”, Sociologia, Problemas e Práticas (28), pp. 9-65.

- Vala, J., M. B. Monteiro, e outros (1994), *Culturas organizacionais*, em J. Vala, M. B. Monteiro, L. Lima e A. Caetano (orgs.), *Psicologia Social das Organizações*, Oeiras, Celta Editora, pp. 13-39.
- Vala, J., M. V. Cabral, e outros (2003), *Valores Sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Vala, Jorge (coord), Vitor Sérgio Ferreira, Marcus Eugêneo Lima, Diniz Lopes (2003), *Simetrias e Identidades: Jovens Negros em Portugal*, Coleção Estudos Sobre Juventude, n.º 8, Oeiras, Celta/IPJ.
- Vasconcelos, P. (1998), *Práticas e discursos da conjugalidade e de sexualidade dos jovens portugueses*, em J. M. Pais e Manuel Villaverde Cabral (orgs.), *Jovens Portugueses de Hoje*, Oeiras, Celta Editora, pp. 215-305.
- Vasconcelos, P. (2002), *Redes de apoio familiar e desigualdade social: estratégias de classe*, *Análise Social*, XXXVII (163), pp. 507-544.
- Vilar, Duarte (1999), *Falar Disso...: contributos para compreender a comunicação sobre sexualidade entre progenitores e adolescentes*, Lisboa, ISCTE.
- Wall, K. (2000), *Famílias no Portugal Contemporâneo: estruturas, dinâmicas e solidariedade*. Lisboa, CIES/ISCTE.
- Wall, K. and C. Lobo (1999), *Famílias monoparentais em Portugal*, *Análise Social*, XXXIV (150), pp. 91-122.
- Wall, K., J. S. José, e outros (2002), *Mães sós e cuidados às crianças* *Análise Social*, XXXVII (163), pp. 631-666.



## Medidas Dirigidas à Inserção dos Jovens no Mercado de Trabalho

Medidas	Descrição	Destinatários	Entidade responsável/ /financiamento
<p><b>1) Informação e orientação escolar e profissional</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Serviços de Psicologia e Orientação do Ministério da Educação</li> </ul>	<p>Estruturas especializadas de apoio e de orientação educativa, integradas na rede escolar (escolas do ensino básico e secundário), com o objectivo de apoiar os alunos na melhoria do rendimento académico, na escolha do percurso escolar e/ou profissional e no aconselhamento em geral.</p>	<p>Alunos do ensino básico e do ensino secundário</p>	<p>Ministério da Educação</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programa de Orientação e Informação (PRODEP)</li> </ul>	<p>Ação do PRODEP, que pretende apoiar acções de informação e orientação escolar e profissional que permitam aos jovens construir o seu projecto de vida e, ainda, apoiar os órgãos da escola na definição de estratégias conducentes à divulgação e concepção de ofertas educativas diversificadas.</p>	<p>Escolas do Ensino Básico e Secundário – públicas ou privadas – Direcções Regionais de Educação, Direcções-Gerais de Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC) e da Formação Vocacional (DGFV). É privilegiado o apoio aos alunos do 9.º ao 11.º ano de escolaridade</p>	<p>Ministério da Educação/ /PRODEP</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Informação e Orientação Profissional do IEFP</li> </ul>	<p>Serviços disponíveis nos Centros de Emprego, com vista a promover o auto-conhecimento e confronto com as oportunidades de formação e de trabalho existentes e desenvolver competências que facilitem o ingresso e adaptação ao mercado de trabalho.</p>	<p>Inscritos no Centro de Emprego</p>	<p>IEFP</p>

(Continua)

<i>(Continuação)</i>	Medidas	Descrição	Destinatários	Entidade responsável/ /financiamento
<p><b>2) Educação e formação inicial qualificante</b></p> <p><i>Dupla certificação:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Cursos Tecnológicos do Ensino Secundário)</li> </ul>	<p>Cursos profissionalmente qualificantes e orientados numa dupla perspectiva, a inserção no mercado de trabalho e o prosseguimento de estudos para os CET e/ou para o ensino superior. Conferem um diploma de conclusão do ensino secundário e um certificado de qualificação profissional de nível III.</p>	<p>Jovens que concluíram o 9.º ano</p>	<p>Ministério da Educação</p>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cursos Artísticos Especializados do Ensino Secundário</li> </ul>	<p>Cursos profissionalmente qualificantes, nos domínios das Artes Visuais e dos Audiovisuais, e orientados numa dupla perspectiva, a inserção no mercado de trabalho e o prosseguimento de estudos para os CET e/ou para o ensino superior. Conferem um diploma de conclusão do ensino secundário e um certificado de qualificação profissional de nível III.</p>	<p>Jovens que concluíram o 9.º ano</p>	<p>Ministério da Educação</p>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ensino profissional</li> </ul>	<p>Cursos profissionais com certificação profissional de nível II ou de nível III, e equivalência ao diploma do 9.º ano ou 12.º ano. Conferem um diploma de conclusão do ensino secundário e um certificado de qualificação profissional de nível III.</p>	<p>Jovens que concluíram o 2.º ciclo do ensino básico ou jovens que concluíram o 3.º ciclo</p>	<p>Ministério da Educação/ /PRODEP</p>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ensino Secundário Recorrente (Cursos Técnicos e Cursos Tecnológicos</li> </ul>	<p>Modalidade especial de ensino que assegura uma escolaridade de segunda oportunidade. Está organizado segundo um sistema de unidades capitalizáveis, de forma a adaptar-se aos ritmos de aprendizagem, à disponibilidade, aos conhecimentos e às experiências dos alunos. A duração dos cursos depende do itinerário dos alunos.</p>	<p>Indivíduos com o 9.º ano de escolaridade ou equivalente e com idade igual ou superior a 18 anos</p>	<p>Ministério da Educação</p>	

*(Continua)*

*(Continuação)*

Medidas	Descrição	Destinatários	Entidade responsável/ financiamento
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cursos do Sistema de Aprendizagem</li> </ul>	Dispositivo de formação profissional inicial em alternância. Os cursos desenvolvem-se em alternância, entre um Centro de Formação Profissional e uma empresa, onde se realizam, respectivamente, a formação teórico-prática e a formação prática em contexto real de trabalho. Conferem dupla certificação, escolar (2.º ciclo, 3.º ciclo ou ensino secundário) e profissional (nível 1, 2 ou 3), consoante a escolaridade mínima de acesso.	Jovens, candidatos ao primeiro emprego, com idades a partir dos 15 anos e preferencialmente sem ultrapassarem os 25 anos, que concluíram o 1.º, 2.º ou 3.º ciclos do ensino básico	IEFP/POEFDS e PORLVT
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cursos de Educação-Formação para jovens</li> </ul>	Oferta educativa e formativa que privilegia uma estrutura curricular acentuadamente profissionalizante. Permitem concluir o 2.º ciclo do ensino básico e obter certificação profissional de nível I, o 3.º ciclo do ensino básico e obter certificação de nível II ou o ensino secundário e obter certificação de nível III.	Jovens entre os 15 e os 25 anos que não tenham concluído a escolaridade obrigatória ou que, tendo concluído a escolaridade obrigatória ou o 12.º ano, pretendam adquirir uma qualificação profissional para ingresso no mercado de trabalho	Ministério da Educação e IEFP/PRODEP e POEFDS e PORLVT
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cláusula de Formação</li> </ul>	Obrigatoriedade das entidades empregadoras contemporem, no contrato de trabalho com jovens menores sem a escolaridade obrigatória ou sem qualificação profissional, uma cláusula que preveja a formação que permita a obtenção dessa qualificação, que deve ocorrer durante o período normal de trabalho.	Entidades empregadoras que contratam jovens entre os 16 e os 18 anos sem a escolaridade obrigatória ou sem qualificação profissional	IEFP
<i>Certificação escolar:</i> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Currículos alternativos</li> </ul>	Cursos desenvolvidos no 3.º ciclo do ensino básico, com currículos alternativos ao ensino regular, que incluem uma vertente de aquisição de competências profissionais, não certificada. Permitem a conclusão da escolaridade obrigatória.	Jovens em risco de abandono escolar sem concluir a escolaridade obrigatória de 9 anos ou jovens que abandonaram precocemente a escola	Ministério da Educação/PRODEP
<i>Certificação profissional:</i> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Cursos de qualificação inicial</li> </ul>	Conferem uma qualificação profissional, com certificação de nível II ou III consoante a escolaridade mínima de acesso.	Jovens (a partir dos 15 anos) e adultos, com pelo menos o 6.º ano de escolaridade, candidatos ao primeiro emprego	IEFP/POEFDS e PORLVT

*(Continua)*

*(Continuação)*

Medidas	Descrição	Destinatários	Entidade responsável/ /financiamento
<ul style="list-style-type: none"> <li>10.º ano profissionalizante (ano qualificante pós-básico)</li> <li>Cursos de Especialização Tecnológica (CET)</li> </ul>	<p>Consiste na oferta de um ano de formação complementar após a conclusão da escolaridade obrigatória, que confere certificação profissional de nível II.</p> <p>Consistem na oferta de uma formação pós-secundária não superior, de carácter profissionalizante. Conferem certificação profissional de nível IV e um Diploma de Especialização Tecnológica.</p>	<p>Jovens que, tendo concluído a escolaridade obrigatória, procuram uma inserção no mercado de trabalho</p> <p>Jovens possuidores de diploma do 12.º ano de escolaridade e qualificação profissional de nível III</p>	<p>Ministério da Educação/ /PRODEP</p> <p>Ministério da Educação PRODEP, POEFDS e PORLVT</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Programa Formação/ /Emprego</li> </ul>	<p>Programa que promove a inserção ou reinserção profissional através de uma formação profissional em contexto real de trabalho. O Programa oferece formação profissional em contexto real de trabalho, com a duração de um ano. Confere certificação profissional de nível II.</p>	<p>Desempregados ou candidatos ao primeiro emprego, inscritos nos Centros de Emprego, com idade igual ou superior a 16 anos, que possuam a escolaridade obrigatória de acordo com a idade</p>	<p>IEFP/POEFDS e PORLVT</p>
<p><b>3) Transição para a vida activa</b></p>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>Estágios profissionais</li> </ul>	<p>Formação prática em contexto laboral, através de estágios com a duração de 9 meses. Os apoios às empresas que facultam os estágios consistem em comparticipação financeira na bolsa de estágio.</p>	<p>Jovens desempregados, com idade compreendida entre os 16 e os 30 anos, com habilitações de nível intermédio ou superior</p>	<p>IEFP</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Programa de estágios nos cursos tecnológicos do ensino secundário</li> </ul>	<p>Formação prática em contexto laboral.</p>	<p>Jovens que frequentam os cursos tecnológicos ou os cursos secundários do ensino artístico especializado</p>	<p>Ministério da Educação/ /PRODEP</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Programa de estágios no ensino superior</li> </ul>	<p>Formação prática em contexto laboral.</p>	<p>Jovens diplomados do ensino superior</p>	<p>Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior/ /PRODEP</p>

*(Continua)*

*(Continuação)*

Medidas	Descrição	Destinatários	Entidade responsável/ /financiamento
<ul style="list-style-type: none"> <li>Programa FORDESQ/ GESTIC</li> </ul>	<p>FORDESQ – Formação de Activos Qualificados Desempregados.</p> <p>GESTIC – Formação e Inserção de Jovens em Gestão Empresarial e Tecnologias de Informação e Comunicação.</p>	<p>Desempregados, com qualificações de níveis IV e V, inscritos nos Centros de Emprego;</p> <p>Jovens desempregados inscritos nos Centros de Emprego, com idade máxima de 30 anos, inclusive, com qualificação de nível superior – IV ou V, ou os que, mesmo sem esta qualificação, estejam inscritos como docentes do ensino básico e secundário, educadores de infância ou docentes de educação especial</p>	IEFP
<ul style="list-style-type: none"> <li>Unidades de Inserção na Vida Activa (UNIVA)</li> </ul>	<p>Serviços de apoio à inserção dos jovens na vida activa.</p> <p>Os tipos de apoios consistem em: informação escolar e profissional, aquisição de técnicas de procura de emprego, divulgação de ofertas de emprego e formação, integração em estágios profissionais e colocação e acompanhamento na inserção.</p>	<p>Jovens desempregados, especialmente candidatos ao primeiro emprego</p>	IEFP/POEFDS e PORLVT
<p><b>4) Apoio à criação de emprego</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Apoios à contratação</li> </ul>	<p>Apoio financeiro de incentivo à contratação, traduzido num subsídio não reembolsável às empresas, por cada posto de trabalho a criar, igual a 12 vezes a remuneração mínima mensal mais elevada garantida por lei.</p>	<p>Empresas que celebrem contratos de trabalho sem termo, a tempo inteiro, com desempregados de longa duração, jovens à procura do 1.º emprego, desempregados com idade igual ou superior a 45 anos ou beneficiários do RSI</p>	IEFP

*(Continua)*

<i>(Continuação)</i>				
Medidas	Descrição	Destinatários	Entidade responsável/ /financiamento	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dispensa de contribuições para a Segurança Social</li> </ul>	<p>Privilegio na contribuição para a Segurança Social às entidades empregadoras. As entidades que celebrem contratos sem termo ficam isentas de contribuições para a segurança social durante 36 meses. Se celebrarem contratos a termo beneficiam de uma redução de 50% nessas contribuições durante o período de vigência do contrato.</p>	<p>Entidades empregadoras que admitem jovens com idades entre os 16 e os 30 anos à procura do 1.º emprego</p>	<p>IEFP e Segurança Social</p>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Benefícios fiscais na contratação de jovens</li> </ul>	<p>Os encargos correspondentes à criação líquida de postos de trabalho para trabalhadores admitidos por contrato sem termo com idade não superior a 30 anos são levados a custo em valor correspondente a 150%.</p>	<p>Entidades empregadoras que celebrem contratos sem termo com jovens até aos 30 anos</p>	<p>Ministério das Finanças</p>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programa Iniciativas Locais de Emprego (ILE)</li> </ul>	<p>Projectos que dão lugar à criação de novas entidades (com a dimensão máxima de 20 trabalhadores) e que originam a criação líquida de postos de trabalho, contribuindo para a dinamização das economias locais, mediante a realização de investimentos de pequena dimensão. Os postos de trabalho a criar têm que ser obrigatoriamente preenchidos por trabalhadores desempregados ou jovens à procura do 1.º emprego, com contratos de trabalho sem termo e a tempo inteiro.</p>	<p>Jovens à procura do 1.º emprego, desempregados e trabalhadores empregados mas em risco de desemprego</p>	<p>IEFP</p>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programa Iniciativas Locais de Emprego de Apoio à Família</li> </ul>	<p>Programa que visa incentivar o surgimento de novas entidades (com a dimensão máxima de 10 trabalhadores) que originem a criação líquida de postos de trabalho e contribuam para a dinamização de economias locais, no âmbito dos serviços de apoio à família. Os postos de trabalho a criar têm que ser obrigatoriamente preenchidos por trabalhadores desempregados ou jovens à procura do 1.º emprego, com contratos de trabalho sem termo e a tempo inteiro.</p>	<p>Desempregados e jovens à procura do 1.º emprego</p>	<p>IEFP</p>	

*(Continua)*

(Continuação)

Medidas	Descrição	Destinatários	Entidade responsável/ /financiamento
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de emprego por beneficiários das prestações de desemprego</li> </ul>	<p>Apoio a projectos de emprego promovidos por beneficiários das prestações de desemprego, que consistem em apoios quer de carácter técnico – na selecção e recrutamento de trabalhadores desempregados, formação na área empresarial para dirigentes e consultoria especializada –, quer de carácter financeiro, mediante o pagamento, de uma só vez, do montante global das prestações de desemprego devidas.</p>	Desempregados beneficiários das prestações de desemprego	IEFP
<ul style="list-style-type: none"> <li>• PRIME Jovem – Programa de Apoio à Iniciativa Empresarial de Jovens</li> </ul>	<p>Programa constituído por um conjunto de medidas de apoio a jovens empresários, de que se destaca a majoração de 5% para os projectos de jovens empresários no âmbito do Sistema de Incentivos a Pequenas Iniciativas Empresariais (SIPIE) e do Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial (SIME).</p>	Jovens entre os 18 e os 35 anos	Ministério da Economia/PRIME
<p><b>5) Apoio aos desempregados</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• INSERJOVEM</li> </ul>	<p>Metodologia de acompanhamento integrado e personalizado implementada nos Centros de Emprego, com vista a proporcionar aos jovens, antes de completarem 6 meses de desemprego, uma nova possibilidade, sob a forma de acompanhamento individual, de orientação profissional, de formação, de experiência profissional, de emprego, de reconversão ou de qualquer outra medida adequada para favorecer a sua integração profissional.</p>	Jovens (até 25 anos) desempregados inscritos no Centro de Emprego	IEFP

